

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

SHAIANE VARGAS DA SILVEIRA

DA “POLÍTICA DE INSTANTE” À “POLÍTICA PARA O INSTANTE”:

---

UMA CRÍTICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL

SÃO LUÍS

2015

**SHAIANE VARGAS DA SILVEIRA**

DA “POLÍTICA DE INSTANTE” À “POLÍTICA PARA O INSTANTE”:

---

**UMA CRÍTICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL**

TESE APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO COMO REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM POLÍTICAS PÚBLICAS.

ORIENTADORA:

**PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. FRANCI GOMES CARDOSO**

CO-ORIENTADOR:

**PROF. DR. ROBERTO SAN SALVADOR DEL VALLE  
DOISTUA**

São Luís

2015

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial Prof. Cândido Athayde – Campus Parnaíba  
Serviço de Processamento Técnico

S587p Silveira, Shaiane Vargas da.  
Da “política de instante” à “política para o instante”: uma crítica de políticas públicas de lazer no Brasil [manuscrito] / Shaiane Vargas da Silveira. – 2015.  
249 f. : il. color.

Impresso por computador (printout).  
Doutorado (Tese em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, 2015.  
Orientação: Prof<sup>a</sup>. Dra. Franci Gomes Cardoso.

1. Políticas. 2. Políticas Públicas. 3. Políticas Públicas - Brasil.  
I. Título.

CDD: 320

**SHAIANE VARGAS DA SILVEIRA**

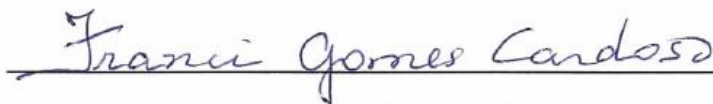
DA “POLÍTICA DE INSTANTE” À “POLÍTICA PARA O INSTANTE”:

---

UMA CRÍTICA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL

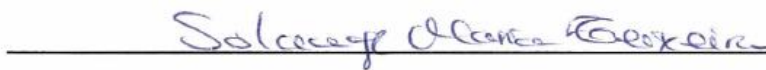
São Luís, 20 de janeiro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:




---

**Profa. Dra. Franci Gomes Cardoso – Orientadora**  
Universidade Federal do Maranhão



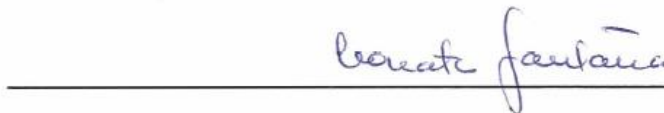
---

**Profa. Dra. Solange Maria Teixeira**  
Universidade Federal do Piauí



---

**Profa. Dra. Josefa Batista Lopes**  
Universidade Federal do Maranhão



---

**Profa. Dra. Raimunda Nonata do Nascimento Santana**  
Universidade Federal do Maranhão



---

**Profa. Dra. Maria D'Alva Macedo Ferreira**  
Universidade Federal do Piauí

*À memória de Maria Helena, minha mãe e  
heroína, cuja bondade, coragem e alegria  
foram meu aprendizado para viver a vida  
com dignidade, liberdade e paz de  
espírito.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus filhos, Ícaro, Elis e Cícero por compreenderem, de uma forma infantil e ao mesmo tempo madura, tudo o que estava acontecendo com sua mãe. Ao Ícaro pela paciência, colaboração e interesse no progresso da família. À Elis pela atenção, organização e doçura de transformar momentos difíceis em açúcar. E ao Cícero pela habilidade do carinho, da mão macia e afetuosa que parece me acolher com o amor de um pai.

À minha orientadora, Dra. Franci Gomes Cardoso, por sua sinceridade, competência e coragem, pois é representante de uma classe docente que mantém a jovialidade por aceitar desafios e novidades, como a temática das políticas públicas de lazer.

Ao orientador do Programa de Doutorado Sanduiche no Exterior, Dr. Roberto San Salvador Del Valle, que me apresentou a seriedade e o compromisso do *Instituto de Estudos de Ocio*, da *Universidad de Deusto* em Bilbao/Espanha.

Ao Leonardo Carvalho Lima, amigo que sempre me estimulou na formação acadêmica e foi sujeito fundamental na minha nova conquista.

Às minhas raízes do sul, onde eu ainda posso me suprir de energias renováveis para continuar florescendo: Teresa, Éder, Lorraine, Vanessa e Nailê.

Aos meus familiares distantes geograficamente (em Porto Alegre, Pelotas, Bagé, Rio Grande e Brasília) que acompanham minha trajetória bem de perto e sempre estão à disposição para me ajudar, orientar, entreter ou colaborar da forma que puderem.

Aos meus familiares ausentes fisicamente, pois mais cedo do que era esperado partiram de nosso convívio deixando um legado importante na minha formação humana.

À equipe docente do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, com especial estima às professoras que participaram de minha banca de qualificação do projeto: Dra. Josefa Batista Lopes e Dra. Raimunda Nonata do Nascimento Santana.

À equipe técnico-administrativa do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, por sua atenção e carinho.

Aos colegas do Doutorado, amigos que espero encontrar com frequência para relembrar as manhãs, de estudo concentrado e as noites, de lazer descontraído, na cidade de São Luís.

A todos aqueles que estiveram presentes ao meu lado, principalmente ao Rafael, suportando minhas tensões, minhas brigas, minha ausência social, minha obsessão pela Tese e minha ansiedade. Quem passou por esses momentos ao meu lado e, pela amizade, não me deixou, eu expresso meu sincero obrigado!

E, com certeza, a Deus, que me concedeu a sorte desse desafio que contribuiu para a evolução de minha vida pessoal e profissional.

## RESUMO

A Tese apresenta uma análise crítica, dos conteúdos, da agenda, dos sujeitos e da trajetória institucional das políticas públicas de lazer no âmbito do Governo Federal, no Brasil. O objetivo da pesquisa é compreender como é possível superar as contradições do lazer e romper a lógica do capital nas intervenções promovidas pelo Estado. A construção dessa análise crítica contemplou o referencial teórico que apresenta as contradições do lazer estimuladas pelas relações sociais capitalistas, no primeiro capítulo. O levantamento de protocolos internacionais referentes ao lazer revelou a agenda pública internacional, com seu legado histórico e suas repercussões ideológicas que influenciaram e ainda influenciam a estrutura legal-institucional da ação pública, subordinando-a a manutenção hegemônica do capital. O capítulo seguinte demonstra o resgate histórico dos sujeitos e das políticas públicas de lazer nacional, que se caracterizaram, em épocas distintas, por intervenções de caráter moralista e higienista; de valorização dos padrões estéticos e do status social; de controle da classe trabalhadora; de populismo e alienação massificada e por fim, por intervenções funcionalistas e fragmentadas, que promovem o lazer como produto de consumo. Foi utilizada uma sistemática própria de análise para identificação daquilo que o estudo denomina de “Política de Instante”, ratificando o lazer como experiência instantânea e descontinuada, cujo principal benefício figura no consumo imediato de bens produzidos pelo mercado de entretenimento ou da indústria esportiva e cultural, a “Política de Instante” é confrontada com a proposta da “Política para o Instante”, que assume um conjunto estruturado de objetivos que contemplam o instante como momento vivencial do lazer, fazendo parte do fluxo duradouro da composição de um repertório variado de experiências, que se apresenta como alternativa para superar a lógica do capital que vem influenciando as políticas públicas de lazer no Brasil.

Palavras-chave: Lazer. Políticas Públicas. Estado. Trabalho.



## **ABSTRACT**

This dissertation presents a critical analysis of the contents, the agenda, the subject and the trajectory of these institutional policies within the Federal Government in Brazil in order to understand how it is possible to overcome the contradictions of leisure and break the logic of capital through interventions promoted by the State. The construction of such critical analysis envisaged the theoretical framework presenting the leisure contradictions stimulated by capitalist social relations. The collection of international protocols related to leisure revealed the international public agenda with its historical legacy and ideological repercussions that have influenced, and still influence, the legal-institutional framework of public action, subordinating it to the hegemonic maintenance of capital. The following chapter presents the historic rescue of the subjects and of public policies for national leisure characterized, in different times, by moralist and hygienist interventions; by the valuation of aesthetic patterns and social status; by working-class control; by populism and mass alienation; and, lastly, by functionalist and fragmented interventions that promote leisure as a consumer product. A proper systematic analysis was used to identify what the study calls "Instant Policy". Ratifying leisure as an instantaneous and discontinued experience, whose main benefit is given by the immediate consumption of goods produced by the market of entertainment or sports and the cultural industry, the "Instant Policy" is confronted with the proposal of "Policy for the Moment", which takes a structured set of goals covering the instant as an experiential moment of leisure, being part of the lasting stream of composition of a varied repertoire of experiences, which is presented as an alternative to overcome the logic of capital that has been influencing public policies for leisure in Brazil.

Key words: Leisure. Public Policies. State. Work.

# LISTA DE TABELAS

TABELA 1. PERCEPÇÃO A RESPEITO DA LOCALIZAÇÃO DE ESPAÇOS PARA PRÁTICAS CULTURAIS E SOCIAIS. BRASIL, 2010 .....	29
TABELA 2. VARIÁVEIS REFERENTES À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES RECREATIVAS E CULTURAIS. BRASIL, 2011 .....	34
TABELA 3. ATENDIMENTOS DO SRO NO PERÍODO DE 1950 A 1953 .....	172
TABELA 4. APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS INVESTIDOS EM PROGRAMAS DE LAZER DO MINISTÉRIO DO ESPORTE. BRASIL. 2010-2014.....	193

# LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. A CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E OS ARTIGOS RELACIONADOS AO LAZER.....	89
QUADRO 2. RECOMENDAÇÕES RELACIONADAS COM ESPAÇOS DE LAZER. AGENDA HABITAT.....	90
QUADRO 3. PRINCIPAIS DOCUMENTOS REFERENCIAIS ELABORADOS PELA WLO .....	97
QUADRO 4. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CONGRESSOS DA WLO .....	99
QUADRO 5. PRINCIPAIS ORGANISMOS DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA .....	107
QUADRO 6. MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL .....	109
QUADRO 7. CONDICIONANTES NA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	205
QUADRO 8. MATRIZ ANALÍTICA DE INTENSIDADE DOS INDICADORES.....	211
QUADRO 9. MATRIZ ANALÍTICA DE INTENSIDADE DOS INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER, BRASIL (1930-2014) .....	214

# LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. TEMPO MÉDIO DEDICADO POR DIA ÀS ATIVIDADES PRINCIPAIS. BRASIL. 2009.....	25
GRÁFICO 2. TEMPO MÉDIO DEDICADO POR DIA EM DIFERENTES ATIVIDADES NOS PAÍSES DA OCDE. 2011 .....	26
GRÁFICO 3. TEMPO MÉDIO DEDICADO POR DIA EM AFAZERES DOMÉSTICOS, POR GÊNERO. BRASIL (2009), OCDE (2011) .....	26
GRÁFICO 4. PERCEPÇÃO “MAL SITUADO” DOS ESPAÇOS PARA PRÁTICAS CULTURAIS E SOCIAIS, POR CLASSE DE RENDA. BRASIL, 2010. ....	30
GRÁFICO 5. RECURSOS PÚBLICOS INVESTIDOS EM PROGRAMAS DE LAZER DO MINISTÉRIO DO ESPORTE. BRASIL. 2010-2014 .....	194

# LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. PUBLICIDADE NEO-NECATORINA E VANADIO. JORNAL O ESTADO DE S. PAULO .....	122
FIGURA 2. PREGUIÇA. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO.....	122
FIGURA 3. VAGABUNDAGEM INFANTIL. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO .....	123
FIGURA 4. IMPÉRIO DA MISÉRIA E DA PREGUIÇA. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO	124
FIGURA 5. DIA DO TRABALHO. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO .....	126
FIGURA 6. PONTO DE VISTA. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO .....	128
FIGURA 7. PUBLICAÇÕES DE VIAGEM DE RECREIO. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO.....	130
FIGURA 8. PUBLICAÇÃO DE VIAGEM DE RECREIO. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO	131
FIGURA 9. BOSQUE DOS JEQUITIBÁS. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO .....	132
FIGURA 10. CENTROS DE RECREAÇÃO. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO .....	134
FIGURA 11. ASSOCIAÇÃO DE CHRONISTAS ESPORTIVOS. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO.....	135
FIGURA 12. O ASPECTO SOCIAL DO TRESDOBRAMENTO. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO.....	136
FIGURA 13. FOTO DO CLUB DE MENORES OPERÁRIOS. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO.....	138
FIGURA 14. CLUB DE MENORES OPERÁRIOS. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO.....	139
FIGURA 15. SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO.....	141
FIGURA 16. SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO.....	142
FIGURA 17. DIVULGAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE LAZER DO SESC. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO .....	143
FIGURA 18. “INSULTO AOS TRABALHADORES”. JORNAL A VOZ OPERÁRIA, RIO DE JANEIRO. ....	149
FIGURA 19. CRÍTICA ÀS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA. NOTICIA DO JORNAL CARETA, RIO DE JANEIRO.....	150
FIGURA 20. “A ÉTICA DA PREGUIÇA”. ARTIGO DO JORNAL O GLOBO, RIO DE JANEIRO .....	156
FIGURA 21. CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO.....	166
FIGURA 22. EXALTAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA. NOTICIA DO SEMANÁRIO FON FON...	168
FIGURA 23. RUAS DE RECREIO. NOTICIA DO JORNAL CORREIO DA MANHÃ. RIO DE JANEIRO ....	175
FIGURA 24: ESQUEMA DE ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	209

# LISTA DE ABREVIATURAS

- BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- CEDES - Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer
- CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe
- CIS - Comissão do Imposto Sindical
- CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas
- CONCLA - Comissão Nacional de Classificação
- CTOS - Comissão Técnica de Orientação Sindical
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- IEO – *Instituto de Estudos de Ocio*
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- OMS - Organização Mundial da Saúde
- OMT - Organização Mundial do Turismo
- ONU – Organização das Nações Unidas
- ONUHABITAT - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos
- PELC – Programa Esporte e Lazer na Cidade
- PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNUD – Programa das Nações Unidas
- POF – Pesquisa de Orçamento Familiar

SAPS - Serviço de Alimentação da Previdência Social

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SERAC - Serviço de Recreação e Assistência Cultural

SESC – Serviço Social do Comércio

SESI – Serviço Social da Indústria

SIPS - Sistema de Indicadores de Percepção Social

SNEED - Secretaria Nacional de Esporte Educacional

SNELIS - Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

SRO – Serviço de Recreação Operária

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNODC - Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime - UNODC

WLO - *World Leisure Organization*

WLRA - Associação Mundial de Recreação e Lazer

# SUMÁRIO

<b>CAPITULO 1. ESSÊNCIA E APARÊNCIA DO LAZER NAS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS.....</b>	<b>56</b>
1.1. DA CENTRALIDADE DO TRABALHO À CENTRALIDADE DO LAZER: UM DESLOCAMENTO SUBORDINADO À MANUTENÇÃO DO CAPITALISMO TARDIO.....	56
<b>CAPITULO 2. O LAZER NA AGENDA PÚBLICA INTERNACIONAL .....</b>	<b>73</b>
2.1. REPERCUSSÃO IDEOLÓGICA DOS PROTOCOLOS INTERNACIONAIS .....	73
2.2. PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS NO DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER.....	112
<b>CAPITULO 3. DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS NA CONSTITUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL .....</b>	<b>118</b>
3.1. A PREGUIÇA DE MACUNAÍMA VERSUS A MORAL DO HOMEM GLOBALIZADO .....	118
3.2. O LAZER NO ESTADO BRASILEIRO.....	160
3.3. A PERSPECTIVA DO “INSTANTE” NA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER .....	198
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>225</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>236</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>245</b>



# INTRODUÇÃO

O estudo do lazer é determinado por perspectivas diferentes em termos de ponto de partida para o surgimento do fenômeno. São duas concepções que se diferenciam pela determinação das origens do lazer, sendo uma delas fundamentada na visão clássica, do lazer como sinônimo da expressão grega *scholé* ou *Skholé*, que dá origem etimológica à palavra escola e que tem em Aristóteles sua principal disseminação. Para o filósofo o ócio representava a escola da vida, onde a contemplação seria a principal forma de aprendizagem. Ainda do período clássico, na sociedade romana o *nec-otium* representou a negação do *otium*, que nos registros de Cícero representava uma virtude daqueles que se dedicavam à vida pública sem se descuidar da vida particular aprazível e feliz.

Sem opor-se aos antecedentes que conformaram a visão clássica do fenômeno do lazer, outra perspectiva da origem deste fenômeno está associada à delimitação apresentada pela Sociologia de que este nasce como um fruto característico das sociedades urbano-industriais, ideia que também é preferida por nós. Logicamente, os hábitos primitivos de brincar, jogar, dançar, divertir-se e ocupar o tempo com atividades prazerosas e livres são precursores do que denominamos hoje de lazer na língua portuguesa mas nossa interpretação é de que independente

da determinação da ocorrência histórica o que mais preocupa é a incorporação de novos significados para o fenômeno.

Segundo Cascudo (2004, p. 580), “a necessidade lúdica, o desejo de brincar, o uso de jogo é uma permanente humana”, o que podemos constatar aqui mesmo na História do Brasil e dos povos indígenas, onde a prática de higiene, como o banho de rio, se tornou uma recreação, capaz de motivar hoje em dia, grupos de amigos e famílias para realização de piquenique, trilha ecológica, *rafting* ou simplesmente um gostoso banho de rio.

A história registra que a primeira transição do significado ocorre quando o homem abandona a relação integral com o meio ambiente e passa a ter domínio sobre a natureza. De acordo com McLean (2012), ao narrar o início histórico da recreação e do lazer, não existia uma distinção clara entre lazer e trabalho nas sociedades primitivas e pré-tecnológicas. Talvez por isso muitos estudos antropológicos registrem que vários artefatos descobertos foram instrumentos de trabalho ou de práticas religiosas aproveitados para fins de recreação. Arcos e flechas sem utilidade para a caça, instrumentos musicais desocupados, enfim tudo que não tinha uso em sua forma original era reutilizado para o jogo, a festa, a estética, o esporte, etc.

O processo de resignificação do lazer é dinâmico e sempre esteve associado ao conceito de liberdade, justificando que seu significado muda de acordo com o grau de como o homem se percebe e concebe a si mesmo como um ser independente e separado (FROMM, 1974).

Na sociedade primitiva, o homem se percebia e se autodeterminava pela sua relação com a natureza, tão simbiótica que trabalho e lazer não apresentavam fronteiras, apenas se complementavam. Com a introdução da propriedade e da divisão do trabalho, na sociedade primitiva mais avançada, ocorre a transição do estado de natureza para o estado civilizado, que passa de uma vivência nômade para uma vivência fundada na propriedade, na criação e na agricultura, onde a relação com a natureza não se perde mas começa a se distanciar e outros domínios controlam o ser humano, um deles é o poder.

Da sociedade medieval até os dias atuais foi praticamente normal aplicar à vida cotidiana provérbios (na maioria coercitivos) que justificam condutas e refletem o

pensamento popular sobre os mais diversos assuntos em sociedade. São máximas expressas em frases curtas rimadas, que se popularizaram como modelo de instrução eclesiástica na Baixa Idade Média (BRAGANÇA JÚNIOR, 2012) e que ainda hoje preservam de forma atemporal e imutável a sua expressão linguística, apesar das transformações na forma e estética da fraseologia.

O antigo ditado “Mente vazia, oficina do Diabo”, é um exemplo dessa apropriação popular atemporal e imutável, representando um desdobramento daquilo que o filósofo e teólogo Ramon Llull registrou sobre a ociosidade no Livro dos Mil Provérbios<sup>1</sup>, escrito no ano de 1302. Em tal registro encontramos o que o pensamento llulliano julga como verdades e nos deparamos com ditados do tipo “A alma do bem que é ociosa é diligente do mal”, “Devido à ociosidade estás negligente para ganhar virtudes”, “Repreende a ociosidade com a consciência, a contrição e a devoção” e, para fechar de forma inusitada, “A ociosidade e a tristeza são vizinhas”.

Csikszentmihalyi também exemplifica esse entendimento torpe, advertindo sobre um ditado característico da ética protestante: “O homem honesto tem suas dores e depois goza o prazer; o servente goza o prazer e, em seguida, sofre a dor” (CSIKSZENTMIHALYI, 2010, p. 315, tradução nossa).

A ociosidade encarnou essa representação medieval, de inimiga da alma, e a falta do que fazer representa uma ameaça que “incentiva o desenvolvimento de atividades não virtuosas” de ocupação do tempo livre, que privilegiam a satisfação imediata ao invés da gratificação adiada.

Nossa perspectiva sobre o lazer, o tempo livre e o ócio não se fundamenta em nenhuma perspectiva oposicionista, seja em relação ao tempo, ao trabalho ou a práticas virtuosas ou não virtuosas. Está centrada naquilo que foi proporcionado após a Revolução Industrial, quando o lazer, de inimigo da alma ou privilégio da “classe ociosa” passa a ser estendido às classes populares.

O lazer está diretamente relacionado com a forma das relações de produção e com as concepções de liberdade e tempo vigentes em cada época. Da sociedade pré-tecnológica à sociedade industrial foi uma distante caminhada, incessantemente marcada pela ruptura, especialização, divisão e separação funcional que

---

<sup>1</sup> No livro, publicado em 1302, Ramon Llull defende o provérbio como instrumento que certifica de maneira breve a verdade de muitas coisas. São compilados em 52 capítulos organizados de forma hierárquica, como um código de virtudes, no qual são estabelecidos novos valores à sociedade.

caracterizaram a constituição da sociedade moderna, tornando quase unânime, entre os teóricos dos anos 50, que o lazer se tratava de um fenômeno da modernidade, com objetividade e foco na organização e funcionalidade do tempo livre.

Os antecedentes vistos explicam a tendência unilateral e conformista de oposição do lazer ao tempo do trabalho, já que o fenômeno foi perdendo seu significado original e ganhando novos atributos que o justificavam, desde a Revolução Industrial, como uma válvula de escape, compensação e meio para recomposição das forças dos trabalhadores, enfim, algo útil mediante a racionalização de alguma atividade.

De Grazia (1966) questiona que talvez o que se busque na verdade é o tempo livre, utilizando as seguintes palavras:

*El tiempo es un elemento fundamental, ya que el ocio de hoy se mide en unidades de tiempo: horas, días, semanas. Se incluye el trabajo por el tiempo de hoy se considera libre cuando no esta luchando com el trabajo. El trabajo es el antónimo del tiempo libre. Pero no del ocio.*

*(DE GRAZIA, 1966, p. XIX)*

Se observarmos as conclusões de De Grazia (1966), o autor aponta que apesar do vínculo com o trabalho, o lazer, ou a designação *ocio* em espanhol, não é o mesmo que tempo livre, apesar de admitir que o lazer pode se manifestar não apenas no tempo de não trabalho, já que a sociedade moderna aplica valores subjetivos associados aos mesmos prazeres do lazer em atividades laborais, que lhe são gratificantes. (DE GRAZIA, 1966; DUMAZEDIER, 1999) Ou, como expõe Adorno & Horkheimer (1981), associa o entretenimento como uma extensão do trabalho na reprodução dos processos tecnológicos ou imitando produtos que serviriam ao próprio trabalho no capitalismo tardio.

Podemos interpretar assim que o intervalo, denominado tempo livre, reproduz ideologias e condições de dominação sob a forma de entretenimento coletivo e alienado, muitas vezes promovidos pelo próprio Estado. Ai reside nossa problemática de estudo, pois se concebemos o lazer como produto da sociedade moderna, cujo atributo envolve a extensão do direito às classes populares ao

mesmo tempo em que condiciona essa liberdade ao que lhe impõem as classes dominantes, vamos nos deparar com um conceito bem contraditório, que no mínimo, poderá ser expresso da seguinte forma:

*Podemos definir el ocio, en el marco de la sociedad emergente, como una experiencia personal y um fenómeno social, que participa de una serie de dimensiones de carácter autotélico y exotélico, posibilitando o impidiendo el desarrollo de procesos de interiorización y actividad, en el marco de los tiempos y espacios en los que se manifiesta. (SAN SALVADOR DEL VALLE, 2000, p. 25)*

Sem ater-se aos aspectos assinalados acima e de que o lazer reproduz ideologias e condições de dominação, Dumazedier (1999) difundiu no Brasil a concepção que mais se reconheceu como conceito de lazer, justificando-o como um conjunto de ocupações que o indivíduo pode entregar-se com pleno consentimento, seja para descansar, para divertir-se ou para desenvolver sua participação social voluntária, sua informação ou formação desinteressada, depois de estar liberado de todas suas obrigações profissionais, familiares e sociais.

Apesar dos equívocos conceituais e ideológicos que a conduziram, a problemática do lazer está inserida na agenda pública brasileira desde a década de 40, de forma ainda modesta e fragmentada, seja pela quase inexistência de estruturas institucionais, orçamento e ações ou pela abrangência do fenômeno, já que esporte, cultura, arte e turismo representam dimensões de um mesmo conceito que, disperso, não encontrou forças para se legitimar.

Como direito social o lazer é uma dessas prestações sociais que o Estado está obrigado a atender e que representa, portanto, um bem social indispensável cujo avanço abre as potencialidades dos sujeitos em busca de uma vida com qualidade. (CURY, 2006)

Não obstante essa realidade, até mesmo o meio acadêmico também não se empenha no estudo do problema, concentrando em apenas quatro, dos quarenta e sete grupos de pesquisa sobre “Lazer e Recreação” cadastrados no CNPq, a área de “Política Pública”<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup>Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, último Censo, realizado em 2010.

Além deste contexto específico convém ainda um olhar mais periférico, que nos permite compreender que no senso comum o conceito de lazer ainda é depreciado e pejorativo, principalmente nos países que ainda não alcançaram uma cobertura de bem-estar social satisfatória para sua população. Neste caso, em que o Brasil se mostra como exemplo, a realidade cotidiana se expressa pela busca individual dos direitos mínimos de sobrevivência e pela oferta do Estado de serviços e infraestrutura básica que atendam a maioria de uma população carente, com poucas expectativas para o lazer.

Ainda assim, diante de um quadro que parece desfavorável, consideramos relevante o estudo deste tema, pois é na qualidade do uso do tempo livre que são fundadas as bases do desenvolvimento humano, perpassando diversas etapas de nossa própria existência e várias gerações da nossa sociedade. Ademais, as estatísticas globais demonstram que, mesmo nos países em desenvolvimento, houve diminuição das horas de trabalho, aumento significativo do tempo livre e expansão da expectativa de vida, fatores que têm impacto na economia, na educação, na política, na cultura e na subjetividade dos indivíduos. Soma-se ainda o fato de que mesmo nas condições mais adversas sempre existe um espaço para a brincadeira, a festa, o jogo e tantas outras manifestações de lazer que fazem parte da “casa e da rua” da população brasileira.

É preciso analisar a essencialidade do lazer como direito que permite ao indivíduo liberdade de expressão e satisfação de suas necessidades imateriais. Instituída essa compreensão, o primordial de nosso estudo é a crítica sobre os paradigmas adotados pelo poder público e que, em nosso entendimento, consagraram aquilo que denominamos de “Política de Instante”.

O instante, como adjetivo das políticas de lazer, é representativo dos paradigmas vigentes no Brasil desde o Estado Novo e se apresenta confortavelmente adequado às políticas atuais, da aclamada “pós-modernidade” de uma sociedade líquida, que preza pela descontinuidade, instabilidade, abstração e instantaneidade das ações. (BAUMAN, 2001; MAFFESOLI, 2003)

Como um fenômeno ressignificado na era moderna, o lazer foi apropriado como um exemplo concreto da tensão entre trabalho e capital, perpassando por relações de hegemonia poderosas e duradouras, que expressam determinações econômicas, políticas, sociais e culturais produzidas pelo modo de produção

capitalista.

Resistente a este modelo de apropriação, a Carta Internacional de Educação para o Lazer, subscrita pela *World Leisure Organization - WLO*, considera que o lazer seja:

Uma área específica da experiência humana com seus próprios benefícios, incluindo liberdade de escolha, criatividade, satisfação, diversão e aumento de prazer e felicidade. Abrange formas amplas de expressão e de atividades cujos elementos são tanto de natureza física quanto intelectual social, artística ou espiritual. O lazer promove a saúde e o bem-estar geral oferecendo uma variedade de oportunidades que possibilitam aos indivíduos e grupos escolherem atividades e experiências que se adequem às suas próprias necessidades, interesses e preferências. (WORLD LEISURE ORGANIZATION, 1993, p. 1).

A partir dessa constatação podemos indicar que as políticas públicas de lazer correspondem a um conjunto de intervenções que se materializam em bem ou em serviço de interesse público com objetivo de assegurar o direito ao lazer. Complementamos o entendimento das políticas públicas com a perspectiva de Lipsky (1980):

[...] as decisões dos burocratas que desempenham atividades-fim, as rotinas que eles estabelecem, os expedientes que eles criam para contornar as incertezas e as pressões, eis o que vêm a ser de fato as políticas públicas (LIPSKY, 1980 apud ARRETCHE, 2001, p. 47).

É complexo imaginar que as decisões de burocratas na atualidade possam dar conta da perspectiva de lazer apresentada pela WLO e mais difícil ainda considerar que estejam atentos a teia de contradições descritas por San Salvador del Valle (2000). As ações do Estado Brasileiro levam em conta o lazer como instrumento para o qual se desenvolvem propostas instantâneas que reforçam a relação de hegemonia, que subordina o lazer às indústrias esportiva, cultural e de entretenimento, que se limitam à mercantilização do esporte, à espetacularização, a construção de espaços lúdicos sem proposta significativa e à massificação das experiências.

Hoje podemos observar um círculo vicioso do lazer que se adapta às mudanças da ordem socioeconômica estabelecida e convive em função dos fatores ideológicos que a mantem, favorecendo a criação incessante de novos bens de consumo para o tempo livre, que não satisfazem as necessidades de desenvolvimento pessoal dos indivíduos, mas criam outras de caráter puramente efêmero.

Diante deste quadro, ressignificar o lazer exige uma mudança qualitativa difícil, que equipare os valores hedonistas (bem-estar, felicidade, prazer e diversão) com os atributos de uma experiência pessoal consciente, capaz de garantir benefícios individuais e coletivos, os quais caracterizam as políticas públicas de lazer como resposta à demanda coletiva das classes sem disposição para o consumo, mas abertas ao que Cabeza (2000) define como um modo de ser e perceber, um estado mental ou se quisermos um âmbito da experiência humana.

O que nos alerta diante de nosso entorno é que as condições de vida do cidadão brasileiro vêm se transformando de forma acelerada, afetando as formas de mobilidade, de moradia, de trabalho, de relação com o meio ambiente e de uso do tempo livre. Tais mudanças são acompanhadas de forma precária e anacrônica, por meio de pesquisas, estatísticas e estudos, servindo de reflexão sobre possíveis demandas não atendidas pelas políticas públicas de lazer no Brasil.

Segundo a pesquisa piloto do IBGE, por exemplo, durante a PNAD Contínua em 2009, o padrão de uso do tempo<sup>3</sup> dos brasileiros que vivem no espaço urbano de cinco unidades federativas, se caracteriza, no aspecto do lazer, pela concentração de um maior número de horas na dedicação de atividades relacionadas ao “uso dos meios de comunicação de massa”, que de acordo com a CONCLA<sup>4</sup>, se referem às atividades de leitura, assistir televisão e vídeo, escutar rádio e áudio, uso do computador e visita a biblioteca.

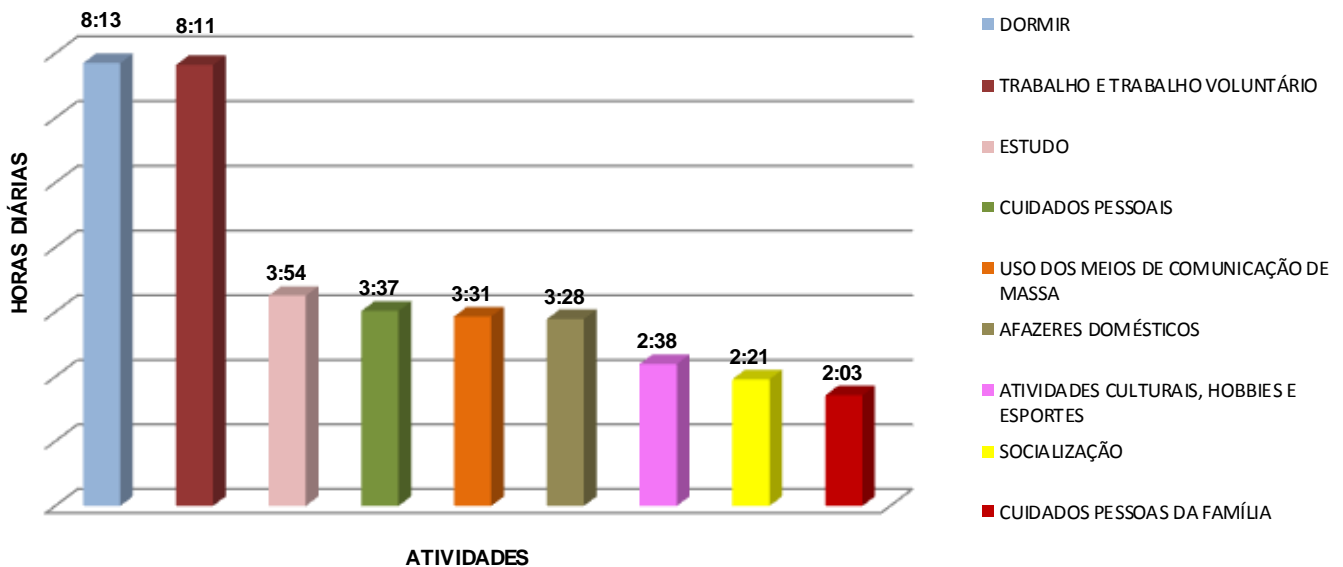
---

<sup>3</sup> De acordo com o IBGE o levantamento piloto sobre o uso do tempo deveria servir para formatar as pesquisas futuras do órgão sobre o tema mas até o momento, desde 2009, não se realizaram publicações de avanços, deixando uma iniciativa promissora para as políticas de lazer, sem continuidade.

<sup>4</sup> A CONCLA disponibiliza as classificações estatísticas nacionais usadas no sistema estatístico e nos cadastros administrativos do Brasil e as classificações internacionais.



**GRÁFICO 1. TEMPO MÉDIO DEDICADO POR DIA ÀS ATIVIDADES PRINCIPAIS. BRASIL. 2009**

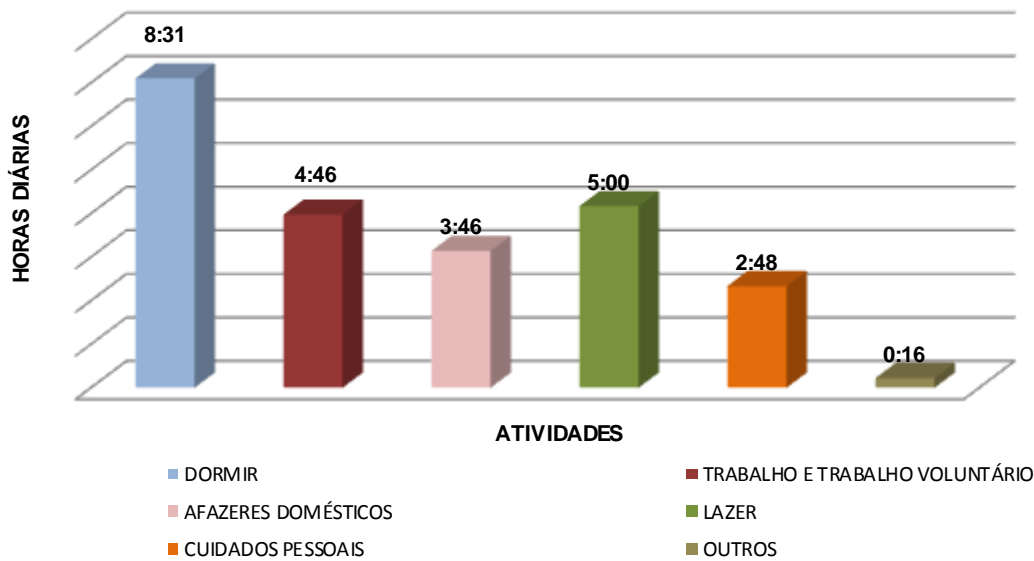


Fonte: Elaboração própria, adaptado de Pesquisa Piloto de Uso do Tempo 2009. Primeiros Resultados. 12º Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares. Rio de Janeiro, 2012.

Outras atividades que caracterizam o uso do tempo livre dos brasileiros foram as relacionadas aos “eventos culturais, hobbies e esportes”, que apesar da relevância do tempo ocupado não superam os “afazeres domésticos”, principalmente se consideramos o tempo disponível da mulher, que se dedica 1 hora e 31 minutos a mais que os homens. A “socialização” também ocupa um tempo significativo dos brasileiros, que registram um total diário de 2 horas e 21 minutos para conversar, participar em eventos sociais, fazendo ou recebendo visita.

Inevitavelmente, percebemos que o tempo dedicado ao trabalho consome a maior parte do tempo do brasileiro que realiza essa atividade, restando pouca oportunidade de tempo livre, situação bem diferente quando comparamos com os 18 (dezoito) países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE, tendo em vista que as horas dedicadas ao lazer por eles superam à média das horas de trabalho, favorecendo a prática de atividades de livre escolha, que compõem o leque de opções do lazer.

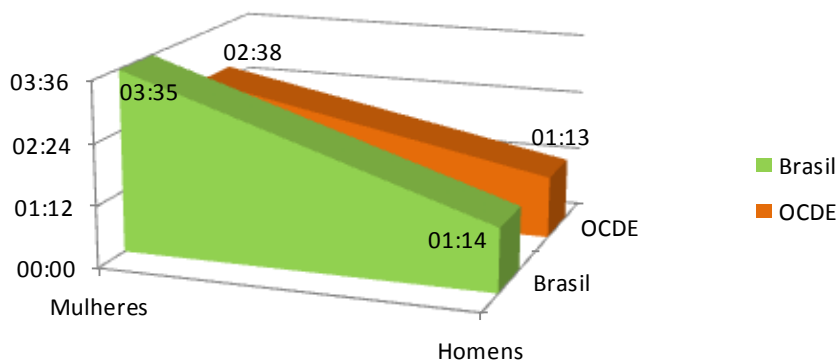
**GRÁFICO 2. TEMPO MÉDIO DEDICADO POR DIA EM DIFERENTES ATIVIDADES NOS PAÍSES DA OCDE. 2011**



Fonte: Elaboração própria, adaptado de Average minutes spent in different activities (both weekdays and weekends).  
 Portal de Dados da OCDE <http://www.oecd.org/statistics/>

No sentido contrário dos países da OCDE, a realidade brasileira reflete aquilo já evidente no cenário da concorrência global, onde países da América Latina e Ásia, com salários mais baixos, representam a principal força do competitivo mercado de trabalho mundial.

**GRÁFICO 3. TEMPO MÉDIO DEDICADO POR DIA EM AFAZERES DOMÉSTICOS, POR GÊNERO. BRASIL (2009), OCDE (2011)**



Fonte: Elaboração própria, adaptado de: Average minutes spent in different activities (both weekdays and weekends).  
 Portal de Dados da OCDE <http://www.oecd.org/statistics/> e IBGE, Pesquisa Piloto de Uso do Tempo 2009. Primeiros Resultados. 12º Fórum do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares. Rio de Janeiro, 2012.

Convém considerarmos que também existem algumas disparidades entre gêneros, o que é comum em qualquer lugar do mundo. Assim, mais uma vez a mulher dispõe de menos tempo para o lazer e mais tempo para atividades domésticas, o que exige maior atenção por parte dos gestores das políticas de lazer.

A questão que se levanta diante desses resultados é que a diminuição das horas de trabalho se encaminha como uma tendência mundial, que certamente alcançará a realidade dos brasileiros, que não sabem o quê fazer com o seu tempo livre e não tem um repertório atrativo e continuado de lazer gratuito, que acompanhe o indivíduo da sua infância até a velhice.

Como definiu De Grazia, transformar tempo livre em lazer é uma tarefa difícil, e profetizando aquilo que hoje se materializa como realidade nas estatísticas, alerta para o seguinte:

A forma não crítica e imóvel que se emprega o tempo livre – em casa, nas tardes, em atividades que não requerem nem pensamento nem esforço, principalmente como expectador em uma poltrona – parece se relacionar com o ritmo e a concentração de trabalho [...]. (DE GRAZIA, 1966, p. 292, tradução nossa)

Outra questão agravante é a representação do tempo livre, pois sua visão romântica indica que seja um tempo de não-trabalho, onde não se faz nada por obrigação, no qual se pode optar por fazer atividades prazerosas, descansar ou não fazer nada. Se não houvesse a interferência do capital esta seria realmente a expressão concreta do tempo livre, entretanto, não apenas o tempo de trabalho é consumido pelo sistema sociometabólico totalitário, mas o tempo de não-trabalho também. O risco dessa apropriação do tempo-livre pelo capital é a transformação daqueles instantes que seriam do “reino da liberdade”, indicado por Marx (2003), em tempo de alienação e consumismo.

Consequente da redução da jornada de trabalho ou quando este deixa de ser determinado por necessidade ou utilidade, o “reino da liberdade” constitui um ideal imprescindível para uma experiência valiosa de lazer, entretanto, pressionado pelo fetichismo da mercadoria e pelo controle do capital, tal experiência se torna alienante, resultando na preferência de atividades sem autonomia, motivação, criatividade e satisfação.

As pesquisas sobre o uso do tempo apontam esse caminho, já que a preferência dos brasileiros é por um lazer passivo, dedicado a utilização dos meios de comunicação, como a TV e a internet. A população não faz o aproveitamento do espaço público e do espaço de convívio coletivo no seu tempo livre de obrigações, seja pela atratividade da casa, como espaço de lazer ou pela falta desvalorização da função urbana do lazer por parte dos gestores públicos. Situação descrita por Pellegrin, no ano de 1996 e que até hoje está presente nas cidades.

[...] a própria valorização da rua enquanto espaço de lazer é uma questão para o poder público. Nas grandes cidades existem poucos espaços públicos vazios, há falta de segurança nos equipamentos públicos de lazer e no transporte até eles [...]. (PELLEGRIN, 1996, p. 35)

Para colaborar na compreensão dessa preferência do lazer individual e do espaço privado adotamos as informações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que desenvolveu o Sistema de Indicadores de Percepção Social – SIPS. O SIPS constitui uma pesquisa domiciliar e presencial que visa captar a percepção das famílias acerca das políticas públicas implementadas pelo Estado, independente destas serem usuárias ou não dos seus programas e ações.

O conceito principal do estudo realizado pelo IPEA é o de referencial e o relatório por nós analisado tem como objetivo a delimitação empírica dos seguintes elementos: percepção social sobre a organização urbana para a prática cultural, disposições culturais para uso do tempo livre, percepções a respeito da oferta cultural e frequência das práticas culturais.

Naquilo que nos interessa sobre a relação espaço urbano e lazer percebida pelos entrevistados, observamos o seguinte panorama, apresentado na tabela a seguir:

**TABELA 1. PERCEPÇÃO A RESPEITO DA LOCALIZAÇÃO DE ESPAÇOS PARA PRÁTICAS CULTURAIS E SOCIAIS. BRASIL, 2010**

Localização por proximidade onde mora				
Espaço	Muito bem localizado	Razoavelmente bem localizado	Mal situado	Outros*
Espaços verdes	30,7	36,5	31,0	1,7
Equipamentos esportivos	20,1	31,0	43,2	5,7
Equipamentos culturais	15,7	26,4	51,0	6,9
Comércios	59,5	30,6	9,1	0,8
Lugares de encontro e vida associativa	20,9	32,0	40,8	4,1

Fonte: Pesquisa SIPS – IPEA, 2010

\* compreende: não tem, não sabe ou não respondeu

Vejamos que no item “espaços verdes”, que compreende praças e parques, a percepção de “razoavelmente bem localizado” e “mal situado” somam juntas mais que 60% do percentual expresso pelos entrevistados, situação que se repete com maior impacto nos aspectos de equipamentos esportivos e equipamentos culturais, onde apenas a percepção de “mal situado” foi de 43,2% e 51% respectivamente. Somente no comércio prevalece a percepção “muito bem localizado”, evidenciando aquilo que Santos denomina de urbanização corporativa.

O fenômeno que Santos (2005) denomina de urbanização corporativa caracteriza o panorama de ocupação e organização das cidades a partir do Brasil moderno, pós-1964. Incentivada pela expansão capitalista patrocinada pelos recursos públicos, a urbanização corporativa favoreceu o interesse das grandes empresas, com modelos preestabelecidos de categorias espaciais, dentre as quais aquelas que atendem aos objetivos da especulação e dos interesses do capitalismo monopolista.

Vazios urbanos, circulação rodoviária sobrecarregada, proliferação de espaços habitacionais periféricos, carência de infraestrutura, marketing urbano e especulação imobiliária são apenas alguns dos fatores que contribuem para a urbanização corporativa e demonstram a problemática do crescimento urbano nas cidades brasileiras. Acrescentando ainda a seletividade dos espaços podemos perceber que não houve nenhum esforço no sentido da socialização dos lugares, ou como diria Santos (2005), em favor da “cidade social”.

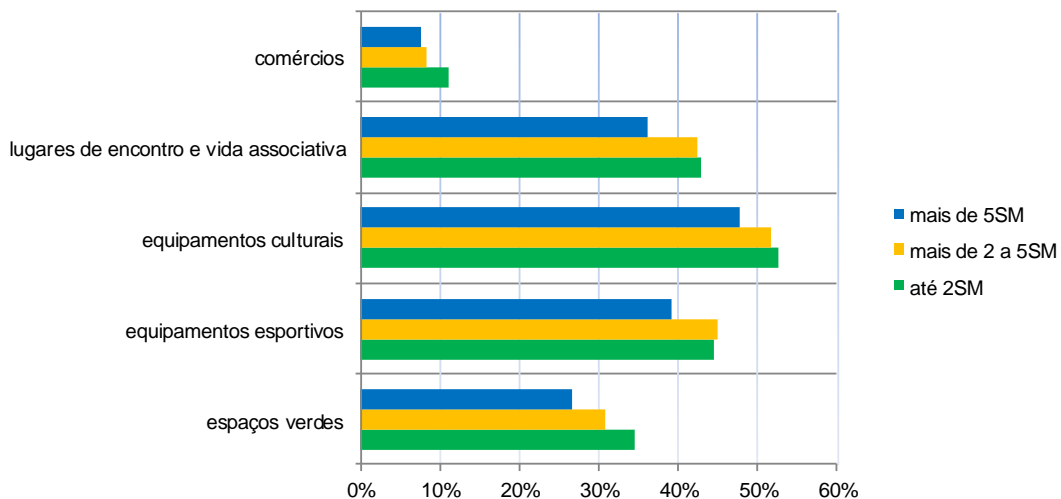
A cidade econômica prevaleceu até meados dos anos 90, quando as consequências do processo corporativo se evidenciaram na forma de um crescimento acelerado das áreas urbanas e conseqüentemente a metropolização intensa, principalmente nas regiões sul e sudeste.

Notamos que o aumento das demandas de atendimento dos direitos sociais, inclusive do lazer do trabalhador, acompanhou a expansão social e espacial da cidade, mas apesar desta expansão, podemos constatar, seja pela comprovação da pesquisa ou pela fala de Santos (2005, p. 122):

[...] a cidade, cada vez mais próxima de uma metrópole corporativa, está muito mais preocupada com a implantação de meios gerais de produção que atendam os negócios e as atividades econômicas do que com a produção dos serviços sociais e com o bem-estar coletivo.

Podemos observar nos resultados do SIPS que conforme aumenta a classe de renda da família melhora também a sua percepção quanto à localização dos espaços verdes, equipamentos culturais e lugares de encontro.

**GRÁFICO 4. PERCEPÇÃO “MAL SITUADO” DOS ESPAÇOS PARA PRÁTICAS CULTURAIS E SOCIAIS, POR CLASSE DE RENDA. BRASIL, 2010.**



Fonte: Elaboração própria, adaptado de Pesquisa SIPS – IPEA, 2010

A realidade ainda é mais agravante quando constatamos que foi a população de mais baixa renda a maior prejudicada por essa dinâmica urbana, consequência que se reflete na percepção dos equipamentos culturais, cada vez mais distantes,

em função da classe de renda familiar.

No entanto é necessário associar essa problemática às iniciativas governamentais de ampliação do direito à cidade, pois pensar no direito à cidade nos remete, conseqüentemente, a pensar no direito à moradia digna, um dos principais eixos da discussão da luta por reforma urbana, que extrapola a ideia de direito à moradia como um direito a uma mercadoria de consumo colocada à disposição no mercado, concebendo um novo projeto de sociedade, muito bem descrito na entrevista de Raquel Rolnik (2012) à revista *Le Monde Diplomatique* Brasil:

O direito a moradia não é o de ter quatro paredes e um teto em cima da cabeça, mas sim uma porta de entrada para uma qualidade de vida decente, uma forma de acesso a outros direitos como educação, saúde, meio ambiente saudável, trabalho. Ou seja, não é o direito a possuir um bem. (ROLNIK, 2012, s/n)

Compreendemos, desta forma, que o direito à moradia inclui a satisfação das necessidades humanas e vai além de “quatro paredes” contemplando também o espaço de vivência social e ambiental, o espaço do lazer. Sendo assim é imprescindível enxergar o lazer para além de uma política de atividades culturais e equipamentos esportivos, mas sim como expressão de qualidade de vida e satisfação das necessidades humanas no contexto do espaço urbano.

Com referência a Damata (1991), tanto a casa como a rua são espaços onde nos realizamos como seres humanos. A casa, restrita mais ao ambiente familiar e a rua ao público, coletivo e diverso. Em oposição ao tempo de trabalho, que se desenvolve quando estamos fora de casa, o tempo livre está presente em ambos espaços, em ambas dimensões. Trata-se de um tempo de liberdade para realizar aquilo que nos faz sentir bem.

Perversamente a lógica do capital está presente em quase todas as instâncias de nossas vidas e no que tange ao lazer a realidade não seria diferente, pois a “indústria do entretenimento” investe crescentemente numa concepção de lazer baseada no consumo, que Pellegrin (2006, p. 108) caracteriza como “um campo vasto de investimento e exploração de negócios lucrativos, uma vez que é possível trabalhar a partir dessa demanda de ‘felicidade’ pelo consumo” sob a

exploração de uma oferta diversificada de viagens, espetáculos, esportes, compras, tecnologia, etc.

É uma realidade que, segundo Baumann (1998 apud AMIGO, 2010, p. 93) expressa o abandono da economia produtivista por uma economia consumista que mais tarde o autor vai identificar como a passagem da modernidade sólida para a modernidade líquida, caracterizando a mudança de paradigmas, com o abandono da centralidade no trabalho em direção à valorização do consumo que caracteriza a modernidade privada, regulada e compulsiva.

Numa análise mais complexa poderíamos avançar nessa discussão em busca da compreensão das contradições do lazer como expressão dessa modernidade líquida, tendo em vista que defendemos que “políticas de instante” são resultados dessa “sociedade de consumo”, que além de consumir gera consumidores, num processo assim descrito por Debord:

A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir toda a realização humana, uma evidente degradação do *ser* para o *ter*. A fase atual, em que a vida social está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do *ter* para o *parecer*, do qual todo “ter” efetivo deve extrair seu prestígio imediato e sua função última. Ao mesmo tempo, toda realidade individual tornou-se social, diretamente dependente da força social, moldada por ela. Só lhe é permitido aparecer naquilo que ela não é. (DEBORD, 1994, p. 18)

A busca daquilo que socialmente é moldado pela sociedade e tem prestígio perante o outro também se insere nas contradições do lazer, que de uma forma geral atende várias expectativas, sejam elas significativas ou simplesmente espetáculos que concretizam a alienação. Refletir sobre essas contradições faz parte do desafio de avaliar a compatibilidade ou emancipação do lazer diante desse universo material, simbólico e instantâneo da denominada “modernidade líquida”.

Partindo de uma análise das estatísticas nacionais verificamos, no item anterior, que o comportamento do brasileiro em relação ao tempo livre é muito concentrado no uso dos meios de comunicação de massa, evidenciando pela



utilização substancial da internet<sup>5</sup> a possibilidade do chamado “lazer virtual”.

Outra informação importante aliada ao comportamento do uso do tempo livre é o gasto familiar em despesas relacionadas ao lazer, que no entendimento da economia irá determinar a posição hierárquica do lazer em relação às demais necessidades familiares, a territorialidade do consumo do lazer e as atividades de maior consumo realizadas pelo cidadão brasileiro.

Assim, no grupo denominado como “recreação e cultura” da última Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (2008-2009) realizada pelo IBGE, encontramos as despesas com brinquedos e jogos, celular e acessórios, livros, revistas e periódicos não didáticos (jornais, revistas infantis, etc.) e as despesas com recreações e esportes (cinema, teatro, futebol, ginástica, artigos de caça, pesca, camping, etc.) que equivalem ao gasto médio mensal do brasileiro de R\$ 42,76 (quarenta e dois reais e setenta e sete centavos), ou seja, 2% das despesas totais.

O resultado da pesquisa também confirma a dificuldade das famílias em chegar ao fim do mês com algum rendimento monetário<sup>6</sup>, ou seja, aquele recurso financeiro que na maioria das vezes é direcionado para o lazer, após o pagamento dos compromissos relacionados à habitação, transporte, educação, saúde, vestuário e alimentação. Em se tratando da região nordeste, além de concentrar o maior percentual de dependência da transferência de renda no orçamento (22,5% do orçamento) a dificuldade é ainda maior, pois retém os maiores índices de “rara” ou “nunca” frequência em ambientes e atividades como a) bares, boates e danceterias; b) teatro, circo e shows de dança; c) cinema; d) jogos e competições esportivas e e) museus e centros culturais.

Em contrapartida os índices de maior frequência às atividades culturais se concentram, majoritariamente, nas regiões sudeste e norte do País, contribuindo de forma significativa para o mercado de recreação e cultura, que vemos na tabela a seguir está em crescimento.

---

<sup>5</sup> Que juntamente com TV ocupam diariamente 2 horas e 48 minutos da pesquisa de tempo realizada pelo IBGE.

<sup>6</sup> Cerca de 75% dos entrevistados na POF informaram ter muita dificuldade, dificuldade ou alguma dificuldade para chegar ao final do mês com algum rendimento monetário familiar em contraposição aos 26% que indicaram ter alguma facilidade, facilidade ou muita facilidade.

**TABELA 2. VARIÁVEIS REFERENTES À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATIVIDADES RECREATIVAS E CULTURAIS. BRASIL, 2011**

Ano	Receita operacional líquida	Gastos com pessoal	Número de Empresas	Pessoal ocupado em 31/12
2008	R\$ 3.897.079,00	R\$ 1.092.084,00	19.707	99.174
2009	R\$ 4.059.022,00	R\$ 1.194.754,00	20.524	105.839
2010	R\$ 4.993.917,00	R\$ 1.495.328,00	24.544	124.051
2011	R\$ 6.030.744,00	R\$ 1.797.361,00	29.526	143.334

Fonte: Elaboração própria, adaptado de IBGE, Pesquisa Anual de Serviços, 2008-2011, in <http://www.metadados.ibge.gov.br><sup>7</sup>

Ainda que apresente modesto crescimento no número de empresas entre 2008 a 2011, ou que os hábitos de consumo dos brasileiros ainda estejam concentrados em duas regiões principais, o mercado do entretenimento está aquecido, pois, de acordo com o Instituto de Informações e Mídia, da Nielsen Consultoria<sup>8</sup> os brasileiros priorizam gastos extras com entretenimento, em vez de investir na poupança, dado que 39% dos participantes de sua pesquisa preferem investir no lazer quando têm dinheiro sobrando.

Devemos salientar ainda que os dados apresentados até o momento não incluíram o setor de viagens e internet, que juntos contabilizam cinco vezes mais a receita líquida da prestação de serviços de recreação e cultura.

Mas qual a relação de tudo isso com as políticas públicas de lazer? Fica claro, desde o início de nossa discussão, que a experiência de lazer está cada vez mais próxima de uma experiência de consumo, que pode dar espaço a vivências individuais e coletivas satisfatórias, mas que também se apresenta como porta aberta para aquilo que Padilha (2006, p. 126) denomina de “lazer reificado no universo onírico do *shopping center*”, ou seja, o lazer legitimado no espaço que acolhe calorosamente a racionalização do capital.

O Estado não pode se fechar para essa realidade, principalmente pelo fato de que milhões de brasileiros estão distantes de uma experiência significativa de lazer,

<sup>7</sup> A PAS tem como objetivo identificar as características estruturais básicas das atividades prestadoras de serviços e suas transformações no tempo permite estimar o valor adicionado, pessoal ocupado, salários, receitas, custos e despesas.

<sup>8</sup> De acordo com a matéria “O Setor de Entretenimento no Embalo das Oportunidades em 2014”, **Boletim Sebrae**. Disponível em <<http://www.sebraemercados.com.br/o-setor-de-entretenimento-no-embalo-das-oportunidades-em-2014/>>. Acesso em julho, 2014.

seja pela falta do tempo livre, de dinheiro ou de alternativas gratuitas de qualidade, que estejam ao seu alcance físico e emocional, haja vista que muitos equipamentos culturais públicos não são frequentados em função da barreira social, justificada por serem lugares elitizados.

É justamente no reconhecimento dos hábitos de lazer, da disposição e interesse da população por atividades recreativas, lúdicas, esportivas, turísticas ou artísticas que reside o impulso para que se desenhem políticas que atendam suas necessidades, tal qual foi apresentado um recente programa do Governo Federal, que embora abrace a causa do setor privado, a exemplo de outros programas sociais, está direcionado à democratização do acesso a cultura.

O mais novo projeto de incentivo ao lazer e a cultura do Governo Federal leva em conta a dinamização do mercado cultural com a proposta do “Vale Cultura”<sup>9</sup> que de acordo com notícia veiculada no mês de julho de 2014, pelo jornal Estadão<sup>10</sup> após seis meses de sua instituição, já foi distribuído a 215.600 trabalhadores de todas as regiões do Brasil que recebem até cinco salários mínimos. Ao todo, o jornal ainda divulga que já foram consumidos cerca de R\$ 13 milhões e desse valor, R\$ 12 milhões foram utilizados para comprar livros, jornais, revistas e artigos de papelaria.

O “vale cultura” se insere nas ações do Programa de Cultura do Trabalhador e tem os seguintes objetivos: (i) possibilitar o acesso e a fruição dos produtos e serviços culturais; (ii) estimular a visitação a estabelecimentos culturais e artísticos; e (iii) incentivar o acesso a eventos e espetáculos culturais e artísticos.

Os benefícios do “vale cultura” se direcionam aos trabalhadores mas também favorecem as empresas com personalidade jurídica, que possuem vínculo empregatício formal com seus funcionários e que fizeram a adesão ao Programa Cultura do Trabalhador, junto ao Ministério da Cultura. O benefício se dá por meio da isenção dos encargos sociais e trabalhistas sobre o valor do benefício concedido, e ainda, no abatimento da despesa no imposto de renda em até 1% do imposto devido.

Ao que parece, todos ganham com o “vale cultura” e não há dúvidas de que este incentivo ampliará a receita líquida de seis milhões do mercado de recreação e

---

<sup>9</sup> BRASIL. Lei 12.761 de 27 de dezembro de 2012

<sup>10</sup>Ver em <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,vale-cultura-movimenta-r-13-7-milhoes-em-vendas-aponta-balanco,1524649>> acesso em 12 de julho de 2014.

cultura, mas o que se espera é que os investimentos em lazer também evoluam significativamente, numa ação paralela que não se caracterize pela descontinuidade que registramos no ano de 2014, quando, em função da Copa do Mundo, todos os gastos diretos com lazer se reduziram a “nenhum tostão”.

Enfim, cada vez mais observamos a progressão rápida do mercado, inclusive com incentivo estatal, enquanto as políticas de lazer não acompanharam o mesmo ritmo, com propostas dessincronizadas ou dissociadas dos interesses e necessidades da sociedade, que se configura por diferentes grupos de indivíduos, em contextos determinados por suas variáveis econômicas e sociais.

Construindo realidades próprias, expressando formas, valores, conteúdos e experiências impostas para moldar um coletivo de homens-massa, que sente, porém não sabe nem compreende, o conjunto de mecanismos coercivos que atingem a sociedade se torna visível no relato, sobre a infância, da escritora Maria Helena Vargas da Silveira:

*Em 1952, Maria conheceu as professoras especializadas. Iniciou em Artes Plásticas, Música e Educação Física, do jeito que os professores queriam, sem dar opinião. Copiando, imitando, imitando. Ensaiou o sombreado, perspectiva, tudo bem igualzinho ao da professora, pois do contrário era nota zero. Maria jamais botou o seu coqueiro para fora, só o da professora. E mesmo nem poderia, nem via um coqueiro. (SILVEIRA, 1987, p. 44)*

Consciente dessa força repressiva, onde o Estado é copartícipe, partimos para uma pesquisa investigativa a acerca do repertório e do histórico familiar de lazer dos jovens parnaibanos, com o objetivo de confrontar quais seus hábitos, desde a origem familiar, e suas expectativas, a partir da percepção sobre a necessidade e o valor do lazer.

Trata-se de um corte bem definido, no qual estamos lançando o olhar num contexto de jovens que vivem na área urbana de uma cidade de pequeno porte, que segue a tendência nacional, de crescimento populacional proporcionalmente maior do que os grandes centros urbanos mas sem perder características de “urbanidade emergente”.

Se a aparência demonstra aquilo que o senso comum ou que os paradigmas

dominantes impõem como realidade a essência vai revelar os traços sublimes e escondidos, tal qual desabafa SILVEIRA (1987), sobre a criatividade inibida no processo educativo.

Se para os gestores públicos, assim como aos donos dos meios de produção, o valor do lazer limita-se à expressão de sua utilidade aparente, vamos compreender com o perfil dos jovens parnaibanos e de seus familiares, que o jogo não está vencido, e que o significado do lazer, do tempo livre ou do ócio vai além das constatações que reduzem a sociedade à mera expectadora, conduzindo-nos para aquilo que Heller (1974) denomina de sistema de necessidades humano.

Entrevistamos 32 (trinta e dois) estudantes do primeiro ano do ensino médio das escolas públicas de Parnaíba e 43 (quarenta e três) familiares diretos (avô/avó, pai/mãe). A maioria dos estudantes foi do sexo feminino (69%) e com idade na faixa dos 14 a 16 anos (53%). A proporção de jovens com 17 a 18 anos foi de 37,5%. Ainda registramos dois jovens com mais de vinte anos e um que não declarou idade.

Num total de 43 (quarenta e três) voluntários, pais, mães, avós e avôs dos jovens estudantes que participaram da primeira etapa da pesquisa forneceram informações valiosas, demonstrando um histórico familiar de lazer e de perspectivas, onde foram apresentadas várias contribuições ao estudo, em especial quando nos deparamos com o item de sugestões e complementos, no qual foram extraídas memórias instigadas pela lembrança da juventude dos colaboradores.

No primeiro questionário (disponível no Apêndice A), com abordagem direta aos jovens, foram averiguados três aspectos fundamentais que apresentam a percepção dos jovens sobre as políticas públicas de lazer e sua interferência na vida pessoal; as características mais comuns nos seus hábitos de lazer; e a identificação de atividades que não fazem parte do repertório de lazer individual mas que o jovem julga interessante para sua vida.

Quanto ao segundo questionário (disponível no Apêndice B), direcionado aos familiares (pai/mãe, avô/avó), os temas pertinentes foram as características mais comuns nos seus hábitos de lazer na juventude e, assim como verificado junto aos jovens, as atividades interessantes que não fizeram parte de seus hábitos de lazer.

Nosso estudo pode constatar a percepção dos jovens sobre a necessidade, direito e valor do lazer, ultrapassando os limites da aparência e revelando que a

satisfação em suprir essa necessidade traz bem-estar, alegria e beleza em nossas vidas, tal qual os conceitos clássicos do fenômeno.

A dificuldade em suprir essa necessidade a partir do usufruto do direito social está na falta de compreensão dos gestores e na sua superficialidade em tratar o tema. Ainda que ofereça um aparato legal e institucional, de forma aparente, o Estado oferta um mínimo de opções de lazer, que não atende as expectativas e necessidades da população.

Na percepção da maioria dos entrevistados, com destaque para a faixa etária de 14 a 16 anos, o setor público não oferece atividades de lazer gratuito na sua cidade, esvaziando as opções de lazer nos finais de semana, contrariando assim disposição dos jovens que dizem preferir se dedicar às atividades gratuitas continuadas do que a espetáculos de grande porte, que ocorrem de forma esporádica.

Diferente da oferta tradicionalmente disponível à população, o contingente entrevistado preza por atividades gratuitas que sejam semanais e continuadas, mesmo que não envolvam nomes de famosos artistas nacionais ou regionais. Seguindo essa tendência, é assim que os jovens demonstram sua preferência em estar com os amigos numa praça arborizada, com jardins, bancos e quadras de esportes do que em gastar R\$ 50,00 em atividades pagas dentro de um charmoso *shopping center*.

Apesar da preferência assinalada podemos perceber que os hábitos de lazer dos jovens entrevistados são bem restritos. A maioria admitiu que passa mais tempo assistindo TV ou utilizando as redes sociais na internet do que lendo livros, revistas ou jornais. Num cruzamento de dados é possível perceber que aqueles que não se identificam com esse perfil são os jovens que se dizem muito ocupados, sem tempo livre para atividades de lazer. Assim, aqueles jovens que dispõem de mais tempo para atividades de lazer compreendem o grupo que também utiliza maior parte de seu tempo livre junto aos meios de comunicação.

Como alternativa de escape dessa situação os jovens acreditam que sejam mais apropriados os investimentos públicos na construção de parques, praças, museus e centros culturais do que em subsídios financeiros para consumo do lazer.

A centralidade do lazer, que muitos autores profetizam deslocar o trabalho do

núcleo de nossas vidas, não desloca consigo a subordinação das relações sociais ao capitalismo tardio, pelo contrário, está a serviço dele, e pasmem, tem o Estado como principal protagonista.

A subordinação ao capitalismo moderno se revela de forma crucial no uso do tempo livre, que desde a nossa introdução foi apresentado como um elemento chave na justificativa do estudo das políticas públicas de lazer. Tanto o tempo livre como os hábitos de lazer são condicionados ao aspecto utilitário, que inviabiliza uma experiência completa, pois inibe a liberdade e abstrai o conceito de felicidade.

É assim que ao observar os hábitos de lazer verificamos que é mais comum entre os jovens a prática de atividades passivas, em sua forma não crítica e imóvel, quando não requerem nem pensamento nem esforço.

Em contraste com o que foi declarado pelos jovens, observamos que os familiares do grupo entrevistado tiveram um repertório de lazer mais variado. Entremeados com os momentos de labuta, as atividades no meio natural foram frequentes e muitos admitiram que faziam parte de suas atividades de lazer pescar, caçar, jogar bola, passear no campo, tomar banho de rio, de lagoa ou de mar. Em função disso os locais mais frequentados foram a praia, o rio, a lagoa, a praça e a igreja. As serestas, festas, vaquejadas e festividades religiosas também eram frequentes na juventude dos familiares voluntários.

Outro contraste evidente no confronto das gerações é que as "necessidades da fantasia" nem sempre foram satisfeitas por parte dos familiares entrevistados que, devido ao trabalho na roça e atividades laborais diversas, comuns no meio rural, afirmaram não ter tempo livre para o lazer.

As atividades em grupo, em espaço aberto, aos finais de semana, envolvendo tanto atividades realizadas gratuitamente como também aquelas que necessitam algum recurso financeiro, formam outras características do repertório de lazer dos jovens parnaibanos, que paralelo às atividades passivas, vivenciam experiências coletivas em lugares abertos, onde a finalidade está na ação por si mesma e não em seu valor utilitário, como meio para outro fim.

Os jovens entrevistados em nossa pesquisa elencaram livremente as atividades e instalações que consideram interessantes para compor seu repertório de lazer, quais sejam:

- Atividades: passeios e excursões; atividades culturais; namorar na praça; atividades na escola; sair com amigos; esportes (natação, voley, futebol, basquete, dança, competições escolares).
- Instalações: parques naturais e ambientais; cinema; piscinas populares; pistas de skate; quadras de esportes; praças organizadas e com paisagismo; museus; bibliotecas; shopping.

A atividade ligada à natação foi a mais citada, em conjunto com atividades culturais e a vontade de usufruir de praças bem organizadas, seguras e bonitas.

É fato que, diante de todo o repertório de lazer que os jovens parnaibanos têm interesse em introduzir no seu cotidiano, nos deparamos com uma realidade que retrata a situação recente de nosso País, conforme a problemática apresentada em nossa introdução, pois a maioria dos brasileiros frequenta cinema uma vez no ano, quase nunca frequenta museus ou jamais frequentou alguma exposição de arte ou dança - embora muitos saiam para dançar.

Todas essas evidências parecem justificar a falta de interesse do jovem em se dedicar às questões culturais e de formação intelectual, entretanto é preciso analisar que, assim como Parnaíba, grande parte dos municípios brasileiros não possui salas de cinema, teatros, museus e espaços culturais multiuso gratuitos, ou mesmo atividades programadas para a formação e produção cultural ao invés da simples reprodução. Além disso, o preço médio do livro de leitura é muito elevado quando se compara com a renda de um brasileiro que receba no máximo um salário mínimo.

Esse contexto, voltamos a afirmar, reforça a subordinação do lazer ao capitalismo tardio, evidenciando uma rápida transformação do fenômeno, que podemos verificar nos diferentes repertórios observados entre os jovens, seus pais e avós.

Disparadamente a principal oferta de lazer dos familiares, que situam sua fase de juventude entre as décadas de 60 e 90, foi a praia, consagrando a verdadeira intimidade dos pesquisados com o recurso natural, abundante e aprazível na região. A área rural em si também aparece como espaço de lazer, onde os entrevistados costumam narrar suas atividades de pesca, caça, passeio, piquenique e cavalgada. Assim como os jovens dos dias atuais os entrevistados também realizavam com



mais frequência atividades em grupo, em espaço aberto, porém se ocupavam mais com atividades ativas.

Diante do apresentado podemos concluir que nas características comuns dos hábitos de lazer dos familiares entrevistados, cada um em sua época, dispunha de maior relação com os espaços abertos para prática de lazer, bem como de menor investimento financeiro para satisfação de suas necessidades de entretenimento que era gratuito e que, predominantemente, era ativo, diferenciando-se da juventude atual onde há predominância das atividades passivas e equilíbrio entre as atividades pagas e gratuitas.

Ao final de nosso levantamento podemos perceber outras sutilezas que diferenciam gerações, pois dentre os familiares entrevistados a maioria indicou que sentiu necessidade, na juventude, de atividades relacionadas ao âmbito cultural, revelando a grande carência de suas cidades no atendimento desses equipamentos. Foram indicados os cinemas, museus, centros culturais, teatros, zoológicos, quadras de esporte, áreas de lazer nos bairros, bibliotecas, parques naturais e clubes como principais espaços interessantes.

As atividades mais carentes foram os eventos gratuitos, as praticas esportivas (futebol, voley, skate, motocross, aeromodelismo, dança) e, com pouca frequência, as atividades de uso das tecnologias (TV e computador).

Como resultado da pesquisa junto aos sujeitos do lazer no contexto da cidade de Parnaíba/PI, podemos concluir que foram significativas as mudanças ocorridas nos hábitos, onde a população cada vez mais se afastou ou foi afastada dos ambientes naturais e abertos. Hoje muitos espaços litorâneos estão sob o domínio privado, estabelecendo-se como lugares turísticos, com a implantação de empreendimentos de grande porte, de restrita acessibilidade da população local, tal qual verificamos na pesquisa de percepção sobre os equipamentos culturais, considerados "elitizados" pelo cidadão comum.

Essa pequena amostra de indicadores da realidade brasileira demonstra que existem vários condicionantes da realidade social que influenciam na formulação e implementação de políticas de lazer, conduzindo resultados que atendem interesses nem sempre voltados para os ideais do lazer, ou seja, daqueles que correspondem tanto às suas origens históricas como ao seu conceito moderno, quais sejam:

- Experiência pessoal não obrigatória, livre e permitida ou que permite, seja o descanso, o desfrute, o desenvolvimento humano enfim, tudo que não for guiado por metas ou utilidade. (CABEZA, 2000,2011).
- Necessidade humana que tem fim em si mesmo e tem relação com o estado físico, emocional, intelectual e espiritual da pessoa. (CABEZA, 2000; SUE, 1992).
- Fenômeno individual e social, de autoafirmação e identificação do indivíduo e seu coletivo. (HUIZINGA, 1972; ISO-AHOLA, 1980; NEULINGER, 1974).
- Satisfação que se garante pela motivação e exercício da liberdade percebida, em contraposição ao exercício da liberdade determinada. Supõe a liberdade “para” ao invés da liberdade “de”. (CSIKSZENTMIHALYI, 2010; DUMAZEDIER, 1980; FROMM, 1974).
- Experiência de caráter processual que faz parte de nossas vidas por meio de um diálogo temporal entre passado, presente e futuro, conformando uma vivência completa para além de atividades objetivamente consideradas, como o mero passatempo ou a recreação compensatória. (AMIGO, 2009).

Todos os elementos indicados acima representam atributos de uma experiência de lazer positiva que, adotando o conceito de *flow*, do psicólogo Csikszentmihalyi (2010), designamos como experiência valiosa<sup>11</sup> “ou que convertem-se no maduro e completo *ócio humanista*, de Cabeza (2000), legitimando assim a perspectiva da “política para o instante”. Neste caso vislumbramos o instante como o momento privilegiado do lazer, e a política, dissociada de seu caráter efêmero, passa a assumir seu compromisso com este processo que é definido no tempo porém não é instantâneo mas de temporalidade tridimensional, como afirma Cabeza (2010, p. 70): “*La experiencia de ocio fija su realidad en presente, pero se enriquece en la medida que incorpora significativamente el pasado y el futuro que le corresponde.*”

O compromisso do Estado com o lazer, que logo mais veremos, está historicamente situado na conversão de interesses, contextos e teorias, que ressignificaram o conceito de lazer ao longo da história da humanidade. No cenário

---

<sup>11</sup> Essa relação é discutida por Monteagudo (2004) ao se referir nos repertórios de lazer.

atual o processo de ressignificação do lazer tem como principal característica a ruptura com o capital, que vem se apresentando como uma tarefa difícil, mas cuja origem remonta outras transformações exigidas socialmente e que tendem a compreender o lazer, com todas as suas contradições, como fim em si mesmo.

Em políticas públicas, se analisamos a crise do *welfare state*, veremos que uma das estratégias mais defendidas foi a privatização dos programas de bem-estar social, por duas razões distintas: a primeira de diminuir o gasto público e estimular a independência e a segunda de responder às demandas individualistas e diferenciadas da sociedade “pós-industrial”. (ESPING-ANDERSEN, 1995)

Sem a ressignificação de sentido, as políticas públicas de lazer, assim como as políticas universais de caráter não seletivo, tendem a se aproximar do cenário da crise do *welfare state*, pelas razões já apresentadas, e que podemos exemplificar no debate do prolongamento da expectativa de vida da população, visto como um problema para muitos gestores públicos. Na visão de um ministro japonês tal “problema” se resolve com a seguinte atitude: “Deixe as pessoas idosas se ‘apressar e morrer’”. No Dossiê Envelhecimento, publicado pela revista *Le Monde Diplomatique*, esse e outros depoimentos chocantes são revelados pelo escritor Jérôme Pellissier que lembra que “se persistirmos em conceber nosso mundo em termos utilitários, massas de pessoas serão constantemente reduzidas a se tornar supérfluas” (ARENDDT, 2005 apud PELLISSIER, 2013, s.n.)

É curiosa também a declaração, no mesmo Dossiê, do editorialista da revista *Le Quotidien du Médécin*: “Se fôssemos extremamente cínicos, diríamos que chega um momento em que, do ponto de vista da despesa pública, seria melhor que morressem aquelas pessoas que querem ficar ociosas”. Tal declaração apresenta uma dupla falta de conhecimento, revertida num preconceito sobre a pessoa idosa e sobre o ócio, que sabemos tem sua negação desde a Idade Média.

A problemática nacional relacionada ao tema justifica nosso estudo com a afirmativa de que urge uma conversão ideológica que considere a emancipação do lazer, numa mesma lógica de emancipação radical do trabalho, ou seja, por meio da ruptura com o capital.

Essa ruptura envolve a conversão de interesses, teorias e práticas para uma reconstrução histórico conceitual, que concretizará condições dadas, determinantes

para a mudança desejada. A transição da “política de instante” à “política para o instante” constitui um dos passos para a conversão, fortalecendo a presença do Estado em detrimento do controle monopolístico do capital.

Como ficou evidente na exposição desse contexto, utilizamos fundamentalmente as categorias de análise da teoria marxista, deambulando entre algumas concepções mais tradicionais e outras contemporâneas, o que em nosso entender é expressão positiva da própria dialética que caracteriza a teoria escolhida.

Acreditamos que uma análise, para sair da pura abstração, deve levar em consideração as contradições reais e ideológicas, bem como as transformações levadas a cabo em função da negação do próprio passado histórico e no caso específico deste estudo, da dicotomia entre políticas denominadas de instante, baseadas somente no resultado e no fim proporcionado pelo lazer, e políticas baseadas na continuidade, cuja preocupação são os “itinerários de lazer”, ou seja a trajetória do lazer de cada indivíduo ou corpo coletivo.

As categorias constituintes do tema de estudo, portanto, abarcam as diretrizes necessárias para a reconstrução histórico-conceitual do lazer e para o debate das políticas públicas nessa área, com vistas a identificação e análise dos paradigmas dominantes por meio de uma sistemática que nos auxilie a interpretar a realidade presente. Trabalhamos com a categoria Lazer, que constitui o cerne de nosso estudo e com a categoria Estado, por entender que a concepção selecionada por nós incorpora e pressupõe o entendimento de sociedade e de política.

Para além da perspectiva clássica marxista do Estado como facilitador da acumulação e expansão do capital, consideramos essencial a abordagem do “Estado Ampliado” de Gramsci, por sua densidade e originalidade, que nos permitem analisar a realidade contemporânea e brasileira. De acordo com Coutinho (2011a), Estado Ampliado ou Estado Integrado, constitui o conceito mais concreto da teoria política de Gramsci, a qual nos envolvemos para compreender e fazer bom uso teórico e prático.

O legado teórico de Gramsci a cerca da sociedade civil deu frutos a uma “leitura hegemônica” de sua obra, que difundiu ideias equivocadas e deformadas, que contribuíram para fortalecimento da tradição liberal, o que não era seu objetivo. É certo que, dentre os marxistas de sua época Gramsci foi o único a utilizar de modo

positivo o termo ciência política, mas esta particularidade serve apenas para identificar sua origem, vinculada à influência do pensamento italiano sobre a teoria da sociedade. (COUTINHO, 2011a, 2011b; MENDONÇA, 2012). Ademais, trata-se de um acervo grandioso que foi revelado como obra póstuma em condições não muito favoráveis de edição e apropriação. Como afirma Mendonça (2012, p. 2):

[...] em função de “deslizes” como o de Bobbio e outros pensadores, tornou-se mais difícil e conturbado trabalhar com o conceito de sociedade civil, devido à proliferação de reapropriações e releituras de que é objeto, muitas delas bem mais espúrias e politicamente convenientes a seus enunciadores, mormente em terras brasileiras, o que mais de perto nos toca.

A crítica à forma de apropriação da teoria gramsciana revela a necessidade de muito cuidado na seleção e leitura de seus interpretes, o que limita nossa análise às contribuições do próprio autor, nas suas anotações dos Cadernos do Cárcere, traduzidos por Valentino Gerratana e às análises de Cardoso (1995), Coutinho (2011a, 2011b), Liguore (2007) e Mendonça (2012).

Ao contrário das doutrinas que contrapõem o Estado enquanto momento positivo à sociedade, na teoria gramsciana é a sociedade civil quem condiciona e regula o Estado por meio do princípio organizador, no qual uma classe se impõe sobre as outras, não apenas pela força mas também pela hegemonia política de um grupo social sobre a sociedade inteira. A sociedade civil é uma arena privilegiada da luta de classes, uma esfera do ser social em que se dá uma intensa luta pela hegemonia e onde, nem tudo que parte da sociedade civil é bom e nem tudo que vem do Estado é mau. (GRAMSCI, 1984; LIGUORI, 2007)

Na teoria de Gramsci o Estado não é um fim em si mesmo, mas instrumento da sociedade civil, como esfera de mediação entre a infraestrutura econômica que representa e interesses particulares na conquista de posições.

*El Estado-gobierno es concebido como organismo propio de un agrupamiento para crear el terreno favorable a la máxima expansión de este misnio agrupamento, pero también esta evolución y esta expansión son vistas concretamente como universales, es decir, vinculadas a los intereses de los agrupamientos subordinados, como un desarrollo de equilibrios inestables entre los intereses del grupo fundamental y los de los grupos*

*subordinados, equilibrios en los que los intereses del grupo fundamental prevalecen pero hasta cierto punto, al menos no hasta el egoísmo económico-corporativo.* (GRAMSCI, 1984, v. 3, p. 170)

Essa relação de equilíbrio entre sociedade civil e sociedade política, segundo o autor, seria explicada pela “ditadura mais hegemonia” ou pelas novas formas de estabelecer o consenso. (GRAMSCI, 1984, v 6. p. 76).

O conceito de hegemonia, por sinal, é um dos traços mais marcantes da teoria gramsciana e implica numa passagem do momento "econômico-corporativo" (ou "egoístico-passional") para o momento ético-político (ou universal), que consagra essa forma de consenso.

É válido destacar a importância dada pelo autor ao papel da ação humana em face das determinações objetivas, bem como de sua particular interpretação, de que é na esfera das superestruturas, que se trava em última instância a batalha decisiva entre as classes sociais.

*La afirmación de que el Estado se identifica con los individuos (con los individuos de un grupo social), como elemento de cultura activa (o sea como un movimiento para crear una nueva civilización, un nuevo tipo de hombre y de ciudadano) debe servir para determinar la voluntad de construir en el marco de la sociedad política una sociedad civil compleja y bien articulada, en la que el individuo particular se gobierne por sí mismo sin que por ello este su autogobierno entre en conflicto con la sociedad política, sino por el contrario, se convierta en su continuación normal, en su complemento orgánico.* (GRAMSCI, 1984, v.3, p. 282)

Para Cardoso a hegemonia, no pensamento gramsciano, tem uma função eminentemente pedagógica, enquanto processo de constituição ideológica das classes subalternas, que se realiza tanto para afirmar a direção dessas classes quanto para superar a sua condição, em defesa de uma nova ordem social. (CARDOSO, 1995)

*El elemento popular "siente", pero no comprende ni sabe: el elemento intelectual "sabe" pero no comprende y especialmente no siente,* assim Gramsci (1984) vai introduzir a discussão sobre o “*pueblo-masa*”, que Cardoso vai retomar na

seguinte reflexão:

Para Gramsci, pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens coletivos. (CARDOSO, 1995, p. 81)

O espaço onde os indivíduos partilham seus modos de pensar e se articulam em diferentes grupos sociais para conservar e conquistar sua hegemonia é a sociedade civil, que não constitui uma zona neutra, para além do Estado e do mercado, mas pelo contrário é parte do Estado, indicando uma nova esfera do ser social, originária dos processos de socialização da política.

A outra esfera que se manifesta no interior da superestrutura é a “sociedade política”, que Coutinho resume da obra de Gramsci da seguinte forma:

Como “sociedade política”, designa o conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da coerção; trata-se do que ele acha muitas vezes de Estado em sentido estrito ou Estado-coerção, formado pelas burocracias ligadas às forças armadas e à aplicação das leis, ou seja, em última instância, por aquilo que habitualmente chamamos de governo. (COUTINHO, 2011, b p. 25)

O principal fundamento é que o conjunto da sociedade civil + sociedade política ou, em outras palavras, a “hegemonia couraçada de coerção”, constitui para Gramsci o Estado em sentido amplo ou integral, que se fortalece do papel de Estado restrito “na medida em que a hegemonia de uma classe se fortalece com sua capacidade de organizar e dirigir o consenso dos subalternos”. (MENDONÇA, 2012, p. 4)

Cada esfera, social ou política detém uma materialidade social própria. Enquanto a primeira se configura na burocracia e no executivo a segunda dá conta do que Gramsci denominou de “aparelhos privados de hegemonia”, que representam aqueles organismos sociais alheios ao Estado em sentido estrito.

Ao mesmo tempo em que apresenta sua conceituação dos níveis do Estado “ampliado” ou “restrito” o autor também realiza uma distinção entre “Oriente” e

"Ocidente", que não tem nenhuma relação geográfica, mas sim histórico-política. Enquanto no "Oriente" o Estado seria tudo e a sociedade civil permaneceria primitiva e gelatinosa, para recordarmos suas próprias palavras, no "Ocidente" haveria, ao contrário, uma relação equilibrada entre os dois momentos da esfera pública ampliada.

Neste cenário o protagonismo das classes subalternas não tem garantido o seu sucesso, pois a Teoria de Estado "ampliada" e "ocidental" de Gramsci é dialética e depende do desenvolvimento de uma sociedade civil autônoma e forte, capaz de criar condições para o autogoverno ou o governo regulado, que corresponde a uma concepção de transformação e extinção do Estado com ocupação "de baixo para cima" dos organismos materiais da sociedade civil.

Esse movimento, em que a dialética revela a sociedade como agente transformador e ao mesmo tempo "ser" que se transforma pelas sucessivas alterações dentro das condições determinadas, também compreende o fenômeno do lazer, que ora se manifesta como elemento de mudança ora como elemento mutável, titubeando entre o direito conquistado pela luta dos trabalhadores e o consumo da felicidade instantânea prometida pelo mercado.

Nos apropriamos das teorias do lazer humanista, para afirmar que a vivência plena do indivíduo se produz quando aceitamos o lazer como experiência completa e com sentido, ou seja, quando existe um processo com início, meio e fim.

*La vivencia de ocio gana significación, importancia y calidad en la medida que se separa del mero «pasatiempo» y se incardina en nuestras vidas rompiendo las barreras del tiempo objetivo. La experiencia de ocio se enriquece al fijar su realidad en presente, procesual y significativamente, con el pasado y el futuro que le corresponde. El tiempo que precede a la realización de una actividad de ocio no tiene que ser necesariamente «tiempo libre», ni tampoco su tiempo posterior. La vivencia de una experiencia de ocio se inicia, o puede iniciarse, mucho antes de la realización de la actividad em sí misma. (INSTITUTO DE ESTUDOS DE OCIO, 2000, s.n.)*

A partir dessa pauta conceitual não submetemos nosso discurso ao aspecto puramente hedonista e momentâneo do lazer, concordando com Amigo (2010) que



acrescenta o fato de que nem todas as experiências de lazer devem ser percebidas como extraordinárias, até porque são as experiências menos frequentes em nossas vidas. Afinal, quem espera sempre o extraordinário dificilmente se sentirá satisfeito com outras experiências cotidianas significativas de lazer.

Como afirma McCormack (2010, p. 224, tradução nossa), “embora seja difícil imaginar uma sociedade sem recreio, é fácil conceber uma sem lazer”. O efeito dessa conclusão nos faz refletir sobre quais os objetivos das intervenções públicas em lazer, pois se acumulam propostas de recreação e passatempo e se esvaziam aquelas dotadas de sentido, que são rechaçadas por nossos gestores públicos por representar a possibilidade de um novo formato de questionamento, de mobilização e articulação coletiva.

Assim, o encaminhamento de uma pesquisa que se dedique a revelar paradigmas e ideologias presentes em políticas públicas deve prezar pelo levantamento histórico e pela contextualização dos fatos, para esclarecimento das transformações contínuas que irão permitir nossos questionamentos e a busca de respostas provisórias.

Adotamos o pluralismo nos procedimentos, com foco na pesquisa qualitativa, tendo em vista que, para cada questão levantada no estudo, foi necessário uma abordagem metodológica específica, pois, embora seja seguida uma teoria geral de análise, compreendemos como crucial a visualização específica da dinâmica da realidade social e seus elementos. Assim, tanto as categorias teóricas de análise como a realidade empírica serão confrontadas dialeticamente, enquanto que a pesquisa histórica, que envolverá análise de dados primários e entrevistas, terá uma abordagem com foco no sujeito e na análise de conteúdo, de forma a ultrapassar os valores aparentes com a função de revelar a essência dos fatos e fenômenos estudados..

Os procedimentos selecionados por nós tiveram como objetivo a busca de indícios capazes de demonstrar caminhos inovadores para a reflexão da trajetória das políticas públicas de lazer, pois nosso empenho se direcionou na apresentação de uma alternativa de análise para a questão central de como superar as contradições do lazer e romper a lógica do capital nas intervenções promovidas pelo Estado?

Junto ao tema central que indicamos acima, outras questões periféricas permeiam o nosso estudo diante das seguintes indagações: Quais foram os sujeitos das políticas públicas de lazer no Brasil do século XX até os dias atuais (1900-2013)?; Como se caracterizavam as políticas públicas de lazer implementadas no Brasil desde a década de 40 (1940-2013)?; O que são e quais as características de uma “Política de Instante”?; e Quais os encaminhamentos necessários para a reconstrução das políticas públicas de lazer, ao que designamos de “Políticas para o Instante”?

Encontrar as respostas para os questionamentos central e periférico exigiu uma abordagem metodológica diversa com técnicas de pesquisa que privilegiaram o aspecto qualitativo de acordo com os seguintes procedimentos:

- A Revisão da Literatura foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico que consistiu na reunião de material sobre a temática do lazer e suas interfaces, desde a literatura clássica até a produção mais atual, incluindo artigos, livros, teses, periódicos e jornais em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. O acervo consultado na *Biblioteca da Universidad de Deusto* enriqueceu o trabalho, tendo em vista que ampliou o referencial teórico sobre o lazer trazendo contribuições ainda não exploradas por teóricos brasileiros da temática. O recorte utilizado para seleção do material bibliográfico se fundamentou nas perspectivas do *leisure studies* (publicado por Chris Rojek) e do *estudios de ocio* (publicado Roberto San Salvador Del Valle) que serviram de exemplo para a elaboração de nossa análise evolutiva das concepções de lazer.
- De posse da revisão da literatura e de uma compreensão ampla sobre o lazer partimos para o encontro das realidades expressas nos questionamentos periféricos que conformam nossa Tese, atividade que contou com o levantamento de dados nas mais variadas fontes primárias e secundárias: entrevistas, acervo histórico de jornais, documentos oficiais, sítios eletrônicos.
- Quanto à entrevista, optamos por um formato semiestruturado, no qual apresentamos aos entrevistados questões fechadas de múltipla escolha e questões abertas de livre expressão por escrito. Os dados diretamente coletados são aqueles relacionados aos sujeitos das políticas públicas de lazer nos dias atuais e tiveram como objetivo o confronto entre a concepção teórica apreendida

nos *leisure studies* e *studios de ocio* e a realidade material que expressa a variada diversidade de motivações, necessidades e hábitos das famílias pesquisadas. O grupo de análise compreendeu estudantes do ensino médio da cidade de Parnaíba/Piauí, com o intuito de identificar ainda, para além da percepção pessoal sobre as políticas públicas de lazer, a trajetória ou o histórico familiar dos hábitos de uso do tempo livre. Tal pesquisa se tornou imprescindível por colaborar na problematização do tema. No que tange à aplicação do instrumento de pesquisa junto aos estudantes<sup>12</sup>, estes foram indicados a partir da ação voluntária de cinco indivíduos por escola pública participante, na cidade de Parnaíba, totalizando um conjunto de 55 entrevistas diretas, onde foram coletados dados e informações sobre o estudante e mais dois membros de sua família (pai ou mãe e avô ou avó), acrescentando mais 80 sujeitos indiretos no universo pesquisado. As escolas correspondem ao total da rede de ensino médio da área urbana do município e foi assim utilizada como critério por representar o maior contingente de pessoas com interesse prático em políticas públicas de assistência social.

- Para a descrição dos sujeitos do lazer e da trajetória das políticas públicas no âmbito federal realizamos várias estratégias: seleção do acervo histórico de jornais de ampla circulação, mapeamento dos documentos oficiais referentes ao tema, consulta aos sítios eletrônicos do governo federal relacionados ao tema e análise das teses de doutorado defendidas por Christianne Luce Gomes e Juliana Predeschi Rodrigues.
- Quanto ao resgate histórico nos acervos digitais de jornais publicados trabalhamos com esta fonte no período compreendido entre os anos 1910 e 1964. Realizamos assim o rastreamento dos termos “preguiça”, “recreio”, “recreação” e “lazer” publicados e divulgados pelo acervo dos jornais “O Estado de São Paulo”, “Jornal de Notícias” e “Classe Operária”. Tivemos o cuidado de selecionar meios de comunicação “porta-vozes” de diferentes concepções ideológicas, como a elite burguesa brasileira e o operariado organizado. Foram mais de 1.000 matérias pesquisadas, dentre elas muitos anúncios publicitários,

---

<sup>12</sup>Os alunos receberam orientação para preenchimento do formulário de entrevista individual e familiar, no período de 1 a 8 de agosto de 2014 em suas próprias escolas.

sendo necessária a seleção de dois anos de cada década indicada, para leitura das ocorrências. Somamos aproximadamente um total de 422 textos sobre preguiça, 645 textos sobre recreio, 280 sobre recreação e 522 sobre lazer, material que colaborou na elaboração do capítulo 3 - “Determinações Sócio-Históricas na Constituição das Políticas Públicas de Lazer no Brasil”

- No levantamento documental realizamos a seleção da legislação nacional, de dados estatísticos e de prestação de contas da União. A consulta à legislação nacional, atinente ao lazer do período de 1940 até setembro de 2014, foi realizada por meio da consulta ao acervo digital da Presidência da República e do Ministério do Esporte. Os dados estatísticos foram extraídos dos relatórios quantitativos e das bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Este procedimento embasou ainda a elaboração nossa análise sobre a repercussão dos instrumentos internacionais, que fundamentaram as ideologias que marcaram as políticas públicas de lazer no Brasil, desde os anos 40. Além disso também foram essenciais para o resgate da memória e história das políticas públicas de lazer, uma vez que a apreciação desse material possibilitou a caracterização dos sujeitos objeto ou não, da proposição pública e a trajetória institucional, na qual o Governo Federal estabeleceu seus limites de ação política.
- Em se tratando da facilidade em consultar a documentação oficial via acervo eletrônico nos sítios dos organismos internacionais, optamos por este procedimento para contribuição ao capítulo referente ao “O Lazer na Agenda Pública Internacional”. Tal consulta ocorreu de forma sistemática, pois percorremos todos os organismos oficiais ligados à Organização das Nações Unidas, tendo em vista que esta entidade corresponde ao maior grau de influência ideológica em políticas de variados segmentos. Não obstante também incluímos um panorama das entidades latino-americanas com potencial de influência nas políticas públicas brasileiras.
- A pesquisa histórica também teve um maior aprofundamento na análise dos resultados das Teses de Doutorado defendidas por Christianne Luce Gomes e

Juliana Predeschi Rodrigues, pois ambas discutiram a trajetória do que podemos indicar como a primeira política pública nacional de lazer no Brasil, mediante a implantação do Serviço de Recreação Operária, nos anos 40.

Como vimos, o material coletado apresentou particularidades inerentes a cada objetivo traçado em nosso estudo, possibilitando um rico conteúdo que em meio ao seu levantamento foi definindo discursos e falas específicas.

Como recurso tecnológico, utilizamos o software SPSS para inserção e manipulação dos dados coletados nas entrevistas junto aos sujeitos do lazer. Trata-se de um software apropriado para a elaboração de análises estatísticas de matrizes de dados e seu uso permite gerar relatórios tabulados, gráficos e dispersões de distribuições utilizadas na realização de análises descritivas e de correlação entre variáveis.

Como a pesquisa teve um caráter qualitativo, portanto, interpretativo, foi elaborado também um mapa de associação de ideias para entendimento dos impactos das políticas públicas de lazer na sociedade brasileira, seja na identificação dos sujeitos como na percepção de valores por eles expressa, através dos discursos reproduzidos nos meios de comunicação impressa e base documental.

Nosso mapa de associação de ideias foi baseado no poder da “palavra” ou da “fala”, enquanto:

[...] reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e, ao mesmo tempo, ter a magia de transmitir, por meio de um porta-voz, as representações grupais, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas (MINAYO, 2006, p. 204)

Obviamente que cada discurso vem carregado de ideais e visões de mundo diferenciadas, sustentando posicionamentos de dominação, subordinação e insubordinação, a depender do veículo utilizado para sua transmissão. Assim, tivemos o cuidado de selecionar veículos representativos de diversos discursos, pois nossa inquietação nos leva a refletir da mesma forma que Mészáros (2012, p. 58) ao afirmar que:

Naturalmente, aqueles que aceitam de modo imediato a ideologia dominante como a estrutura objetiva do discurso “racional” e “erudito” rejeitam como legítimas todas as tentativas de identificar os pressupostos ocultos e os valores implícitos com que está comprometida a ordem dominante.

Descortinando esses pressupostos e valores implícitos, realizamos uma análise crítica de políticas públicas, utilizando uma sistemática própria, elaborada a partir das peculiaridades selecionadas para diferenciar as características de uma “Política de Instante” e de uma “Política para o Instante”.

A construção do esquema de análise proposto teve como referencial as principais abordagens metodológicas utilizadas desde os anos 80 na literatura nacional e internacional e foi concebido para explicar os diferentes encaminhamentos na implementação das políticas públicas, que podem consagrar políticas instantâneas e descontinuas ou políticas continuadas, atentas à longa trajetória do lazer em nossas vidas.

Estruturada em três capítulos desenvolvidos a partir da metodologia aplicada, a Tese apresenta uma análise crítica, dos conteúdos, da agenda, dos sujeitos e da trajetória institucional das políticas públicas de lazer no âmbito do Governo Federal, no Brasil.

O **Capítulo 1** inicia uma reflexão sobre o sentido do lazer na essência e aparência das relações sociais capitalistas, abordando o deslocamento do paradigma da centralidade do trabalho para o do lazer como movimento subordinado à manutenção do capitalismo tardio. O capítulo é enriquecido pela demonstração de resistência da essência do lazer em territórios de emergente urbanização, sinalizando que ainda é possível atribuir o caráter de necessidade quando falamos em lazer.

O segundo momento da Tese, o **Capítulo 2**, se consagra pela apresentação de diversos instrumentos e protocolos internacionais de importância para o lazer e à indicação das perspectivas e tendências das políticas públicas com este objetivo. O texto deixa clara a estrutura institucional que coopera tecnicamente para o debate sobre o lazer, bem como a dinâmica das organizações na consolidação da agenda

pública internacional, que se adapta em função das mudanças de paradigmas vigentes em cada período histórico.

O **Capítulo 3** realiza uma análise considerando a indissociável relação entre Sociedade, Estado e Lazer. Nessa análise, foi reconstruído o percurso das políticas públicas de lazer, partindo da concepção da sociedade até o estudo da trajetória do Governo Federal, com seus diversos encaminhamentos para a resolução do problema do lazer. Fundamentado em diferentes abordagens metodológicas o capítulo apresenta um quadro analítico que contrapõe diferentes expressões de políticas públicas de lazer implementadas no período de estudo selecionado, permitindo a identificação e diferenciação daquilo que denominamos de “Política de Instante” e de “Política para o Instante”.

A **Conclusão** finaliza a reflexão da Tese arrematada pelo *Desideratum*, onde depositamos nossas aspirações para a transformação e evolução das políticas públicas de lazer no Brasil, sinalizando indicativos de como é possível superar as contradições do lazer e romper a lógica do capital nas intervenções promovidas pelo Estado.

# CAPÍTULO 1

## ESSÊNCIA E APARÊNCIA DO LAZER NAS RELAÇÕES SOCIAIS CAPITALISTAS

### **1.1. DA CENTRALIDADE DO TRABALHO À CENTRALIDADE DO LAZER: UM DESLOCAMENTO SUBORDINADO À MANUTENÇÃO DO CAPITALISMO TARDIO**

O debate internacional sobre lazer está historicamente centrado no contraste entre o tempo livre e o trabalho, consagrando um campo de estudos que ocupou a atenção dos pesquisadores nas áreas de economia, psicologia, saúde/esporte e sociologia. As contribuições teóricas, se demarcado como ponto de partida o final do século XIX, evidenciam essa constatação, mas revelam que a preocupação original sobre o assunto estava associada ao direito dos trabalhadores ao bem-estar, tempo livre e trabalho justo, temas amplamente discutidos por Lafargue (1980), Kropotkin (1973 ) e Veblen (2002).

Apesar de em 2011 já ter se passado um século da morte de Paul Lafargue, ainda hoje a publicação de “Direito à Preguiça”, de 1880, ganha espaço na



discussão sobre o lazer, tanto pela inovadora percepção do autor, na época, como pela infundável problemática do “dogma desastroso do trabalho”, que ainda persiste em nossas relações sociais, econômicas e políticas atuais.

Criticando a moral capitalista - como uma desprezível paródia da moral cristã, o autor, inspirado em Proudhon e Bakunin, intitula sua obra de “Direito à Preguiça” em negação ao direito ao trabalho - proclamado nas revoluções de 1848, que Alexis de Tocqueville também ironizou, denominando-o de “direito à fome”. Num contexto histórico perturbado pela espoliação do operariado, a produção intelectual da época abriu as portas para a reflexão sobre a idolatria do trabalho, seus males e consequências, tais como esgotamento das energias vitais, degeneração intelectual e outras misérias individuais e coletivas que acompanham o capitalismo desde a sua origem.

Numa visão pendular da história, situando como central o momento da publicação da obra de Lafargue, temos a obrigação de observar o passado e o presente, ou seja, analisar os resultados que se consolidam dialeticamente no transcurso do tempo. É justamente nessa observação, que engloba as contradições da história, que poderemos compreender o processo transformador que trouxe para o âmbito do trabalho a discussão sobre tempo livre, lazer ou ócio. Sendo assim é imprescindível considerar o exemplo do recuo que a sociedade burguesa europeia se submete após as revoluções de 1848, abrindo mão dos direitos políticos e da aliança de classes em detrimento da manutenção de uma aristocracia financeira e da burguesia industrial liberal, que Veblen (2002) vai identificar, no cenário norte-americano de ascensão da propriedade privada, como uma classe ociosa. Vejamos que o contraditório aqui se revela, com a supervalorização do trabalho defendido para alguns, paralela a sua hostilidade, que propaga uma espécie de “elogio ao ócio”, exclusivo das classes proprietárias e alheio à massa operária, que é mantida alienada na centralidade do mundo do trabalho.

A obra de Thorstein Veblen, Teoria da Classe Ociosa, publicada em 1899, interpreta uma situação importante na construção deste referencial teórico, pois está focada na análise das condições do surgimento da classe ociosa e sua ostentação, desenrolando uma crítica sobre seus costumes. Costumes estes onde prevalece a necessidade de demonstração ao público de que o tempo não ocupado com atividades laborais ou produtivas evidencia o status de cada indivíduo, ou seja, a

pantomima simbólica de dominação de um lado e subordinação do outro. Dominação esta que foi permitida pelo aumento da produtividade e dos meios de subsistência suficientemente abundantes, para que uma certa parcela da humanidade esteja isenta do trabalho.

Descendente de emigrantes da Noruega nos Estados Unidos e sentindo-se ainda perdido em meio à elite industrial por ser um nostálgico da vida simples e livre, Veblen – considerado fundador da economia institucional - é descrito por Raimond Aron como o mais famoso dos desconhecidos sociólogos americanos<sup>13</sup> mas teve sua obra registrada no *Books of the Century*, publicado pela Oxford University Press, em 1996, como uma das obras mais importantes do Século.

Na busca de evidenciar a contribuição desse autor no estudo do lazer devemos destacar dois aspectos relevantes de sua caracterização da classe ociosa, quais sejam: a exclusividade do tempo livre condicionada à classe social, especificamente aquela com domínio da propriedade privada e a discriminação das tarefas laborais como dignas ou indignas, sendo as últimas julgadas sem caráter honorífico para a burguesia, pois envolvem as ocupações de vida cotidiana, em que não entra nenhum elemento apreciável de proeza.

Como podemos observar na leitura de Veblen (2002), sobre a elite burguesa norte-americana, lazer e trabalho são considerados opostos e não se complementam já que o primeiro dirige-se a uma instituição cuja virtude é honrada por sua capacidade pecuniária, que permite uma vida de ociosidade, sem fazer nada produtivo. No topo da estrutura social essa classe ociosa impõe que para adquirir bons modos é necessário buscar o caráter honorífico do ócio, ou seja, o emprego não produtivo do tempo. Quem gasta tempo e energia com o trabalho não tem acesso à boa educação, pois esta exige tempo, aplicação e gastos.

Piotr Alexeyevich Kropotkin, ao contrário de Veblen, não se preocupa em caracterizar o lazer como privilégio de poucos abastados, mas traz uma perspectiva que indica a necessidade de ampliação deste privilégio para os trabalhadores. É lamentável que assim como em Gramsci, a interpretação de sua obra tenha gerado abordagens equivocadas, como a ideia de que a qualidade do lazer definirá a qualidade do trabalho e o aumento da produtividade, pois o trabalho intenso e

---

<sup>13</sup> Prefácio *Avez-vous lu Veblen ?* escrito por Raimond Aron para a edição francesa de Teoria da Classe Ociosa .

produtivo é resultado do homem que dispõe de bem estar em proporção a seus esforços. Kropotkin (1973) apresenta uma interpretação valiosa sobre a questão, pois para o autor a propriedade e/ou produção coletiva é que amplia para resultados ainda mais positivos essa tal produtividade, tal como o filósofo alemão Josef Pieper, mais tarde, vai destacar sobre a influência do lazer para uma vida feliz. (PIEPER, 1974)

Um período consagrado pelas descobertas, invenções e a busca pela paz mundial, o século XIX, em especial a última década, foi brindado com pensadores que inspiraram o comprometimento internacional com o trabalhador, compromisso esse estimulado pelo fim tardio da escravidão, pela luta por direitos humanos e a eclosão dos ideais do socialismo ocidental, mas que também sofreu influência de um dominante sistema social estabelecido pelo capital.

Mesmo visto o lazer como privilégio da classe desocupada, que no entendimento de Veblen (2002) constituía a classe ociosa e, por assim ser, com permissão ao tempo livre, um novo sentido sobre o tema acompanha as diversas transformações levadas a cabo ao final do século XIX. Esse novo sentido se enraizou pela insatisfação das condições laborais do operariado, cujo mérito se deve à abordagem socialista sobre a alienação do trabalho, o direito ao tempo livre e bem-estar dos trabalhadores.

Com tantas transformações tecnológicas era de se esperar que o mundo do trabalho acompanhasse essa evolução, posto que, como argumenta Kropotkin (1973) no livro *“La conquista del pan”*, trabalhadores já conseguem prover toda a sociedade de suas necessidades e portanto com o bem-estar necessário. Se os “não trabalhadores” ocupassem seu ócio com trabalhos úteis nossa riqueza seria ainda maior, se multiplicaria, pois a força produtiva cresce mais que a população, crescendo também o número daqueles que vivem do trabalho alheio.

Na prática o que autor conclui é que ainda assim existe uma limitação consciente e direta da produção necessária e uma duplicação da produção inútil destinada a divertir os ricos e explorar o público, inviabilizando assim o ideal do bem-estar coletivo, já que este depende que a propriedade privada se torne coletiva. Com uma produção que atenda as necessidades de todos, a sociedade estará livre para descansar e utilizar melhor suas forças, empregar melhor o tempo livre, consagrando assim o que autor nos convida à declarar como bem-estar: decidir você

mesmo o que é seu bem-estar, o que é preciso para assegurá-lo e o que deve ser substituído, por falta de valor. (KROPOTKIN, 1973)

Mas, se o século XIX foi de grandes descobertas e invenções, seria viável proporcionar a todos o acesso ao cinema, ao toca-discos, ao passeio no automóvel a gasolina, ao conhecimento das teorias psicanalítica e evolucionista, dentre outras conquistas materiais e culturais?

Kropotkin diz que o homem não é um ser que vive exclusivamente para comer, beber e dormir. Satisfeitas as necessidades básicas, materiais, o homem também tem necessidades de prazer e gozo material ou intelectual. São “necessidades de luxo mas que rompem a monotonia da existência e a torna agradável”. (KROPOTKIN, 1973, p. 44, tradução nossa)

Finalizando o pensamento kropotkiniano, nem todos os burgueses são ociosos e há muitos que trabalham duro porém a diferença está em suas condições de trabalho, bem mais adequadas e que autor considera que deveriam ser condições para todos, sem exceção. Na leitura de *La conquista del pan* podemos constatar que as condições de trabalho e a produção daquilo que é necessário se apresentam como fatores *sine qua non* para o lazer, que se configura naquilo que o autor designa como bem estar para todos.

Dessa reflexão evidenciamos uma proposta que se consolidaria como premissa para lazer que, de acordo com o desdobramento histórico em análise, germinou da luta por melhores condições de trabalho e conseqüentemente abriu espaço para que uma série de questionamentos sobre bem-estar do trabalhador ao final do século XIX. Mas ao contrário dessa tendência, se consolida no século seguinte o caráter oposicionista entre trabalho e lazer, colocando o tempo livre a serviço do capital, como mera pausa para descanso e recomposição das forças produtivas, sustentando assim um sistema baseado na produção em massa, baixos salários, redução de custos e ampliação dos lucros das indústrias.

O Fordismo, que caracteriza esse sistema de extensão da jornada de trabalho até o máximo em termos físicos, trouxe impactos de grande escala nas sociedades industriais e no âmbito do lazer podemos apontar que para os trabalhadores gerou o sedentarismo, inibiu a criatividade, incentivou hábitos e vícios nocivos à saúde e diminuiu a noção de tempo livre.

Tais aspectos foram identificados pela Organização Internacional do Trabalho

- OIT como problemas agravantes somente a partir do momento que prejudicaram o próprio sistema de produção, exigindo medidas de contenção, que mais tarde veremos, não responsabilizaram a elite industrial pelos próprios erros cometidos. A preocupação política era a de assegurar um tempo mínimo de não-trabalho com a finalidade de disciplinar o trabalhador e manter os níveis de produção em expansão.

Da centralidade do trabalho, do capitalismo monopolista, vamos observando aos poucos uma nova trajetória, de centralidade no lazer, que segue a mesma proposta de manutenção do capitalismo mas em sua fase recente, denominada de tardio.

Esta centralidade no lazer impera nos discursos institucionalizados das classes dirigentes, dos organismos de cooperação e do Estado, e tem como sentido justificar o lazer em seu caráter exclusivamente funcional. Vejamos o exemplo recente, no qual um dos membros da OIT, Jon Messenger<sup>14</sup>, afirmou que *as pessoas são mais produtivas com uma semana menor apesar da percepção de que com mais horas de trabalho os funcionários produzem mais mercadorias ou serviços*. Falando sobre a redução da semana de trabalho de cinco para quatro dias, o especialista, Chefe do Grupo de Condições de Trabalho, reforça limites de paradigmas centrados na manutenção do sistema capitalista, cujo interesse está sempre direcionado na ampliação dos lucros e acumulação da produção.

Tal acumulação, apreendida com a leitura de Marx (2003) na Primeira Parte do Capital, sobre "Mercadoria e Dinheiro", faz parte da descrição provisória da sociedade capitalista cuja riqueza foi concebida pela "imensa acumulação de mercadorias". Mercadorias essas que em sua origem satisfazem as nossas necessidades e cujas características estão nas propriedades do seu valor de uso e valor de troca.

Enquanto caracterizada pela dimensão qualitativa, por seu valor de uso, as mercadorias são comuns a todas as sociedades, correspondendo ao conteúdo material da riqueza, diferente da dimensão quantitativa, que é específica da sociedade mercantil capitalista, na qual se expressa o jogo da essência e aparência, do concreto e abstrato, do relativo e equivalente e dos diversos outros polos de expressão de valor.

---

<sup>14</sup> artigo publicado originalmente em 07 de outubro de 2014 pela Rádio ONU:  
[http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2014/10/especialista-da-oit-cita-beneficios-de-se-trabalhar-quatro-dias-por-semana/#.VlbsszHF\\_fK](http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/2014/10/especialista-da-oit-cita-beneficios-de-se-trabalhar-quatro-dias-por-semana/#.VlbsszHF_fK)

Levando em conta que o capitalismo condiciona uma violenta imposição no comportamento dos indivíduos, entendemos que a explicação de Marx sobre valor dá conta de fornecer uma importante contribuição para a compreensão aprofundada das relações sociais, inclusive dos aspectos da essência e aparência do lazer na sociedade atual. Para tanto, devemos considerar que apesar da imposição da aparência sobre a essência ainda resistem conteúdos originais que revelam o lazer como necessidade humana e direito social conquistado pela luta dos trabalhadores.

Retomando a discussão sobre mercadoria, quando Marx inicia sua contribuição teórico-histórica, nos apresenta de imediato seu significado como um objeto externo que por suas propriedades, “satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, ou origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 1996, p. 165). A partir desta referência situamos o lazer como necessidade que não se situa no âmbito daquelas “do estômago” e, portanto, provém “da fantasia” num sentido muito próximo ao que Kropotkin definiu como necessidades de luxo, que extrapolam as carências materiais.

Do latim *necessitas*, o verbete necessidade tem sua origem relacionada à mitologia romana que, equivalente a mitologia grega, adotou a crença na filha de *Cronos*, *Necessitas*, como personificação da inexorabilidade do destino, força suprema a que os próprios deuses estavam sujeitos. Na crença popular a deusa também foi consagrada como divindade da morte, o que de certa forma favoreceu a relação de necessidade com o significado atual de “exigência proveniente de um sentimento de privação de qualquer coisa necessária à vida” ou mesmo de “conjunto de coisas indispensáveis à vida”, conforme define o Dicionário Larousse da Língua Portuguesa.

Já vimos que o tipo de necessidade satisfeita por meio do lazer é aquele que provém das “necessidades da fantasia”, tais como os desejos caracterizados por Epicuro como “naturais e necessários”, por corresponderem à natureza humana em busca da felicidade, alcançada por meio do prazer e da fuga da dor. (EPICURO, 1985)

Como afirmou Marx (1972, p. 99): “os gregos continuarão eternamente sendo nossos mestres devido a essa ingenuidade grandiosa e objetiva que nos mostra tudo à sua nudez, à luz clara da natureza mesmo quando esta luz se obscurece.”

Um pouco irônico, porém apropriado, o pensamento acima justifica nossa busca de referências filosóficas sobre os temas do valor e da necessidade, pois nada melhor que a filosofia epicuriana para nos situar no caminho da essência do lazer.

A linha de raciocínio do “grande iluminista da antiguidade”<sup>15</sup>, sobre os diferentes tipos de desejos nos chama atenção por sua faculdade de relacionar prazer à necessidade, especificamente quando argumenta, em sua "Carta sobre a Felicidade", que só sentimos necessidade do prazer quando sofremos pela sua ausência; ao contrário, quando não sofremos, essa necessidade não se faz sentir. Para o filósofo do hedonismo existem diferentes tipos de prazer, e o homem sábio está para além do comportamento natural e espontâneo que o caracteriza, sabendo reconhecer que o ponto de partida para a felicidade está na satisfação moderada dos prazeres, de forma contida e limitada ao estritamente necessário. (EPICURO, 1985)

Completa o raciocínio epicuriano a diferenciação entre os tipos de prazer, já que a receita para a satisfação moderada está no equilíbrio entre o "prazer do movimento" (satisfação física imediata e mutável) e o “prazer do repouso” (com dimensão ética, possível por meio da busca da autossuficiência), onde o indivíduo tem em si mesmo sua própria lei, capaz de ser feliz e sereno independentemente das circunstâncias.

Percebemos que equilíbrio é o ponto chave da doutrina hedonista epicuriana, pois a condição para a felicidade está na medida entre prazer físico e espiritual, obtida, por exemplo, nos prazeres elevados da contemplação intelectual e no cultivo da amizade. Dai partimos para o entendimento clássico do lazer como um prazer que se revela tanto pela satisfação do movimento como pela satisfação do repouso. Ideais estes que vão ser substituídos pela opressão e ascetismo fanático, que instituiu a privação dos prazeres na Idade Média.

Descrevendo o período sombrio da história, McLean (2012) revela, sobre a história da recreação e do lazer, que os grandes espetáculos e festividades organizados foram exterminados e a ênfase aos prazeres e ao lazer foi substituída por uma ênfase cristã sobre o trabalho. A ordem beneditina influente insistiu na virtude e dignidade do trabalho, exaltando a regra de que de ociosidade era a

---

<sup>15</sup> Assim Marx faz referência à Epicuro na obra “Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro”.

grande inimiga da alma. Por isso, os monges estavam sempre ocupados em trabalho manual ou em leituras sagradas.

Consolida-se assim um tipo de lazer fundamentado na ocupação utilitária do tempo livre, que durante o período medieval encontrou refugio em passatempos, que também serviam de treinamentos para as guerras. O incentivo à caça, cuja habilidade era considerada uma virtude dos governantes e nobres, é um exemplo desse atributo aparente do lazer "primitivo", como esporte pensado para ser útil, por manter os caçadores longe do pecado da preguiça e preparados fisicamente para as batalhas do futuro. Enquanto isso aos camponeses a caça ainda mantinha sua função como meio de obtenção de alimentos e o trabalho continuava entremeado aos momentos festivos, de brincadeiras, jogos, danças e musicalidade.

A leveza conservada no campo ressurgiu nas cidades a partir do Renascimento, que de forma mais ampla, também representou a liberdade de pensamento e expressão, por meio de uma visão mais racional e científica da vida, além da expansão do comércio e das relações de trabalho na vida europeia.

De certo modo podemos observar vários reveses na história do lazer, influenciados pela formação social dominante, que provocou distorções, no conceito e na essência do valor do lazer, perpetuadas até os dias atuais. Uma das principais reviravoltas se consagra a partir da ética protestante ou ética do trabalho, que na defesa do trabalho austero, limitou o lazer e fez ressurgir, nos anos 1500, códigos antigos contra o jogo e a ociosidade.

Quando falamos de um conjunto de coisas indispensáveis à vida, devemos considerar que tanto o homem civilizado como o primitivo tem que lutar para a satisfação de suas necessidades. O diferencial entre o indivíduo de uma sociedade primitiva e de uma sociedade de mercado é que, até a transição para a segunda situação, o primeiro indivíduo não se vê ameaçado pela inanição, a menos que a comunidade como um todo também esteja numa situação semelhante, pois a miséria é impossível, qualquer um que precise de assistência, vai recebê-la incondicionalmente. O princípio de independência de carência era, de certa forma mais humano que a economia de mercado, porém menos econômico. (POLANYI, 1980)

É assim que, sendo a troca intrínseca do gênero humano, se origina um novo tipo de relação, a partir do estabelecimento de um mercado de trabalho que



derrubou as estruturas sociais tradicionais, de relações não contratuais entre indivíduos, instituindo a fome e a permuta do trabalho.

Ressaltamos que na concepção marxista o trabalho é uma das dimensões da vida, a base de toda a vida social e significado de ação criadora, num todo denominado de trabalho socialmente necessário, que possibilita também a diminuição das horas de trabalho, quando o trabalhador pode dedicar-se às necessidades mais elevadas (HELLER, 1974, p. 25), que consagram a busca de instantes de felicidade.

Além da passagem que aborda as necessidades da fantasia, já comentadas em nossa exposição, a necessidade tem um significado bastante extenso nos escritos de Marx, sendo interpretada em vários trechos numa associação muito direta com a produção material e seus objetos de relação de troca entre os homens. Nos "Manuscritos econômico-filosóficos" encontramos a maior atenção do autor sobre o tema, ora traduzido como carência, em algumas edições, ora como necessidade.

Cada homem especula sobre como criar no outro uma nova carência, a fim de força-lo a um novo sacrifício, colocá-lo sob nova sujeição, e induzi-lo a um novo modo de fruição e, por isso, de ruína econômica. Cada qual procura criar uma força essencial estranha sobre o outro, para encontrar aí a satisfação de sua própria carência egoísta. ( MARX, 2008, p. 139)

As necessidades são consideradas instrumento perfeito para um homem expiar domínio sobre outro, de acordo com aquilo que é ditado pela realidade das trocas e poder do dinheiro, constituindo a alienação das necessidades, numa sociedade na qual a finalidade da produção não é a satisfação das necessidades mas a valorização do capital (FRAGA, 2006; HELLER, 1974; MARX, 2008; MÉSZÁROS, 2002).

O fenômeno do lazer também foi absorvido nessa perspectiva, distanciando-se da sua essência com seu valor de uso e aproximando-se das amarras da alienação, mediante a composição de conteúdos que valorizam a aparência e criam valor de troca naquilo que deveria expressar a liberdade do indivíduo.

Ao tratar da "teoria das necessidades em Marx", Heller (1974) elucida a

questão como um todo ao descrever o sistema de necessidades (e valores) alienadas da sociedade capitalista, considerando que o lugar ocupado na divisão do trabalho determina a estrutura das necessidades e seus limites. A autora examina a diferença entre as necessidades alienadas e não alienadas, concluindo que as últimas dependem de uma completa expansão que se situa num futuro no qual a economia deverá estar subordinada a esse sistema de necessidades “humano”.

As evidências desse domínio da alienação também preocuparam Polanyi (1980) que, na sua análise sobre a formação capitalista de mercado, assegura que a separação do trabalho de outras atividades da vida e a adaptação às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, que o autor diz atomista e individualista.

Na sociedade capitalista, que reúne em suas mãos tanto os meios de produção como a força de trabalho, a relação do homem com os seus processos de trabalho e de não-trabalho foi afetada de tal forma que ao mesmo tempo que sacia as necessidades, cria uma nova série delas, dentre as quais podemos evidenciar o surgimento do “valor de troca do lazer”, baseado no embate entre a necessidade alienada, produzida economicamente e a necessidade não alienada, que caracteriza a verdadeira essência do “valor de uso do lazer”.

Adotando a perspectiva protestante, desde as primeiras formas de capitalismo as concepções dominantes foram de lazer como meio e não como fim em si mesmo, criando-se o mito da liberdade em relação ao tempo, sendo que o “livre” significava o “fora do trabalho”, contribuindo assim para a formulação de um conceito de lazer funcional, que auxilia na resposta às necessidades de descanso e recomposição da força produtiva individual. Com base nessa teoria, a ideia de valor do lazer também se deturpa, pois se limita a compensação das horas trabalhadas, ganhando equivalência de tempo livre e conformando o dualismo histórico entre lazer x trabalho, tal qual já predizia Aristóteles (1984, p. 23) ao enunciar que trabalhamos para ter ócio e fazemos a guerra para ter paz. O detalhe deste enunciado é que tal benefício do ócio é perseguido por toda gente porém, em detrimento da classe forçada a trabalhar, usufruem em toda sua plenitude apenas o grupo que Thorsten Veblen designará futuramente de “classe ociosa”.

No interior de um sistema de produção capitalista, com princípios liberais o fenômeno do lazer foi cada vez mais desviado da sua essência de gratuidade e liberdade, incorporando um dualismo existencial que impôs uma relação duradoura com o universo do trabalho, *sui generis* ao desenvolvimento das sociedades primitivas onde a diversão, os jogos, as festas, as brincadeiras e outras atividades espontâneas faziam parte do dia-a-dia, entremeando instantes de trabalho, de praticas sociais e religiosas e até mesmo nas ocasiões de morte dos inimigos, com narra Hans Staden sobre o ritual dos índios antropófagos, quando preparavam a morte de seus prisioneiros no Brasil. (HANS, 1930, p. 160)

Segundo Cascudo (2004, p. 580), “a necessidade lúdica, o desejo de brincar, o uso de jogo é uma permanente humana” que está em resgate na atualidade, pois a questão que se reaviva nos últimos debates é uma mudança da perspectiva do lazer funcional, de caráter utilitário e aparente, que Cabeza revida com a seguinte interpretação:

*El ocio, entendido en su sentido más pleno, no es un medio para conseguir algo, sino un fin en sí mismo; busca la realización de algo independientemente de la utilidad de la acción. Esta es una de las notas esenciales de la experiencia, pues el verdadero ocio se desea por lo que representa para quien la realiza. Eso significa que no se considera moneda de cambio, ni medio para conseguir otro fin. La gratuidad de la acción se entiende aquí, por tanto, desde el punto de vista de que son experiencias que no se justifican por el utilitarismo. (CABEZA, 2011, p. 38)*

O autor tem razão ao afirmar que o lazer não consiste em moeda de troca ou meio para conseguir outro fim, entretanto devemos testemunhar que o lazer mantém seu valor de uso ao satisfazer necessidades individuais e coletivas. Por isso convém, neste momento, elucidar as diferenças entre utilitarismo e valor de uso, pois ao leigo pode parecer contraditório dizer que o lazer não se justifica pelo utilitarismo e ao mesmo tempo evocar que o mesmo está repleto de valor de uso.

Termo adotado por Jeremy Bentham, o mesmo que concebeu a ideia do pan-  
optico<sup>16</sup>, na primeira metade do século XIX, o utilitarismo surgiu como escola

---

<sup>16</sup> O pan-óptico, concebido em 1789, foi pensado como um projeto de prisão modelo para a reforma dos encarcerados. Mas, por vontade expressa do autor, foi também um plano exemplo para todas as instituições educacionais, de assistência e de trabalho, uma solução econômica para os problemas do encerramento e o esboço de uma sociedade racional.

filosófica que propõe a teoria de que ser útil é o valor moral mais elevado em busca do interesse comum da sociedade. O liberal Stuart Mill estendeu o uso desta filosofia aos aspectos consistentes da sociedade e publicou, em 1861, uma obra emblemática intitulada *Utilitarismo*, donde extraímos a seguinte consideração:

O credo que aceita a utilidade, ou o Princípio da Maior Felicidade, como fundamento da moralidade, defende que as ações estão certas na medida em que tendem a promover a felicidade, erradas na medida em que tendem a produzir o reverso da felicidade. Por felicidade, entende-se o prazer ou ausência de dor; por infelicidade, a dor e a privação do prazer. (MILL, 2005, p. 48)

O mesmo autor admite que as ideias de dor e de prazer ainda têm muito a ser discutido, pois são questões em aberto, explicações suplementares que apesar disso não afetam a teoria proposta, pois esta se baseia na convicção de que o prazer e isenção de dor são as únicas coisas desejáveis como fins, e tais coisas são desejáveis pelo prazer inerente em si mesmas ou enquanto meios para a promoção do prazer e da prevenção da dor.

Atento ao fato de que as coisas desejáveis são numerosas, Mills propõe a divisão dos prazeres em “prazeres superiores” representados pelo exercício das faculdades intelectuais e em “prazeres inferiores” que o autor diz estarem mais a mão, representando aqueles desejos corporais, eleitos preferencialmente pela fraqueza de caráter do homem. Assim introduz a noção de juízo, relativo à avaliação dos prazeres, inserindo uma comparação da qualidade, além da quantidade (duração e intensidade), para determinar entre dois prazeres qual vale mais fruir, ou seja qual é mais útil do que o outro. Conclui que o utilitarismo só poderá atingir o seu fim quando da prevalência dos prazeres superior e através da cultura geral da nobreza de caráter, mesmo que cada um seja beneficiado pela nobreza do outro. (MILL, 2005, p. 27.)

A partir dos fundamentos dessa concepção de utilidade podemos extrair algumas considerações, as quais reforçam que não podemos justificar o lazer pelo utilitarismo, tal qual descrito por Mill. Duas razões para não conceber o lazer como utilitário:

— **a liberdade** - para o utilitarismo a liberdade coletiva, e a felicidade

coletiva se sobressaem ao individual, sendo defendida a liberdade imparcial que de certa forma inibe as vontades individuais, como por exemplo a liberdade de expressão. No conceito do lazer, a essência está na liberdade, que se manifesta nas diversas experiências do ser humano, seja qual for a dimensão dessa prática, posto que não há julgamento de valor e os prazeres individuais são tão importantes quando os coletivos.

— **a felicidade** – um conceito abstrato, ela é equivalente ao prazer na teoria utilitarista, sendo a felicidade um bem para a pessoa e a felicidade geral um bem para o agregado de todas as pessoas.

Apesar da perspectiva contestável, até mesmo o pensamento contemporâneo de Russell (2002) aponta para esta afirmativa, na qual a felicidade é a eliminação do egocentrismo, numa intenção cartesiana de constituição de uma unidade, através do método e da coletividade.

Se utilitário é aquilo que inibe a liberdade coletiva e que tem como objetivo a felicidade geral, é complexo compreender o valor do lazer dessa maneira, tendo em vista que a liberdade individual é fundamental nessa experiência, e a felicidade consiste numa trajetória, somada com aquilo que Freud (2010, p. 34) explica como resultado “da súbita satisfação de necessidades represadas em alto grau e, segundo sua natureza, é possível apenas como fenômeno episódico”.

Em oposição à medida da felicidade pela avaliação total da vida e por meio da demonstração de valores objetivos, que só seria possível após a morte, defendemos a felicidade medida em momentos e por meio de avaliação subjetiva, sem esquecer que este não deve ser um princípio para viver, haja vista o efeito perverso dessa busca incessante por uma felicidade, que não é constante na vida de nenhum indivíduo e que equivale aquilo que Julian Marías (1989) denomina de *imposible necesario*.

A depressão é o mal de uma sociedade que decidiu ser feliz a todo preço, afirma o escritor francês Pascal Bruckner (2002, tradução nossa), autor do livro “A Euforia Perpétua”. Considerando que a frustração com a infelicidade e instantaneidade da felicidade são males que assolam a humanidade, cada vez mais o tema ganha novos espaços de discussão e um dos mais importantes teóricos do

assunto, Julian Marias, já nos anos 80 descrevia que o homem é um realidade utópica, que é e não é, que é o que na verdade não é e talvez nunca poderá ser. Consiste numa realidade projetada, futura, desejada, querida, nunca conclusa, enfim, utópica. Na intenção de buscar a felicidade se nutre de ilusão, a qual, por sua vez, já é uma forma de felicidade.

Se na essência prevalece o valor do lazer pela sua gratuidade, liberdade e satisfação, na aparência encontramos outros valores que contribuíram para a disseminação de um conceito de lazer utilitário, instrumental e sem sentido, enlatando experiências postas ao consumo por uma sociedade do espetáculo, da “euforia perpétua”, como designou o filósofo francês na virada do milênio.

O sistema capitalista de produção cria os objetos necessários, a distribuição reparte de acordo com as leis sociais e a troca reparte novamente de acordo com as necessidades individuais, ou seja, uma tem origem na sociedade e outra no indivíduo. O lazer se engendra nessa dinâmica como um fenômeno que se assume como experiência e ao mesmo tempo como produto de consumo, no qual não existe materialidade, já que é intangível e se concretiza de forma diferente para cada indivíduo, pois na sua essência, e em todas as suas dimensões, é uma permanente humana por seu grau de cobiça, pelo tamanho do desejo que desperta no indivíduo, hoje e sempre.

Voltamos então à discussão do valor. Socialmente produzidas, as formas de manifestação e desfrute do lazer estão repletas de valor de uso, porém só na sociedade capitalista se reverteram em valor de troca por não consolidarem antes produto físico, próprio para o acúmulo de mercadorias que produz a riqueza do capital. É na modernidade que se configura uma nova abordagem sobre o aspecto quantitativo do valor do lazer, possível por admitir que, tanto o dinheiro como a mercadoria, não necessitam essencialmente de forma física ou material.

Exemplo disso é a constatação de que a fórmula simples de circulação de mercadorias, que pressupõe a venda para a compra e satisfação de necessidades, foi substituída pela circulação do dinheiro como capital, com finalidade em si mesmo, mas que, incorporando as relações simbólicas da modernidade, encontrou outra forma de circulação ainda mais incansável, representada pelo metabolismo social do capital, que de acordo com Mézáros (2002) tem seu núcleo formado pelo tripé

capital, trabalho e estado.

Assim a sociedade, com seu dinheiro e mercadoria sem forma física ou material, assume os riscos do capital fictício e da subordinação do valor de uso pelo valor de troca, que é facilmente exemplificado pela decisão de compra dos consumidores, na maioria das vezes feita por impulso sem reflexão sobre a real necessidade.

No lazer não será diferente, pois a submissão da sua essência pela aparência fica evidente na manipulação de seus objetivos, que transcendem o utilitarismo, mas que frequentemente são direcionados para o caráter funcionalista e/ou consumista, onde as atividades tendem a ser triviais e superficiais, fazendo com que a aparência do valor do lazer supere quaisquer motivações que justifiquem a sua essência.

A aparência do valor do lazer apresentou diversas configurações ao longo da história, como podemos observar no decorrer deste texto, que evidenciou momentos de negação e de importância do lazer, fortalecendo contradições que se expressam nas formas de resistência ou de alienação da sociedade. Mesmo assim, a essência desse valor não se modificou, pois, novamente lembrando Câmara Cascudo, os elementos lúdicos que conformam o lazer são uma permanente humana.

Ao analisar o conjunto dos itens considerados na pesquisa, traçamos conclusões importantes que nos permitiram explicar a essência do lazer na sociedade capitalista moderna. Em primeiro lugar enfatizamos que o conceito de lazer moderno nasce do choque entre as forças que justificam sua necessidade ou utilidade, seu valor de uso ou valor de troca enfim sua real expressão na vida material. Perpassando pelas primeiras manifestações em defesa do lazer, descritas por Lafargue e Kropotkin, observamos que o fenômeno se justifica como direito coletivo que satisfaz a carência do homem, por prazer e gozo material e intelectual. A experiência do lazer tem fim em si mesma, fundamentando aquilo que Epicuro denominou de desejos “naturais e necessários” ou ao que podemos extrair de Marx, como “necessidades da fantasia”.

Se antes o lazer fazia parte do cotidiano do ser humano sem interferência da limitação temporal ou da divisão do trabalho, hoje, por estas limitações, constitui um direito coletivo conquistado com a diminuição das horas de trabalho. Sua essência, entretanto, está em processo de mutação, pois subjugado ao controle e manipulação

do capital, assim como o trabalho, incorpora um sistema de necessidades alienadas que inverte valores e conteúdos que conformam uma experiência valiosa de lazer.

Ainda descrita na atualidade, a experiência valiosa é encontrada no depoimento de jovens que convivem com familiares cujo repertório de lazer ainda se assemelha ao trabalho rural de cidades com urbanidade emergente no Brasil, tal qual descrevemos no capítulo de Introdução, sinalizando assim que em algumas etapas da história a essência do lazer foi subjugada pela aparência, em função da estrutura econômica da sociedade vigente. No sistema de metabolismo societário, descrito por Mészáros (2002) como a forma atual do capitalismo, o lazer ainda se encontra subjugado, e tem o agravante do Estado como coparticipe dessa dominação, tendo em vista a ausência de políticas e decisões políticas que garantam o lazer como direito universal, por meio de estímulos, oportunidades e recursos para viabilizar experiências de lazer individuais e coletivas.



# CAPÍTULO 2

## O LAZER NA AGENDA PÚBLICA INTERNACIONAL

### **2.1. REPERCUSSÃO IDEOLÓGICA DOS PROTOCOLOS INTERNACIONAIS**

Com vistas a estruturar a análise do debate internacional do lazer como política pública, apresentamos a seguir um marco referencial que tem como escopo identificar o conteúdo do lazer na agenda das organizações governamentais internacionais ligadas direta ou indiretamente ao tema. Realizamos um levantamento dos principais documentos oficiais, programas e projetos mundiais levados a cabo por tais instituições na atualidade, bem como do legado histórico que acompanha a composição da agenda, definindo temas prioritários e tendências para o futuro.

Antes de tudo, convém lembrar que no marco da cooperação internacional, seja qual for a área de estudo, devemos dar destaque aos Tratados de Paz, que simbolizam a diplomacia pacificadora de conflitos entre as partes envolvidas, resultado de um contrato social - consequência do ferro e trigo civilizatórios, que na visão dos contratualistas (grupo derivado do pensamento dos clássicos filósofos do

século XVI e XVII, Rosseau, Locke e Hobbes) representa a própria origem e fundamento da sociedade e do poder político.

Os primeiros tratados internacionais foram em sua maioria bilaterais, porém, a partir do século XX se ampliam os acordos multilaterais, devido intensificação das relações entre países e a necessidade de pacificação das divergências, condicionando assim a criação das organizações mundiais habilitadas para celebrar este protocolo de compromisso oficial entre as nações. Os tratados são expressão da mediação de conflitos e consensos entre indivíduos e grupos, caracterizando assim a política pública, que Lynn (1980 apud SOUZA, 2006) sinteticamente define como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Tal influencia foi notadamente transformadora em nosso dia-a-dia, a partir da criação das organizações internacionais voltadas para fins gerais ou específicos, como é o caso do trabalho, da saúde, da educação, da paz, da alimentação e de outros setores.

Entender o lazer e sua dimensão como política pública inclui considerar que as orientações, diretrizes e enfim, os acordos internacionais, representam a primeira escala em termos de inclusão do tema na pauta das agendas políticas das nações, pressupondo assim que muitas exigências vêm do âmbito externo para se tornarem realidades locais.

O mais antigo tratado de paz conhecido<sup>17</sup> é designado como Tratado de *Kadesh* que teve o objetivo de estabelecer relações pacíficas entre os dois grandes poderes políticos e militares do século 13 A.C, os hititas e os egípcios. Depois disso, outros conflitos territoriais, econômicos e ideológicos foram a pauta dos acordos entre os países, consensos estes necessários para a consolidação do Estado Moderno, ou melhor, para o equilíbrio da autoridade e poder dos Estados-Nação soberanos originados a partir do século XVII<sup>18</sup> sendo um dos mais importantes tratados da história, a Paz de *Westfalia*.

Os tratados de paz internacionais nunca focaram a temática do lazer, mas foram importantes como ponto de partida para o firmamento de protocolos que

---

<sup>17</sup> Escrito numa tabuleta de argila, o tratado está exposto atualmente no Istambul *Archaeological Museums* e tem uma cópia em cobre na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York.

<sup>18</sup> Paz de *Westfalia* foi um conjunto de tratados que pôs fim a várias guerras, ocorridas na Europa Central, no início do século XVII, estabelecendo assim o reconhecimento do estado oficial e soberano, e o equilíbrio de poder entre as nações mas desde a segunda guerra mundial é questionado por seu efeito contrário, de desintegração e exclusão internacional.

influenciaram, e influenciam até nos dias atuais, as políticas sobre o uso do tempo livre diário de homens, mulheres e crianças do mundo todo. Mesmo assim há de se considerar que ao dispor sobre políticas de paz também é possível falar em lazer, pois, concordando com a filosofia de Aristóteles, de dois milênios atrás - mas ainda hoje com temáticas atuais, a meta da “política” é descobrir a maneira de viver que leva à felicidade humana e depois a forma de governo capaz de assegurar aquela maneira de viver, preceitos estes que encontram no lazer uma das formas de obter felicidade - ideal vislumbrado em “Ética a Nicômaco”, do autor.

Se os lazeres possibilitam a obtenção da felicidade, que é muito mais modo de agir do que resultado, segundo o clássico filósofo, reforçamos a importância cidadã dos protocolos internacionais equivalentes aos tratados, pois influenciaram na expansão do direito ao tempo livre, na promoção do lazer e de cultura, esporte e turismo, ou seja, das várias dimensões que conformam uma experiência de lazer, mesmo que tenhamos reservas quanto aos seus objetivos implícitos.

San Salvador (2000), um dos mais promissores teóricos espanhóis sobre lazer da atualidade, historiciza as políticas de lazer numa abordagem que vai desde a cooperação internacional, passa pela reforma do Estado Espanhol e finaliza na autonomia local dos municípios bascos, realizando um importante registro que tomaremos em paralelo para a exposição de nossas ideias sobre o contexto internacional do debate sobre o lazer. A forma apresentada pelo autor na escala internacional de cooperação incluiu especificamente os tratados, a estrutura e as ações desenvolvidas.

O *Leisure Studies*, organizado pelo sociólogo britânico Chris Rojek, em 2010, também traz um resgate histórico no campo dos estudos do lazer porém trata-se mais de um resumo dos principais pensamentos, proporcionando uma agenda para futuros debates e pesquisa, constituindo um recurso inestimável para pesquisadores, universitários e professores.

Nossa abordagem diferencia-se das citadas, devido à inclusão de outros segmentos na estrutura organizacional mundial e na especificidade dos instrumentos de integração da América Latina, bem como por um olhar sobre a estrutura internacional não governamental, que também tem importância para a definição de políticas de lazer na América do Sul.

Ideologicamente a Organização das Nações Unidas - ONU é uma organização internacional formada por países que se reuniram voluntariamente para trabalhar pela paz e o desenvolvimento mundial. O documento que dá origem ao organismo é a Carta das Nações Unidas, que foi elaborada pelos representantes de 50 países presentes à Conferência sobre Organização Internacional, que se reuniu na cidade norte-americana de São Francisco no período de 25 de abril a 26 de junho de 1945.

O documento “ABC das Nações Unidas” informa que no organograma da ONU constam seis órgãos principais, responsáveis pelo funcionamento da Organização internacional. São eles: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça e Secretariado. Compreende ainda agências e programas vinculados ao Sistema, apesar de terem seus próprios orçamentos e estabelecerem suas próprias regras e metas.

Os organismos intergovernamentais são organizações a parte, autônomas, vinculadas à ONU mediante acordos especiais também designados de agências especializadas. Trabalham com a ONU e entre si através do mecanismo coordenador que é o Conselho Econômico e Social, sendo alguns deles até anteriores à criação da ONU, como por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho - OIT, criada em 1919.

Além dos organismos intergovernamentais especializados, que integram o Sistema das Nações Unidas, existe uma série de programas e fundos, criados pela ONU com propósitos específicos, de caráter econômico, social, humanitário, etc. Assim, atualmente as Nações Unidas têm 26 programas, fundos e agências vinculados de diversas formas e com escritórios regionais em todos os continentes.

As organizações internacionais também se dividem em intergovernamentais e não governamentais. Dentre as declarações, cartas, convenções, recomendações, comunicações ou outros documentos elaborados pelas organizações para configurar uma agenda pública internacional, o protocolo internacional de maior importância para o setor é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que se apresenta atual na luta pelos direitos ao repouso e lazer, à proteção da infância, ao padrão de vida capaz de assegurar saúde e bem-estar, à participação livre na vida cultural e artística da comunidade e à liberdade.

Todos os direitos citados na Declaração também são considerados nos documentos referenciais das organizações intergovernamentais e não governamentais apresentadas em nosso estudo, validando a afirmativa de que se trata do protocolo mais importante para a definição das políticas de lazer. Em que pese também a constatação de que os demais protocolos não são conhecidos pelos gestores e publicizados para sociedade, centralizando na Declaração o ato mais importante do século XX.

Observamos que a agenda pública internacional do lazer foi se estabelecendo em épocas distintas e a partir de contextos diferenciados, fornecendo respostas a inquietudes e problemas emergentes de cada período histórico. Respostas que dizem respeito às iniciativas do pós-guerra, ao desenho das bases do desenvolvimento sustentável, à redemocratização de vários países e ao fim do estado de bem-estar social, substituído pelas políticas públicas.

Nosso traçado histórico inicial demonstra que a preocupação com o tema do lazer teve origem com reivindicação da limitação da jornada de trabalho que, longe de ter o objetivo de ampliação do tempo livre, era uma causa necessária contra a exploração e espoliação do trabalhador, cada vez mais organizado e atento ao controle do tempo opressivo do seu trabalho.

Num período turbulento, onde o conceito de hegemonia, nas primeiras décadas do século XX é reconhecido pela classe operária e seus líderes revolucionários (CARDOSO, 1995), foi criada a Organização Internacional do Trabalho, baseada no princípio da justiça social - tão aclamada na luta revolucionária, mas que sempre encontrou resistências da supremacia burguesia e seus mecanismos de coerção e alienação, de modo que a própria conquista do tempo sofreu a perda de sentido ao longo da história.

Evidências podemos encontrar nas recomendações iniciais da OIT, na tentativa de regular o uso do tempo livre, em especial na década de 20, quando extrapolam as fronteiras contra o capitalismo, as perspectivas do movimento de massa operário e dos ideais do socialismo na Europa.

Como indica Antunes (2009) a opressão do trabalhador ocorre não apenas no tempo de trabalho mas também no tempo dedicado fora dele, exigindo alguma forma de enfrentamento.

Na luta pela redução da jornada (ou do tempo) pode-se articular efetivamente tanta a ação contra algumas das formas de opressão e exploração do trabalho como também às formas contemporâneas do estranhamento, que se realizam fora do mundo do produtivo, na esfera do consumo material e simbólico, no espaço reprodutivo fora do trabalho (produtivo) Pode-se articular a ação contra o controle opressivo do capital no tempo de trabalho e contra o controle opressivo do capital no tempo de vida. (ANTUNES, 2009, p. 172)

O tempo de vida, utilizando a expressão de Antunes, é um tempo de liberdade, de criação e autodesenvolvimento, com fim em si mesmo, consolidando aquilo que conceituamos como lazer e que se manifesta mediante várias dimensões. Dimensões estas que proporcionaram um leque de alternativas, por meio de atividades que ampliaram o aproveitamento do tempo livre.

O período pós-guerra descortinou essas alternativas, com a regulação dos direitos humanos e trabalhistas, os avanços tecnológicos e científicos, a integração entre os povos e a inovação na política, com o Estado de Bem-estar social, como medida de recuperação das nações desmanteladas pela Guerra.

No contexto apresentado surgem organismos-chave com intuito de compatibilizar o desenvolvimento e reduzir a miséria, especialmente nos países latino-americanos, onde a preocupação era de instalação de novos focos de fascismo. ONU, UNESCO, OMS, UNICEF foram exemplos dessa estratégia, que no âmbito do lazer conduziram importantes reflexões sobre os sujeitos (crianças, trabalhadores, mulheres, idosos, jovens, trabalhadores, estudantes, etc) e as dimensões que compreendem a vivência que consagra uma experiência de lazer, tais como a cultura, o esporte, a recreação e a educação.

A tensão entre o capitalismo e o comunismo, bem como a instalação de ditaduras militares na América Latina junto com sua repressão aos movimentos populares foi um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento de teorias, fundamentos e instrumentos legais sobre o lazer nos anos 70. A inércia foi instituída e as políticas públicas de âmbito social foram notadamente substituídas com a instalação da perspectiva neoliberal e do Estado Capitalista.

O mundo centrado no universo produtivo, a homogeneização do operariado com o processo de produção fordista e taylorista e a crise do *Welfare State* caracterizaram um novo cenário para o lazer, ainda em contraste com o mundo do

trabalho, mas cada vez mais sintonizado com a cultura do consumo, do entretenimento e das viagens. É neste ambiente que surge a Organização Mundial do Turismo, observando o crescente deslocamento de viagens motivadas por lazer e status social.

Assim, iniciado o processo de redemocratização das nações, o lazer se torna paulatinamente tema de discussões mundiais, em torno das suas dimensões mais comuns, como as viagens, a cultura (nas diversas manifestações artísticas de arte, musicalidade, teatro, cinema e literatura), os meios de comunicação de massa (revistas, rádio e TV) e os esportes, despertando a atenção para a sua recomendação na agenda de políticas públicas reivindicadas pelos movimentos sociais (para a infância, a mulher, o trabalhador e a juventude).

Incorporando temas contemporâneos como habitação e prevenção das drogas temos um grupo distinto de organismos preocupados com uso do tempo livre nos anos 90. Cada vez mais distanciada da dicotomia tempo livre x tempo de trabalho (e aproximando-se da relação consumo X experiência) a reflexão sobre lazer começa a ocupar o debate sobre a cidade e a moradia, convertendo em questão urbana a preocupação com o tema.

Por outro lado o interesse dos organismos também se reflete no acompanhamento dos impactos do uso “inadequado” do tempo livre, estimulado pela justificativa de que a oferta de lazer proporciona meios para uma vida emancipada.

Enfim, podemos observar na trajetória dos organismos internacionais as funções exercidas por cada um, suas contribuições e limitações nas políticas públicas de lazer e as mudanças de perspectivas, influenciadas por novos paradigmas, ainda que mantendo submissão ao sistema de mediações de segunda ordem, descritos por Mészáros (2002), como aqueles que se mantêm em função de hierarquias estruturais de dominação e subordinação.

Para visualização dessa trajetória apresentaremos individualmente as principais iniciativas, considerando sete dos organismos com maior influência na agenda pública internacional do lazer:

- Organização Internacional do Trabalho - OIT
- Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura – UNESCO

- Organização Mundial da Saúde – OMS
- Organização Mundial do Turismo – OMT
- Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF
- Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - ONUHabitat
- Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime - UNODC

### ***Organização Internacional do Trabalho - OIT***

A primeira Conferência Internacional do Trabalho, realizada em 1919, foi a ocasião para criação da Organização Internacional do Trabalho e das convenções que estipularam normas internacionais, dentre as quais, uma das principais reivindicações do movimento sindical e operário do início do século XX, a limitação da jornada de trabalho a 8 horas diárias e 48 semanais.

A Constituição da OIT, revista em 1948, em substituição do texto de 1919 encontra-se vigente até os dias atuais apresentando o anexo intitulado de “Declaração referente aos fins e objetivos da organização Internacional do trabalho”, também conhecida como Carta da Filadélfia<sup>19</sup>, que adota princípios que seguiram de exemplo a outros protocolos mundiais.

A Conferência reafirma os princípios fundamentais sobre os quais repousa a Organização, principalmente os seguintes:

- o trabalho não é uma mercadoria;
- a liberdade de expressão e de associação é uma condição indispensável a um progresso ininterrupto;
- a penúria, seja onde for, constitui um perigo para a prosperidade geral;
- a luta contra a carência, em qualquer nação, deve ser conduzida com infatigável energia, e por um esforço internacional contínuo e conjugado, no qual os representantes dos empregadores e dos empregados discutam, em igualdade, com os dos Governos, e tomem com eles decisões de caráter democrático,

---

<sup>19</sup> A Declaração da Filadélfia foi anterior a Constituição da OIT. Escrita em 1942, antecipou e serviu de modelo para a Carta das Nações Unidas e para a Declaração Universal dos Direitos Humanos.



visando o bem comum.

O terceiro artigo da Carta da Filadélfia proclama solenemente que a organização tem a obrigação de auxiliar as Nações do Mundo na execução de programas que visem, dentre outros aspectos listados, **obter um nível adequado de alimentação, de alojamento, de recreação e de cultura** aos trabalhadores, princípios que foram incorporados no Brasil pela legislação trabalhista e na atuação de organismos fundadores do serviço de assistência aos trabalhadores da indústria e comércio.

Na trajetória da OIT além das convenções e da Carta da Filadélfia, as recomendações também exerceram forte influência na vida dos trabalhadores, dentre elas as recomendações sobre a utilização do tempo livre e sobre o Desemprego de Menores.

A Recomendação sobre a utilização do tempo livre pelos trabalhadores, foi adotada em 5 de julho de 1924, por ocasião da 6ª CIT. Após uma série de considerações a cerca das conquistas trabalhistas de 1919 o texto apresenta recomendações sobre a proteção do tempo livre, alertando aos governos dos países membros sobre os compromissos de empregados e empregadores para a garantia de pleno gozo das horas de liberdade conquistadas. Trata-se de um documento que fixa medidas necessárias para que os trabalhadores não ocupem seu tempo livre com trabalho extraordinário remunerado, interferindo de certa forma em sua liberdade, propondo que os Governos estudem meios de estabelecer a jornada de trabalho de forma a manter a maior continuidade possível de horas livres, e estabeleçam um sistema de transportes que permita aos trabalhadores reduzir ao mínimo a duração do trajeto entre a sua residência e local de trabalho.

Também fazem parte das recomendações aos Governos a adoção de medidas legislativas que estimulem, a denominada higiene social, ou seja esforços pontuais para banir o alcoolismo, a tuberculose, as enfermidades venéreas e os jogos de azar, confirmando o objetivo do documento, de interferir no uso do tempo livre dos trabalhadores e originando uma tendência permanente de controle social do tempo.

Finalizando o documento, a OIT apresenta ainda a necessidade de proporcionar habitação sana e barata aos trabalhadores, bem como instituições próprias para o desfrute das horas livres, de acordo com as categorias laborais e

com grande atenção ao envolvimento da família, com vistas a contribuir com o progresso da comunidade. Vale ressaltar que o texto não deixa de enfatizar que o ideal seria a criação desses espaços de lazer pelos próprios trabalhadores mas na falta dessa oportunidade o governo poderia subsidiar entidades que se ocupem do desenvolvimento moral, intelectual e físico deste grupo.

A recomendação 21, ao mesmo tempo em que apresenta várias propostas e indicações para o melhor gerenciamento do tempo livre dos trabalhadores também apresenta premissas fundamentais para que tais medidas não sejam consideradas nocivas à liberdade dos cidadãos, considerando a necessidade que esses têm de manter a independência fora do seu local de trabalho e a inquietação dos mesmos, em relação à qualquer tipo de intromissão em seus assuntos privados. Dessa forma dispõe de um item específico para orientar os governos quanto à manutenção dessa liberdade, inclusive quanto à autonomia de cada cidadão na seleção da instituição em que deseja participar socialmente.

O documento, de 1924, e que atualmente não faz parte das recomendações vigentes, encerra com a seguinte perspectiva:

*La Conferencia recomienda igualmente a los Miembros la organización de una propaganda activa y eficaz, en cada país, a fin de educar a la opinión en favor de la buena utilización del tiempo libre por los trabajadores. (OIT, 1924, s.n.)*

De forma bastante cuidadosa observamos uma preocupação constante deste documento em indicar formas de mediação e controle do Estado sob a classe dos trabalhadores, sob a ótica da “boa intenção” percebemos que tais propostas foram totalmente acatadas, inclusive no Brasil. Essa tendência confirma o que Mézáros (2002) justifica como mediações de segunda ordem, que iludem, desorientam e controlam os atores com base nos imperativos objetivos da expansão do capital.

Como dito anteriormente, outra recomendação que se fez presente sobre o uso do tempo livre dos trabalhadores foi aquela referente ao desemprego de menores, publicada em 1935. Segundo a recomendação 45 da OIT, o Estado deve prover o acesso de menores ao ensino obrigatório até completar 15 anos (idade fixada como mínima para ingresso profissional) e depois disso possibilitar àqueles que estiverem desempregados o ensino profissionalizante para o encaminhamento ao mercado de trabalho. Além das medidas sugeridas sobre a instrução geral e

profissional também é proposta a criação de dispositivos para auxiliar no uso útil e agradável do tempo livre dos jovens desempregados e empregados, tais como centros recreativos ou de educação física, salas de leitura, etc.

Não há dúvidas da importante contribuição histórica da OIT na implementação de políticas públicas de lazer, tendo em vista a receptividade das nações para adoção das recomendações publicadas, em especial na década de 30, quando observamos um *boom* na criação de espaços públicos e privados de lazer exclusivos para a classe trabalhadora, bem como a fundação e crescimento de instituições voltadas para o desenvolvimento intelectual, físico e moral de jovens de todo o mundo.

Atualmente uma das iniciativas mais interessantes da OIT capaz de auxiliar nas políticas públicas de lazer, com foco no trabalhador, é o monitoramento do “Trabalho Decente”, conceito adotado como ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos do Organismo (o respeito aos direitos no trabalho, a promoção do emprego, a extensão da proteção social e o fortalecimento do diálogo social). Um dos indicadores do Trabalho Decente é a “Conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e familiar”, aspecto que está intrinsecamente relacionado ao uso do tempo livre, pois ao observar o Relatório do Trabalho Decente, publicado em 2012, percebemos uma tendência infeliz, na qual as estatísticas comprovam que o tempo livre do trabalhador, em especial das mulheres, se tornou tempo ocupado de afazeres domésticos, cuidados com filhos ou idosos e deslocamento entre a casa e o trabalho, entre outras atividades de “não lazer”.

Instrumentos como o monitoramento e a avaliação do Trabalho Decente atualizam a forma de atuação da OIT, mais focada na diversidade cultural e nas condições socioeconômicas regionais.

### ***Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO***

É comum associar o lazer à cultura, entretanto se analisamos do ponto de vista dos especialistas dos Estudos do Ócio, de Bilbao, podemos nos surpreender com a afirmativa de que a dimensão criativa vai além da cultural e o lazer, se

caracteriza por uma vertente que corresponde à vivência de experiências criativas, incluindo criação e recriação para além da indústria cultural. Isso não invalida a relação da UNESCO com as políticas públicas de lazer mas esclarece um diferencial que nos permite compreender as limitações dos resultados ou mesmo da exatidão dos objetivos esperados, quanto à melhoria da qualidade de vida e bem estar individual e coletivo em função das atividades criativas desenvolvidas no tempo livre.

Na Constituição da UNESCO, datada de 16 de novembro de 1945, os Estados-membros declaram no primeiro parágrafo “que uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz”. Este talvez seja o fundamento mais apropriado para explicar a fundação da UNESCO que a partir do tripé educação, ciência e cultura busca contribuir para a paz e a segurança, promovendo a cooperação entre as Nações.

No âmbito do lazer não existem recomendações, documentos administrativos ou normas específicas mas sim uma série de programas e projetos nos quais a temática se revela de forma direta ou indireta, dependendo dos objetivos estratégicos de cada região ou país.

Do conjunto de instrumentos legais publicados pela UNESCO nenhum faz alusão direta ao lazer em suas recomendações mas, indiretamente, as seguintes publicações colaboram com a formulação de políticas neste setor: Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, 1972; Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, 2001; Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, 2003; e Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, 2005

Apenas na Carta Internacional de Educação Física e do Esporte, publicada em 1978, o lazer será referenciado, de forma direta, conforme descrevemos a seguir:

[...] No âmbito individual, a educação e o esporte contribuem para a manutenção e a melhora da saúde, proporcionam uma atividade saudável de lazer e permitem que as pessoas superem os inconvenientes da vida moderna. No âmbito da comunidade, eles enriquecem as relações sociais e desenvolvem o jogo limpo (fair play) que é essencial não apenas para o esporte em si, mas também para a vida em sociedade. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2013, p. 3)

Na América Latina a UNESCO mantém uma Oficina Regional de Cultura para América Latina e Caribe que apoia projetos de promoção da cultura em diversos países, buscando a integração do diálogo intercultural e da diversidade cultural nas políticas nacionais dos Estados Membros.

Em que pese a falta de instrumentos para recomendar, normatizar ou promover o lazer em sentido *strictu*, observamos, ao analisar o site da organização, a preocupação com o aspecto da desigualdade no acesso à produção cultural, contribuindo com um debate fundamental no escopo das políticas culturais, que indica a necessidade de políticas integradas com vistas a diminuir a lacuna da desigualdade que impede os brasileiros do acesso aos bens e serviços culturais.

### **Organização Mundial da Saúde – OMS**

Assim como a UNESCO, a Organização Mundial da Saúde aborda em seus princípios uma das dimensões do lazer, relacionada à prática de esportes como benefício à saúde e integridade física e mental nas várias fases da vida. O documento *Recomendações Mundiais sobre a Atividade Física para a Saúde* apresenta de forma explícita a necessidade da prática desportiva nos momentos de lazer sugerindo que:

*En el sector de deportes, las directrices sobre actividad física podrían estar vinculadas a la participación comunitaria en deportes organizados y no organizados y en actividades de ocio. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2010, p. 38)*

O documento indica quais seriam essas atividades físicas nos momentos de lazer, definindo-as como aquelas que não são necessariamente essenciais a vida cotidiana e que se realizam modestamente, tais como condicionamento e entretenimento mediante exercícios, atividades recreativas como dança, jardinagem e passeios ao ar livre, entre outros. A organização demonstra preocupação com a temática e indica que os níveis de atividade física podem ser avaliados desde diferentes pontos de vista: atividade em tempo de lazer, atividade ocupacional, atividade doméstica e atividade comunitária, sendo a primeira a mais avaliada.

É interessante ressaltar ainda que o direcionamento das recomendações aos

governos abrange prioritariamente a fase de idade adulta, compreendendo especificidades para a faixa de 18 a 64 anos e a partir de 65 anos. A preocupação com a população idosa se revela também nas orientações gerais relacionadas ao tema do envelhecimento ativo.

A OMS trabalha no sentido de promover a saúde e vem demonstrando preocupação com o tema da atividade física e desportiva ao identificar que ao menos 60% da população mundial não se exercita o necessário para obter benefícios para a saúde, devido a insuficiente participação em atividades durante o tempo livre e ao aumento dos comportamentos sedentários<sup>20</sup>.

Crianças e jovens de 5 a 17 anos também tem espaço nas recomendações sobre a atividade física, tendo em vista que a Organização considera que a atividade física pode contribuir para o desenvolvimento dos jovens melhorando seu rendimento escolar e evitando o consumo do tabaco, álcool e drogas. Para essa faixa etária, a atividade física consiste em jogos, caminhadas, atividades recreativas, educação física ou exercícios programados, observando os seguintes níveis recomendados para a saúde desses jovens:

- *Los niños y jóvenes de 5 a 17 años inviertan como mínimo 60 minutos diarios en actividades físicas de intensidad moderada a vigorosa.*
- *La actividad física por un tiempo superior a 60 minutos diarios reportará un beneficio aún mayor para la salud.*
- *La actividad física diaria debería ser, en su mayor parte, aeróbica. Convendría incorporar, como mínimo tres veces por semana, actividades vigorosas que refuercen, en particular, los músculos y huesos.*  
(ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2013, p. 7)

As recomendações acima complementam a *Estrategia Mundial sobre Régimen Alimentario, Actividad Física y Salud: marco para el seguimiento y evaluación de la aplicación*, publicado pela OMS em 2009. Constitui um documento que propõe indicadores destinados à utilização dos Estados Membros em função de cada realidade nacional, com o intuito de favorecer a formulação de políticas para viabilizar o acesso e a garantia de atividades físicas. Dentre os indicadores que compõem o marco da Estratégia, salientamos a porcentagem de escolas que utilizam espaços recreativos do entorno comunitário, o qual vai ao encontro do conceito “desportes para todos”, também destacado no Documento.

---

<sup>20</sup> [http://www.who.int/dietphysicalactivity/factsheet\\_inactivity/es/](http://www.who.int/dietphysicalactivity/factsheet_inactivity/es/)

Saúde e lazer, portanto, são temas muito próximos, principalmente quando consideramos o lazer como fim além de si mesmo, ou seja, como meio a outro fim, e neste caso, a saúde. Sob esta ótica aderimos ao caráter preventivo e terapêutico do fenômeno, que não diminui sua importância mas limita seu conceito, encaminhando a políticas públicas fragmentadas, com fins específicos que não consideram a experiência total do lazer. Por outro lado é possível, com maior envolvimento e expertise dos agentes políticos, consolidar políticas multidimensionais, que superem as limitações de cada área e contemplem uma política, de fato, para o lazer.

### ***Organização Mundial do Turismo – OMT***

A Organização Mundial do Turismo – OMT é o organismo das Nações Unidas encarregado da promoção de um turismo responsável, sustentável e acessível a todos. Como sucessora da União Internacional de Organismos Oficiais de Turismo - UIOOT, sua fundação ocorreu em 1975, mas foi aprovada em 1970 pelo Estatuto assinado no dia 27 de setembro na Assembleia Geral Extraordinária da UIOOT, ocorrida na Cidade do México.

Entre seus membros constam 156 países, seis membros associados e mais de 400 membros afiliados que representam o setor privado, instituições de ensino, associações de turismo e autoridades turísticas locais.

Em qualquer cartilha ou livro introdutório sobre turismo constará a definição da OMT sobre o fenômeno, da seguinte forma: Turismo corresponde às atividades realizadas por pessoas durante suas viagens e pernoites em lugares diferentes do seu entorno habitual por um período de tempo consecutivo inferior a um ano com finalidade de lazer, negócios e outros.

Reunida em Acapulco, a Assembleia Geral da OMT, em 1982 adota um documento que estabelece os conceitos que servirão de base para a aplicação progressiva dos objetivos fixados na convocatória de Manilla, em 1980. Dentre os conceitos estabelecidos destacamos aquele que melhor se adequa ao nosso debate, pois trata da defesa do direito de descanso, tempo livre e férias remuneradas, assim como a criação de condições sociais e legislativas para facilitar a todas as classes sociais o acesso a estes direitos. Na Declaração de Haya sobre Turismo, em 1989,

tais preceitos se apresentam solenemente reforçados.

Passados os anos 80, as recomendações da OMT nas décadas seguintes foram centradas nos aspectos da ética, cultura e sustentabilidade, sendo que a última ocupa maior destaque, com a Agenda 21 para Agências de Viagens e Turismo, a Declaração de Quebec sobre Ecoturismo, a Declaração de Djerba sobre Turismo e Alterações Climáticas e o Lançamento dos critérios globais de Turismo sustentável, em 2008.

A participação da OMT nas políticas públicas de lazer, entretanto, se fundamentou em adotar um termo para categorizar diferentes motivações e produtos turísticos, sem consolidar recomendações, normas ou incentivos específicos, desenvolvendo métodos para o planejamento e ordenação do turismo, como atividade de lazer destinada a todas as classes sociais.

### ***Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF***

Criado no dia 11 de dezembro de 1946, o Fundo - antes denominado Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças, tinha como objetivo inicial prestar assistência emergencial para ajudar as crianças que sofreram com as guerras, na Europa e China, meta que foi ampliada mundialmente, para promover a defesa dos direitos das crianças, ajudar a dar resposta às suas necessidades e contribuir para o seu desenvolvimento. Em 1950, o mandato do Fundo foi estendido com a finalidade de atender, em projetos de longo prazo, crianças e mulheres nos países em desenvolvimento, tornando-se parte permanente das Nações Unidas em 1953.

A problemática sobre a infância está na pauta das Nações Unidas desde a antecessora Sociedade das Nações, com a Declaração de Genebra, em 1924. Foi rediscutida e formalizada em um novo documento, já no sistema da ONU, como a Declaração Universal dos Direitos da Criança, em 1959. A principal diferença entre os dois protocolos é de que o primeiro aborda a necessidade de proteção e cuidados especiais às crianças enquanto o segundo reconhece seus direitos civis, inspirada pela publicação, uma década anterior, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que de forma modesta pondera que a “infância tem direito a cuidados e



assistência especiais”.

A Convenção dos Direitos da Criança, de 1989, adotada obrigatoriamente por todos os países membros que a ratificaram, amplia os direitos discutidos no protocolo anterior e serve de inspiração para políticas públicas e instrumentos jurídicos internacionais que versam sobre a matéria. Em especial, servem de princípios no planejamento de políticas de lazer os seguintes artigos da Convenção:

**QUADRO 1. A CONVENÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E OS ARTIGOS RELACIONADOS AO LAZER**

<b>PRINCIPAIS REFERÊNCIAS AO LAZER</b>
<b>Artigo 31</b>
Parágrafo 1 – Os Estados Parte reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística.
Parágrafo 2 – Os Estados Parte promoverão oportunidades adequadas para que a criança, em condições de igualdade, participe plenamente da vida cultural, artística, recreativa e de lazer.[...]
<b>Artigo 23</b>
Parágrafo 3 – Atendendo às necessidades especiais da criança deficiente, a assistência prestada, conforme disposto no parágrafo 2 do presente Artigo, será gratuita sempre que possível, levando-se em consideração a situação econômica dos pais ou das pessoas que cuidam da criança, e visará a assegurar à criança deficiente o acesso efetivo à educação, à capacitação, aos serviços de reabilitação, à preparação para o emprego e às oportunidades de lazer, de maneira que a criança atinja a mais completa integração social possível e o maior desenvolvimento cultural e espiritual. [...]

Fonte: Elaboração própria a partir da Convenção dos Direitos da Criança (UNICEF, 1990)

O UNICEF vem desempenhando um papel fundamental na promoção e subsidio dos objetivos da Convenção, inclusive na matéria do desenvolvimento cultural, por meio de investimentos, estudos, estatísticas e projetos que beneficiam o planejamento de políticas na área de esporte e lazer.

Ao contrário de alguns organismos apresentados anteriormente, o UNICEF não dita regras universais mas estabelece uma forma de fiscalização dos direitos da infância, promovendo principalmente boas práticas e distribuindo recursos canalizados principalmente em ações humanitárias.

## **Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - ONUHabitat**

Constitui, desde 1 de janeiro de 2002, o agrupamento institucional, funcional e financeiro dos extintos Comissão de Assentamentos Humanos, Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat) e Fundação das Nações Unidas para o Habitat, consolidando assim o Programa encarregado de coordenar e harmonizar iniciativas em assentamentos humanos dentro do sistema das Nações Unidas, facilitando o intercâmbio global de informação sobre moradia e desenvolvimento sustentável de assentamentos humanos, além de colaborar com políticas e assessoria técnica para resolução de problemas nas cidades de pequeno, médio e grande porte.

Os principais documentos norteadores do trabalho do ONUHabitat são a Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos (1976), a Agenda Habitat (1996), a Declaração de Istambul (1996), a Declaração sobre Cidades e outros Assentamentos Humanos no Novo Milênio (2001) e a Resolução 56/206 (que aprova sua criação).

Dentre os documentos citados, aquele que mais infere no tema do lazer é a Agenda Habitat, que consolida um plano de ação global, que fornece diretrizes para a criação de assentamentos humanos sustentáveis durante o século XXI, descrevendo centenas de recomendações, das quais selecionamos as seguintes, traduzidas livremente do documento-base.

### **QUADRO 2. RECOMENDAÇÕES RELACIONADAS COM ESPAÇOS DE LAZER. AGENDA HABITAT.**

<b>RECOMENDAÇÕES RELACIONADAS COM ESPAÇOS DE LAZER</b>
<b>Agenda Habitat</b>
Para garantir um fornecimento adequado de terra aproveitável, os governos nos níveis apropriados e em acordo com o seu enquadramento legal deverá:
Fazer pleno uso das infraestruturas existentes nas áreas urbanas, incentivando a densidade ideal de ocupação de terra disponível atendido de acordo com sua capacidade de carga, ao mesmo tempo, garantir o fornecimento adequado de parques, áreas de lazer, espaços e instalações comuns, e lotes de terreno jardins, conforme o caso.
Os Governos, nos níveis apropriados, incluindo as autoridades locais e outras partes interessadas, com o apoio das instituições internacionais e regionais competentes, devem apoiar os esforços para estabelecer e planejar padrões de uso da terra urbana sustentável e, para esse fim, devem:

continua

<b>RECOMENDAÇÕES RELACIONADAS COM ESPAÇOS DE LAZER</b>
<b>Agenda Habitat</b>
Desenvolver e apoiar a implementação de melhores práticas de manejo da terra que lidam exaustivamente com concorrentes necessidades de terra urbana para habitação, indústria, comércio, infraestrutura, transportes, espaços verdes e áreas florestais, tendo em conta a necessidade de espaços para atividades diárias – como parques infantis, parques, esportes e áreas de lazer e áreas adequadas para paisagismo e agricultura urbana.
A fim de alcançar o transporte sustentável nos assentamentos humanos, os Governos, nos diversos níveis, em parceria com o setor privado, o setor comunitário e outras partes interessadas, deve:
Coordenar uso do solo e planejamento de transportes, a fim de incentivar os padrões de assentamento espaciais que facilitem o acesso às necessidades básicas, como locais de trabalho, escolas, cuidados de saúde, locais de culto, de bens e serviços e de lazer, reduzindo assim a necessidade de deslocamento.

Fonte: Elaboração própria a partir da Agenda Habitat

Além dos documentos referenciais que guiam as atividades do ONUHabitat convém ressaltar a variedade de ações promovidas pela agência, desde estudos, campanhas, premiações e eventos sobre a questão urbana.

### ***Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime – UNODC***

O UNODC foi criado em 1997 pela Secretaria Geral da ONU para desenhar e implementar projetos de enfrentamento das drogas ilícitas e do crime organizado transnacional. Com 21 escritórios em todo o mundo, o UNODC atua em mais de 150 países buscando o desenvolvimento sustentável e a segurança humana, de forma integrada e em parceria com governos, a sociedade civil organizada e a iniciativa privada. Tem o seu trabalho baseado em três grandes áreas: saúde, justiça e segurança pública.

Especificamente no campo da saúde, o UNODC trabalha no sentido de garantir o acesso universal aos serviços de saúde como um direito humano fundamental, independentemente da condição social ou da situação jurídica das pessoas, interessando-nos seus esforços de prevenção, voltados para a população em geral, a fim de conscientizar as pessoas sobre os riscos do uso abusivo de drogas.

É importante salientar que em nossa concepção de lazer o uso de drogas não se encaixa, tendo em vista que tal vivência corresponde à incapacidade de experimentar o lazer com sentido, sendo nocivo para a pessoa e para a sociedade. Considerando que a agencia colabora com políticas públicas no que se refere à promoção de hábitos saudáveis no tempo livre dos indivíduos em geral observamos que é justamente sobre este item, no campo da saúde, que a Agência publicou as Normas Internacionais Sobre a Prevenção do uso de Drogas.

Em sua introdução, o documento apresenta a seguinte perspectiva:

Baseadas em evidências científicas, as estratégias de prevenção trabalhadas com famílias, escolas e comunidades podem garantir que crianças e jovens, principalmente os mais marginalizados e pobres, cresçam e permaneçam saudáveis e seguros até chegarem à vida adulta e à velhice. Para cada dólar gasto em prevenção, pelo menos dez podem ser economizados em custos futuros com saúde, programas sociais e crime. (ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME, 2013, p. 4)

No decorrer desse trabalho, o lazer é apontado com uma das questões relativas à prevenção que requerem mais pesquisa, dada à necessidade de comprovação da efetividade das ações relacionadas a esporte e lazer, que em alguns casos não vêm correspondendo aos benefícios esperados. Por si só as atividades de esporte e lazer não conseguem atingir impactos significativos, tendo em vista que há evidências de que estão correlacionados a índices mais altos de tabagismo e consumo excessivo de álcool.

De acordo com as recomendações da UNODC os gestores de políticas públicas devem ter, portanto, muito cuidado caso escolham implementar este tipo de intervenção, desenvolvendo pesquisas para monitorar e avaliar impactos.

Vale destacar também as estratégias apresentadas no documento, em termos de diretrizes e ferramentas para o desenvolvimento de ações de prevenção no ambiente familiar, na escola, no trabalho e nos espaços de entretenimento.

A problemática enfrentada pela Agência é muito atual e tem como cenário uma infinidade de novas substâncias psicoativas que surgem com velocidade em todas as regiões do mundo, representando uma das tendências mais notáveis nos

mercados de drogas ao longo dos últimos cinco anos. Conseqüentemente revelando uma ameaça à saúde pública, que exige resposta compatível com a rápida repercussão do problema. Como as próprias normas sobre prevenção alertam, as atividades de lazer não alcançam resultado favorável por si só, e precisam de abordagens inovadoras, que entendam a sociedade, suas motivações e campo sociopolítico ao qual se dirigem.

### **Organizações Não-governamentais**

Representantes da sociedade civil, as organizações não-governamentais (ONGs) sempre desempenharam um papel importante na ONU. O Artigo 71º da Carta das Nações Unidas expressa que:

O Conselho Econômico e Social poderá entrar em entendimentos para consultar organizações não-governamentais que se ocupem de assuntos no âmbito da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o membro das Nações Unidas interessado no caso. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2001, p. 38)

As ONGs podem se associar ao Departamento de Informação Pública - DPI, para manutenção de um canal de comunicação e informação junto ao organismo, ou se associar ao Conselho e Econômico e Social – ECOSOC colaborando com status consultivo em temas que sejam relevantes na sua área de atuação.

Para conseguir se afiliar, uma ONG precisa estar oficialmente registrada junto às autoridades governamentais de seu país como uma organização não-governamental ou sem fins lucrativos por, pelo menos dois anos. Precisa ter uma sede, um estatuto democrático, autoridade para falar em nome de seus membros, uma estrutura representativa, mecanismos apropriados de responsabilidade e formas transparentes e democráticas de tomar decisões.

Alguns dos temas de enquadramento das quase três mil ONGs com status consultivo especial são envelhecimento, infância, desenvolvimento, mudanças climáticas, resolução de conflitos, desarmamento, controle de drogas, trabalho,

população indígena, juventude, religião e liberdade religiosa, família, saúde, etc.

Em setembro de 2013, de acordo com a atualização dos cadastros realizada pelo ECOSOC, as ONGs ligadas ao lazer foram as seguintes, de acordo com o ano de ingresso no sistema:

- World Leisure Organization (1962,1990)
- International Association for Sports and Leisure Facilities (1971)
- Institute for the Development of Education, Arts and Leisure (2004)

### ***World Leisure Organization - WLO***

A história da WLO remonta a 1906 e está estreitamente relacionada com a de outra instituição, situada nos Estados Unidos e mantida por ação filantrópica de industriais e outros poderosos. Era a denominada *Playground Association of America*, reconhecida posteriormente como *Playground and Recreation Association of America* e *National Recreation Association - NRA*, situada na cidade de Los Angeles.

Foi por meio do *National Recreation Association Congress*, em 1932 que surgiu pela primeira vez o interesse em criar uma instituição numa escala mais ampla que a regional. De acordo com a análise sobre os 50 anos da Organização, realizada por Edginton (2013), atualmente secretário geral da WLO, a própria formação da ONU impulsionou a criação formal da organização antecessora da WLO, bem como a realização do Congresso internacional, com representantes de 33 países, realizado na Filadélfia, em 1956. Esta ampla reunião foi testemunho de que o lazer compreendia um movimento internacional e serviu de apoio a universalidade dos termos, apresentando ainda, como foco, o direito ao lazer de todas as raças e credos.

Estabelecida em 1956, inicialmente como *International Recreation Association*, a Organização teve seu nome alterado para *World Leisure and Recreation Association* em 1973, adotando posteriormente *World Leisure Organization*, em 2007. Com a mudança na denominação em 1973, a escala mundial foi acentuada nos objetivos da Organização, acompanhando a tendência de

outras instituições de caráter internacional. Ainda na análise histórica de Edginton, na década de 70, o slogan que identificava a WLO era *leisure as integral to social, cultural and economic development*.

O ingresso da Organização no sistema ONU, com status consultivo ocorreu no ano de 1962, renovado em 1990, e mantendo até hoje papel predominante na promoção do lazer como parte integrante do desenvolvimento social, cultural e econômico.

Para concretização do seu papel, a *World Leisure Organization* tem como prioridades:

- fomentar a pesquisa e investigação;
- defender a importância do lazer;
- programar e desenvolver políticas específicas.

Por sua vez, tais prioridades são realizadas por meio dos programas e serviços oferecidos pela organização, quais sejam o Congresso Mundial de Lazer; as conferências regionais e eventos diversos (fóruns, feiras, exposições e festivais); os centros de excelência acadêmica<sup>21</sup>; a publicação do *World Leisure Journal*; o Prêmio Mundial de Inovação em Lazer; a participação no Conselho da ONU e a afiliação de membros de todas as partes do mundo e de diversas áreas de interesse, incluindo turismo, parques e serviços de recreação, as artes e cultura, esporte, centros de fitness e exercício, parques temáticos e de entretenimento; instituições de educação; organizações sem fins lucrativos, agências governamentais além de empresas e corporações.

De acordo com o Plano Estratégico 2009 – 2014, *Leisure: Enhancing the Human Condition*, o lazer representa o foco central para a melhoria da condição humana, como componente vital para experimentar a vida em sua plenitude, apoiando a criação de uma sociedade civil global, pois é essencial para o desenvolvimento social, cultural, econômico e sustentável e o bem-estar dos indivíduos, comunidades e nações. As prioridades estabelecidas no Plano Estratégico foram as seguintes:

---

<sup>21</sup> University of Wageningen/Holanda; Asian-Pacific Centre for the Study of Leisure, Zhejiang University/China; School of Sciences and Technologies, Arizona State University e Vancouver Island University

- Harmonizar e unir os esforços da Organização Mundial de Lazer para afirmar, complementar e apoiar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas.
- Fornecer um foco para os pesquisadores e estudiosos para a compreensão do fenômeno do lazer, explorando através de atividades de pesquisa acadêmica a relação de lazer para o conceito de identidade, o processo de transformação e de que forma o lazer contribui para melhorar a condição humana.
- Defender o lazer, criando e divulgando declarações políticas, modelo de atos legislativos e informações sobre benefícios de lazer proporcionando visibilidade e interesse para a importância do lazer e do seu valor para a melhoria da condição humana.
- Proporcionar oportunidades educacionais e outros meios de aprendizagem para entender melhor a natureza e o valor de lazer com foco na sua contribuição para formulação de identidade, transformação e melhoria da condição humana.
- Fortalecer parcerias, relações de colaboração e atividades cooperativas com organizações, instituições, associações e sociedades afins, tendo em vista que o lazer, em suas muitas e variadas formas, envolve os indivíduos em um grande número de grupos, organizações, associações e sociedades para melhorar e promover o uso eficiente de recursos e construção da comunidade.
- Expandir os membros da Organização em termos numéricos e geográficos para ampliar as oportunidades para a defesa, networking, oportunidades educacionais, colaboração e construção de parcerias, bem como proporcionar um meio para estender a influência em áreas carentes do mundo. A ênfase especial está em incentivar o envolvimento dos profissionais, gestores políticos e funcionários, comunidade, líderes, leigos, estudantes e outras pessoas interessadas, e especialmente as agências afiliadas e organizações.

É fundamental considerar ainda os documentos que embasam os ideais contemporâneos da WLO, pois consolidaram o direcionamento político, acadêmico e técnico da organização replicando seu pensamento aos agentes envolvidos com o lazer. Assim, o quadro abaixo identifica os documentos selecionados e observações relevantes a seu respeito.



### QUADRO 3. PRINCIPAIS DOCUMENTOS REFERENCIAIS ELABORADOS PELA WLO

#### CHARTER FOR LEISURE

Compreende oito artigos que tem como fundamento reconhecer o lazer como direito de todos e assegurar que os governos mantenham políticas dirigidas para garantia aos seus cidadãos de uma variedade de oportunidades de lazer e recreação de alta qualidade.

Enfatiza também a necessidade dos gestores em promover a formação de profissionais bem como dos estabelecimentos de ensino em centrar esforços para ensinar a natureza e importância do lazer de como integrar este conhecimento ao seu estilo de vida.

Aprovada em julho de 2000.

*Versão original data de 1970, publicada pela International Recreation Association in 1970, revisada pela World Leisure and Recreation Association in 1979.*

#### INTERNATIONAL CHARTER FOR LEISURE EDUCATION

A finalidade desta Carta é informar aos governos, às organizações não-governamentais e às instituições de ensino a respeito do significado e dos benefícios do lazer e da educação para e pelo lazer. É também orientar os agentes de educação, incluindo as escolas, a comunidade e as instituições envolvidas na capacitação de recursos humanos sobre os princípios nos quais poderão se desenvolver políticas e estratégias de educação para o lazer.

Elaborada e aprovada no "Seminário Internacional da WLRA de Educação para o Lazer" - Jerusalém – Israel, ratificada pelo Conselho da WLRA Jaipur - Índia 3 de dezembro de 1993

#### SÃO PAULO DECLARATION ON LEISURE AND GLOBALIZATION

A Carta de São Paulo tem a preocupação com as mudanças sociais fomentadas pela globalização, reconhecendo tanto esperanças como desafios para o bem-estar individual e coletivo. Reúne dez artigos que em termos gerais indicam que todas as pessoas têm o direito ao lazer por meio de políticas econômicas e sociais, para as quais os governos e as instituições devem estimular a preservação e criação de ambientes livres de barreira cultural, tecnológica, natural e física, proporcionando tempo, espaço, instalações e oportunidade para expressar, celebrar e compartilhar lazer.

Enfatiza ainda que todos os Governos devem promulgar e aplicar leis e políticas destinadas a proporcionar lazer para todos sem se eximir da responsabilidade de conter as ameaças ao abuso e uso indevido de lazer por indivíduos.

Assim no na carta para educação, seus artigos indicam políticas que visem proporcionar educação para o lazer.

Elaborada e aprovada no "5th WLRA World Congress", em 30 de outubro de 1998, São Paulo/Brasil.

#### QUEBEC DECLARATION

O tema da Declaração de Quebec é Lazer – essencial para o desenvolvimento comunitário.

Num estilo diferente das demais manifestações, a carta de Quebec apresenta cinco artigos, com considerações gerais e específicas sobre o lazer e uma recomendação geral, assim escrita:

O lazer desempenha um papel fundamental no desenvolvimento comunitário: influencia a qualidade de vida e o bem-estar dos indivíduos, contribui para o desenvolvimento de laços sociais e do capital social, e representa um espaço de expressão e de responsabilidade na vida democrática.

Sob essa recomendação a organização assume os seguintes compromissos:

1. Apoiar e desenvolver o envolvimento voluntário dos cidadãos nas suas comunidades;
2. Apoiar e desenvolver as organizações e associações de lazer;
3. Aumentar a acessibilidade, diversidade, criatividade e segurança na experiência do lazer;
4. Garantir o carácter democrático de governabilidade na organização de lazer;
5. Respeitar os modos de vida e a diversidade cultural dos grupos locais e das comunidades;
6. Promover e distribuir a presente declaração.

Elaborada e aprovada no "10th WLRA World Congress", em 10 de outubro de 2008, Quebec/Canadá.

Fonte: elaboração própria a partir dos documentos oficiais

Capturando as ideias apresentadas na “Carta do Lazer” percebemos que o entendimento do fenômeno preserva a concepção de que “lazer” é entendido como um “ato de liberdade, vivenciado através de uma variedade de atividades sociais, culturais, desportivas e turísticas, nas quais o indivíduo é o principal ator e beneficiário”<sup>22</sup> (WLO, 2000).

Considerando uma entrevista de Christopher Edginton à jornalista Amarilis Lage, do Jornal Folha de São Paulo, em 2008 e a publicação a respeito dos 50 anos da WLO, em 2013, enfatizamos ainda que não existe uma definição universal sobre o lazer. O próprio Secretário Geral<sup>23</sup> admite o seguinte, quando perguntado a respeito da definição do lazer:

Não existe consenso. Uma definição é a de "tempo livre": qualquer coisa que você faça no seu tempo livre é considerado lazer. Outra diz que lazer é o conjunto de atividades das quais você participa - isso inclui tudo o que você imaginar. Mas, numa terceira definição, o que faz com que essas atividades sejam ou não um lazer é o seu estado de espírito. Uma pessoa pode jogar basquete por lazer ou profissionalmente. É o estado de espírito que define. Isso significa que o lazer não precisa ocorrer em um local específico. A maior parte das experiências de lazer ocorre em situações curtas e casuais: caminhando ou conversando, por exemplo. (EDGINTON, 2008)

É fato que o entendimento do lazer por parte da WLO, baseado no depoimento da atual liderança, não compreende as dificuldades de países periféricos, concentrando-se na experiência norte-americana e deixando margem para uma concepção consumista da experiência, o que podemos concluir com a sugestão de duas estratégias apresentadas por Edginton para lidar com o tema em países muito pobres:

Há duas estratégias. A primeira é ajudar as pessoas a redefinirem o que constitui uma experiência de lazer de qualidade. **Nós pensamos que as únicas opções são as que requerem gasto financeiro**, mas interagir com pessoas próximas pode ser um lazer. Isso não significa que não devam existir intervenções econômicas para prover o acesso ao lazer de uma

---

<sup>22</sup> Tradução livre da *Charter for Leisure*.

<sup>23</sup> Christopher Edginton em entrevista ao Jornal Folha de São Paulo em 07 de agosto de 2008.

forma que seja relevante. Nos EUA, isso levou à criação de parques, playgrounds e outros espaços de reunião. (EDGINTON, 2008, grifo nosso)

Quanto à atuação geográfica da WLO, apesar da distribuição equitativa dos congressos bianuais, observamos uma concentração muito forte de lideranças e produção intelectual nos Estados Unidos, Inglaterra e Austrália, o que vem despertando críticas quanto à validade da ação internacional da organização, em especial quando tratamos da problemática na América Latina, que é pouco representada e, pela dificuldade linguística, tem acesso restrito à documentação e participação mais ativa nos eventos promovidos.

Nos anos recentes o Congresso Mundial foi realizado nos seguintes locais, de acordo com a sequência de realização:

**QUADRO 4. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CONGRESSOS DA WLO**

<b>Congressos da WLO</b>
2002 Kuala Lumpur, Malaysia
2004 Brisbane, Australia
2006 Hangzhou, China
2008 Quebec City, Canada
2010 Chuncheon City, South Korea
2012 Rimini, Italy
2014 Mobile Bay, EUA

Fonte: Elaboração própria

Em 2016 o Congresso será realizado em Durban/África do Sul. No Brasil foi realizado em 1998, na cidade de São Paulo.

Consideramos apropriado citar a sexta edição do Congresso, justamente na virada do milênio, que foi realizado em Bilbao, Espanha, organizado pelo *Instituto de Estudos do Ócio*, da *Universidad de Deusto*. Na ocasião foi promovido um fórum para discussão e reflexão sobre o lazer, numa abordagem sobre suas potencialidades para o desenvolvimento humano, apesar dos surpreendentes avanços da ciência e tecnologia.

Enfim, a organização vem contribuindo com muitos instrumentos referenciais, se atualizando constantemente e promovendo intercâmbio de conhecimento, mas o alcance é limitado, tanto por parte dos gestores públicos, que desconhecem as

recomendações, digamos que por falta de interesse, como será discutido posteriormente, como pela Organização que mantém um programa de ação e metas enigmático, basta ler o que se apresenta no *World Leisure's Priorities and Strategies 2009 – 2014*.

### ***International Association for Sports and Leisure Facilities - IAKS***

A IAKS foi fundada em Colônia, Alemanha, em 1965, e representa a única organização sem fins lucrativos em nível mundial que combina esporte e lazer, constituindo uma rede internacional para o planejamento, construção, modernização e gestão de instalações desportivas e recreativas. Sua contribuição está focada no desenvolvimento de instalações desportivas e recreativas de maneira econômica e respeitosa com o meio ambiente, garantindo o direito dos cidadãos a instalações esportivas adequadas as suas necessidades. Faz parte do Comitê Olímpico Internacional e colabora com o Comitê Paralímpico Internacional, além de outras associações e federações regionais de esporte.

No que se refere ao perfil dos sócios, estes são oriundos dos setores privado, público e acadêmico em geral. No primeiro grupo se distribuem as empresas de arquitetura, engenharia, paisagismo, consultoria, construção civil, fabricantes de produtos esportivos, gestores de instalações desportivas, etc. No segundo perfil se encaixam as instituições públicas, tais como ministérios e secretarias de esporte, jardins, parques e urbanismo. Dos agentes públicos associados ao IAKS constam 57 autoridades, localizadas em sua maioria na Europa e Ásia e nenhuma no Brasil.

A atuação do IAKS é muito pontual, porém traz uma concepção diferenciada das demais organizações, pois tem um foco moderno e inovador no sentido de proporcionar espaços de convivência de alto nível para o lazer e esporte, ampliando assim as alternativas de concepção de políticas urbanas de lazer, conciliando design e facilidades para os cidadãos e ainda direcionando para aquilo que Roberto San Salvador Del Valle define, em seu discurso acadêmico, como inovação em políticas de lazer, onde a proposta visa, simultaneamente, o local e o global como estratégia de coesão e atração.

Dentre as atividades desenvolvidas pela organização identificamos o

assessoramento aos associados; os congressos, feiras e eventos em geral, com destaque para o Congresso bianual; as premiações; e a publicação da Revista “Sb”, especializada na promoção da arquitetura e construção de instalações desportivas e recreativas. Com temas diferentes, cada uma das seis edições por ano apresenta as últimas tendências da indústria no desenvolvimento internacional.

### ***Institute for the Development of Education, Arts and Leisure***

Conhecido como *I.D.E.A. Society*, a Organização representa um coletivo em torno do que eles mesmos denominam de “ideal comum de fraternidade entre as pessoas”.

Criado em 1993, no Canadá, está há dez anos com status consultivo junto à Organização das Nações Unidas e tem como objetivo aplicar métodos e experimentar soluções nas áreas de educação, saúde e agricultura, tendo em conta as dimensões materiais e espirituais. Basicamente tem uma atuação prática com inserções pontuais no que se refere ao lazer, contribuindo com maior resultado nas ações direcionadas aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente em relação à educação primária e saúde materna.

### **A Cooperação para o Lazer na América Latina**

Lazer, ócio, recreação, *esparcimiento* ou *tiempo libre*? Num primeiro momento nos deparamos com a diversidade de termos latinoamericanos que nos levam ao imediatismo científico de separar, diferenciar, padronizar, definir e explicar a experiência pessoal, livre e prazerosa, cujo conceito tão subjetivo não tem limites fixos capazes de se encaixarem em termos exatos e finitos exigidos no estruturalismo acadêmico. Observando melhor, desde a introdução deste trabalho enfatizamos que o conceito de lazer, enquanto representação da experiência pessoal, livre e prazerosa, pode ser expresso por qualquer um dos termos ditos anteriormente, em função do contexto histórico, político, acadêmico, geográfico,

enfim, de uma série de variáveis que irão influenciar na sua ressignificação.

Semelhante complexidade vamos encontrar na difícil tarefa de definir a América Latina, pois o termo, desde sua origem, não apresenta consenso entre os estudiosos, que levantam ou levantaram questionamentos a cerca da autoria do termo, dos países formadores deste grupo, da evidência de duas américas com interesses geoeconômicos e geopolíticos diferenciados e até mesmo do pertencimento do Brasil à “américa espanhola” (BETHELL, 2009).

Apesar dessa clara controvérsia, destacamos como representativa a conclusão de que a primeira utilização do termo ocorreu em 1856, no poema *Las dos Americas*, de José Maria Torres de Caicedo – escritor colombiano residente em Paris - local onde surgiram os primeiros interessados (não por acaso de origem latina) em discutir o tema na academia e na política.

As evidencias também dão espaço para a aparição original da "América Latina" na conferência realizada também na cidade de Paris, em 1856, pelo filósofo ativista político, de origem chilena, Francisco Bilbao Barquín<sup>24</sup>.

Assim, percorrida uma trajetória de mais de cem anos, a América Latina de Caicedo e Barquín serviu de referencial para um povo em defesa da liberdade da mesma forma que o pan-latinismo legitimou a ação do Europeu no Novo Mundo, desvinculando qualquer origem anglo-saxônica no território reconhecido como latino.

Mas o conceito de América Latina se firmou de fato após a Segunda Guerra, projetando a ideia de que as nações comungavam características próprias mantendo entre si uma relação de irmandade política, em função da história colonial comum, das instituições republicanas de governo e de outros fatores como a identidade cultural. O Caribe passou a integrar a região em 1984 e, junto com o México, constituem uma “região” à parte, em função da proximidade e dependência dos Estados Unidos. Já os países que formam a América do Sul apresentam maior consistência estratégica entre si, em termos geográfico, econômico, político e cultural.

Apesar do “balaio de gatos” na composição da América Latina, é inegável o

---

<sup>24</sup> Considerado por alguns como o *Apóstol de la libertad en América*, na mesma conferência Barquín também apresentou o termo estados des-unidos para referir-se as Repúblicas Hispanoamericanas.

compartilhamento do mesmo cenário ancestral, que no lamento de Galeano (2010) é de submissão, miséria e espoliação, mesmo nos dias atuais.

Nesse cenário de dependência, entre centro-periferia, é que se consagrou um dos principais organismos de monitoramento e direcionamento da política econômica regional: a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, estabelecida em 1948 pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas<sup>25</sup>.

Com uma proposta reformadora de um “Estado do Futuro” a CEPAL preconiza o uso da persuasão e da neutralidade técnica, como formas de operar a mudança sem violência, consagrando o ideal cepalino de ruptura do subdesenvolvimento, teorizado por intelectuais como Prebisch e Celso Furtado, cada qual com suas especificidades.

Atualmente a atuação da CEPAL concentra-se na elaboração de estudos e métodos de análise e planejamento, sem interferir em alianças políticas ou nacionalismo local, considerados as maiores ameaças no contexto latino americano quando da sua criação.

De acordo com a CEPAL, América Latina é composta de mais de 700 milhões de habitantes, envolvendo ao todo, 12 (doze) países da América do sul, sete da América Central e 14 (quatorze) do Caribe, numa superfície total de 21.000 km<sup>2</sup>.

Dentre os países latino-americanos com desenvolvimento humano médio baixo e baixo estão Haiti, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Estado Plurinacional da Bolívia. Aqueles com desenvolvimento humano alto são México, Costa Rica, Cuba, Argentina, Chile e Uruguai. O Brasil se enquadra no grupo de países com desenvolvimento humano médio alto, ao lado de Equador, República Bolivariana da Venezuela, Peru e Panamá.

Como observamos desde o capítulo anterior, com as consequências da Segunda Guerra a integração regional consolida-se como importante fenômeno de coesão e monitoramento internacional. Além dessa premissa, ficou claro que ao final do século XX o estreitamento dos laços políticos e econômicos, entre povos que compartilham herança histórica e vizinhança geográfica, permitiu enfrentar melhor os

---

<sup>25</sup> Como adverte Moraes (1995) o processo de criação da CEPAL não foi tão linear e pacífico, devido à resistência do Governo norte-americano em aceitar uma entidade paralela à tão bem controlada Organização dos Estados Americanos – OEA.

desafios do mundo globalizado, somando esforços para solucionar problemas ambientais, sociais e econômicos e promover, dentre outros, a solidariedade, a cultura e a liberdade. Esse ideal foi apropriado ao contexto político regional latino, está fortemente marcado pela necessidade de avançar na construção da cidadania e na aplicação de políticas públicas destinadas a erradicar as causas da pobreza e da desigualdade que afetam à região.

Sob a afirmativa acima é interessante evidenciar as conclusões do estudo sobre os 50 Anos do Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social – ILPES, pois o mesmo identifica que nos anos 90 houve uma mudança nas estratégias de integração regional, assim observada:

*Frente a una creciente incertidumbre y volatilidad del contexto externo, emergió como alternativa la opción de una estrategia de “cerramiento regional selectivo”, concentrada en las fuerzas endógenas de los territorios y sustentada en la construcción de proyectos sociopolíticos regionales que permitieran fortalecer las capacidades negociadoras frente a Estados altamente centralizados. El complemento aportado por los enfoques del desarrollo económico local y la competitividad territorial permitieron entregarle al enfoque del desarrollo endógeno una capacidad más específica de propuestas de políticas públicas, fuertemente centradas en lo local y en las pequeñas y medianas empresas. (CEPAL, p. 48, 2013)*

Trilhando esse caminho de integração, praticamente todas as regiões estão estruturadas em torno de mecanismos de articulação política e de integração, como os modelos da União Europeia, do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio e da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico. Na América Latina, observada a diversidade de entidades, surge com maior destaque a Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos – CELAC e a Associação Latino-Americana de Integração – ALADI. Numa escala mais ampla e com intuito de fornecer um respaldo técnico à região, estão a Organização dos Estados Americanos – OEA e a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL, já citada anteriormente.

A diversidade de entidades de integração e de apoio latino-americanas<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Para constar citamos algumas entidades com fins integracionais da região: AEC, Aliança do Pacífico, ALBA, CAF, CAN, CEPAL, FLACSO, MERCOSUL, OLADE, OTCA, SELA e UNASUL.



dificulta e põe em risco o principal objetivo destas, favorecendo mais um ambiente de fragmentação do que integração, mas que, de acordo com Secretário Geral da ALADI, Carlos Chacho Álvarez, é um problema possível de ser revertido, pois é necessário “demonstrar que se podem articular agendas, programas e visões entre os distintos organismos sub-regionais, superando a fragmentação, a dispersão de esforços e a duplicação de tarefas”.<sup>27</sup>

A seguir apresentamos as diferentes formas de contribuições das entidades cooperativas de maior representatividade na América Latina que evidenciam alguma relação com o lazer e suas dimensões.

### ***Organização dos Estados Americanos – OEA***

Apesar da data de fundação de 1948, a OEA é considerada o mais antigo organismo regional do Sistema das Nações Unidas, cuja origem remonta à Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, D.C., de outubro de 1889 a abril de 1890. De acordo com o artigo 1 da Carta da OEA os Estados americanos consagraram nesta aliança a busca de “uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência”.<sup>28</sup> Os principais pilares para o alcance desses propósitos são a democracia, os direitos humanos, a segurança e o desenvolvimento.

Não há muito o quê se aprofundar na análise sobre a OEA, que há mais de cinquenta anos vinha contribuindo como instrumento da hegemonia dos Estados Unidos e portanto, atuando de forma pouco consensual em suas decisões sobre as questões políticas dos estados-membros. Nos últimos dez anos, entretanto, com mudanças significativas nessa forma de atuação, a OEA, sob a Secretaria-geral do chileno Jose Miguel Insulza parece ter adotado um novo rumo na defesa dos direitos civis e políticos, ainda que pesem, no caso específico do Brasil, alguns desacordos<sup>29</sup> que evidenciaram a falta de sincronia entre as comissões e a Secretaria-geral.

---

<sup>27</sup> Ver em: <http://www.aladi.org/boletin/espanol/agosto/cartaSecretario.htm>

<sup>28</sup> Ver carta em: [http://www.oas.org/dil/esp/tratados\\_A41\\_Carta\\_de\\_la\\_Organizacion\\_de\\_los\\_Estados\\_Americanos.htm](http://www.oas.org/dil/esp/tratados_A41_Carta_de_la_Organizacion_de_los_Estados_Americanos.htm)

<sup>29</sup> Lembramos do caso de Belo Monte, quando em 2011 a Comissão Interamericana de Direitos Humanos suspendeu as obras da usina, sem antes dar oportunidade de pronunciamento do estado brasileiro. A reação do governo foi a retirada de seu embaixador, vaga até hoje sem ocupação na OEA.

No âmbito específico do lazer se apresenta como principal instrumento, na formulação de políticas públicas, a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, aprovada na ocasião da criação do organismo, na IX Conferência Internacional Americana em Bogotá. No seu artigo XV, a Declaração expressa que “Toda pessoa tem direito ao descanso, ao recreio honesto e à oportunidade de aproveitar utilmente o seu tempo livre em benefício de seu melhoramento espiritual, cultural e físico”.

Mais recentemente, a Carta Democrática Interamericana e a Carta Social das Américas configuram compromissos que justificam os benefícios da promoção da cultura, educação, qualidade de vida e direito dos trabalhadores.

Fazem parte da estrutura da OEA um conjunto de organismos especializados, estabelecidos por acordos multilaterais para atuar em matérias de interesse comum dos Estados americanos, quais sejam: Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Instituto Interamericano da Criança, Instituto Pan-Americano de Geografia e História e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

Os temas da cultura e do turismo são as dimensões do lazer com maior destaque nos assuntos da OEA, contando com uma seção específica no Departamento de Desenvolvimento Econômico e Social. Em 2011, foi proclamado o Ano Internacional da Cultura e dentre as iniciativas da organização, houve destaque para as premiações e financiamento de projetos culturais.

### ***Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL***

A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais ONU e foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável.

Estabelecida em 1948, assim como a OEA, tem a mesma perspectiva do pós-

guerra, de que havia necessidade de manter a ordem estabelecida, com os discursos de promoção da paz, da democracia e da união entre as nações, com foco na questão da pobreza dos países subdesenvolvidos – solo fértil para desenvolvimento de qualquer ideologia política. Consagrou-se em muitos países latinos como referência em estudos, métodos e teorias que auxiliaram o planejamento das nações, formando uma elite política e intelectual que ainda hoje é reconhecida pela difusão do pensamento cepalino.

Nos dias atuais a CEPAL tem-se dedicado à retomada do caminho do crescimento sustentado, assim como a consolidação de sociedades plurais e democráticas, propondo a transformação produtiva com equidade.

Especificamente sobre o lazer não existe nenhum departamento ou divisão encarregada, entretanto, por contemplar em sua missão a realização de investigações sobre diversos temas, destacamos a pesquisa da série “Assuntos de Gênero” sobre *Uso del tiempo y trabajo no remunerado en América Latina y el Caribe*, publicada em fevereiro de 2014.

O referido estudo tem a preocupação na análise quantitativa e qualitativa do uso do tempo das mulheres bem como a avaliação do impacto das estatísticas setoriais na formulação de políticas públicas de gênero, proporcionando assim um instrumental essencial para elaboração de propostas e ações.

Apresentados os dois principais organismos de cooperação na América Latina, indicamos a seguir as organizações com objetivo de integração e sua interface com a temática do lazer e suas dimensões.

#### QUADRO 5. PRINCIPAIS ORGANISMOS DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

CELAC	<b>COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINOAMERICANOS E CARIBENHOS</b>
	<b>Resumo Histórico:</b> Foi criada em 23 de fevereiro de 2010 e está integrada por 33 países de Latino-América e o Caribe. Tem como propósito de aprofundar a integração política, econômica, social e cultural da região, renovar e reforçar a unidade regional mediante o estabelecimento de objetivos e mecanismos compatíveis com a realidade da mesma e o desenvolvimento dos vínculos de solidariedade e cooperação entre os países de América Latina e o Caribe. As decisões se adotam por consenso em todas as instâncias. Todas têm caráter de acordos políticos e constituem mandatos. A CELAC se constitui assim como o mecanismo representativo da América Latina e do Caribe, assumindo a interlocução em distintos fóruns.

Continua

<b>CELAC</b>	<b>COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINOAMERICANOS E CARIBENHOS</b>
	<p><b>Interface com o lazer:</b></p> <p>Não há nenhuma especificidade no tema do lazer mas, no âmbito da cultura, ratifica as resoluções da ONU, sobre “Cultura e Desenvolvimento”, ressalva a importância da Unesco e publica a <i>Declaración Especial Sobre la Cultura Como Promotora del Desarrollo Humano</i>, que reafirma a necessidade de gerar esquemas de apoio e financiamento para projetos culturais, incluindo a possibilidade das pequenas e médias empresas culturais, cooperativas, associações de artesãos, entre outros, como caminhos complementares para o desenvolvimento de empreendimentos culturais.</p>
<b>ALADI</b>	<p><b>ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO - ALADI</b></p> <p><b>Resumo Histórico:</b></p> <p>A ALADI é o bloco de integração numericamente mais estendido no nível latino-americano. Seus treze países membros incluem a Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela, representando em conjunto 20 milhões de quilômetros quadrados e mais de 510 milhões de habitantes.</p> <p>No âmbito jurídico-institucional da ALADI estão compreendidos alguns dos mais vigorosos acordos sub-regionais, plurilaterais e bilaterais de integração que existem no atual contexto continental. Em consequência, lhe corresponde à Associação –como marco ou “guarda-chuva” institucional e normativo da integração regional– desenvolver ações tendentes a apoiar e fomentar estes esforços com a finalidade de fazê-los confluir progressivamente na criação de um espaço econômico comum.</p> <p>A ALADI tem entre seus objetivos dinamizar a integração regional impulsionando uma nova etapa em seu funcionamento ao promover uma agenda comum com a UNASUL, MERCOSUL, Comunidade Andina de Nações (CAN), ALBA<sup>30</sup>, CELAC e outros organismos de integração latino-americanos.</p> <p><b>Interface com o lazer:</b></p> <p>Por contemplar objetivos majoritariamente econômicos, há pouca interface com as políticas de lazer, entretanto, podemos conciliar as recomendações relacionados a geração de empregos e melhoria da qualidade de vida do trabalhador, propostas na I Reunião de Ministros da Área Social e que de acordo com a ALADI devem fazer parte da pauta futura das agendas nacionais.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do site do Ministério das Relações Exteriores;

Com um importante acervo universal de instrumentos que consolidam o lazer como direito e necessidade, na América Latina ainda é sob o “guarda-chuva” dos organismos mundiais que identificamos as maiores contribuições para a problemática, haja vista que os organismos de integração latinos têm seu foco principal no âmbito econômico e esporadicamente incluem alguma orientação com foco na questão social.

Aprofundando nossa análise sobre as políticas de lazer no âmbito da América Latina, especificaremos as principais iniciativas na América do Sul, estreado com a indicação das alianças e organismos que promovem a integração regional e seguidamente as suas propostas de promoção, apoio e intervenção direta ou

<sup>30</sup> Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos

indireta nas políticas públicas de lazer, quando houver.

Dado que a maioria desses tratados de integração tem caráter econômico, ainda assim nos interessa revelar sua importância como instrumento de harmonização das políticas públicas, já que em algumas situações indicam princípios, regras e procedimentos multilaterais.

#### QUADRO 6. MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL

<b>MERCOSUL</b>	<p><b>TRATADO COMUM DO SUL</b></p> <p><b>Resumo Histórico:</b>                  Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai assinaram, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção, com vistas a criar o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). O objetivo primordial do Tratado de Assunção é a integração dos quatro Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum (TEC), da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes. Em dezembro de 1994, foi aprovado o Protocolo de Ouro Preto, que estabelece a estrutura institucional do MERCOSUL e o dota de personalidade jurídica internacional.</p> <p>Todos os países da América do Sul participam do MERCOSUL, seja como Estado Parte, seja como Estado Associado. Estados Partes: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai (desde 26 de março de 1991) e Venezuela (desde 12 de agosto de 2012). Estado Parte em Processo de Adesão: Bolívia (desde 7 de dezembro de 2012). Estados Associados: Chile (desde 1996), Peru (desde 2003), Colômbia, Equador (desde 2004), Guiana e Suriname (ambos desde 2013).</p> <p><b>Interface com o lazer:</b>                  Com exceção da criação do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos – em âmbito geral, nossa pesquisa não revela nenhuma referência específica sobre recomendações ou diretrizes para políticas de lazer, mas evidencia que o Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul apresenta dois eixos essenciais, relacionados aos temas da diversidade cultural e do acesso ao trabalho decente e direitos previdenciários, que certamente são fundamentados naquelas recomendações já apresentadas dos organismos de natureza jurídica internacional ligados ao Sistema das Nações Unidas.</p>
<b>UNASUL</b>	<p><b>UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS</b></p> <p>A União de Nações Sul-americanas tem como objetivo construir, de maneira participativa e consensuada, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infraestrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados<sup>31</sup>. Dentre os órgãos que compõem a estrutura institucional da UNASUL foram criados 12 (doze) conselhos temáticos que têm dentre suas atribuições estabelecer as diretrizes políticas, os planos de ação, os programas e projetos do processo de integração sul-americana e decidir as prioridades para sua implementação.</p> <p><b>Interface com o lazer:</b>                  A temática do lazer não tem especificidade direta em nenhum dos Conselhos Setoriais, entretanto percebemos que o Turismo e a Cultura são priorizados em diversos documentos, estatutos, planos de ação e eventos da organização, colaborando assim para o desenvolvimento indireto de políticas que beneficiam o lazer nos países envolvidos.</p>

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do site do Ministério das Relações Exteriores

<sup>31</sup> Vide. Artigo 2, do Tratado Constitutivo da UNASUL.

Analisando as origens e razões de uma agenda de cooperação sul-americana, Kioshita (2014) resume num parágrafo a trajetória histórica da integração regional, que relembra os seguintes fatos importantes:

[...] há que se recordar brevemente o acervo histórico da integração subcontinental que tem suas raízes na Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) estabelecida em 1960 e substituída pela Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em 1980; no surgimento da atual Comunidade Andina (CAN) em 1969; na criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991, no lançamento da proposta de uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) em 1993 como alternativa estratégica à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), no estabelecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) em 1995, no início das Reuniões de Cúpula dos Presidentes da América do Sul partir de 2000, nos acordos de fusão entre o MERCOSUL e a CAN em 2004 e no estabelecimento da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA) em 2004. (KIOSHITA, 2014, p. 1)

Nas entrelinhas de tantas criações, fusões e substituições de mecanismos institucionais observamos que o acervo integracionista proporcionou a criação, em 23 de maio de 2008, do tratado constitutivo da União de Nações Sul-americanas – UNASUL, organização internacional oficial encarregada de projetar a América do Sul no cenário internacional e dinamizar a integração sub-regional.

Para além de uma cooperação estritamente econômica ou limitada pelo contexto geográfico da Bacia do Prata, como é o caso do Mercosul, o tratado constitutivo, do qual o Brasil faz parte, tem por excelência a representação do compromisso político de todos os países sul-americanos substanciando um processo de integração mais denso.

O conjunto dos 12 (doze) países que conformam a UNASUL contabilizam 391.841.958 habitantes, que representam 5,7 da população mundial e 68% da população da América Latina. De acordo com estudo da CEPAL sobre a problemática socioeconômica dos países que compreendem a UNASUL, publicado em 2011, 80,6% da população total sul-americana está concentrada em área urbana, a maioria nas cidades de São Paulo (17 milhões), Buenos Aires (12 milhões), Rio de Janeiro (11 milhões), Lima (8,5 milhões), Bogotá (7,3 milhões) e Santiago (5,4 milhões).

É justamente nesse conjunto de cidades mais populosas<sup>32</sup> que a problemática do lazer se ampliará, como pauta de discussão das políticas públicas, como produto de consumo sistematicamente ofertado pelo mercado e como tema de investigação científica nas universidades.

Assim, pela expressividade do tema, vamos encontrar semelhanças e diferenças na relação do lazer com os processos históricos, sociais, políticos, trabalhistas, econômicos, espaciais, temporais, ambientais e simbólicos, entre outros, que marcam a realidade sul-americana, em especial, dos países que concentram as cidades mais populosas citadas: Brasil, Argentina, Peru, Colômbia e Chile.

Sem um elo integrador na estrutura dos organismos de cooperação e de aliança política na América do Sul, o lazer ficou restrito a algumas iniciativas pontuais, concentradas no empenho dos centros de pesquisa e seus pesquisadores, que de alguma forma recebem apoio institucional e financeiro para a concretização de suas propostas de investigação.

Ainda existe uma grande necessidade de registrar, sistematizar e difundir os estudos sobre o lazer produzidos na América do Sul, entretanto algumas ações devem ser apontadas como passos fundamentais desta trajetória coletiva, pois observamos que existe de um lado uma estrutura de apoio institucional e financeiro (ainda latente no escopo dos organismos de cooperação e integração) e de outro um espaço de produção de conhecimento, com necessidade deste apoio para desenvolvimento de suas atividades.

Dentre estas iniciativas que favorecem a produção e a divulgação científica sobre o lazer está a cooperação e o intercâmbio de experiências entre universidades, centros de pesquisa e instituições diversas que se empenham em manter alguma conexão. É por meio dessa produção que podemos evidenciar alguma forma de convergência de ideias, nem sempre consensual, mas que sugerem diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas de lazer nos países latino-americanos.

---

<sup>32</sup> A UNASUL integra uma das regiões mais urbanizadas do mundo, na qual se localizam 6 das 8 cidades com mais de 4 milhões de habitantes da América Latina e Caribe. Ver estudo CEPAL. *UNASUR: un espacio de desarrollo y cooperación por construir. Naciones Unidas. Santiago do Chile, 2011.*

## 2.2. PERSPECTIVAS E TENDÊNCIAS NO DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER

Mesmo com o relativo distanciamento que os organismos internacionais têm em relação às experiências práticas, nada impediu a valorização do lazer no escopo de suas propostas e princípios, permitindo reconhecê-lo como direito e necessidade básica do ser humano. Por outro lado, a partir dessa distancia real e percebida, e mais sob a pressão da redefinição do capitalismo do que pela sociedade, emergiu a necessidade de o Estado atender aos cidadãos na satisfação deste quesito, pelo menos até a crise do estado de bem-estar social, com suas especificidades de ritmos e de estilos próprios em cada continente.

Assim, podemos concluir que em termos de perspectivas sobre as políticas de lazer no cenário mundial existem duas vertentes fundamentais: a **perspectiva do lazer como direito e necessidade atendida exclusivamente pelo Estado Elitista** e outra, denominada de **Pluralista**, onde as políticas devem ter a participação da **iniciativa privada e não-governamental**, o que pressupõe múltiplas formas de autoridade e um governo aberto e acessível.

Essa última perspectiva vem cristalizando uma tendência de questionamento sobre a exclusividade do público<sup>33</sup> nas políticas de lazer, ideia que se sustenta pela crítica de autores como Ian P. Henry (1993) e Thomas Burton (1982). O último introduz em sua análise quatro setores diferentes como *policy-makers*, ou desenhistas dessas políticas, quais sejam: governamental, privado, voluntario e comercial.

A questão intrigante é que tal perspectiva se instalou como forma híbrida de neo-institucionalismo, contrária a abordagem centralizada no Estado elitista, de matriz weberiana, e fundada numa matriz pluralista onde o Estado tem a função neutra de agregar preferências e integrar a sociedade em valores consensuais. Ambas concepções de Estado tem seus perigos, pois, enquanto uma age em favor da elite burocrática, outro atende à mesma elite, numa ação justificada pela servidão aos valores centrais e consensuais, que no final das contas são definidos pela própria elite. O que se modifica nessa última visão é que o poder do Estado é

---

<sup>33</sup> O público considerado como aquilo que se refere à esfera pública, o que é estatizado.



diminuído, torna-se implícito, já que sua função se limita a um mecanismo neutro de agregação de interesses.

No âmbito das políticas de lazer vamos observar que as duas perspectivas se concretizam no mundo ocidental, com ampliação da visão pluralista. Pellegrin (2006) reforça a crítica dessa realidade:

A chamada indústria do entretenimento investe pesadamente na veiculação dessa concepção de lazer baseada no consumo. Esta tendência é reforçada pela falta de políticas públicas para o setor ou pela baixa qualidade das políticas existentes, favorecendo o modelo capitalista que se apropria refinadamente cada vez mais do “tempo livre”, contribuindo para que ele se torne um tempo de consumo para a indústria do entretenimento em suas diversas formas (do turismo, do esporte, da arte, do espetáculo, etc). (PELLEGRIN, 2006, p. 108)

A perspectiva pluralista nas políticas de lazer encontra espaço e se instala devido à incapacidade do Estado compreender, investir e priorizar o lazer, dando oportunidade a outros segmentos, que não os governos, de se envolverem na formulação dos seus instrumentos políticos, abrindo a oportunidade de domínio da sociedade civil, que estabelece suas próprias formas de estabelecer o consenso. Como vimos na história do lazer na agenda pública internacional, depois da luta coletiva dos direitos trabalhistas o tema entrou na pauta de debates apenas pelo protagonismo das classes dirigentes, que ocupam tanto as vozes dos organismos oficiais como não-governamentais.

Citando a experiência<sup>34</sup> vivenciada na cidade de Bilbao, observamos que os níveis institucionais que tratam do lazer na Espanha são aqueles mais próximos dos cidadãos. Acompanhando as transformações do Estado Espanhol, Bilbao é reflexo de um País moldado por profundas transformações, vinculadas ao seu processo de democratização, de reorganização territorial e de descentralização de competências.

Capital da província de mesmo nome, situada na Comunidade Autônoma do País Basco, Bilbao tem um território de 351.629 habitantes e uma administração pública que, partindo da estrutura da gestão autonômica<sup>35</sup>, tem como características a autogestão, a articulação institucional e o desenvolvimento de ações significativas.

---

<sup>34</sup> Nos referimos aqui ao período de permanência em Bilbao, devido ao Doutorado Sanduiche realizado no Instituto de Estudos do Ocio, no ano de 2012.

<sup>35</sup> Com referência à estrutura legal e institucional do Governo do País Basco.

(SAN SALVADOR, 2000)

Com um marco institucional e legal favorável ao lazer, o País Basco dispõe de leis, decretos e normas que atingem as várias dimensões do lazer (esporte, cultura, turismo e recreação), mas apesar deste arcabouço significativo, tanto na estrutura institucional da Administração Basca e Foral como na “administração municipal” de Bilbao, percebemos, a partir do estudo de San Salvador (2000), que não há determinação de um ente específico para a gestão de políticas de lazer, em cada uma dessas instâncias, bem como orçamento centralizado para este fim. Ademais, como o próprio autor salienta, apesar do princípio legal em consolidar a autonomia do município na resolução dos interesses locais do lazer<sup>36</sup>, tal estímulo não acompanha dotação orçamentária suficiente às ações planejadas e necessárias localmente.

Situações como a apresentada em Bilbao se repetem em várias localidades e o espaço que cabe aos governos na definição e implementação de políticas públicas está cada vez mais estreito e permeável a influências externas e internas.

Em se tratando da perspectiva pluralista, que está mais próxima da complexidade do mundo moderno, percebemos que existem particularidades no âmbito de lazer que favorecem políticas que atendam o segmento da iniciativa privada, pois praticamente todos os agentes envolvidos têm vinculação com o mercado. Vejamos pela composição dos organismos representativos do lazer em nível internacional. Tanto a WLO como a IAKS tem sua composição institucional marcada por grandes empresas da indústria esportiva e de recreação. Não existe nenhuma organização internacional do lazer originária de movimentos sociais e sem vínculos empresariais, como vamos identificar nos temas da ecologia (WWF, Greenpeace), da saúde (Médicos sem Fronteiras) e da infância (Aldeias Infantis), além de outros temas que fazem parte das agendas de políticas públicas.

Sem defender uma ou outra perspectiva, o que fica evidente nas concepções elitista e pluralista das políticas públicas é que, em função do posicionamento ideológico de cada Governo serão definidas as diretrizes de atuação no lazer, direcionando inclusive para uma presença ou não do Estado nessa questão, pois políticas públicas nada mais são do que “o que o governo escolhe fazer ou não

---

<sup>36</sup> A Constituição Espanhola, desde 1978, contempla o lazer e suas dimensões, bem como permite que as administrações autônomas sejam competentes nos assuntos da cultura, esporte, turismo, patrimônio, proteção ao meio ambiente, dentre outros que direta ou indiretamente se relacionam com o tema.

fazer” (DYE, 1984, 2009).

A partir disso podemos simplificar as políticas de lazer, em função de quatro alternativas:

- Da perspectiva pluralista, que propicia a “política de instante”, consolidando um fazer provisório, sem aprofundamento de ações e resultados instantâneos, onde o Estado é simples coadjuvante e prestador de serviços.
- Da perspectiva pluralista, que propicia a “política para o instante”, com propostas sustentáveis, ações continuadas e resultados que garantam um fluxo constante e atemporal com múltiplas formas de autoridade e um governo aberto e acessível.
- Da perspectiva elitista, que propicia a “política de instante”, consolidando um fazer provisório, sem aprofundamento de ações e resultados instantâneos, atendida exclusivamente pelo Estado neutro e conservador.
- Da perspectiva elitista, que propicia a “política para o instante”, com propostas sustentáveis, ações continuadas e resultados que garantam um fluxo constante e atemporal atendida exclusivamente pelo Estado moderno e ampliado.

Independente da perspectiva sobre a política de lazer adotada, os processos de intervenção política vêm demonstrando tendências cujo desenvolvimento está relacionado à interpretação das transformações na sociedade emergente, incluindo o seu tempo, o seu espaço e a visão de mundo. Veja que:

*Los procesos urbanos, en curso, son la consecuencia logica de los cambios morfológicos, estructurales y funcionales de la ciudad. Expresan tendencias contrapuestas y contradictorias hacia la homoneinizacion y la segregación espacial, territorial y social. (SAN SALVADOR, 2000, p. 42)*

Da mesma forma que San Salvador se refere ao espaço urbano, também devemos compreender o paradoxo das tendências no fenômeno do lazer, uma vez que vemos o Estado condicionado às mudanças sociais e aos desafios impostos nessa dinâmica, que lhe exigem maior sincronia e criatividade. Com isso, nos deparamos com várias possibilidades, que se revertem em tendências a partir da tomada de decisão dos agentes de mudança.

Elencamos assim as seguintes tendências, sejam ou não positivas, que vêm se concretizando no cenário global e merecem atenção por parte dos planejadores das políticas de lazer:

- ✓ O tempo imediato que acelera a experiência do lazer e, de certa forma, obriga que as intervenções acompanhem o caráter efêmero e fluido das relações sociais ou, pelo contrário, apoiem a desaceleração, proposta pelo movimento *slow*<sup>37</sup>.
- ✓ O espaço virtual que não tem realidade física, mas ocupa destacada importância nos hábitos de lazer das mais variadas classes e grupos sociais.
- ✓ A deslocalização do lazer que inspira o planejamento e a execução das intervenções para um público extra local, convertendo os espaços de lazer em atrativos para habitantes e visitantes das cidades.
- ✓ A mercantilização da experiência, conseqüente do mundo dos negócios, já que o lazer tem relevância devido às múltiplas implicações no contexto econômico e na organização da sociedade.
- ✓ A descentralização da gestão, que permite atuação conjunta de vários setores, oportunizando a formação de um núcleo de intervenção participativa no lazer.

Qualquer fenômeno da sociedade interfere no lazer e o mesmo ocorre no sentido contrário, com o fenômeno do lazer modificando a sociedade. Considerando essa sinergia, as tendências em evidência devem ser observadas em dois sentidos, como demarcadoras da mudança provocada pela sociedade e da mudança provocada por uma nova prática política do lazer.

A ampliação do tempo livre já conformou uma tendência ideológica utópica de substituição da sociedade do trabalho pela sociedade do lazer (DE MASI, 2001; DE GRAZIA, 1966, DUMAZEDIER, 1990) justificada pelo aumento de expectativa de vida e diminuição das horas trabalhadas. A realidade não alcançou essa utopia tendo em vista que o ser humano, com mais tempo livre, sujeitou-se novamente ao trabalho, ocupando lugares, como a própria casa, com tarefas laborais por mais

---

<sup>37</sup> De acordo com Erwin Heller desde os anos 80 o movimento *slow* se difundiu no mundo, iniciando com a proposta do *slow food*, em reação atuação das cadeias internacionais de alimentos. Contrário da tendência do imediatismo que já é concreta em nossas vidas, visa a uma dinâmica contrária e alternativa, de desaceleração do lazer e aproveitamento integral do tempo livre, desde que seja uma resposta adequada à realidade vivenciada no local.

tempo do que fazia antes. Como constata Antunes (2009 p. 172) “a redução formal de horário corresponde a um aumento real do tempo de trabalho dispendido durante esse período”. O tempo livre conquistado, não se consagrou como tempo de lazer e, por incrível que parece, porque muitos indivíduos não sabem “o quê fazer”.

Assim, cremos que tendências assinalam rumos que podem materializar sucessos ou fracassos de uma sociedade. O segredo disso está em “saber a quais valores fundamentais se apegar, e quais descartar e substituir por novos quando os tempos mudarem” (DIAMOND, 2005, p. 518). A tarefa é complexa, mas, com o processo de ressignificação do lazer e a consequente inovação no desenho de políticas públicas de lazer, se amplia a capacidade dos gestores inferirem naquilo que realmente provoca a transformação da sociedade assim como a própria sociedade tem seu papel político de provocar mudanças na estrutura estabelecida pelo capital.

# CAPITULO 3

## DETERMINAÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS NA CONSTITUIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER NO BRASIL

### **3.1. A PREGUIÇA DE MACUNAÍMA VERSUS A MORAL DO HOMEM GLOBALIZADO**

Confiantes das palavras de Francisco de Oliveira, numa de suas palestras no ano de 1993, vamos iniciar nossa reflexão de forma diferente da análise sociológica tradicional, pois partiremos do retrato da sociedade para então chegar à dimensão do Estado. Diz assim o autor, ao iniciar o debate sobre “A explosão das diferenças”:

Na tradição da análise sociológica, estamos acostumados a dar um encaminhamento que vai do Estado até chegar à Sociedade. Vamos inverter: vamos partir da sociedade para chegar ao Estado. [...] Tenho a impressão que estamos vendo no Brasil hoje um movimento em que a Sociedade redefine, dá novos limites e desenha o Estado. É o que eu estou tentando chamar de “Revolução Inglesa”. É diferente da versão clássica, de toda uma fase anterior do desenvolvimento brasileiro, na qual o Estado operava quase que descolado da sociedade. O Estado operava por uma

espécie de iluminação que dela vinha, mas onde frequentemente assumiu o papel de seu demiurgo, propondo caminhos que aparentemente não tinham sido construídos pela própria sociedade. (OLIVEIRA, 1993, p. 5)

Também estamos convictos de que esta inversão se torna necessária para a compreensão do que esperamos desvelar com o resgate histórico das políticas públicas de lazer no Brasil. É por isso que, antes de caracterizar a fundo os acontecimentos sobre a memória e história das políticas públicas de lazer no Brasil é conveniente reconhecer para quem se dirigiam as ações de nossos gestores, bem como a quem não se dirigiam, já que várias manifestações do lazer eram tratadas como tabu e massacradas com diversos rótulos, ora como privilégio da elite ora como coisas de malandro, de vagabundo, de preguiçoso ou de capoeira, enfim, até como assunto de polícia.

Nada melhor para figurar essa concepção do lazer no início do século XX do que a presença literária de Macunaíma que, designado como homem sem caráter e moral, se torna “herói do povo brasileiro”.

Num contexto onde homens e mulheres atendem ao “apito da chaminé de barro” (como musicou Noel Rosa), pensar numa vida ociosa e de lazeres, ou “fazer versos no piano”, era praticamente um deleite inaceitável, marcado pela crença na centralidade do trabalho.

O personagem Macunaíma não se encaixa na modernidade desse novo Brasil, que está rumo ao desenvolvimento pela via da industrialização. Mas o desconforto dessa estranheza nada mais é do que a negação da identidade nacional, que Mário de Andrade ironiza ao criar um sujeito autônomo do modelo europeu importado pela elite brasileira.

Até 1950 a população brasileira era predominantemente rural, com 64% dos habitantes vivendo junto à produção agrícola, contra 36% vivendo nas cidades. É um dado de grande influência a cerca dos hábitos de lazer, pois mesmo com o processo de migração para as cidades no início do século, o homem do campo e a nova geração de negros filhos da escravidão, ainda traziam referências, costumes e ritmos próprios, bem mais coerentes com as nossas raízes multiculturais.

É assim que, na *Belle Époque* brasileira, a mesma “classe ociosa” que Veblen

(2002) identificou nos Estados Unidos, vai instituir costumes a partir da necessidade de construir uma sociedade letrada e de identidade própria. Mas, como divaga Holanda (1984)

Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevistos, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem. (HOLANDA, 1984, p. 3)

Ou seja, ainda assim a evolução está condicionada às nossas raízes culturais e ambientais, que resistem, mesmo na pequena escala dos dias atuais, à ideologia dominante do sistema social estabelecido.

Simbolicamente podemos apresentar um panorama dos instrumentos de manipulação ideológica com uma pequena pesquisa a cerca da referência popular sobre temas relacionados ao lazer do início do século XX até os dias atuais.

Alguns depoimentos, colhidos de jornais que circulavam no Rio de Janeiro e São Paulo nos ajudam a elucidar esse quadro, evidenciando o enraizamento da moral civilizada, centralizada no trabalho e nos modelos importados de configuração social.

### **O Medo à Preguiça**

#### ***Jecas, Macunaímas e Preguiçosos***

Seja por influência religiosa ou pela necessidade de formar uma civilização ideal, o conceito de preguiça, de ócio e de morosidade têm aspecto pejorativo no Brasil. Na concepção cristã, a preguiça é considerada um dos sete pecados capitais, representando assim uma atitude humana contrária às leis divinas.

No contexto da colonização, ou como denomina Prado Jr. (1985), do “povoamento”, marcado por um sistema de relações sociais caracterizado pela escravidão, formado por senhores e escravos, os privilégios do tempo livre e do ócio se dirigem apenas à classe dominante dos homens livres. Uma realidade infeliz para a classe trabalhadora e que o autor resume com muita perspicácia na seguinte



conclusão:

Em suma, o que se verifica é que os meios de vida, para os destituídos de recursos materiais, são na colônia escassos. Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. Aqueles dois grupos são os dos bem classificados da hierarquia e na estrutura social da colônia: os primeiros serão os dirigentes da colonização nos seus vários setores; os outros, a massa trabalhadora. Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma. (PRADO JR., 1985, p. 281)

Retratando a fase de transição econômica que substituiu as relações patriarcais por relações capitalistas de produção, Prado Jr. destaca as características que reforçaram a desigualdade social, ainda hoje revelada num Brasil que se situa dentre os 15 países do mundo com maior distância entre ricos e pobres<sup>38</sup>.

Mesmo com a substituição dessas relações de produção, a supremacia das elites rurais continua, sustentando a visão de que o País não pode crescer com suas próprias forças naturais, deve formar-se de fora para dentro, com a aprovação dos outros, em resposta ao que os outros esperam de nós. (HOLANDA, 1984)

É assim que, para ajustar-se ao modelo ideal de sociedade, desde o início do século podemos verificar a grande presença de anúncios curativos para males do corpo e da mente, como indigestão, prisão de ventre, dor de cabeça, mentira, confusão de ideias, obsessão, indecisão, aversão ao trabalho etc. No meio de todos estes “males”, avisos comerciais divulgavam o vermífugo Neo-necatorina, a sangria branca, o Poder Magnético do Dr. Marx Doris, as pilulas antidyspepticas do Dr. Oscar Heinzelmann ou do Abbade Moss e o Instituto Psychotherapico do Dr.

---

<sup>38</sup> Em 2010 Organização das Nações Unidas apresentou o Relatório de Desenvolvimento Humano, onde o Coeficiente de Gini do Brasil foi de 0,536, índice que está dentre os 15 países do mundo nos quais a distância entre ricos e pobres é maior, considerando ainda que dez países, deste total, estão na América Latina e Caribe.

Eduardo Guimarães, dentre outros, que prometiam a cura rápida e radical da preguiça e da “preguiça psychica”.

FIGURA 1. PUBLICIDADE NEO-NECATORINA E VANADIO. JORNAL O ESTADO DE S. PAULO



**Preguiça é Doença!**

A falta de vivacidade, ou a tristeza, ou sobretudo a indolencia que torna o trabalhador incapaz de produzir o que se espera d'elle e que elle de resto pode dar, não é a Preguiça-vicio, é peor: é a Preguiça-doença, a doença da preguiça, a Opilação.

A Opilação ou Amarellão cura-se com

**NEO-NECATORINA**

Vermifugo poderoso, acondicionado em capsulas roseas contendo tetrachloreto de carbono em soluto solido e optimamente tolerado pelo organismo humano.

UNICOS DEPOSITARIOS: DAUDT, OLIVEIRA & CIA.



**PREGUIÇA, ANEMIA**  
HOMENS SEM ENERGIA, MOÇAS DESANIMADAS

Não é sua culpa!

É a Anemia que o deixa cansado, pallido, com molleza no corpo e olhos sem brilho.

A anemia atrasa a vida porque rouba as forças para o trabalho.

**VANADIOL**

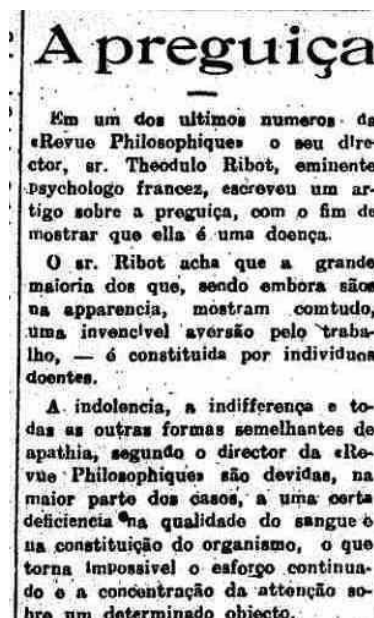
augmenta os glóbulos sanguineos e VITALISA o sangue enfraquecido. É de gosto delicioso e póde ser usado em todas as edades.

(1108)

Fonte: Acervo Digital . O ESTADO DE S. PAULO, (Neo-necatorina) edição de 19 de novembro de 1929 - pag. 13 , (Vanadiol) edição de 16 de novembro de 1939 - pag. 14

A preguiça, considerada pela sociedade como um vício e doença, assume vários adjetivos, tais como: preguiça psychica, preguiça psicológica, preguiça do raciocínio, preguiça mental, preguiça do corpo, “preguiça semi-activa” e preguiça congênita.

FIGURA 2. PREGUIÇA. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO



**A preguiça**

Em um dos ultimos numeros da «Revue Philosophique» o seu director, sr. Theodulo Ribot, eminente Psychologo francez, escreveu um artigo sobre a preguiça, com o fim de mostrar que ella é uma doença.

O sr. Ribot acha que a grande maioria dos que, sendo embora sãos na apparencia, mostram contudo, uma invencivel aversão pelo trabalho, — é constituída por individuos doentes.

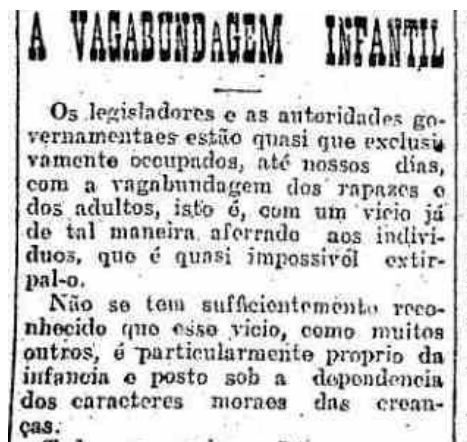
A indolencia, a indifferença e todas as outras formas semelhantes de apathia, segundo o director da «Revue Philosophique» são devidas, na maior parte dos casos, a uma certa deficiência na qualidade do sangue e na constituição do organismo, o que torna impossivel o esforço continuado e a concentração da attenção sobre um determinado objecto.

Fonte: Acervo Digital . O ESTADO DE S. PAULO, edição de 1 de junho de 1911 - pag. 2

A doença, conforme é relatada em uma notícia do dia 1 de junho de 1911, do jornal o Estado de São Paulo, sobre a pesquisa do psicólogo Sr. Ribot, atinge aqueles que embora são, apresentam uma invencível aversão pelo trabalho, sendo mais do que um efeito negativo na sociedade. O Sr. Ribot afirma que os preguiçosos apresentam várias anomalias em seu organismo, com pulsações débeis do coração, pressão arterial baixa, circulação do sangue lenta e por isso seu cérebro é insuficientemente nutrido, dificultando a concentração e atenção.

Não é a toa que a busca pela cura se instalou na sociedade, que tomava de exemplo o estilo europeu de viver, e que andava assustada com notícias duvidosas, como a condenação de um homem na Inglaterra (Robert Chiloot) pelo delito de “não fazer coisa nenhuma”. Com isso se propagava a preguiça como um vício ou crime, que as famílias, a saúde e a Lei tinham a missão de extirpar da sociedade. Vejamos o trecho de uma notícia veicula três anos antes da pesquisa do Sr. Ribot, sobre a “vagabundagem infantil”.

FIGURA 3. VAGABUNDAGEM INFANTIL. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO



Fonte: Acervo Digital . O ESTADO DE S. PAULO, edição de 13 de julho de 1908 - pag. 4.

O texto continua com a grande convicção de que a preguiça é o grande mal que inclina os jovens para a criminalidade, e que a prática de jogos e atividades físicas os fazem se assemelhar a “animais novos”.

Até mesmo na justificativa das políticas de desenvolvimento econômico regional a preguiça foi colocada como ameaça, que no trecho noticiado ao lado, demonstra o teor preconceituoso da elite burocrática brasileira com relação aos estados nordestinos.

FIGURA 4. IMPÉRIO DA MISÉRIA E DA PREGUIÇA. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO



A ação do Ministerio da Agricultura — Informações ministradas pelo sr. Affonso Costa — RIO, 24 — Entrevistado por um jornalista, a propósito dos serviços do Ministerio da Agricultura, o sr. Affonso Costa, director do Serviço de Divulgação e Informação daquelle ministerio, declarou que o augmento da immigração e o aproveitamento do trabalhador nacional, como elemento de colonização, já entrou ha muito tempo no plano do governo, que activa a criação de centros agricolas em Sergipe, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Piahy, Minas, Rio Grande do Norte, e Parahyba. É um meio seguro para desenvolver o trabalho nacional estimulando o progresso daquellas regiões em que hoje, por falta de braços para um trabalho organizado, imperam a miséria e a preguiça.

Fonte: Acervo Digital . O ESTADO DE S. PAULO, edição de 25 de fevereiro de 1913 - pag. 1.

Numa verdadeira campanha de “redempção moral e civil” para mudança de costumes e higiene social, veremos que até o fim da década de 20 ainda será constante a pressão midiática sobre os hábitos do homem do campo, que começa a se instalar no espaço urbano das cidades e não tem permissão para trazer junto consigo as “doenças” típicas do latino-americano, que tem preguiça mental e não se compara a intelectualidade das admiradas sociedades portuguesa, inglesa e francesa.

Relembrando a “preguiça colonial” de Sobrados e Mocambos, escrito por Gilberto Freire em 1936, podemos assinalar que, se a preguiça caracterizava o homem do campo, foram as sequelas da colonização e seu prestígio com a escravidão que a trouxeram, criando a antipatia pelo trabalho e pelas formas opressoras de produção.

A reação contra a preguiça do povo se manifestou de diversas formas, pois, como argumentavam os burocratas moralistas, a “tradição nem sempre é raiz, é folha mudável em cada estação” e a preguiça era algo que merecia mudar. Assim, nos anos 20 surgem as primeiras propostas de legislação nacional impeditivas da liberdade de imprensa, da festa, da diversão e da reunião de pessoas.

Um exemplo foi a proposta de proibição das festas populares, apresentada Camilo Prates à Câmara dos Deputados Federais, no ano de 1926. O projeto de

Prates indicava suprimir as comemorações oficiais não previstas em lei, pois a maioria dos “países cultos” tem apenas um ou dois dias de festas nacionais, com exceção das comemorações universais. Além disso, tais festividades não legais geravam “excesso de tempo dedicado à preguiça”, dentre outros inconvenientes. Em 1941, a vadiagem<sup>39</sup>, que já constava como crime no Código Criminal do Império, de 1858, entra na lista de contravenções penais, assim como os “jogos de azar” e apostas sobre corrida de cavalos fora do hipódromo ou local autorizado.

Num contexto marcado pela fixação na moral e higiene social, Monteiro Lobato e Mário de Andrade utilizaram o referencial da preguiça, cada um a seu estilo, na criação e caracterização de seus personagens históricos, “Jeca Tatu” (1914) e “Macunaíma” (1928). Ambas as personagens apresentam intenção totalmente diversa e além disso se propagaram em ritmos diferentes no imaginário do brasileiro.

Nascido da perspectiva de um intelectual fazendeiro indignado com a crise do café, Jeca, considerado pelo autor “um ser a margem da evolução”, serviu de instrumento da campanha em favor do saneamento, esclarecendo a população sobre o amarelão, doença tropical comum na década de 20. Outra campanha que Jeca representou foi da centralidade no trabalho, posto que a concepção da elite burocrática era de que um País vale pelo trabalho que realiza e pela qualidade da sua gente.

Facilmente se popularizou essa noção, com a ajuda dos intelectuais formadores de opinião e até mesmo das campanhas políticas, com a de Rui Barbosa, que lembrou Jeca Tatu em um de seus discursos, enfatizando que “O trabalho não é o castigo: é a santificação das criaturas. Tudo o que nasce do trabalho, é bom”.

Mas crença de que a centralidade no trabalho redime o homem do pecado da preguiça, começou ser assombrada por um perigo eminente, quando os ideais do socialismo passam a ser reconhecidos pela massa trabalhadora e surge a perspectiva de que o anseio pelo bem-estar é uma das causas da evolução humana.

A partir daí, ao final dos anos 20, vamos perceber um redirecionamento

---

<sup>39</sup> De acordo com o Código Criminal do Império não tomar, qualquer pessoa, uma ocupação honesta e útil que possa subsistir, depois de advertido pelo juiz de paz, não tendo renda suficiente, tinha como punição a prisão com trabalho por oito a 24 dias. (capítulo IV, art. 295)

quanto à “cura” da preguiça, que passa para a sugestão do uso saudável do tempo livre, por meio da educação e de ocupações mais nobres. Com a crise de 1929 nos Estados Unidos e suas consequências nos mercados exportadores, como o desequilíbrio das finanças públicas, diminuição da produção e do poder aquisitivo dos salários, forças patronais e Governo precisavam reagir para garantir seus lucros, e subjugar os momentos de tempo livre como meros instantes de preguiça, seria um grande erro.

As lojas, os cafés, os teatros, os circos, os conservatórios de música, as corridas de *turf*, os encontros amistosos de pingue-pongue, os clubes de regatas, as lutas e demonstrações de pugilismo e boxe, os concursos de hipismo, os clubes de tênis e *football*, o rádio e o cinema falante, os discos *phonographicos* estão em pleno vapor numa oferta cultural e de entretenimento sem precedentes, cujo mercado está apto e disposto a atender.

O trecho da opinião publicada no jornal “O Estado de São Paulo”, no dia do trabalho, reflete bem essa convicção, demonstrando a estratégia de uso funcional do tempo livre e o condicionamento da ideia de “trabalhar para viver”.

FIGURA 5. DIA DO TRABALHO. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

Hoje a maioria da humanidade trabalha, quer trabalhar e precisa trabalhar para viver. São homens, mulheres e crianças que trabalham, muitos já em condições bem mais favoráveis do que hontem, porque a consciencia do mundo aboliu a escravidão humana e vem abolindo também o espirito de exploração do trabalhador livre. O facto de verificarem os empregadores que boa luz, bom ar, bons restaurantes e campos de esporte para os seus empregados dão resultados mensuráveis em lucros, não desmerece a melhoria alcançada pelo empregado. Por esse ou por aquelle motivo a situação do empregado vem melhorando.

Fonte: Acervo Digital . O ESTADO DE S. PAULO, edição de 1 de maio de 1939 - pag. 14.

A preguiça encontra um ressignificado nos anos 40, declarada até, quando ocasional, como um indício de bem-estar. O homem do campo deixa de ser castigado como indolente e preguiçoso, a identidade nacional e sua linguagem

cultural se reforçam após o movimento modernista (que demorou para atingir o imaginário popular).


Críticos ferrenhos da ordem imposta e estabelecida, autores como Mario de Andrade, Oswald Andrade, Jorge Amado e antes deles, Lima Barreto, sacodem as estruturas da moral civilizada, personalizando a literatura brasileira com seus personagens fora do padrão imposto pela sociedade.

Como a preguiça é o “habito de descansar antes de estar cansado”, novos intelectuais, jornalistas e artistas advogam os benefícios da preguiça para se gozar o prazer de viver, admitindo seus momentos de preguiça, como estado da alma, que justifica momentos de contemplação, ócio e liberdade. Em defesa de seu estilo “meio preguiçoso” de escrever, Jorge Amado, em entrevista à Revista Veja, no ano de 1969, assim se declara: “Trabalho sempre, quando escrevo e quando não escrevo. Creio que o trabalho do escritor se processa mais fundo e denso enquanto ele está aparentemente ocioso”.

Ainda assim, para a sociedade a preguiça deixa de ser doença contagiosa mas se torna um reflexo de má educação, física e intelectual, ou falta de orientação e boas condições para o trabalho.

Como observamos em muitas opiniões publicadas nos jornais impressos, a elite burguesa brasileira acreditava que os reflexos de um tempo livre, sem objetivo definido, muitas vezes encaminhariam ao vício do jogo e da bebida, entretanto, é marcante a opinião de uma leitora, publicada no dia 15 de março de 1947, pois ela traz à tona um debate que nem o Governo, nem os meios de comunicação têm muita intenção de prosseguir, a respeito da liberdade individual no uso do tempo livre. Vejamos alguns trechos dessa carta, por considerar que é válido extrair grandes pensamentos de mulheres e de autores anônimos, tão discriminados, naquela época.

FIGURA 6. PONTO DE VISTA. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO



O sr. aponta como efeito pouco desejável e muito observado, a inclinação de indivíduos pouco ambiciosos para transformar o resultado do "reajustamento" dos salários em dias de folga de preferência e aplicá-lo ao necessário melhoramento do seu padrão de vida. É verdade que este procedimento agrava o depauperamento progressivo e seria lamentavelmente prejudicial para o indivíduo e para a coletividade, se deixarmos de considerar outro ponto de vista — o da liberdade do mesmo indivíduo.

"O que se entende por "felicidade" é conceito muito relativo e variável. Para muitos brasileiros, a possibilidade de passar tempo não medido e não contado, num estado quase vegetativo de existência, equivale à própria felicidade; e afinal de contas para muita gente é este o único presente que o destino lhes reserva.


"Não quero defender a preguiça e a falta de ambição; mas o sr. já reparou no que acontece com o indivíduo nos países onde o homem nunca ousa fugir à responsabilidade do trabalho, onde, por assim dizer, ele já nasce com o sentimento de que cada hora de folga é quase um crime, ou pelo menos representa "dinheiro perdido", pois que "o tempo custa dinheiro"?

continua

Felizmente, nas próprias sociedades baseadas sobre a hierarquia dos valores econômicos, sempre houve, sempre há e sempre haverá certo número de indivíduos, em parca minoria é certo, que acham que na vida há muita coisa que vale mais do que o dinheiro e que proporciona mais real e profundo prazer do que a produção de riquezas. Estes indivíduos, seja qual for o juízo que deles formem os "econômicos", são muito necessários e úteis. São eles que evitam que a sociedade humana se afunde na aridez do materialismo e, no fim de contas, são eles que dão sabor à civilização.

O ponto de vista da minha leitora, porém, como implicitamente ela mesma o reconhece, conduzir-nos-ia, por fim, ao eterno e insolúvel conflito entre o indivíduo e a coletividade. Até hoje a humanidade não conseguiu resolver o problema. Não vamos agora discuti-lo de novo. Para que?

V. Cy.



Fonte: Acervo Digital . O ESTADO DE S. PAULO, edição de 15 de março de 1947 - pag. 1.

No primeiro trecho, a autora elucida seu ponto de vista demonstrando que uso do tempo de descanso do trabalhador pode e deve ir além da aplicação do "melhoramento do seu padrão de vida" como preconiza o jornalista receptor da carta. Sem compartilhar do ponto de vista da remetente, o jornalista ironiza, dizendo que opiniões como a dela é que dão sabor à civilização e ainda que o conflito entre indivíduos e coletividade sempre existiu e não será agora que será resolvido. Finaliza indagando: "Para que?"

No contexto de limitação das liberdades individuais e coletivas do Governo autoritário da época, discutir conflitos ou levantar questões sociais se equipara a discussão sobre autonomia e integração do Estado Nacional, temas que também não interessam entrar na pauta de reflexão da sociedade.



Diante de visões de mundo tão distintas é fácil perceber que os formadores de opinião da época tinham convicções de apoio ao que Antunes (2009, p. 172) declara como controle opressivo do capital no tempo de vida, formulação que vem das seguintes conclusões de Norbert Elias:

Nessas sociedades [sobre a era moderna], o tempo exerce de fora para dentro, sob a forma de relógios, calendários e outras tabelas de horários, uma coerção que se presta eminentemente para suscitar o desenvolvimento de uma autodisciplina nos indivíduos. Ela exerce uma pressão relativamente discreta, comedida, uniforme e desprovida de violência, mas que nem por isso se faz menos onipresente, e à qual é impossível escapar. (ELIAS, 1998 apud ANTUNES, 2009, p. 173)

A pressão exercida sobre o tempo do indivíduo é mais tensa do que o autocontrole sob a forma de horários e calendários, pois envolve também a coerção a partir dos aparelhos ideológicos tão onipresentes no dia-a-dia quanto o ponteiro do relógio.

Nessa abordagem inicial de nossa análise sobre os sujeitos do lazer, observamos uma cruzada moral para convencer de que a preguiça era uma doença ou vício, que estava associado a maus hábitos educativos provenientes do estilo de vida do matuto, do negro, do caboclo, do mestiço, do índio, do nordestino e enfim, de toda a classe mais desprovida de riqueza e que representa a origem cultural brasileira. Depreciada de seu sentido, a aversão ao trabalho (significado do vocábulo preguiça) logo se transformou numa ameaça, que prejudicava o progresso nacional e a civilidade. A partir dessa perspectiva vamos notar que a problemática do lazer, tem sua primeira aparição no cenário nacional, pois é chegada a hora de ocupar o tempo livre dos que trabalham e dos que não trabalham, “de forma saudável e civilizatória”.

Se nas palavras da autora da carta apresentada anteriormente o uso do tempo livre salutar é aquele em que não há preocupação monetária e sim felicidade, mesmo que relativa, na visão do poder político e patronal esse sentido não será compartilhado. É assim que a preguiça e seus desdobramentos (balançar na rede, fofocar com o vizinho, fazer cafuné ou até catar piolho, como diria Câmara Cascudo), serão banidos da sociedade e um substituto, bem mais ativo, será a solução para o uso do tempo livre daqueles que serão recrutados para promover o progresso nacional.

## O Recreio da Sociedade

### *Os Donos do Poder*

Analisando agora o outro lado da moeda (que não inclui os sujeitos marginalizados), é no ideário das elites, que tinham o direito a se beneficiar com o tempo livre e o deleite dos prazeres do ócio, que nasce a expressão do recreio<sup>40</sup>.

Altamente influenciada pelos costumes culturais europeus, essa elite burguesa inicia um processo de importação de hábitos, como a realização de viagens de recreio, a criação de sociedades esportivas, culturais e de recreio, a frequência aos espaços públicos (parques, jardins, passeios) e privados de lazer. As viagens de recreio, por exemplo, ainda eram divulgadas no jornal impresso até os anos 50, como forma de exibição do status social, elevando o nível de prestígio das famílias na sociedade, na mesma escala do prestígio do local visitado. Tais viagens, realizadas principalmente em solo estrangeiro, serviam de laboratório de estudos e experiências, das quais o viajante ao retornar apresentava os relatos do mundo civilizado na alta sociedade.

FIGURA 7. PUBLICAÇÕES DE VIAGEM DE RECREIO. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

**As viagens de recreio entre Buenos Aires e Montevideo** — BUENOS AIRES, 11 — No proximo sabbado serão inauguradas as viagens de recreio entre esta capital e Montevideo, nos vapores da Hamburgo Sud-America. O primeiro vapor a partir será o "Cabo Santa Maria", que conduzirá um grupo de familias conhecidas e os decanos da Faculdade de Engenharia, e o presidente de outros institutos, que formam a comissão em memoria de Huergo.

A)

**A PARTIDA DO SR. FELIX PACHECO PARA A EUROPA**

Rio, 20 (A.) — Acompanhado de sua exma. familia, partiu hoje para a Europa, em viagem de recreio, a bordo do transatlantico "Cap Polonia", o sr. Felix Pacheco, director do "Jornal do Comercio" e ex-ministro das Relações Exteriores.

O embarque do sr. realizou-se ao meio dia, no caes do porto, com grande concorrência.

B)



## VIAGENS

● Por terra, por agua ou por ar, a Casa São Nicolau lhe fornece o equipamento necessario para as suas viagens de recreio ou de negocio.

**CASA SÃO NICOLAU**

PRACA PATRIARCHA, 8

C)

Fonte: A) Acervo Digital . O ESTADO DE S. PAULO, edição de 13 de novembro de 1913 - pag. 7; B) O ESTADO DE S. PAULO, edição de 21 de julho de 1928 - pag. 4; C) O ESTADO DE S. PAULO, edição de 30 de março de 1938 - pag. 7.

<sup>40</sup> Também encontramos referências a espaço, salão ou pátio de recreio, geralmente localizados nas escolas, para intervalo das atividades escolares ou em repartições públicas. As residências também dispunham de área de recreio, o que valorizava ainda mais os imóveis. Ainda, com relação aos espaços, foi registrada a denominação chácara ou sítio de recreio: propriedade privada localizada, com benfeitorias em área rural com fins de lazer e criação de cavalos.

Na ocasião dessas viagens muitos indivíduos e famílias da aristocracia alugavam suas casas ou palacetes e se desfaziam de seus pertences, contratando os serviços de leiloeiros oficiais para a venda de seu seletos mobiliário, composto de pianos, ornatos, louça, conjunto de tapetes, etc.

FIGURA 8. PUBLICAÇÃO DE VIAGEM DE RECREIO. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO



**Dr Macedo Soares. — SANTOS. 7. —** A bordo do «Vasaris», e em viagem de recreio, seguiu hoje para os Estados Unidos o sr. dr. José Carlos de Macedo, acompanhado de sua exma. esposa e sogra d. Escholastica Melchert.  
Dos Estados Unidos, o sr. Macedo Soares, seguirá para a Europa.  
Para o bota-fôra dos viajantes, em carro especial, ligado ao trem da manhã, vieram varias pessoas gradas dessa capital.

Fonte: Acervo Digital . O ESTADO DE S. PAULO, edição de 08 de abril de 1913 - pag. 4.

Além de utilizado para designar viagens, “recreio” também era empregado nos passeios e excursões locais desde 1911, organizados principalmente por grupos escolares sob a supervisão de professoras empenhadas na interação prática entre indivíduos e natureza. Pode-se dizer que a prática se prolongou até os dias atuais, quando nas escolas é trabalhado o turismo pedagógico com estes mesmos objetivos.

O recreio também foi utilizado como designação de clubes e sociedades que tinham por finalidade a formação de confrarias para prática esportiva ou divulgação artística. Se nas viagens a exibição do prestígio só era possível por meio do noticiário, é o clube que vai dar visibilidade aos valores, padrões e glamour da sociedade com seus hábitos importados do exterior.

Presentes desde a segunda metade do século XIX, os clubes tinham um papel primordial para a nobreza brasileira, pois foram concebidos para a reprodução do mundo civilizado europeu. Paralelamente, os clubes de dança ou clubes carnavalescos também foram tomando vulto, tornando-se uma importante manifestação cultural de trabalhadores, confirmada por Pereira (2010) que, em sua pesquisa sobre o Rio de Janeiro conclui: “para além do preconceito dos cronistas e cartunistas que comentavam o fenômeno, era mesmo entre os trabalhadores de baixa renda que o entusiasmo pela dança se apresentava de modo mais intenso”,

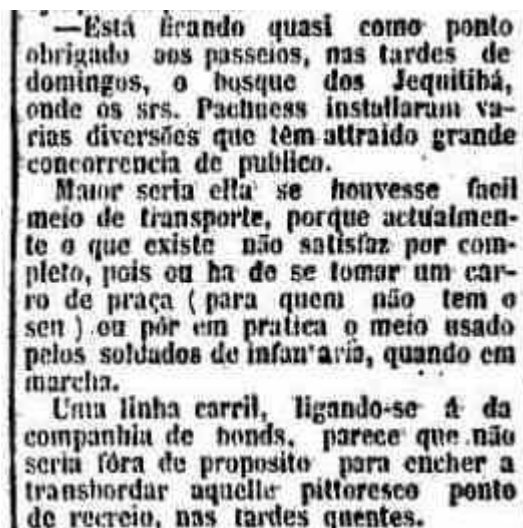
constituindo espaços de diversão e sociabilidade importantes para o lazer carioca.

Devemos considerar que não eram apenas os espaços privados dos clubes e sociedade utilizados como lugar para “ver e ser visto”. Os jardins, passeios e largos também tiveram essa função, desde a criação dos mais antigos espaços<sup>41</sup>, que se tornaram públicos na localização mas restritos no uso social. Sobre o Passeio Público, no Rio de Janeiro, Bovo relata o seguinte:

“Neste local a aristocracia passeava trajando a última moda francesa. [...] Apenas as pessoas com vestes apropriadas podiam circular entre as palmeiras imperiais e a vegetação nativa brasileira, pois, a maioria da população não tinha acesso a esses espaços.” (BOVO, 2012, p. 54)

No pequeno trecho de uma notícia veiculada no início do século XX evidenciamos como eram apreciados os passeios nos jardins, hábito que permitia fugir do calor da cidade, namorar, se exibir para a sociedade, levar as crianças para um banho de sol e outras atividades que se ampliaram com a futura transformação de áreas verdes em parques urbanos.

FIGURA 9. BOSQUE DOS JEQUITIBÁS. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO



Fonte: Acervo Digital . O ESTADO DE S. PAULO, edição de 18 de março de 1902 - pag. 1.

As mudanças da elite brasileira, de uma configuração patriarcal rural para uma patrimonialista urbana, capitalista e liberal, marcaram as transformações que se

<sup>41</sup> O Passeio Público do Rio de Janeiro é considerado o parque urbano mais antigo do Brasil. Datado de 1783.

sucederam em vários aspectos: político, econômico e social e cultural, inclusive no lazer.

Enquanto “novos” atores entram em cena, na medida em que os espaços livres públicos de lazer se ampliam em quantidade é também exigida a sua melhor qualificação urbana. A iluminação, o paisagismo, a acessibilidade, a segurança e o mobiliário urbano são itens fundamentais nesse processo de abertura democrática dos parques, jardins e passeios.

Ao mesmo tempo em que se amplia o gosto da burguesia pela frequência aos espaços de lazer, notamos que o poder público passa a ser exigido na qualificação dessa oferta, por meio da criação, manutenção e acessibilidade a estes equipamentos. Lógico que essa dinâmica também foi geradora de conflitos em torno do espaço público, seja pela insatisfação de proprietários de imóveis pelo processo de desapropriação para implantação de áreas de recreio, como pela indignação de populares pela transformação e gradeamento de áreas públicas que eram de livre acesso.

Sempre contraditório, o fenômeno do lazer conseguiu se expressar tanto pela ostentação do luxo e da riqueza da burguesia como pela manifestação da alegria e da diversão do povo brasileiro com seu futebol de várzea, banho de mar, folclore e carnaval. Aos poucos o lazer deixa de ser uma possibilidade para se tornar a própria manifestação da liberdade, permitindo a expressão “na rua” daquilo que só era possível “dentro de casa”.

Intelectuais e autoridades defendiam que as diversões da cidade – não só nas praças como também nos teatros e outros espaços – deveriam atestar o seu grau de civilização, enquanto vários segmentos sociais insistiam em (re)afirmar, principalmente nos momentos de lazer, suas escolhas, preferências e visões de mundo. (MARZANO e MELO, 2010, p. 13)

Da extinção da preguiça de Macunaíma até a ascensão do recreio da sociedade, os hábitos e os sujeitos do lazer sofreram profundas mudanças, influenciadas por um sistema de valores que transformou as cidades em complexas redes de relações econômicas, sociais e culturais. Assim, o panorama cultural brasileiro nos anos 30 será diverso e essa nova configuração vai determinar a

atuação do Estado nos assuntos relacionados ao que seria a semente do lazer no Brasil: a recreação.

## A recreação dos Operários

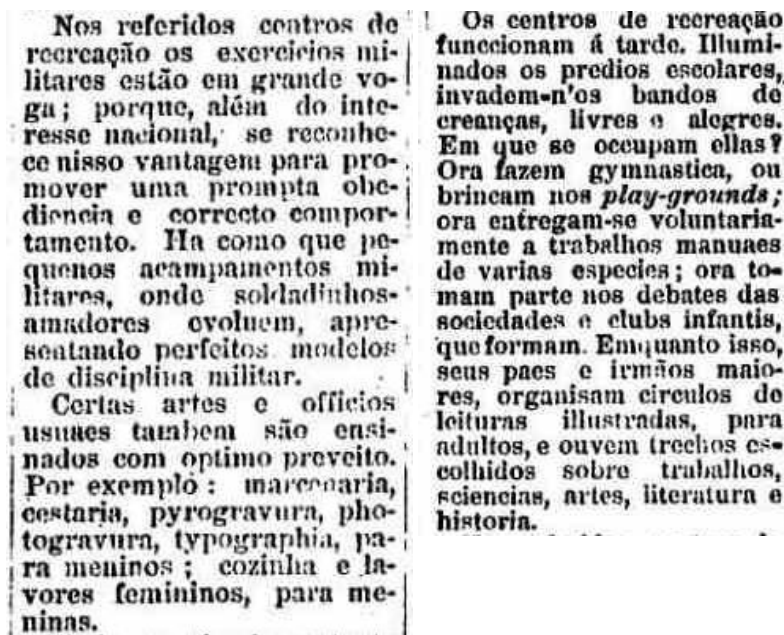
### **Trabalhadores Sindicalizados**

Ao tratar da recreação no Brasil convém assinalar que o termo era associado ao aspecto moral e higiênico, cuja primeiro objetivo era a recreação esportiva por meio do incentivo à ginástica, ou seja, uma experiência ativa.

A perspectiva de uma recreação ativa em contraponto à recreação passiva ganha espaço a partir da instalação da Associação Cristã de Moços, no Rio de Janeiro, ao final do século XIX e em Porto Alegre, em 1901. O público principal eram as crianças e jovens, estudantes que deveriam ter um desenvolvimento sadio e harmonioso, tal qual o dos jovens ingleses, pátria da instituição.

Relatos curiosos, de experiências na Itália e Estados Unidos, noticiados nos meios impressos, enalteciam a recreação como meio de assegurar a obediência e o bom comportamento. Vejamos a seguir a descrição de um centro de recreação visitado por um brasileiro em Nova Iorque, em 1906.

FIGURA 10. CENTROS DE RECREAÇÃO. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO



Fonte: Acervo Digital . O ESTADO DE S. PAULO, edição de 16 de julho de 1906 - pag. 1.

A recreação deveria seguir o modelo de disciplina militar e o esporte se tornou um bom aliado nessa proposta, ainda que tivesse de ficar muito clara a preferência no uso do termo esporte em detrimento do desporto. Em agosto de 1920 a Associação de Chronistas Esportivos assim explica a diferença, quando justifica o aportuguesamento do termo *sport*:

FIGURA 11. ASSOCIAÇÃO DE CHRONISTAS ESPORTIVOS. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

Perguntar-se-á, preliminarmente, porque se appellou para esse aportuguezamento, quando tínhamos a palavra desporto, a favor da qual militam seculos de vernaculidade. Diremos que Desporto é, por sua vez, uma traducção do italiano "Diporto" e que não corresponde, em absoluto, ao sentido actual da palavra ingleza "Sport", tanto assim que os proprios Italianos preferem esta, ultima aquella. Desport significa recreação, divertimento, passatempo e não a competição systematizada que immediatamente nos suggero o termo "Sport".  
Essa foi a principal razão de aportuguezamento, tambem baseado na repulsa que o povo tem demonstrado mais de uma vez contra o termo Desporto que parece não lhe soar bem.

Fonte: Acervo Digital . O ESTADO DE S. PAULO, edição de 10 de agosto de 1920 - pag. 1.

Frederico Guilherme Gaelzer<sup>42</sup>, que retorna dos Estados Unidos para Porto Alegre em 1924, com o titulo de *Master os Science* em Educação Física e Recreação traz novidades ao sul do País e a perspectiva da formação de educadores nessa área. Assim, em 1926, com a colaboração de Gaelzer, se estabelece na capital portoalegrense a primeira proposta planejada de espaços de recreação, os chamados "jardins de recreio" com o propósito de transformar lugares de delinquência em espaços de diversão e felicidade. Esgotando a proposta social para a diminuição da criminalidade e delinquência, os jardins de recreio também atenderam ao propósito "higienista", que segregou espaços, como Gomes (2003, p. 103) vai salientar ao constatar que:

[...] o diferencial da proposta implantada na capital gaúcha, em 1926, foi o fato de que esses locais deveriam ser adaptados, como ocorreu com a praça "Alto do Bronze", ou construídos com o objetivo de organizar a prática

<sup>42</sup> Gaelzer é quem vai introduzir em Porto Alegre/RS o pioneiro serviço de recreação municipal, que servirá de exemplo às demais municipalidades nos anos seguintes.

de atividades recreativas para a população. Eram, portanto, locais que se diferenciavam dos espaços onde ocorria o recreio espontâneo das elites, que tradicionalmente acontecia nas praças e nos prados, no rio Guaíba, no velódromo da Redenção, no cinema "Recreio Ideal".

Fundada numa proposta educativa inspirada nos ideais dos intelectuais modernistas e da chamada "Escola Nova", onde Mario de Andrade e Anísio Teixeira foram grandes expoentes, na década de 30 uma rede de parques infantis começa a ser instalada nos bairros operários da cidade de São Paulo.

Pode-se afirmar que os Parques Infantis foram criados para resolver os problemas dos filhos de operários, que deixavam as suas crianças a mercê da vivência de rua, onde, se acreditava, adquiriam costumes anti-sociais, aumentando a marginalidade infantil.

Sob este ponto, uma das publicações do jornal "O Estado de São Paulo", chamou a atenção, pois o autor apresenta uma justificativa contra o regime de três horários escolares numa mesma escola, que coloca o alargamento do tempo da criança no espaço da "rua" como principal vilão.

FIGURA 12. O ASPECTO SOCIAL DO TRESDOBAMENTO. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

**O ASPECTO SOCIAL DO TRESDOBAMENTO**

Quanto ao aspecto social do tresdobramento, devemos attribuir-lhe dois erros: o da supressão do recreio e o do alongamento do "tempo de rua" da criança.

O recreio tem uma função educativa e socializadora que não deve ser desprezada. Os trinta minutos de brinquedos em comum, com a coparticipação de todas as crianças do estabelecimento, contribuem para tornar a escola atrahente e cooperam no desenvolvimento das qualidades physicas e sociaes da criança. Grande numero dos nossos grupos escolares, que até 1928 tinham recreio, não o admittem mais, coagidos a isso pelo regime de tresdobramento.

Por outro lado, o "periodo de rua" da criança foi augmentado. E' sabido que a maioria dos alumnos das escolas publicas são meninos pobres, para os quaes o dilemma diario é este: ou escola, ou rua. Tudo quanto se tira da escola é concedido á rua, com as suas perniciosas consequencias.

Em quasi todos os paizes, o dia escolar primario é de 3 horas. Nos Estados Unidos, vulgarisa-se cada vez mais, o "systema de pelotões", que permite á escola conservar a criança durante seis a nove horas por dia. Nós, com as nossas tres horas diarias, estamos cooperando para que, na educação infantil, prevaleça a influencia da rua.

Fonte: Acervo Digital . O ESTADO DE S. PAULO, edição de 19 de fevereiro de 1936 - pag. 3.



Observamos que cada vez mais se aproximavam os princípios da educação com a funcionalidade da recreação, ficando claros os benefícios da atividade lúdica, organizada e condicionada para o desenvolvimento integral da criança.

Enquanto vai se estruturando uma proposta de educação que absorve a funcionalidade da recreação para a formação infantil vão se estabelecendo também novos sujeitos, que partir da ampliação de seu direito ao tempo livre, passam a ocupar significativa importância no que chamamos de políticas públicas de lazer. É aí que o papel da recreação passa por uma adaptação, com a justificativa da melhoria do bem-estar do trabalhador.

Esse novo sujeito, alvo da recreação organizada, surge da necessidade de contenção e controle social de um coletivo de indivíduos que se identifica como classe e como tal passa a se organizar na luta por direitos vislumbrados a partir do seu papel político, com a abolição do critério censitário que antes limitava a participação nos processos decisórios da Nação, em função da renda.

Já com a chegada de imigrantes operários, se inicia uma tendência à organização de classe, sindicalização e criação de clubes associativos, que fortaleceram o sentimento de identidade, pertencimento e resistência desse coletivo – o que não impediu que muitos estrangeiros fossem expulsos do Brasil, por conta da intolerância do Governo com as greves alavancadas pelo movimento operário<sup>43</sup>. Intolerância esta que se repetia contra qualquer força de oposição, que durante toda a década de 20 já desgastava a República Velha, devido às manifestações de oposição da classe média urbana, da criação do Partido Comunista Brasileiro e dos movimentos tenentista e das oligarquias dissidentes.

Em pleno processo de industrialização do país, urbanização acelerada e exploração do trabalho infantil e feminino, a década de 30, com o início da “Era Vargas”, que perdurou 15 anos<sup>44</sup>, vem marcada por profundas transformações, mais especificamente no âmbito da educação e do trabalho. O inchaço das cidades, a falta de moradia adequada e a exploração dos trabalhadores, com salários baixos e jornadas de trabalho elevadas, traziam consigo conflitos urbanos que deveriam ser contidos pela ação do Estado controlador.

---

<sup>43</sup> Somente entre o período de 1911 a 1920 foram registradas 90 paralisações de trabalhadores, de acordo com a matéria intitulada “Operários em Construção” de Paulo Cruz Terra publicada na revista “História”, da Biblioteca Nacional.

<sup>44</sup> Enquanto permaneceu no poder, Vargas foi chefe de um governo provisório (1930-1934), presidente eleito pelo voto indireto (1934-1937) e ditador (1937-1945).

A crise gerada a partir desse quadro, delicado em função de um governo autoritário, foi de sufocamento do tecido urbano e de derrame da população de baixa renda para áreas cada vez mais distantes do centro urbano, gerando no aspecto urbano a ocupação ilegal de terrenos, a criação de cortiços e a formação de favelas, ente outros cenários.

No âmbito social os problemas foram profundos, pois sem condições adequadas de trabalho, de moradia e de educação, a insatisfação era certeza, e junto com ela as reações típicas de uma sociedade levada à pobreza.

É sob a visão deste panorama que se consagram as primeiras iniciativas federais de políticas públicas, direcionadas a uma classe específica, reestruturando e intervindo no âmbito da regularização da jornada de trabalho, da regulamentação do trabalho infantil e feminino, da padronização de um salário mínimo e da normatização dos sindicatos.

**FIGURA 13. FOTO DO CLUB DE MENORES OPERÁRIOS. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO**



Fonte: Acervo Digital . O ESTADO DE S. PAULO, edição de 20 de outubro de 1939 - pag. 7.

É assim que o setor público, primeiramente no âmbito municipal, passa a investir em espaços específicos de lazer com a intencionalidade de atender o público caracterizado pelo menor trabalhador. São praças, parques e clubes, localizados próximo às fábricas e vilas operárias, cujo objetivo era o aproveitamento físico e a difusão e uma cultura de disciplina e obediência dos recém-iniciados ao mercado de trabalho. Podemos recuperar a memória destes espaços na matéria publicada em 1939, sobre o “Club de Menores Operários”, de iniciativa municipal, na cidade de São Paulo.

Os clubes de menores operários se espalharam em vários bairros operários

de São Paulo, e a presença feminina também foi atendida com o Clube de Moças Operárias. Realizavam atividades diárias e periódicas, como os encontros em festivais e campeonatos, que contemplavam jogos esportivos, jogos de tabuleiro, acrobacias, danças, coral, enfim, uma programação variada onde cada clube poderia treinar e demonstrar as habilidades de seus sócios.

FIGURA 14. CLUB DE MENORES OPERÁRIOS. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

**CLUB DE MENORES OPERARIOS**

Aproveitamento physico — Actividades diarias — Alguns resultados — Aproveitamento hygienico

Depois de terem frequentado durante alguns annos os Parques infantis, nos quaes lhes foram dispensados tratamento medico, assistencia alimentar e dentaria, educacao physica, moral e mental, os menores necessitados, em idade legal do trabalho, isto é, aos quatorze annos, iniciam-se em suas actividades profissionais e vivem-se de um momento para outro, privados de todos os beneficios a que se habituaram. Dedicam-se a qualquer mister, jornaleiro, barbeiro, sapateiro, afim de ajudarem a prover suas familias, e não dispõem de tempo para continuar a frequentar os Parques, que permanecem abertos até ás 18 horas. Entram, então, como associados do Club de Menores Operarios, que não é, como se poderia pensar, um parque infantil de funcionamento nocturno, mas um Parque de Jogos e Educação. Organizado segundo os moldes das melhores associações de jogos e cultura.

Foi com o objectivo de continuar a prestar serviços aos menores frequentadores dos parques que se criaram os Clubs de Menores Operarios, subordinados á Divisão de Educação e Recreio, do Departamento de Cultura. No momento, segundo adiantámos, funciona apenas um desses clubs — o do Parque Pedro II.

**APROVEITAMENTO PHYSICO**

Installado no Parque Pedro II, em local muito saudavel, batido pelo sol e ornado de uma vegetação luxuriante, o Club de Menores Operarios está entregue á orientação do instructor Alceu Maynard, que declarou ter conseguido resultados surprehendedes. Assim, em um concurso recentemente realisado, sob rigorosa fiscalisação medica, revelou-se satisfactorio o aproveitamento physico dos menores sob os seguintes indices biologicos: augmento de estatura, de peso, de perimetro thoracico e de envergadura. Tais resultados são consequencia da therapêutica do calcio, combinada com exercicios physicos racionais, tendo sido usados os methodos francez, calistenico e sueco.

**ACTIVIDADES DIARIAS**

Logo que se abre o Club, começam a chegar das circumvizinhanças do Parque os associados. Ao entrar, deixam na portaria a carteira de identidade, e iniciam as suas actividades com jogos de recreação, taes como dama, xadrez, dominó e outros. A importância desses jogos já foi demonstrada pelos melhores pedagogos e extensão; Provas de pista, corridas e revezamentos; Jogos populares: futebol, bola ao cesto, vôleibol, pingue-pongue, hand-ball, pugilismo jiu-jitsu, luta romana e esgrima. Para tanto, o club dispõe das necessarias installações. Não se pode, no entanto, deixar de lamentar a deficiencia de illuminação dos campos de futebol e bola ao cesto, que estão a exigir

de espirito de lealdade, no par de virtudes de solidariedade social, cooperação e fraternidade. É um aspecto, pôde dizer-se, inédito, do comportamento dos disputantes, pois as partidas de futebol não fertela em discussões ou desrespeito ás decisões do arbitro

**APROVEITAMENTO HYGIENICO**

No terreno hygienico, os conselhos e os exercicios physicos, se-



guidos de um banho de chuveiro diario, levaram os pequenos a comprehender os cuidados que devem ter com o corpo. O club distribue toalha, sabonete, escova e pasta de dentes, habituando, assim, os menores a prezarem o asseio physico. Em consequencia, apresentam-se melhor dispostos e já se trajam com mais hygiene e apuro. A repercussão desses habitos nos lares humildes é deveras notavel, e não raro, os filhos ensinam aos proprios paes habitos hygienicos que desconheciam e que são absolutamente indispensaveis para uma vida san e alegre.

uma providencia do Departamento de Cultura. Não obstante essa falta, os adolescentes treinam todas as noites e constantemente disputam com turnas de outros clubs.

**ALGUNS RESULTADOS**

Os jogos amistosos que o club tem realisado vieram demonstrar resultados inéditos quanto á disciplina, principalmente nas disputas de futebol e outras provas populares. Em todos os jogos, os menores comportaram-se de maneira digna de admiração, revelando, pela obediencia ás leis do jogo e ás decisões do juiz, gran-

norte-americanos, e os pequenos do Club de Menores Operarios não regateiam enthusiasmo a essas modalidades de recreação.

Em seguida, reúnem-se as comissões esportivas da directoria, para deliberar sobre convites e desafios de outros clubs juvenis, correspondencia, leitura de actas, etc. Depois da aula theorica, versando sobre a technica dos jogos esportivos, ou da palestra do instructor sobre normas do comportamento social, iniciam-se as aulas de educação physica, distribuidas pelas seguintes secções: Provas de campo, arremessos de dardo, disco, peso e martelo; saltos de altura

Fonte: Acervo Digital . O ESTADO DE S. PAULO, edição de 20 de outubro de 1939 - pag. 7.

Do ponto de vista político os clubes representaram uma excelente oportunidade de criação de um espaço institucional de representação popular mas a verdade não foi essa e, como o Brasil vivia no “mundo da fantasia” (OLIVEIRA, 1947), podemos dizer que acabaram se revertendo em mecanismos de manipulação

do poder patronal em favor do projeto de desenvolvimento pela industrialização, que mais tarde foram cancelados e patrocinados pelos mesmos, com vistas à conformação moral e ideológica da classe trabalhadora e suas famílias. (PEIXOTO, 2007; GOMES, 2003)

Por isso Peixoto (2007) afirma que o Governo sabia o que estava fazendo, pois “os traços que definiram as características da Recreação nas décadas de 30 e 40, em que esta é destinada à recuperação física, à contenção das mobilizações da classe dos trabalhadores e à formação das crianças trabalhadoras” são os principais temas das publicações acadêmicas durante as décadas subsequentes.

O movimento operário só vai ter liberdade de usufruir do poder de cooperação e associação numa outra conjuntura política, quando “surgem de forma fragmentária e defensiva vários movimentos de base, originários, em boa parte, do desenvolvimento de relações de vizinhança, parentesco e amizades; ou seja, do desenvolvimento de relações entre pessoas que confiavam umas nas outras e se organizavam por elas mesmas” (CARDOSO, 1985, p. 174), ambiente favorecido nos encontros proporcionados pelo lazer, em locais como associações comunitárias, clubes culturais, clubes de mães, grupos de jovens e estudantes, movimentos femininos, entre outros.

Na análise que fizemos até o momento foi possível perceber o conflito entre o que denominamos a preguiça do povo e o recreio da aristocracia. Enquanto o primeiro grupo demonstra uma unidade de consciência que tem relação com as origens histórico-culturais do povo brasileiro o segundo está associado ao estilo de vida importado das grandes metrópoles mundiais, aqui reproduzido para a recreação da burguesia. No centro deste embate, o que vem à tona na nossa identificação sobre os sujeitos do lazer dos anos 30 até o final da “ditadura” Vargas, é o foco do poder público em conter as formas de expressão popular, de tal jeito que se torne homogênea a configuração social do operariado nacional.

A modelagem dos sujeitos do lazer, constituintes das classes subalternas, foi reforçada pela criação de vários mecanismos ideológicos vindos tanto do aparato do Estado como da iniciativa privada.

No âmbito federal verificamos, em 1943, a criação do Serviço de Recreação Operária, que de acordo com o editorial do jornal “O Estado de São Paulo”, teve o

objetivo de “proporcionar divertimento espiritual e físico que retempere as energias dos soldados da produção”, evidenciando o objetivo de salvaguardar a “ordem” e a “harmonia social”. Por se autodeclarar um “boletim elogioso ao Governo” em função da intervenção política que tomou o jornal no período entre 26 de março de 1940 e 6 de dezembro de 1945 acreditamos que a publicação tem total concordância com o discurso do Governo, já que, nas palavras do próprio Getúlio Vargas “Quem não estiver conosco está contra nós”<sup>45</sup>.

FIGURA 15. SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO



Fonte: Acervo Digital . O ESTADO DE S. PAULO, edição de 14 de setembro de 1944 - pag. 14;

Podemos observar que várias iniciativas foram executadas pelo SRO, o que deu destaque à iniciativa de Vargas durante o Estado Novo e o foco na política trabalhista, que beneficiou os trabalhadores em termos de legislação, formação profissional, política de saúde, habitação e organização sindical, ainda que os sindicatos tutelados fossem uma grande operação de silêncio, de roubo da fala, que se sintetiza na busca da “harmonia social”, signo da anulação política (OLIVEIRA, 1999).

Mantendo-se ativo após a extinção do Governo Vargas, o SRO, passada a

<sup>45</sup> Trecho final do discurso pronunciado no estádio do "Vasco da Gama", por ocasião das comemorações de 1 de maio de 1943.

fase denominada de experimental, tenta ampliar seu espaço geográfico de atuação mas não consegue abranger outros centros urbanos, fora a capital Rio de Janeiro e a cidade de São Paulo (GOMES, 2003). Para isso é ampliada à iniciativa privada, em 1946, a preocupação com o bem-estar dos trabalhadores do comércio e da indústria.

FIGURA 16. SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO



Fonte: Acervo Digital . O ESTADO DE S. PAULO , edição de 24 de abril de 1947 – pag. 20; edição de 2 de agosto de 1947 – pag. 20

Como observamos, nos diversos registros jornalísticos, os principais grupos beneficiados eram os trabalhadores e trabalhadoras de empresas de utilidade pública, da indústria têxtil e metalúrgica, empregados da saúde, bancários e demais servidores sindicalizados. Um operariado que compreendia um conjunto composto, fundamentalmente, por imigrantes, mestiços, negros pobres, trabalhadores no comércio, trabalhadores da indústria, trabalhadores sem qualificação, vendedores ambulantes, trabalhadores rurais, donas de casa, malandros; havendo, nesse grupo heterogêneo, um altíssimo percentual de analfabetos. (BRÊTAS, 2010)

Na obra de Acácio Ferreira, "Lazer operário", publicada em 1959, o autor vai além dessa personificação do operário e faz uma abordagem dos hábitos de lazer dos trabalhadores assalariados em Salvador/BA, aplicando entrevistas com 205 famílias e um total de 597 trabalhadores que recebiam em média um salário mínimo e para os quais eram consideradas atividades de lazer o jogo de dominó e até mesmo a prática religiosa do candomblé.

Já no âmbito da iniciativa privada, o período que substitui a "Ditadura Vargas"

em 1946, proporciona a criação de um conjunto de instituições patronais de apoio ao trabalhador, reconhecidos como pilares do maior “Sistema de Prestação de Serviços em Lazer no Brasil” (PEIXOTO, 2007), que hoje denominamos de Sistema “S”, composto do Serviço Social da Indústria - SESI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Serviço Social do Comércio - SESC e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC.

Geograficamente isso representará a expansão da recreação a partir da instalação de colônias de férias e balneários do SESC em São Paulo e em quatro estados que não eram atendidos com equipamentos públicos pelo Governo Federal: Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraíba e Paraná, consolidando uma política pública de lazer apoiada pelo Estado, já que foi o próprio Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, quem assinou o decreto-lei de sua criação.

FIGURA 17. DIVULGAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE LAZER DO SESC. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

**PRIMEIRO Aniversário do SESC**

Restaurante do Comerciarista, a ser inaugurado no mês de outubro na rua Riachuelo.

Até o natal estarão inauguradas as principais residências da esplêndida colônia de férias da praia da Bertioga, para os Comerciaristas e suas famílias.

Equipamento de emergência e ambulância do SESC para uso dos comerciaristas enfermos ou membros de suas famílias.

Serviço Social do Comércio (SESC) - DEPARTAMENTO REGIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - RUA FLORENCIO DE ABREU, 109

Fonte: Acervo Digital . O ESTADO DE S. PAULO, edição de 13 de setembro de 1947 - pag. 9

Ao apresentar o histórico institucional, o site do SESI registra que o mesmo nasceu com o “papel de estudar, planejar e executar medidas que contribuam diretamente para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão de vida no país e para o aperfeiçoamento moral e cívico, além do desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes”.

A insistência em atribuir à recreação o papel de desenvolver “elementos de interesse social e moral, que no caso são as virtudes cívicas propiciadas pela atividade *physica*” (MIRANDA, 1941, p. 2) fez com que os discursos estatal e privado da época também se tornassem homogêneos, pregando que as atividades recreativas orientadas “estimulam a cooperação e moldam o indivíduo aos padrões da cultura”, trabalho que vinha alcançando sucesso nos projetos de ajustamento e conformação aplicados nos Estados Unidos.

O discurso, entretanto, não coincide com as necessidades reais do operariado, cujo perfil estava condicionado a um trabalho rotineiro e mecanizado, decorrente da especialização das funções e subdivisão de tarefas (FERREIRA, 1959), que caracterizam a rigidez e os limites do fordismo.

## **Pão e Circo**

### ***Lazer para o Povo Brasileiro***

Nosso esforço em caracterizar a dinâmica dos sujeitos das políticas públicas de lazer se iniciou com a demonstração daqueles que foram banidos desse direito, por convicção de que eram preguiçosos e de que a preguiça deveria ser extinta da sociedade, pois o trabalho era a principal virtude dos homens. Logo entram em cena aqueles já privilegiados desde a elite patriarcal rural, e na última etapa de análise, os trabalhadores urbanos para os quais houve a predominância da proposta de recreação funcional.

Com a recreação institucionalmente presente na vida do trabalhador, novos sujeitos ampliam o universo do lazer, acompanhando a tendência internacional de profissionalização dessa atividade lúdica. É importante salientar, conforme relata Werneck & Melo (2003), que “as preocupações e as iniciativas relacionadas com a



formação do profissional que atuaria no campo tornaram-se também mais constantes e estruturadas nas décadas de 1940/1950 – notadamente, no Rio de Janeiro. Sobre este aspecto, vale destacar a introdução de disciplinas denominadas de Recreação em cursos de graduação (como ocorreu na Escola Nacional de Educação Física e Desportos)”.

A partir do momento que o “Sistema S” absorve as atribuições da política de bem-estar social do trabalhador, desde 1946, o fenômeno do lazer vai se configurando no modelo contemporâneo, mantendo a influência conceitual da experiência norte-americana, mas com mudanças significativas a partir da incorporação do pensamento europeu na década de 60. Subsidiado por novas interpretações conceituais, o significado se amplia para o caráter de experiência com fim em si mesma, adotando definitivamente a nomenclatura do lazer, em “substituição” à recreação.

Com a introdução da perspectiva europeia, recreação e lazer foram nomenclaturas que conviveram juntas e que, de acordo com Melo e Alves Jr. (2012, p. 15), “essa dupla denominação persiste até hoje entre nós, em geral sendo o primeiro termo empregado para designar o conjunto de atividades e o segundo para abordar o fenômeno social”.

Até chegar nessa nova perspectiva sobre o lazer foram necessárias grandes transformações sociais, que se justificam pelo dinâmico processo de urbanização, que trouxe consigo revoluções significativas para a formação de uma cultura urbana com reflexos nas artes em geral, na educação, na arquitetura e urbanismo, no consumo e nas relações interpessoais.

As mudanças nos hábitos de lazer são evidentes e até mesmo os veículos de comunicação passam a dedicar mais espaços para os assuntos relacionados a música, ao cinema e ao teatro, que começam a ocupar, na mídia impressa, mais de uma página nas edições, assim como o esporte, que se diversifica e populariza, consagrando uma cultura urbana nacional.

Com cidades cada vez maiores e urbanizadas na década de 40, o que antes se resumia em atividades como passeios em praças, ruas, clubes ou igrejas passou por transformações, que vinham se manifestando desde a década de 30 e ganham destaque com a chegada dos “Anos Dourados”, alcunha para a década de 50. Neste

contexto há outras opções de lazer como bares, restaurantes, cinemas, casas de shows, teatros, danças e museus para os mais variados gostos e públicos.

Mas se a cidade é uma enorme rede de relações culturais, cujo tecido é rompido ou integrado (LEFEBVRE, 2008, p.18) o encontro de contradições é inevitável e podemos dizer que daí surgiram expressões comuns, cultivadas tanto em meio ao povo, como da elite metropolitana. É assim que foram se concretizando algumas inversões antes inimagináveis. O futebol, que os negros eram proibidos de jogar até os anos 20, nos dias atuais é o principal esporte brasileiro, e tem dentre seus ícones a maioria de jogadores negros, vindos das favelas e das classes mais discriminadas. Da mesma forma o samba, que nasceu no morro, influenciou estilos musicais elitizados como o chorinho e a bossa-nova, que conquistaram o gosto dos artistas e da elite nacionais.

É com o fim do Estado Novo, em 1945, que num período intermediário de nossa história eclode a democracia, acompanhando o contexto internacional de encerramento da Segunda Guerra, que possibilita a ascensão do partido comunista e da fala das classes subalternas, logo em seguida silenciada novamente pelos reflexos e temores com a Guerra Fria no contexto mundial.

Entre a fase estadista de Vargas e a Ditadura Militar, com o Golpe de 64, a formação da sociedade brasileira chega a um estágio de transformação social retumbante, com ideias revolucionárias em todos os campos das ciências. Várias universidades públicas e católicas são criadas, o movimento estudantil se consolida de forma coletiva e aumenta a participação política das classes populares, fortalecendo a pressão “de baixo” para “cima”. O Brasil passa pela redefinição do “Varguismo”, que nas eleições de 1950 se propõe a uma operação política em favor da classe trabalhadora, onde o estadista se reconfigura como parceiro, tornando-se uma ameaça à nova direita liberal (OLIVEIRA, 1999).

A televisão, de forma modesta, divide lugar com o rádio que atinge cada vez maior alcance nacional. Música, teatro operário e teatro amador, cinema novo e futebol são expressões marcantes desta época da mesma forma como se acelera o consumo do lazer, tendência que reflete a sociedade de massas.

A perspectiva de Debord nos ajuda a justificar as mudanças evidenciadas nos anos 50 da seguinte forma:

Na fase primitiva da acumulação capitalista, a “economia política só vê no proletário o operário”, que deve receber o mínimo indispensável para conservar sua força de trabalho; jamais o considera “em seus lazeres, em sua humanidade”. Esse ponto de vista da classe dominante se inverte assim que o grau de abundância atingido na produção das mercadorias exige uma colaboração a mais por parte do operário. [...] ele continua a existir fora dessa produção, aparentemente tratado como adulto, com uma amabilidade forçada, sob o disfarce de consumidor. Então o *humanismo da mercadoria* se encarrega dos “lazer e da humanidade” do trabalhador, simplesmente porque agora a economia política pode e deve dominar essas esferas [...]. (DEBORD, 1994, p. 31)

Atentos a essa possibilidade de domínio para além da esfera do trabalho, nossos gestores passaram a utilizar as dimensões do lazer como estratégia de manipulação popular, atingindo as massas e reconfigurando aquilo que vinha se concretizando com o lazer operário.

Num contexto geral, a oferta de espaços e atividades para o uso do tempo livre foram integrados ao discurso populista das diversas escalas políticas.

Com uma proposta de “cinquenta anos de progresso em cinco anos de Governo”, o Plano de Metas do então presidente Juscelino Kubitschek (1957 a 1961) será ousado e vai incentivar o nacionaldesenvolvimentismo, apoiado na definição de investimentos estruturais indicados por estudos e projetos oriundos da CEPAL e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Com resultados expressivos na economia nacional a estratégia também permitiu a abertura de capital estrangeiro no País, criando uma dependência do capitalismo cada vez mais aguda, que afetou os fluxos comerciais e financeiros do País nos anos e décadas que se seguiram.

As palavras de ordem que caracterizaram este período foram “povo” e “nação”. E a junção dos dois elementos era o “caráter nacional”. De acordo com Chauí (2000) “Território, densidade demográfica, expansão de fronteiras, língua, raça, crenças religiosas, usos e costumes, folclore e belas-artes foram os elementos principais do ‘caráter nacional’, entendido como disposição natural de um povo e sua expressão cultural.” Tomando os referenciais citados, como expressão cultural brasileira, teremos aqui um período de diversidade cultural e de grandes choques

ideológicos (esquerda x direita, nação X anti-nação) cuja forma de dispersão foi a alusão e reverência aos símbolos e mitos nacionais, como uma aquarela do Brasil, tal qual o samba de Ari Barroso:

*“Ô! Esse Brasil lindo e trigueiro  
É o meu Brasil Brasileiro,  
Terra de samba e pandeiro.  
Brasil!... Brasil!”*

Em meio ao contexto político e cultural apresentado, podemos afirmar que o nacionalismo e a integração nacional foram traços importantes da caracterização dos novos sujeitos do lazer a partir dos anos 50. Mas enquanto o nacionalismo dava destaque à brasilidade, o *American Way of Life* encontrava espaço na vida e no imaginário dos brasileiros. Um estilo de vida proporcionado pela produção e consumo de massa, incentivados pelo desenvolvimento de utilidades tecnológicas concebidas ao final da segunda Guerra Mundial, o *American Way of Life* do “terceiro mundo” representou uma cópia de hábitos, gostos e visão de mundo da sociedade norte-americana, estabelecendo uma cultura moderna, onde o cinema e a televisão assumiram papel preponderante na formação ideológica da juventude dos “Anos Dourados”.

Ainda presente na vida do trabalhador, o SRO ampliou e diversificou suas atividades até 1964, mesmo com a destituição do Estado Novo e a criação do Sistema “S”, em 1946. Neste meio tempo, entretanto, distanciou-se da sua original proposta, conservando, entretanto, as mesmas finalidades. Tal distanciamento foi percebido pelo operariado, que ao ter absorvido e aprovado a proposta dos anos iniciais ficou insatisfeito com os novos rumos, principalmente no período que compreende a década de 50. Como salientou Brêtas (2010, p. 154):

Nesse sentido, cremos que os trabalhadores que participavam das ações desenvolvidas pelo SRO não podem ser considerados passivos, submissos ou dominados. Em nosso entendimento, há a chance de terem modificado as atividades fruídas sem abandoná-las, subordinando-as a seus próprios desejos. Acreditamos que o SRO atuou no interior de uma lógica simbólica que levava em consideração os hábitos de lazer dos operários, isto é, aquilo de que gostavam e que também lhes era acessível, de modo a abrir espaços para a vivência de outras linguagens.

O que caracterizou o distanciamento do SRO nos anos 50 foi sua utilização como instrumento de “pão e circo” para o povo brasileiro. De uma proposta de recreação funcional, mesmo que impregnada pelo discurso patronal em busca da produtividade, passou para um instrumento de alienação do povo, promotor de shows e espetáculos que foram perdendo a qualidade e conteúdo, campeonatos esportivos que privilegiavam apenas o futebol e outras atividades amplamente criticadas por trabalhadores e, que não deram continuidade à vivência de outras linguagens, como salientou Brêtas em seu estudo.

A insatisfação do trabalhador também fundamentou-se na falta de repercussão positiva do recolhimento do imposto sindical para a classe, já que o desconto de um dia de trabalho se revertia em banquetes de confraternização e homenagens aos dirigentes das recém-criadas Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria. Reproduzimos a seguir um dos trechos da matéria sobre o “imposto da corrupção”, sobre o qual o Jornal “Voz Operária”, primeira publicação do Partido Comunista Brasileiro, manifesta indignação e convoca a classe operária a se mobilizar contra o luxo e a ostentação bancada pelo esforço e privação dos trabalhadores.

FIGURA 18. “INSULTO AOS TRABALHADORES”. JORNAL A VOZ OPERÁRIA, RIO DE JANEIRO.

**DINHEIRO DOS TRABALHADORES**  
Esses são dois casos apenas da corrupção realizada com os dinheiros do imposto sindical. Em cinco anos, o Ministério do Trabalho arrecadou com o imposto sindical, cerca de 80 milhões de cruzeiros — dos quais a classe operária contribuiu com nada menos de 60 milhões, enquanto as empresas com uma quantia verdadeiramente ridícula. Entretanto, o Ministério do Trabalho alega só ter depositado em Banco — e isto em dezembro de 47 — apenas 40 milhões. E os restantes 40 milhões? Foram esbanjados em homenagens a Getúlio e a Dutra, pois anualmente o denominado “Serviço de Recreação Operária”, que consiste em promover festas e homenagens aos homens do governo, gasta com isso cerca de 1 milhão de cruzeiros!  
Os trabalhadores passam mais fome e privações, com o corte anual de um dia de salários, para que se verifiquem todos esses escândalos.

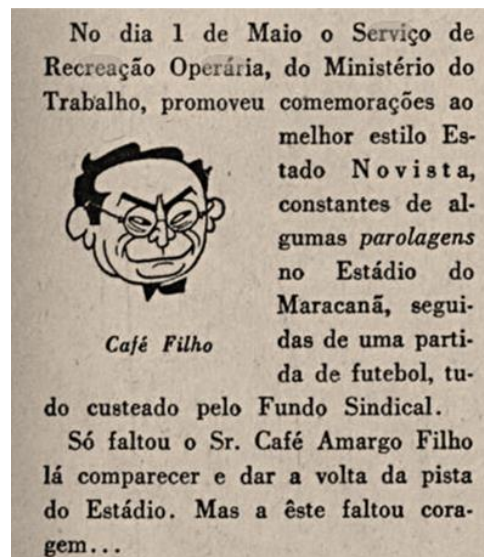
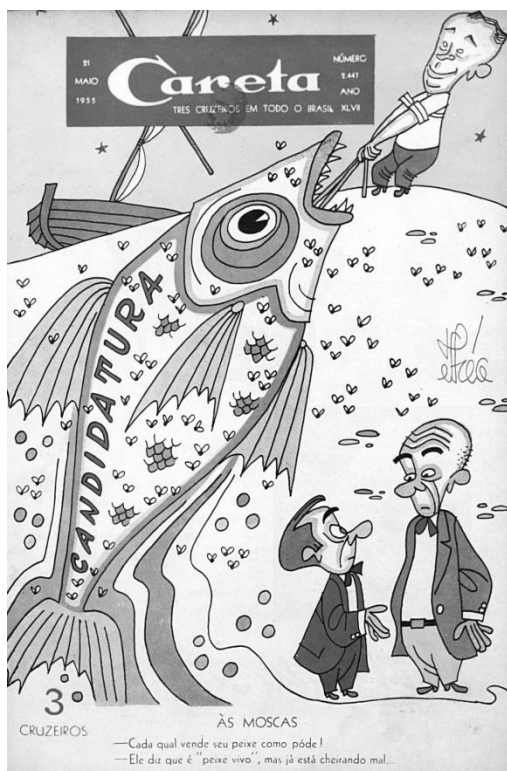
**- O IMPOSTO SINDICAL**  
Enquanto a classe operária passa fome, entregam-se milhões de cruzeiros para que os pelegos vivam nababescamente — Lutas enérgicas contra o imposto de corrupção iniciam-se no país

Fonte: Acervo Hemeroteca Digital Brasileira.  
Jornal A Voz Operária, edição de 19 de fevereiro  
de 1949 - Pag. 7

No mês de aniversário do 101º aniversário do Manifesto Comunista, a publicação do jornal “A Voz Operária”, no dia 9 de fevereiro de 1949, enfatiza fortes críticas ao SRO, questionando a destinação do recurso arrecadado com a contribuição do imposto sindical, muitas vezes aplicado em “manifestações encomendadas em homenagem a ditadores, como Getúlio, anteriormente, e Dutra, agora, ou a ministros e seus auxiliares”.

Seis anos depois o semanário carioca “Caretta” ainda faz retumbar várias críticas à destinação do dinheiro investido pelos trabalhadores na arrecadação sindical, denominando o Serviço de Recreação Operária como filho rico do imposto sindical e tecendo comentários irônicos a respeito das atividades promovidas.

**FIGURA 19. CRÍTICA ÀS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA. NOTICIA DO JORNAL CARETA, RIO DE JANEIRO**



Fonte: Acervo Hemeroteca Digital Brasileira. Revista Careta, edição de 21 de maio de 1955 – pag. 10.

Como enfatizou Milton Santos (2000, p. 31) “lazer tanto é distrair-se como ser distraído”. Mesmo com alguns alertas, com a vigília constante dos estudantes, trabalhadores e intelectuais de esquerda mobilizados pela causa da liberdade e dos

direitos universais, o povo distraiu-se e foi distraído das mais variadas formas, como a euforia que precede os últimos momentos de vida, para logo então tê-la dominada pela Ditadura Militar.

## **O Lazer Globalizado**

### ***Cidadãos, Consumidores, Todos e Ninguém***

Nos anos 70 novos protagonistas se identificam como sujeitos do lazer e esta ampliação vai introduzir também os profissionais e estudiosos, organizando um campo profissional e acadêmico mais centralizado na questão do esporte e no âmbito da educação física, mas com alguma contribuição de outras áreas como comunicação, história, cultura, turismo, sociologia, urbanismo e psicologia.

Com uma rede de interesses formada por diferentes sujeitos do lazer (que foi além do antagonismo da classe operária manipulada x elite burocrática endinheirada) observamos a democratização do fenômeno, que ao ser tratado como direito social, na composição da Constituição Brasileira de 1988, deixa de ser exclusividade da “classe ociosa” ou de categorizar os apreciadores do ócio, da preguiça e da contemplação como preguiçosos, vadios ou vagabundos.

Caracterizamos os sujeitos do “lazer globalizado” como “cidadãos, consumidores, todos e ninguém”, pois nossa análise é de que existem identidades múltiplas, assim como são as dimensões e os repertórios do lazer ampliados a partir dos anos 70. É o lazer cidadão, que atende uma sociedade com mais tempo livre e diferentes necessidades de bem-estar social.

Os antecedentes que ampliaram o conceito de lazer e conseqüentemente dos sujeitos, tem relação com a dinâmica social característica do capitalismo moderno, que fez gerar uma crença no progresso e na expansão da liberdade, ainda que o trabalho nos dias atuais comprometa muito mais tempo e energia do que na Idade Média.

Como demonstra De Grazia (1969, p. 197):

*El individuo parece ser libre: puede obtener información, votar a quien quiera, comprar lo que quiera. Pero también parece golpeado por la*

*publicidade. Le vemos tan deslumbrado por las luces titilantes y lo brillantes colores como a um rustico. Cuanto más gasta para ahorrar tiempo y para comprar una categoría, más tiene que trabajar para ganar el dinero que le permita ahorrar tiempo.*

Assinalando aquilo que era evidente quando foi publicada a sua obra clássica *Tiempo, Trabajo y Ocio*, De Grazia registra a preocupação com os rumos do lazer, revelando a dura contradição entre o que podemos designar de liberdade percebida e liberdade determinada. Relembrando o que dizia Debord sobre o “humanismo da mercadoria” é possível associar esse comportamento à condição imposta para introdução das classes subalternar ao “maravilhoso mundo do consumo”.

Com isso, se estabelece um tratamento de massa para o lazer, as estatísticas sobre a quantidade de tempo livre, sua distribuição e o seu uso passam a dominar o interesse dos pesquisadores e também dos publicitários. De instrumento educativo, o lazer passa a ser tratado com mercadoria ou tempo-espaco potencial de consumo. É introduzido assim o valor de troca em sobreposição ao valor de uso.

Logicamente essa inversão redesenha o perfil desses sujeitos do lazer, confusos sobre a reivindicação de um direito e necessidade que não sabem se deve ser satisfeita pelo Estado ou pelo mercado. No Brasil essa confusão se processou de forma particular, pois foram se incorporando modelos de diferentes origens no conceito de lazer. Começamos pela estética dos jardins, advinda da cultura inglesa; da recreação, baseada no ideal cívico e moral copiado da Alemanha e do funcionalismo do lazer francês, que até os anos 80 dominava os discursos acadêmicos e políticos.

Em cada um desses momentos da dinâmica conceitual do lazer se formaram públicos específicos assistidos pelo Estado e que já nos empenhamos em delinear nos itens anteriores. A partir dos anos 70 não há como definir um perfil absoluto de sujeitos, uma vez que o lazer assume outras concepções, ampliando seu ideário e suas funções.

Já, na observação da sociedade pós-industrial, Joffre Dumazedier identifica uma sociedade diferente, orientada para o lazer, onde:



[...] certos jovens, cada vez mais numerosos, constituem esta sociedade marginal que apresenta primeiro todas as características de uma sociedade de lazer, centrada na satisfação, não só do indivíduo, mas de seus sonhos interiores, e na busca de laços de amor concebidos como modelos universais de relações e de organizações sociais. (DUMAZEDIER, 1999, p. 175)

O sociólogo, que marcou de maneira irreversível o campo da sociologia do lazer no Brasil com foco no funcionalismo do fenômeno, indica o caminho do urbanismo, além da política cultural, como responsável por equipar e integrar um espaço apropriado: o espaço do lazer.

O espaço do lazer, a partir daí passa a fazer parte do escopo de preocupações dos urbanistas, tendo em vista que a reserva de áreas livres públicas será cada vez mais necessária para o equilíbrio humano e ambiental de cidades cada vez maiores, constituídas por uma população cada vez mais rica, mais instruída e com maior tempo livre.

Como resposta a duas percepções diferentes, o lazer se desenvolve como necessidade individual de expressão subjetiva e como necessidade coletiva de expressão objetiva e funcional. A primeira tendência é absorvida pelo consumo, agora estendido aos trabalhadores e classes subalternas. A segunda tendência vai constar na pauta dos direitos sociais, advinda da luta dos trabalhadores mas incorporada na fala dos movimentos estudantil, cultural e urbano. Além desses movimentos é importante a voz dos primeiros defensores do lazer no âmbito da academia<sup>46</sup>, pois introduziram perspectivas inovadoras que serviram ao contexto da educação e do serviço público.

Pela abordagem funcionalista notamos uma constante variação de sujeitos do lazer, que destaca grupos específicos em determinados contextos históricos concretos, para os quais foi direcionado algum tipo de ação pública no sentido de qualificar, ou não, o fenômeno que estudamos. É assim que identificamos diferentes grupamentos sociais cujo pertencimento e unidade de consciência, está relacionado:

---

<sup>46</sup> Dentre as principais vozes ativas dos anos 70 e 80, bem como suas obras, destacamos o sociólogo Renato Requiza (1977, 1980), a psicóloga Ethel Bauzer Medeiros (1975), a educadora física Lênea Gaelzer (1979), Luiz Octávio de Lima Camargo (1986, 1998) e Nelson Carvalho Marcellino (1983, 1987)

- À condição urbana, que foi um dos temas de maior destaque na obra de Magnani<sup>47</sup>, demonstrando que no cotidiano popular das cidades o lazer é privilegiado, por concretizar a rara oportunidade de livre escolha do trabalhador. (MAGNANI, 1998)
- À condição de gênero, que nos anos 70 esteve na base de construção dos movimentos sociais, em função da busca de identidade pelo movimento feminista, que se reverteu em maior participação da mulher na sociedade, seja na valorização do trabalho como nos outros campos sociais, caracterizando assim uma demanda específica de espaços e atividades de lazer
- À situação etária, que tradicionalmente consagrou a infância e adolescência como público-alvo de políticas de lazer, mas que nos anos 90, iniciada a discussão sobre o Estatuto do Idoso, absorveu os direitos desse grupo, salientando o lazer como meio de qualidade de vida.
- À classe social, tema polêmico, mas presente nessa configuração social, onde o direito ao lazer se restringe aqueles com maior poder aquisitivo, haja vista que, dentre outras evidências, os grandes espaços públicos de lazer foram implantados longe da periferia, onde o trabalhador reside e tem sua vida social.

Observando as características que formam os sujeitos do lazer a partir da relação com as condições e situações apresentadas, percebemos uma rede de conexões aberta, onde é possível exemplificar problemas emblemáticos, como a questão da mulher, mãe e trabalhadora, que vive no espaço urbano, distante de espaços públicos de lazer qualificados e que, apesar dessa liberdade de escolha do que fazer com seu tempo livre, precisa cruzar obstáculos que impõem limites ao uso prazeroso desse tempo.

Basicamente teremos os quatro grupamentos (urbano, etário, de gênero e de classe social) que definem o sujeito das políticas de lazer dos anos 70 a 90. Configuração esta que justifica muitas iniciativas levadas a cabo no mesmo período, com ressalva para a participação da Escola, que depois do trabalho, historicamente constituiu o principal instrumento da ação do Estado.

---

<sup>47</sup> O antropólogo José Guilherme Cantor Magnani realizou uma das primeiras pesquisas de campo, de caráter etnográfico com foco no lazer e no estudo da dinâmica cultural e dos valores sociais contemporâneos na década de 80.

Atestam essa conduta exemplos como as associações de pais e mestres que, no processo de adaptação com os objetivos militares, protagonizaram muitas das iniciativas de ampliação dos espaços e atividades de lazer nas escolas públicas e nos bairros. Como exemplo apresento meu testemunho, ainda estudante no ensino fundamental, em 1983, na Escola Estadual Dr. Oscar Tollens, em Porto Alegre, onde eram desenvolvidas atividades extra-classe como dança e teatro, de forma voluntária, com a participação de pais e professores que se dedicavam à ampliar nosso universo de compreensão da arte e de valorização da cultura.

Com a Constituição de 1988 o lazer passa a integrar o grupo de direitos sociais, conquistando espaço reivindicado por vozes ativas na Assembleia Nacional Constituinte.

Instalada em 1987, a Assembleia abriu prazo para recebimento de sugestões de temas que a população brasileira deseja na nova Constituição. Foram mais de 12.000 sugestões recebidas<sup>48</sup> e deste total, 725 foram relacionadas ao lazer. Os congressistas apresentaram 23 propostas que, somadas as apresentadas pela população, abrangeram a reivindicação das seguintes prioridades:

- Tendência a priorizar como sujeitos do lazer: trabalhadores, idosos, crianças e estudantes.
- Assegurada, aos trabalhadores e família, remuneração que atenda às necessidades básicas, incluindo o lazer;
- Sugestão de que toda família tenha o direito de conseguir condições estáveis e dignas de lazer, entre outros.
- Assegurado, às pessoas idosas, o direito ao lazer.
- Que as crianças de 0 (zero) a 14 (quatorze) anos de idade tenham direito a moradia, alimentação, segurança e lazer.
- Garantia de educação, profissionalização, esporte e lazer dos menores carentes, e abandonados até a idade de 18 (dezoito) anos.
- Criação de norma dispendo sobre o direito dos deficientes mentais ao trabalho, ao lazer, etc.

Num texto simples, as propostas foram acolhidas no Título II, Capítulo II,

---

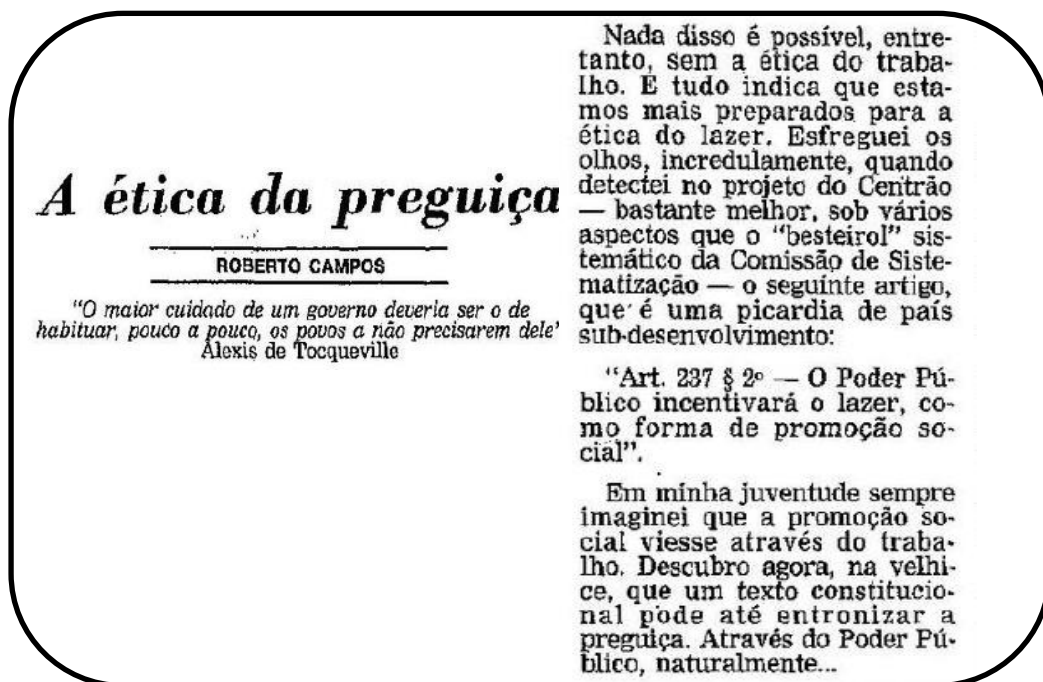
<sup>48</sup> Para ter acesso ao texto integral das sugestões, o Portal da Constituição Cidadã disponibiliza o texto original publicado no Diário da Assembleia Nacional Constituinte.

Artigo 6º, que abrange todos os direitos sociais, incluindo o lazer, que será novamente citado na seção do “Desporto”, naquilo que se refere ao incentivo do lazer como forma de promoção social.

Apesar do avanço constitucional, da reabertura democrática do País até o realinhamento completo das esferas pública e privada e da relação Estado-sociedade, a temática do lazer não avançou como política pública, figurando apenas como problemática do urbanismo. Marcellino (1996) lembra as palavras de Magnani aos demonstrar que a “ressonância social” do lazer é diferente da dos chamados “temas sérios” devido a uma série de preconceitos que se verificam no setor público e também no meio acadêmico.

Em nossa busca de entender o lazer pelos discursos que retratam tempos históricos diferenciados encontramos uma demonstração do preconceito, expresso pela profunda indignação de um gestor público com a inclusão do lazer no texto constitucional. O artigo, publicado em 1988, trata da necessidade de aumento da produtividade para o desenvolvimento do País. Vejamos um pequeno trecho, que exalta a opinião de Roberto Campos, ex-ministro de Planejamento do Regime Militar.

FIGURA 20. “A ÉTICA DA PREGUIÇA”. ARTIGO DO JORNAL O GLOBO, RIO DE JANEIRO



Fonte: Acervo Digital Jornal “O Globo”, edição de 24 de janeiro de 1988 – pag. 8.

A ética do trabalho, conforme a visão de mundo de Roberto Campos, foi ameaçada pela “ética da preguiça”, que se mostrava como inibidora da promoção social e desenvolvimento econômico do País.

Se este pensamento já não fosse o bastante, o “entronamento da preguiça” foi interrompido pela decadência do modelo burocrático de administração pública, que provocou um intenso desgaste do “Estado de Bem-estar Social” e das relações da sociedade civil e suas instituições políticas, que de certa forma podemos atribuir ao que Sposati (2002) denomina de regulação social tardia:

Caracterizo como regulação social tardia os países nos quais os direitos sociais foram legalmente reconhecidos no último quartel do século XX e cujo reconhecimento legal não significa que estejam sendo efetivados, isto é, podem continuar a ser direitos no papel que não passam nem pelas institucionalidades, nem pelos orçamentos públicos. (SPOSATI, 2002, p. 2)

A passagem do “Estado Intervencionista” para o “Estado Mínimo”, se materializou pela adoção de práticas gerenciais orientadas para a redução do tamanho do Estado, sua descentralização e privatização das estatais.

Com a descentralização da gestão pública, orientada pelos ideais neoliberais dos anos 90, outras demandas sociais são expostas, em função da alternativa de uma “terceira via”, que trouxe consigo novos espaços, “desenhos e desenhistas” de políticas públicas.

Esse ajuste estrutural também será perceptível na área da cultura, do esporte, do turismo e do lazer, onde os movimentos sociais, com suas entidades institucionais (associações, clubes, fundações, etc.) ou em processo de formação de organizações não-governamentais (ONGs) irão apresentar propostas do lazer integrado à saúde, do turismo social, do lazer na terceira idade, do lazer e esporte nas escolas e a da revalorização da rua (marginalizada durante a ditadura militar mas redimensionada nos anos 90 como espaço lúdico, de brincadeira e lazer).

Atentamos para o fato de que a adoção do projeto neoliberal encabeçada nos anos 90 amadureceu o sistema capitalista, em expansão, sobretudo nos anos da ditadura militar, trazendo consigo a ideia da globalização, de substituição do regime de acumulação fordista e de estabelecimento de uma nova ordem política e econômica, que se estendeu para a criação de uma nova ordem cultural. Como esclarece Mascarenhas:

Acontece que no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, de expansão global, quando o apelo ao consumo tudo submete à lógica venal, os impactos são enormes, abarcando não somente a realidade das coisas materiais, mas, também, o universo da cultura. Por conseguinte, as relações mercantis, coisificantes, invadem a cotidianidade e todas as esferas da sociabilidade, afirmando-se, assim, como o padrão dominante das experiências de lazer. (MASCARENHAS, 2003, p. 56)

É assim que, para caracterizar os sujeitos do lazer, precisamos compreender as mudanças significativas provocadas por essa nova dinâmica do capitalismo selvagem, onde as relações de produção se modificaram, sem desvincular-se da centralidade do trabalho e daquilo, que desde o processo de industrialização, se impôs como subordinação do trabalho concreto pelo trabalho abstrato.

Essa distinção, entre trabalho concreto e trabalho abstrato demonstra um duplo sentido, onde a primeira dimensão pode ser entendida como aquela atividade que faz parte do cotidiano, que cria valores socialmente úteis para estruturação de um mundo emancipado e cheio de sentido ou como atividade de trabalho cuja objetivação está na produção de valores de uso, convertendo-se em sinônimo de trabalho alienado (MARX, 2003; ANTUNES, 2009, 2002; HELLER, 1974)

Muitos autores pregaram que a sociedade contemporânea seria uma sociedade do lazer, em função do desvio da centralidade do trabalho mas essa não foi exatamente a tendência que se configurou no Brasil e no mundo.

Com a flexibilização (precarização) do emprego e das leis trabalhistas, a redução das horas de trabalho, a crise do sindicalismo, a informalidade e o desemprego crescente, o trabalhador brasileiro não teve a chance, nem o tempo necessário, para desenvolver aquilo que Dumazedier indicava como características da sociedade do lazer, ou seja, “centrada na satisfação, não só do indivíduo, mas de seus sonhos interiores, e na busca de laços de amor concebidos como modelos universais de relações e de organizações sociais”.

Ao contrário, o que prevaleceu foi a perda da essência do lazer e sua subordinação à aparência, tal qual o trabalho concreto se subordinou ao abstrato, numa igual perda de referência de sentidos, baseada num modelo de sociedade moderna onde o consumo é reificado e a desigualdade é a medição do sucesso.

Nesse modelo de sociedade o cidadão passa a ser designado como consumidor e o lazer, de direito social, passa a agregar o conceito de produto, desvinculando-se das necessidades cobertas pelo Estado e aproximando-se dos desejos satisfeitos pelo mercado. Tanto é verdade que os hábitos de lazer que caracterizam a preferência da população brasileira se concentram no uso dos meios de comunicação de massa, como a TV e a internet, que ocupam em média, cerca de 3 horas diárias do tempo livre da população. Isso revela ainda que a posição da classe dos indivíduos impõe limites para o acesso e incremento dos hábitos de lazer.

Se de um lado temos uma classe “bem sucedida” com condições de frequentar *shopping centers* e outros espaços privados de lazer, por outro se apresenta a massa populacional, que causa impacto quando se reúne para os “rolezinhos<sup>49</sup>”, destoando da ética e estética do capital, dado que não pertence ao mesmo círculo de consumo da burguesia. Analisando a “etnografia do rolezinho”, a antropóloga Rosana Pinheiro-Machado alerta, na Revista Carta Capital, a seguinte interpretação, que nos apropriamos em divulgar:

A classe média vê os sujeitos vestindo as mesmas marcas que ela veste (ou ainda mais caras), mas não se reconhece nos jovens cujos corpos parecem precisar ser domados. A classe média não se reconhece no Outro e sente um distúrbio profundo e perturbador por isso. (PINHEIRO-MACHADO, 2012, s.n.)

No estudo do IPEA sobre os indicadores sociais para verificação de como a população avalia os serviços e equipamentos culturais e o grau de importância deles para a sociedade nos deparamos com o registro de que os principais obstáculos para o acesso à oferta cultural são os preços, a localização e o público elitista que frequenta esses espaços.

É assim que, sob a análise desses resultados e da crítica apresentada por Pinheiro-Machado concluímos que os sujeitos contemporâneos do lazer apresentam várias faces: cidadãos, consumidores, todos e ninguém, pois esta última expressão revela aqueles cuja identidade é negada pela sociedade, pelo mercado, pelo Estado e por si mesmo.

---

<sup>49</sup> O “rolezinho” foi a expressão criada para definir a apropriação dos jovens da periferia nos espaços privados dos shoppings centers, por meio do passeio coletivo, com hora e data marcada pelas redes sociais. Altamente repreendido pela polícia os rolezinhos se tornaram “ameaça” aos consumidores pois de fenômeno de apropriação social se configuraram como oportunidade para práticas criminosas por grupos com objetivos alheios à curtição, paquera e exibicionismo dos jovens.

## **3.2. O LAZER NO ESTADO BRASILEIRO**

Já que nossa abordagem teve início com a descrição da sociedade brasileira e sua relação com o lazer, chegamos agora ao momento de compreender a permeabilidade das políticas públicas de lazer no contexto apresentado, mais especificamente no âmbito das políticas federais.

Tanto a tese de Gomes (2003) como a de Rodrigues (2010) fizeram um registro histórico sem precedentes no estudo das políticas federais de lazer porém nossa ressalva é de que as falas e os discursos apreciados foram unilaterais, dado que se basearam no depoimento dos gestores e atores políticos, com pouca interpretação da voz popular e de outros protagonistas envolvidos com o tema. Nossa forma de análise se ocupa dos depoimentos registrados nos dois trabalhos mas também da manifestação pública, por meio dos canais de comunicação representativos da burguesia, da tecnocracia e do movimento de trabalhadores, além dos registros documentais de cada período.

Na análise da ação do Governo Federal no âmbito das políticas públicas de lazer, identificamos quatro períodos diferenciados e pertencentes a sistemas políticos próprios e de princípios organizadores das políticas públicas bem definidos. Cabe ressaltar que não incluímos o período em que se insere a Ditadura Militar, por se tratar de um período de total negligência com o tema do lazer na esfera pública, esvaziando assim nossas possibilidades de análise por não existirem propostas e ações para o setor. Como apresentamos desde a introdução, nossa perspectiva de políticas públicas torna imprescindível a decisão e a ação do Estado.

Assim, o primeiro período de nossa abordagem compreende aquele que inicia com o Governo Provisório e encerra com o fim do Estado Novo, (1930 a 1945), o segundo período, da República Populista ao Golpe Militar (1946 a 1964), o terceiro do Estado Democrático ao Estado Neoliberal (1985 a 2002) e o quarto período, que denominamos de Estado Social Liberal (2003 a 2010).



## **Do Governo Provisório ao Fim do Estado Novo (1930 a 1945)**

Ao longo dos quinze anos do governo Vargas foram promulgadas duas Constituições, uma em 1934 - com características liberais, e outra em 1937 - comprometida com o pensamento autoritário do “Estado Novo”.

Como podemos observar na caracterização dos sujeitos das políticas públicas de lazer, esse período foi concentrado em ações de controle social, que consideramos reflexo de todo o aparato ideológico apoiado pela legislação nacional. A começar pelas constituições, teremos algumas evidências, que demonstram os caminhos fracionados da trajetória das políticas públicas de lazer no Brasil.

Na **Constituição de 1934**, aprovada por Assembléia Constituinte, encontramos pelo menos três disposições que nos permitem inferir sobre os limites do uso do tempo livre com liberdade, pois mesmo se a concepção, no senso comum, era de lazer como sinônimo de recreação no sentido estrito, a sua funcionalidade foi revertida em outro objetivo, onde a função assumiu papel negativo, onde a recreação serviu apenas como forma de manipulação da classe trabalhadora e enquadramento moral da juventude.

Assim, nos deparamos logo no Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais com termos que delimitam a livre exposição do pensamento, já que “em qualquer assunto não há dependência de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas”, ou seja, em manifestações de massa, nas quais a liberdade de expressão dá o toque autêntico e original de cada atividade coletiva.

A legislação do trabalho, contemplada na Constituição, apresenta alguns preceitos para melhorar as condições do trabalhador, dentre eles o repouso semanal, de preferência aos domingos e as férias remuneradas, que serão absorvidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas, em 1943. Entretanto, ao lado desses avanços ainda mantém os atributos de uma Constituição abertamente reacionária, patronal e burguesa, que na manifestação dos trabalhadores, por meio de veículos como o jornal “Classe Operária”, do dia 23 de agosto de 1934, representava “instrumento de manobra e tapeação das massas”.

A Constituição de 1934 também ressalva que à União, aos Estados e aos Municípios incumbe “adotar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a moralidade e a morbidade infantis; e de higiene social, que impeçam a

propagação das doenças transmissíveis” e “cuidar da higiene mental e incentivar a luta contra os venenos sociais”.

Tais medidas, como foi possível verificar na identificação dos sujeitos do lazer, foram as principais ferramentas para a extinção da “preguiça”, da “vagabundagem infantil” e da “vadiagem” - doenças sociais e venenos que deveriam ser impedidos antes da transmissão. Propagando o higienismo e a educação eugênica, a Constituição reafirmava a ética burguesa da República Velha, que se apoiou no uso do esporte como meio de saneamento moral, tal qual recomendava a OIT nas recomendações publicadas entre 1924 e 1935. Também não foi à toa a denominação de Ministério da Educação e Saúde Pública, sob a gestão de Gustavo Capanema Filho.

À educação física, sob os cuidados do aparelho estatal, foi atribuída a missão higienista e funcional, antecipando-se às ações na área de recreação, já que no âmbito do lazer, a ação do poder público conta com a Constituição como aliada apenas na limitação dos direitos individuais e coletivos, reduzindo a política federal à continua implantação e manutenção de espaços livres que ampliaram a qualificação urbana da capital federal, com jardins, passeios públicos e parques destinados ao aproveitamento do tempo livre pela elite carioca.

Passados apenas três anos da Constituição anterior, a **Constituição de 1937**, foi justificada pela possibilidade de um Golpe, que durante o Governo de Getúlio Vargas causava temores e insegurança política. No texto original de apresentação da Carta, promulgada de forma arbitrária pelo Presidente, assim observamos tal preocupação:

O Presidente da Republica Federativa dos Estados Unidos do Brasil:

Atendendo às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem [...]

Atendendo ao estado de apreensão creada no país pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios de caráter radical e permanente; [...]

[...] RESOLVE, assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade; [...]

(BRASIL, 1937, s.n.)

No que se refere ao aspecto da liberdade de manifestação, vai além da delimitação da Constituinte anterior, indicando que a lei pode prescrever<sup>50</sup>:

- a) com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação;
- b) medidas para impedir as manifestações contrárias à moralidade pública e aos bons costumes, assim como as especialmente destinadas à proteção da infância e da juventude. (BRASIL, 1937, s.n.)

Coibindo as manifestações populares e promovendo a educação moral e civil, o Estado passa a inibir a organização da massa trabalhadora no auge da fundação de sindicatos e associações que originaram clubes sociais e recreativos, cuja força em agrupar os trabalhadores no tempo livre pode se dizer semelhante ao movimento grevista.

Outros elementos constitucionais que merecem destaque na apreciação sobre o lazer, na esfera federal, são a competência privativamente da União em fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deveria obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude, tal qual orienta a OIT nas Recomendações de 1924 e 1935, quando se fazia normal a “boa intenção” dos patrões em admitir menores a partir dos 15 anos de idade.

Ainda, na matéria da educação e cultura, estabelece que “o Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis”, que tenham por objetivo organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhe a “disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação”.

Vimos que a insistência dada à cura dos males sociais que impediam o trabalho e o progresso foi substituída por uma ação mais proativa do Estado, “comprometido” com a formação moral da infância e juventude e bem-estar dos

---

<sup>50</sup> De fato, em 31 de agosto de 1942, pressionado pelas nações aliadas, sobretudo pelos Estados Unidos, e a opinião pública interna, o governo brasileiro declarou guerra aos países do Eixo, suspendendo por Decreto vários direitos estabelecidos pela Constituição.

trabalhadores. É no esporte que se concentrará a ação estatal, já que:

O Estado Novo viu na Educação Física a possibilidade de implementar dois projetos políticos ideológicos específicos, já então bastante discutidos no meio intelectual e político: primeiro, o **Higiênico e Eugênico**, para a melhoria da taxa “brancos / (negros, índios e mestiços)”; segundo, o preparo do **Corpo Produtivo**, que por meio da eugenia iria melhorar a capacidade de defesa da Pátria frente a inimigos internos e externos, bem como iria incorporar valores de disciplina e organização que implicavam em melhor preparo da força de trabalho industrial. (BUENO, 2008, p. 107)

Conhecida como “Polaca”<sup>51</sup>, a Constituição de 1937 que instaurou o Estado Novo, concentrou poderes no Executivo, uma verdadeira “máquina política”, determinando um período de forte centralização e autoritarismo, que revelou a simpatia de Vargas com a “nova ordem” estabelecida por Hitler, Mussolini e seus aliados japoneses. (BRAGA, 1998)

Em termos de construção histórica das agendas de políticas públicas brasileiras, a “Primeira Era Vargas” (de 1930 a 1945) teve como princípio organizador a integração nacional e *nation buildin*, o que significa que as decisões de política social se articulavam em torno das ideias de incorporação e integração social. Sem proporcionar uma intervenção compensatória ou redistributiva e de organização do mercado de trabalho, a exemplo dos países capitalistas avançados, teve como efeito a incorporação tutelada das massas urbanas à sociedade oligárquica, com a segmentação dos direitos conferidos a grupos ocupacionais, reconhecidos e regulamentos pelo Estado. (MELO, 1999)

É neste cenário hostil à democracia que se desenvolveram as primeiras experiências de políticas públicas de lazer em nível federal, ainda que, em âmbito municipal algumas iniciativas já teriam resultados formalizados, pelas prefeituras municipais de Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro.

No âmbito do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi criado em 1943, o Serviço de Recreação Operária, logo após a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, aprovada em maio do mesmo ano. No texto original da CLT, aprovado pelo

---

<sup>51</sup> Na época adotou-se o apelido devido sua inspiração na Constituição autoritária da Polônia. Há também relatos de que, no mesmo período, muitas mulheres polonesas imigrantes para sobreviverem e sustentarem seus filhos, viram-se forçadas à prostituição. Assim a denominação Polaca expressava tanto a origem como a conotação pejorativa, da condição de “prostituta”.

Decreto-lei 5.452, de 1º de maio de 1943, algumas disposições merecem apreciação, pois justificam o estabelecimento do serviço de recreação proposto pelo Governo, especialmente os artigos 428 e 592, que assim descrevem suas intenções:

Art. 428. As Instituições de Previdência Social, diretamente, ou com a colaboração dos empregadores, considerando condições e recurso locais, promoverão a criação de colônias climáticas, situadas à beira-mar e na montanha, financiado a permanência dos menores trabalhadores em grupos conforme a idade e condições individuais, durante o período de férias ou quando se torne necessário, oferecendo todas as garantias para o aperfeiçoamento de sua saúde. Da mesma forma **será incentivada, nas horas de lazer, a frequência regular aos campos de recreio, estabelecimentos congêneres e obras sociais idôneas**, onde possa o menor desenvolver os hábitos de vida coletiva em ambiente saudável para o corpo e para o espírito. (BRASIL, 1943, s.n.)

Inovador por si só, o conjunto de medidas trabalhistas trouxe a perspectiva do lazer em seu aspecto funcional, que já estava em debate internacional, absorvendo a dicotomia tempo livre X tempo de trabalho e apoiando a intervenção do Estado e seus aparelhos ideológicos para a oferta de espaços, repertórios e conteúdos de recreação compatíveis com a moral e o fortalecimento do espírito nacional.

Na exposição de motivos do anteprojeto de criação da CLT, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, na época Alexandre Marcondes Filho, expõe 84 argumentos exaltando e justificando a construção jurídica e, dentre eles, insere o seguinte questionamento: “Como se tolerar, efetivamente, que possa um empregado realizar os encargos de sua função, por mais rudimentar que esta seja, durante oito horas sucessivas, sem um intervalo para repouso ou alimentação?”

Assim, passados sete meses do início da vigência da CLT entra em vigor, em 6 de dezembro de 1943, a Portaria nº 68, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que cria o Serviço de Recreação Operária – SRO, sob a presidência de Arnaldo Sussekind, representante do Brasil na OIT, que contribui avidamente na implementação dos direitos trabalhistas durante e depois do Governo de Getúlio Vargas. As publicações extraídas do acervo do jornal “O Estado de São Paulo” divulgam o acontecimento:

FIGURA 21. CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA. NOTICIA DO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO

### Ministério do Trabalho

RIO, 4 (Da nossa sucursal) — Foi ratificado o reconhecimento pelo ministro do Trabalho o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil de Ladrilhos Hidráulicos, e Produtos de Cimento e de Mármore e Granitos de Ribeirão Preto — São Paulo.

\*

O sr. Marcondes Filho assinou hoje portaria criando no Ministério do Trabalho o serviço de recreação operária.

Compete ao S. R. O. difundir as atividades físicas e culturais entre os trabalhadores sindicalizados facilitando e coordenando os meios de recreação em geral e prestando aos sindicatos a colaboração que for necessária.

O S. R. O. será superintendido por um conselho central composto por 3 membros designados pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, sendo um representante das entidades sindicais de empregados.

Para a realização dos seus objetivos, o novo órgão exercerá suas atividades nos setores: Cultural, Esclotismo e Esportivo.

### Provimento de funções no Serviço de Recreação Operária

RIO, 29 (A. N.). — O Ministro do Trabalho nomeou o procurador Arnaldo Sussekird, assistente técnico de seu Gabinete, para as funções de presidente do Serviço de Recreação Operária, sem prejuízo de suas anteriores funções. Foram ainda designados para funções de relevo no novo serviço, o curador Evaristo de Moraes Filho, o comandante Bello da Conceição, presidente da Federação Nacional de Trabalhadores Marítimos e Fluviais e Antonio Piedade Pinto, chefe da Tropa Escoteira do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas.

Fonte: Acervo Digital. Folha da Manhã, edição de 5 de dezembro de 1943 – pag. 3. Folha de São Paulo, edição de 30 de dezembro de 1943 – pag. 6

O SRO possuía um Conselho Central composto por três membros, designados pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, sendo um representante de entidades sindicais de empregados. O órgão era subordinado à Comissão Técnica de Orientação Sindical – CTOS, responsável pela aprovação do seu orçamento anual e do quadro de pessoal, bem do controle e execução do serviço financeiro e exame dos relatórios e balanços concernentes a esse serviço.

Na portaria de criação, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de dezembro de 1943, fica claro que a instituição atende ao previsto na CLT, a cerca das finalidades culturais e esportivas da cobrança de imposto sindical, bem como às expectativas do legislador quanto à coordenação dos meios de recreação da classe operária, que incluíam a aplicação nos serviços indicados no artigo 592:

O imposto sindical, feitas as deduções de que tratam os arts. 589 e 590, será aplicado pelos sindicatos: [...] De empregados: a) em agências de colocação, na forma das instruções que forem expedidas pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio; b) na assistência à maternidade; c) em assistência médica e dentária; d) em assistência judiciária; e) em escolas de alfabetização e pré-vocacionais; f) em cooperativas de crédito e de

consumo; g) **em colônias de férias; h) em bibliotecas; i) em finalidades esportivas;** j) nas despesas decorrentes dos encargos criados pelo presente capítulo [...] (BRASIL, 1943, s.n., grifo nosso)

Para tanto, competia ao SRO *difundir as atividades físicas e culturais entre os trabalhadores sindicalizados, facilitando e coordenando os meios de recreação em geral e prestando aos sindicatos a colaboração que for necessária.* (BRASIL, 1943)

Para a promoção e realização de suas atividades culturais e desportivas em benefício dos trabalhadores, o órgão deveria ser mantido com uma parcela dos 25% do Fundo Social Sindical, advindo do imposto sindical e gerido pelo CTOS, que somente no ano 1946 regulamentará a forma de utilização.

Na primeira década de funcionamento do SRO, este centralizou suas ações na cidade do Rio de Janeiro, antiga Capital Federal brasileira. Dentre as instalações e atividades principais destacamos os centros de recreação, instalados em bairros de grande densidade de trabalhadores operários, as bibliotecas físicas e itinerantes, as discotecas, os cinemas, o teatro, os concursos de música (carnaval e eventos cívicos), os campeonatos esportivos - com maior frequência os de futebol, as cartilhas para alfabetização de operários adultos e as premiações literárias.

Implantadas nas fábricas, as discotecas serviam aos objetivos de produção da elite industrial, a qual defendia que proporcionaram bons resultados produtivos onde foram instaladas, já que a música no local de trabalho era vista como um fator de aumento da produtividade dos trabalhadores, objetivo principal da proposta do lazer operário.

As ações do SRO foram apreciadas por várias categorias, cada qual com seu discurso particular. No meio artístico, por exemplo, as instalações de cinemas e teatro amador foram muito frequentadas, apesar da carência de infraestrutura adequada na fase inicial. As salas de projeção de filmes localizadas nos bairros, denominados como filmotecas ou “cinemas de mil e cem” eram consideradas inapropriadas, sem ventilação, poltronas incômodas, projeção de imagem e som ruins. Conforme declarou um diretor de cinema<sup>52</sup> no jornal “A Cena Muda”, de 15 de fevereiro de 1944, as salas eram mais atrasadas do que a produção cinematográfica

---

<sup>52</sup> Declaração de Humberto Mauro em 15 de fevereiro de 1944, p. 44. Jornal “A Cena Muda”.

e os operários conformados, não reclamavam e não se importavam com a situação, pois o valor era barato e por isso equivalente ao que lhes era ofertado. No campo teatral não faltaram êxitos, principalmente pela criação do Teatro do Trabalhador Brasileiro, cujo elenco era integralmente composto pela classe trabalhista.

Mas se de um lado observamos a ampliação do acesso aos equipamentos culturais, por outro também vamos verificar a imposição de valores, ideologias e padrões que fragmentaram a revolução cultural desencadeada com o movimento modernista dos anos 30. Com isso, as ações do SRO vão legitimar uma estratégia de repressão e controle social através da cultura e do esporte ofertado aos trabalhadores, formatando gostos e hábitos que absorviam a “melhor formação intelectual e artística do povo brasileiro”. Os discursos da época estão apregoados desta estratégia, tal qual podemos verificar na matéria apresentada a seguir, sobre os espetáculos teatrais promovidos pelo departamento de arte.

**FIGURA 22. EXALTAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA. NOTICIA DO SEMANÁRIO FON FON**

**SERVIÇO DE RECREAÇÃO OPERÁRIA**

No dia 4 do corrente mês realizou-se, no Teatro Fenix, o primeiro espetáculo organizado pelo Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Constatou este festival da representação da peça em três atos «O Rei dos Tecidos», da autoria dos conhecidos escritores Mário Domingues e Mário Magalhães, classificada no concurso permanente de Teatro que o Ministério do Trabalho instituiu em 1943.

Tomaram parte no espetáculo os seguintes elementos, na sua grande maioria, proletários e pisando o palco quase que pela primeira vez: José, Geraldo de Carvalho; Luis Alberto, Nelson Barbosa; Pedro Castanha, Salvador Serra; Sônia, Dófi Pereira; Lia, Sheila Firino; Alvaro, Nestor Peixoto; Ferreira Prado, Adhemar Barbosa; Zé Pedro, Frederico Viola; Leonor, Marina Medina; Raquel, Nicóias Coediro.

Como coetira reza trabalho Silvestre Paes Leme; Maquinista, Alcides Verginelli; ponto, Otávio Ribeiro. A peça foi tratada pela PRD-5, Diretora da Prefeitura do Distrito Federal.

A representação transcorreu num ambiente de franca simpatia, pois é uma iniciativa que deve merecer os mais francos aplausos. Os intérpretes atuaram relativamente bem considerando-se que não se trata de profissionais. Só mesmo o esforço, a dedicação, a bondade do professor Ernesto Francisco poderiam nos dar uma interpretação boa de uma peça levada à cena por artistas estranhos.

A finalidade do Teatro Operário vai aqui exposta pelo sr. Arnaldo Sussekind, presidente do Serviço de Recreação Operária:

«O Serviço de Recreação Operária, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que objetiva o melhor aproveitamento individual e social das horas de lazer dos trabalhadores, difundindo entre estes a cultura do físico e do espírito, apresenta, com este espetáculo, a primeira manifestação do setor teatral, com a singularidade de serem os papéis da peça representada incarnados por elementos típicos do proletariado brasileiro.

Cumprido, portanto, o objetivo que o Serviço de Recreação Operária, com a generalização da arte teatral, não pretende a formação de profissionais dessa especialidade, pela seleção dos valores da massa operária, onde há vocações artísticas impressionantes. É certo que

**FON FON NO TEATRO**

multas dessas vocações incoitadas podem surgir, sendo recrutadas pelas empresas teatrais; mas não é esse o nosso desejo.

Também não se estabelece uma concorrência com o Teatro profissional; ao contrário, o «TEATRO DO TRABALHADOR BRASILEIRO», difundindo o gosto e o hábito do espetáculo teatral entre pessoas de pouco contato com essa arte, concorrerá para o crescimento das nossas platéias.

Estamos, assim diante de um notável e louvável esforço, na manutenção do teatro de idéias, no qual o palco é uma tribuna divertindo e ensinando; pelas vias emotivas, fecundos pensamentos no meio do proletariado nacional. Suscetível de constantes aperfeiçoamentos, está ele destinado a concorrer para a melhor formação intelectual e crítica do povo brasileiro.»

Após a representação da peça «O Rei dos Tecidos», o ministro do Trabalho, dr. Marcondes Filho, foi, pessoalmente, aos bastidores, para cumprimentar o professor Francisco e os artistas — operários que interpretaram o trabalho de Mário Magalhães e Mário Domingues.

A iniciativa do «Serviço de Recreação Operária» merece todo o apoio. E' preciso, porém, que surjam, paralelamente ao desenvolvimento do Teatro Operário, peças boas, de autores nossos, dignas de representação e acurado estudo. Parece, entretanto, que este problema também será resolvido a contento pois o próprio Ministério do Trabalho realiza um concurso Permanente de Teatro. O critério que vai presidir à seleção das peças será fator decisivo do bom êxito do Teatro Operário que tão auspiciosamente iniciou suas atividades.

**PEDRO BLOCH**

**FON FON**

APRESENTA NESTE NÚMERO:

- CONTOS
- NOVELAS
- ROMANCE HISTÓRICO
- MODAS
- RISCOS E BORDADOS
- CINEMA
- RÁDIO
- TEATRO
- CRÍTICA MUSICAL
- CRÍTICA LITERÁRIA
- NOTAS SOCIAIS
- VARIEDADE

UM SUPLEMENTO COM OS MOLDES DO FIGURINO AO LADO APRESENTADO POR ELAINE RILEY

EM TODO C. \$150 O BRAS.

REVISTA FUNDADA EM 1907 UM PADRÃO DE ÉTICA

Fonte: Acervo Hemeroteca Digital Brasileira. Revista Fon Fon, edição de 16 de setembro de 1944 – pag. 36.



O ciclo das políticas de lazer operário do período de 1943 a 1945 constituiu o que Gomes (2003) denominou de Fase Experimental do SRO, pois não se encerra com a dissolução do Estado Novo, dado que vai assumir nova configuração com o regime político que se estabelece a partir de 1946, sob a influência de vários contextos, inclusive de âmbito internacional.

### **Da República Populista ao Golpe Militar (1946 a 1964)**

A **Constituição de 1946**, que diz que “Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido” se apresenta mais democrática quanto aos direitos e garantias individuais, porém só permite a livre manifestação do pensamento, “sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer”. Não fosse a recondução da democracia, pós o intenso período do Estado Novo, e a continuidade das inovações direcionadas à legislação trabalhista, incluindo o reconhecimento do direito de greve, a Carta-magna seria praticamente um retrocesso ao ano de 1934, pois não soube avançar paralelo ao que o mundo estava vivenciando no pós-guerra e nem ao que os brasileiros esperavam como futuro<sup>53</sup>.

Caracterizado como um período político “intermediário”, ou da denominada República Populista - de 1946 a 1964, observaremos a ascensão e a crise do populismo (já instaurado desde o governo Vargas), marcado principalmente pelo pensamento de que as políticas públicas seriam instrumentos de integração. Concentrado na análise da realidade, sem se limitar ao debate acadêmico intramuros, Melo (1999, p. 14) conclui que no início dos anos 60:

A banalização da política social e a instrumentalização política do aparato organizacional do Ministério do Trabalho e Institutos de Aposentadoria e Pensão durante a implementação do Plano de Metas [...] são ilustrativas do jogo político subjacente à formação da agenda pública populista.

O autor também nos indica que o princípio organizador das políticas públicas, no período de ascensão do populismo (1945-1960), foi o da ampliação da participação, cujo efeito esperado era de estabelecer assim uma moeda de troca

---

<sup>53</sup> Nos admira que na Constituição de 1946 o casamento ainda era indissolúvel, só para citar um exemplo.

política, consagrando o “pão e circo” para a recreação da massa popular brasileira. No segundo momento, da crise do populismo (1960-1964), o princípio era o da redistribuição, com propostas de reforma que se voltava para o atendimento de necessidades sociais básicas, como habitação e saneamento.

O SRO manteve-se atuante nos dois momentos da República Populista, servindo, inicialmente ao propósito dos arranjos clientelísticos e corporativistas que viabilizaram a industrialização. É emblemático lembrar que o Governo Federal criou em 1946, pelo Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, assinado pelo então Presidente Eurico Gaspar Dutra, o Serviço Social do Comércio - SESC, que segundo o registro comemorativo de 30 anos, representou um sonho dos pioneiros após a histórica Conferência das Classes Produtoras, em Teresópolis, de apoiar o esforço do País pela manutenção da “Paz Social”. (SESC, 1977; REQUIXÁ, 1977)

Sob a inclusão deste novo protagonista na condução das políticas de lazer, consideramos interessante um trecho do livro “Os valores sociais dos comerciários e suas famílias”:

Diferentemente da maneira pela qual o Estado influencia a vida dos indivíduos de um modo "formal", as instituições da sociedade civil atuam no dia-a-dia das pessoas e de suas famílias. Estas instituições influenciam de forma mais direta, funcionando como uma camada subjacente da sociedade, exercendo uma influência mais duradoura e aprofundada na formação de valores e na percepção das pessoas.

O mundo do trabalho, por exemplo, se constitui em um ambiente propício para o fortalecimento das relações interpessoais, para o estabelecimento de metas individuais e, muitas vezes, para a formação de valores morais que orientam o comportamento ético-individual. Portanto, as condições de trabalho tornam-se cruciais na formação e disseminação de valores e padrões de comportamento. (SESC, 2007, p. 21)

Apesar de publicado em 2007 pelo SESC, o estudo parece concluir aquilo que na segunda metade da década de 40 já era conhecido, se adequando exatamente ao discurso da época, na justificativa de seu papel para manutenção da “paz social”.

Destacamos considerar que após a segunda guerra mundial, num esforço de reconstrução dos espaços urbanos e sociais das cidades europeias, um movimento

de arquitetura e paisagismo, recreação pública, proteção patrimonial e ambiental toma conta da preocupação de vários organismos internacionais, ampliando também o olhar do gestor público brasileiro no recreio das áreas urbanas, paralelo à proposta de ajustamento e conformação direcionada aos trabalhadores e promovida desde então com a participação da classe patronal, como o SESI e o SESC.

Outra medida de impacto, na mesma época, ocorreu em março de 1949, quando foi publicada a portaria de ampliação das atividades do SRO a vários Estados brasileiros, estabelecendo seu caráter nacional, cuja representatividade estadual passa a ocorrer por meio de Comissão Regional, formada por um representante do SRO e dois representantes de entidades sindicais de empregados, sendo um da indústria e outro do comércio<sup>54</sup>.

Sob a presidência de Waldemar da Silveira no intervalo entre 1949 e 1950, o SRO deteve-se em atender as solicitações dos sindicatos quanto ao provimento de equipamentos e instalações, como bibliotecas, discotecas, projetores de filmes, filmes, mesas de pingue-pongue, discos, livros, etc. Muitos dos pedidos não eram atendidos, devido à falta de orçamento para o item ou até mesmo inadequação da instituição solicitante, como foi o caso do pedido negado à Prefeitura Municipal de Campinas<sup>55</sup> e ao Rotary Club de Resende. Em outros casos a Presidência se distanciava dos problemas alegando solicitação de prazos, detalhamentos e regulamentos para deliberação das solicitações recebidas.

A gestão de Waldemar da Silveira coincidiu com intenso processo de mudanças e instabilidade na estrutura do SRO. Uma delas é a Portaria 194, que vai estabelecer a Comissão do Imposto Sindical - CIS, subordinada a CTOS, mas que assume suas atividades como gestora e fiscalizadora do orçamento dos órgãos dependentes do imposto sindical. Além da regulamentação do imposto e dos órgãos gestores (CIS e CTOS), foi instituída, em agosto de 1950, a proibição do acúmulo de cargos remunerados e a exigência da prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, como atitude moralizadora que se desdobra com a suspensão temporária das atividades do SRO e outros serviços dependentes do imposto sindical.

---

<sup>54</sup> A primeira Comissão Regional a se instalar foi a de São Paulo. Posteriormente foram instituídas as Secretarias Executivas nas Delegacias Regionais do Trabalho.

<sup>55</sup> Consulta ao Diário Oficial da União, seção 1, pg-24, do dia 30 de junho de 1949.

Sob a estratégia popular, conhecida como “varguismo”, Getúlio Vargas retoma a Presidência da República, eleito pelo voto direto do povo brasileiro. Como defende Oliveira:

[...] a operação de abertura do varguismo é uma operação política da classe trabalhadora, embora a interpretação sociológica e de ciência política no Brasil insistia no velho refrão, que toma ares de paradigma, de que o varguismo era a expressão de caudilhismo urbano. (OLIVEIRA, 1999, p. 62)

Em 1951 o SRO novamente estará sob a presidência de Arnaldo Sussekind, que esteve fora da administração deste órgão apenas no período em que Waldemar da Silveira ocupou o referido cargo. Na nova administração de Sussekind, foi aberta, em setembro do mesmo ano, uma Comissão de Inquérito, que dentre outros objetivos tinha a missão de averiguar as denúncias sobre o mau uso do imposto sindical dos trabalhadores na gestão passada, já que o SRO passara a ser conhecido entre os populares como o “filho rico do imposto sindical”, se tornando alvo de várias críticas e denúncias de desvio do dinheiro arrecadado. Dentre estas denúncias, as principais se referiam ao gasto exacerbado, com viagens internacionais, festas e banquetes oferecidos aos homens do governo, financiado com o imposto sindical, além da contundente indignação da classe trabalhadora com o patrocínio do Governo para a fundação das confederações nacionais da indústria e do comércio<sup>56</sup>.

Na exposição que Rodrigues (2010) apresenta do relatório publicado por Sussekind sobre os atendimentos realizados pelo SRO, no período compreendido entre 1950 a 1953, não ficam dúvidas sobre a inatividade do órgão na gestão anterior, dado que os números registrados foram os seguintes:

**TABELA 3. ATENDIMENTOS DO SRO NO PERÍODO DE 1950 A 1953**

TIPO DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS/ANO			
	1950	1951	1952	1953
Bibliotecas mantidas	1	2	5	9
Bibliotecas doadas	1	118	64	22
Discotecas doadas	22	71	26	65
Cursos mantidos	0	3	9	32

continua

<sup>56</sup> Sobre o fato das denúncias, o depósito em conta pessoal pelo Sr. Holando Cavalcanti de oito milhões destinados à Confederação Nacional da Indústria, foi a polêmica mais contundente.

TIPO DE ATENDIMENTO	QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS/ANO			
	1950	1951	1952	1953
Bolsas de estudo	0	29	30	90
Palestras, conferências e mesas redondas	0	0	36	37
Sessões cinematográficas	104	196	677	1015
Espectáculos teatrais e circenses	2	21	17	9
Espectáculos artísticos musicais	2	22	73	53
Festas dançantes	0	0	21	42
Competições desportivas	--	910	3.157	5.681
Jogos sociais	--	8.259	7.025	3.981
Aulas de ginástica	--	81	205	113
Excursões e passeios	--	14	399	26
Associações de escoteiros	2	4	5	6

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2010)

O mesmo relatório analisado por Rodrigues (2010) indica o aumento do número de sindicatos beneficiados com as atividades e serviços de recreação, que passou de 23 estabelecimentos em 1950, para 389, em 1953, demonstrando um claro propósito de desmantelamento das relações entre Estado e trabalhadores no Governo Dutra.

Em 1952 o SRO muda de denominação<sup>57</sup> e passa a adotar a sigla SERAC, de Serviço de Recreação e Assistência Cultural, com a seguinte atribuição, descrita pela Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 1952:

[...] terá por finalidade promover e estimular a adequada utilização das horas de lazer dos trabalhadores e suas famílias, por meio de atividades de natureza física, intelectual e social, bem como prestar-lhes assistência educativa. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1952, s.n.)

O intuito de incluir a assistência educativa no escopo das competências do serviço responsável pela recreação expande suas áreas de atuação, incorporando até mesmo uma das ações do Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS.

<sup>57</sup> De acordo com a atualização do Regulamento da Comissão do Imposto Sindical - CTIS, aprovado pela Portaria Ministerial n.º 41, de 25 de maio de 1951.

O SAPS viabilizava iniciativas de agrado da população, dentre elas os espetáculos educativos nos restaurantes populares administrados pelo Serviço, nos quais o trabalhador era atendido em suas necessidades de alimentação e entretenimento, com cinema, teatro e música, durante as noites de sábado. O espaço também se fazia aberto aos debates, reclamações e sugestões dos frequentadores, que podiam se manifestar e ter voz ativa junto aos administradores.

Tais atividades, desenvolvidas pelo SAPS, se prolongaram de forma sistemática de 1947 a 1950, mas perderam substância a partir da nova estrutura governamental e da participação do SRO na organização dos espetáculos culturais. Os efeitos foram sentidos tanto na qualidade das atividades culturais como na alimentação oferecida nos restaurantes. Com um novo foco, o SRO peca e, na ânsia de ofertar a tão famosa fórmula do “pão e circo” e fazer esquecer as agruras da mesa, exagera promovendo espetáculos a torto e a direito, tal qual relata Umberto Pelegrino, em sua crítica publicada no *Semanário Careta*, em 1951.

Apesar da atuação emblemática de Sussekind a frente do então denominado SERAC, a nova estratégia do Governo concretiza-se na redução de investimentos em benefício do trabalhador, culminando em uma reforma dos serviços mantidos pelo serviço sindical, que reduziu o orçamento dos recursos para custear as atividades destinadas ao operariado, enquanto os 75% restantes estariam destinados ao pagamento de pessoal. De acordo com a narrativa de Gomes (2003), a reforma invertia a lógica fundamental deste serviço, o que causou desentendimento entre o Ministro João Goulart e o então presidente Arnaldo Sussekind, que pediu a demissão do cargo, em 1954. Gilberto Crockatt assume como substituto e em seguida repassa o cargo à Antônio Silveira Thomaz, admitido logo após a criação da categoria funcional Assessor de Recreação, cargo que inicialmente ocupou a partir de janeiro de 1954<sup>58</sup>. Em 24 de agosto do mesmo ano, diante da pressão política militar e da imprensa, Getúlio Vargas comete o suicídio, dando por encerrada uma das etapas mais importantes da história política do País.

As informações noticiadas na imprensa ou registradas no Diário Oficial no

---

<sup>58</sup> Um dos feitos mais importantes de sua gestão foi a criação do Teatro Experimental do Negro, sob a coordenação de Abdias Nascimento, um dos principais líderes do movimento negro no Brasil.

último decênio de atuação do SRO<sup>59</sup> se restringem a divulgar cerimônias cívicas, campeonatos, shows, festas e atividades de apelo popular e propagandístico, patrocinadas pela máquina política eleitoral a qual se submeteu o Fundo Social Sindical. Não eram incomuns também algumas notícias sobre a falta de recursos para pagamento dos prêmios prometidos em competições e concursos.

Ainda na segunda metade da década de 50, o Ministério da Educação e Cultura também protagoniza o lazer no âmbito federal, contribuindo com uma política engajada na implementação das denominadas “Ruas de Recreio” (já consagradas em Porto Alegre, desde a década de 20).

FIGURA 23. RUAS DE RECREIO. NOTICIA DO JORNAL CORREIO DA MANHÃ. RIO DE JANEIRO

**RUAS DE RECREIO  
FUNCIONAM NO RIO**

Iniciativa da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura — Hoje e amanhã nas ruas escolhidas desta cidade

A petizada carioca que vive em apartamentos situados em ruas muito movimentadas, foi contemplada com a iniciativa da Divisão de Educação Física, do Ministério da Educação e Cultura, constante da criação de ruas de recreio. Desde ontem várias ruas, depois de prévia combinação com o Serviço de Trânsito e a Municipalidade, passaram a oferecer à criança algumas horas de recreio tranqüilo, sem os obstáculos do tráfego e com a segurança garantida por professoras adestradas e policiais instruídos para aquele tipo de trabalho.

**RUAS A DISPOSICAO DAS CRIANÇAS**

Até amanhã, as ruas de recreio, à disposição das crianças cariocas, são as seguintes: General Artigas, Paula Souza, General Ribeiro da Costa, Gago Coutinho, Visconde da Graça e Antônio Basílio, Avenida Engenheiro Richard (Grajaú) e Praça Aguirre Cerda. Em todos esses logradouros foram instalados alguns brinquedos dos tipos dos mais usados em nossos parques infantis, tendo-se em vista que o objetivo da Divisão de Educação Física — segundo informações do seu diretor, prof. Alfredo Colombo, — nesses três primeiros dias é o de anotar as reações das diversas comunidades infantis de cada bairro, a fim de, quando colocar o plano em funcionamento, já poder contar com uma série de observações de alta utilidade para a melhor aceitação da iniciativa.

**BENEDICTO BARROS**  
E  
Gustavo Philadelpho Azevedo  
ADVOGADO  
Av. Almirante Barroso n.º 97  
4.º andar — Tel. 42-6729

**AULAS DE PIANO**  
Aulas adelantadas de piano:  
Madame Pótrus Verdé, da Escola Leschtzki. Tel: 27-8411.

**HÉRNIA** cura sem operação e repouso  
PROCESSO AMERICANO (rápido e indolor)  
Dr. Hamilton Gonçalves  
Município de São Paulo, Tel: 52-0022 - 36-1553

**BANCO DE MINAS GERAIS**  
86 Departamentos em Minas  
Filial: Rua Buenos Aires, 48  
A. Mourão Guimarães - Presidente  
M. Ferreira Guimarães - Vice-Presidente

**CIDADE DIVIDIDA EM ZONAS DE RECREIO**

— “Nosso programa — disse o prof. Alfredo Colombo — é baseado na divisão da Capital do País em pelo menos 10 zonas de recreação, de modo a mantermos permanentemente logradouros à disposição das crianças em qualquer bairro ou subúrbio. Assim, poderemos dar bastante recreação e evitaremos todos os problemas oriundos da petizada na rua, sem nenhuma orientação e sujeitas a trânsito muito intenso, o que, em última análise, constitui sério perigo à integridade física da coletividade mirim. As experiências dessa semana servirão de base para completarmos uma porção de dados que só a prática pode oferecer objetivamente”.

Fonte: Acervo Hemeroteca Digital Brasileira. Jornal Correio da Manhã, edição de 14 de janeiro de 1958, p. 2.

<sup>59</sup> Retorna a denominação de Serviço de Recreação Operária após a Portaria Ministerial 165, de 11 de dezembro de 1954, que traz nova regulamentação ao CIS.

O programa, de acordo com o Diretor da Divisão de Educação Física, Alfredo Colombo<sup>60</sup>, foi baseado na divisão da capital federal em 10 zonas de recreação, em vários bairros e subúrbios, que seguiram uma programação de atividades esportivas realizadas em quarteirões de ruas fechados para o trânsito. Segundo relato do próprio coordenador, Alfredo Colombo, em matéria veiculada no Jornal da Manhã, no dia 24 de janeiro de 1958, as atividades se concentravam em modalidades esportivas como vôlei, basquete, futebol de salão, futebol de botão e ginástica aeróbica, além de brincadeiras e brinquedos cantados. Voltado para a infância, o programa oferecia ainda a supervisão de professores e merenda gratuita. De acordo com Barros e Barros (2004, s.n.):

Durante a gestão do Professor Alfredo Colombo no MEC de 1957 até a transferência da capital da República para Brasília em 1960, as Ruas de Recreio proporcionaram momentos de alegria e confraternização a milhares de crianças da cidade do Rio de Janeiro. As Ruas de Recreio prosseguiram no Rio de Janeiro e em Brasília até o ano de 1964.

No mesmo ano de 1958, o Prof. Colombo, realizou uma reunião com todos os Inspetores de Educação Física do Brasil, quando foi divulgada a Rua de Recreio, imediatamente difundida pelas capitais e cidades dos Estados do Brasil [...]

[...] Com a mudança do regime político do Brasil, a partir de 1964, estas atividades comunitárias caíram no esquecimento das autoridades governamentais, que passaram a ter olhos apenas para os desportos competitivos de alto nível.

Com grande influência dos protocolos de direitos humanos e dos direitos da criança, de 1959, o Programa constituiu uma experiência de mobilização popular em atividades de esporte e lazer, com um movimento que superava, em cada evento, a marca de cem crianças atendidas, na faixa etária de 5 a 15 anos de idade.

Infelizmente a falta de integração entre os órgãos gestores do lazer gerou um mal estar que, desde a incorporação da atividade do SAPS, pelo SRO, encontrou seu estopim na promoção dos Jogos Escolares de 1961. Sem consulta ao

---

<sup>60</sup> Aluno aplicado de Inezil Penna Marinho, Alfredo Colombo, de acordo com o Federação Internacional de Educação Física – FIEP, começa a ganhar destaque ao assumir a direção da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Saúde em 1956 (Governo Juscelino Kubitschek), cargo que Inezil ocupava. Com feitos nobres, sobretudo, na Educação Física Escolar e na Recreação Comunitária, contribui para uma nova era da Educação Física brasileira.



Departamento Nacional de Educação Física, que já tinha essa atribuição, o SRO organizou o evento que, de acordo com a narrativa da imprensa, resultou num campeonato mal organizado, com datas inadequadas e não oficial, impedindo a liberação dos alunos, principais protagonistas da atividade. Começa então a exposição das fragilidades do SRO, que desvia suas competências em função do contexto político nacional, cuja mudança mais contundente repercute com a transferência da capital federal e a integração da nação.

Com uma proposta de “cinquenta anos de progresso em cinco anos de Governo”, o Plano de Metas do então presidente Juscelino Kubitschek (1957 a 1961) será ousado e vai incentivar a definição de investimentos estruturais indicados por estudos e projetos oriundos da CEPAL e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Com resultados expressivos na economia nacional, a estratégia também permitiu a abertura de capital estrangeiro no Brasil, revertendo aquilo que era uma das principais bandeiras da gestão de Getúlio Vargas - que impediu o processo de remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior.

A influência direta da OEA, que desde 1948 atua na manutenção da paz e defesa da soberania, será mais ampla neste período, mantendo os mesmos princípios desenvolvimentistas dos anos 60, de diminuição do círculo vicioso da pobreza e aumento do trabalho e da “vontade de enriquecer” das Nações.

Neste período, que Melo (1999) denominou como o momento da crise do populismo (1960-1964), o princípio das políticas públicas era o da redistribuição, com propostas direcionadas às necessidades sociais básicas, como habitação e saneamento que deveriam acompanhar os grandes investimentos infraestruturas planejados.

No âmbito do lazer, sob a direção de Waldemar Pacheco de Oliveira, o SRO viabilizou as atividades para distração e entretenimento dos trabalhadores localizados nos acampamentos da construção de Brasília mas pouco avançou naquilo que representava a necessidade de lazer do trabalhador brasileiro.

Sob a investigação de várias denúncias de desvio de recursos do SRO, em 9 de fevereiro de 1962, por decisão unânime, Pacheco foi intimado a prestar depoimento sobre o apoderamento de mais de dois milhões de cruzeiros dos cofres públicos, o que lhe rendeu a exoneração do cargo e o decreto de sua prisão

administrativa. Assume então, em outubro de 1962, Vinicius Ruas Ferreira da Silva, cuja administração muito rapidamente se encerra com a tomada do Regime Militar.

Contrabalanceando as críticas ao SRO, Brêtas (2010, p. 150) afirma que “Apesar das claras intenções de controle dos trabalhadores por parte do Regime, é possível supor que os operários aproveitavam as chances que o Serviço lhes ofertava”, isto porque se tratava de uma iniciativa que, nas conclusões da própria autora, era responsabilidade do Estado; tinha objetivos pedagógicos claros; oferecia acesso a atividades físicas e desportivas, mas também a várias linguagens artísticas; era aberto à participação de homens, mulheres e crianças; e era gratuito.

É na junção dos vários estudos sobre o SRO<sup>61</sup> que podemos concluir que houve dois momentos diferenciados das políticas públicas de lazer no âmbito do Governo Federal na fase pré-ditadura militar. O primeiro momento converge no período que vai desde a criação do órgão (1943) até a última administração de Sussekind (1955), ainda no Governo Vargas. Já o segundo equivale aos “quase” dez anos de “abandono”, que caracterizaram desvios na conduta e no orçamento da então política pública de lazer nacional. Essa última fase irá se estender mesmo durante o governo autoritário, que abriu caminhos para a mercantilização das dimensões do lazer citadas, mediante subsídios para grandes investimentos privados em lazer e entretenimento, representando, por exemplo, o *boom* da hotelaria de alto nível para recepção de turistas estrangeiros, especialmente do público norte-americano.

Assim, observamos as dimensões do lazer inseridas numa proposta capitalista, na qual surgem o turismo, o esporte e o entretenimento como produtos da iniciativa privada, onde o papel do Estado corresponderá apenas ao ordenador da infraestrutura necessária aos investidores, centralizando suas ações nas necessidades básicas da população e estimulando abertamente o consumo imitativo e ostentatório.

---

<sup>61</sup> No âmbito dos estudos sobre as políticas públicas de lazer no Brasil a história do SRO é o tema mais enfatizado, com várias publicações, desde artigos, dissertações e teses de doutorado, sendo os mais expressivos os trabalhos acadêmicos de Christianne Luce Gomes - Significados de Recreação e Lazer no Brasil: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964) e de Juliana Pedreschi Rodrigues - Uma nova versão sobre a história do Serviço de Recreação Operária: memórias reveladas sobre os anos de 1958 a 1964. Uma outra observação que podemos realizar com relação aos estudos sobre o SRO é a centralidade no período de gestão de Arnaldo Sussekind, que talvez se justifique pela publicação da Tese de Gomes (2003), fonte de referência para muitos artigos, monografias e trabalhos apresentados em eventos.

## **Do Estado Democrático ao Estado Neoliberal (1985 a 2002)**

Aqui não teremos muito espaço para discutir as consequências dos 20 anos do regime militar no Brasil<sup>62</sup>, entretanto, lembramos que a peculiaridade da situação de dependência externa é um dos aspectos essenciais para interpretação deste e de outros momentos históricos nacionais. Sendo assim, o processo de formação do Estado e da sociedade brasileira tem relação com o plano externo, na medida em que sempre existiu um ajuste entre a economia nacional e internacional, ou seja, a sociedade está em posição subalterna ao sistema capitalista mundial. O que se lamenta é que a submissão ao capital monopolista não será diferente, seja num regime ditatorial ou democrático.

O Estado democrático, conforme o Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, está destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. Ao contrário dessas premissas, o estado ditatorial anulou direitos, propostas e ações de cidadania, que não nos permitem analisar as políticas públicas de lazer, pois de fato elas não existiram. No máximo o que podemos observar dessa época são as iniciativas fragmentadas dos movimentos sociais, importantes, pois fundamentaram o que se tornou realidade na Constituição democrática.

Por isso afirmamos que de 1964 até o fim do regime militar o lazer não encontrou abrigo institucional, exceto por algumas iniciativas pontuais vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura, como o “Esporte para Todos”, que aplicou suas diretrizes para a orientação do tempo livre dos cidadãos participantes. Paralelamente, como aprofundaremos nos próximos capítulos, outras entidades irão assumir a problemática, originando um novo campo de estudos e de profissionalização na estrutura privada de instituições como SESC e SESI.

---

<sup>62</sup> Em se tratando das políticas públicas de lazer enfatizamos apenas que a temática se consagrou como dimensão do desporto que, por sua vez, foi incorporado pela educação, fazendo do lazer parte da Campanha Esporte para Todos e da **Política Nacional de Educação Física e Desportos – PNED, do Ministério da Educação**, cujos objetivos estavam concentrados em I - Aprimoramento da aptidão física da população; II - Elevação do nível dos desportos em todas as áreas; III - Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa; IV - Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais; V - Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer.

Na **Constituição de 1988**, dentre os direitos sociais e individuais que devem ser assegurados pelo Estado, o lazer está ao lado da educação, da saúde, da alimentação, do trabalho, da moradia, da segurança, da previdência social, da proteção à maternidade e à infância e da assistência aos desamparados. Também o salário mínimo (no artigo 7º) deve assegurar que o trabalhador urbano e rural tenha condições para atender suas necessidades vitais básicas, e as de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

A Constituição fundamenta no tripé Estado, Sociedade e Família a responsabilidade de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Como se vê, todo o arcabouço textual garante a constitucionalidade do direito ao lazer, determinando grupos prioritários e a vinculação com o desporto, que na seção específica deste tema apresenta o lazer como forma de promoção social.

É interessante que, ao ser apresentado na seção do Desporto, o lazer mais uma vez é subjugado como meio e, de fenômeno mais amplo (como era de se esperar ao ser categorizado como direito), passa a ser considerado dimensão do desporto, cuja intencionalidade não ultrapassa o controle ou a promoção social.

É assim que, para todos os outros temas que configuram direitos sociais teremos políticas específicas<sup>63</sup>, que irão fundamentar diretrizes em todas as áreas, menos na esfera do lazer, que fica na expectativa de ser incorporado em outros setores, como a cultura, o turismo, a educação e o esporte. Estes, por sinal, são temas que se desenvolvem com a força de agendas públicas internacionais protagonizadas pelo sistema da Organização das Nações Unidas, trazendo padrões e indicadores de saúde pública, de defesa da paz, de proteção da infância e de adequada alimentação, alojamento e recreação dos trabalhadores, dentre outras preocupações.

---

<sup>63</sup> Reiteramos a existência legal de políticas formalizadas nas áreas na área da educação, da saúde, do trabalho, da moradia, da alimentação, da segurança, da previdência social, da proteção à maternidade e à infância e da assistência aos desamparados menos do lazer.

Ampliando também a agenda pública nacional, o processo democrático traz consigo a missão de reconstrução das políticas sociais, oportunizando a participação da esfera privada em articular, promover e assegurar o lazer aos trabalhadores e suas famílias, experiência que foi fruto do estreito vínculo entre o SESC e o Governo, especialmente no período militar. A articulação do SESC vai dar visibilidade ao lazer, incentivando o debate<sup>64</sup> que gerou grandes transformações conceituais, no âmbito da academia e profissionalização desta área. Contudo, o protagonismo da esfera pública federal na fase de retomada da democracia foi bem menos impactante do que o da esfera privada e do chamado terceiro setor.

A partir desta realidade vamos tratar o lazer como um tema que foi incorporado à outras demandas sociais, como a cultura, o esporte e o turismo, já que não encontramos o seu espaço institucional determinado na estrutura administrativa dos Governos de Sarney, Collor e Fernando Henrique Cardoso.

De acordo com Melo (1999) o período que analisamos apresenta três princípios organizadores das políticas públicas, quais sejam:

- Reformismo social-democrata, por meio das propostas de universalismo, descentralização e transparência.
- Cesarismo reformista, com reformas como imperativos de “governabilidade”.
- Instituição da boa-governança, centrada na ação pública como fixação de regras do jogo estáveis e universalistas.

O primeiro princípio organizador, que buscou redesenhar as políticas públicas, tornado-as mais eficientes, democráticas e redistributivas, teve origem com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, cuja experiência direcionou o legislativo na adoção dos setores de trabalho indicados pelos diversos segmentos da sociedade civil. Era o momento em que o Brasil vivia os efeitos da crise que também atingiu América Latina na década de 1980, quando encerrados os regimes ditatoriais.

Apesar dos planos econômicos adotados, nossa estratégia econômica não será suficiente para suportar as consequências do aumento da taxa de juros americana e a recessão mundial que atingiram amplamente as exportações

---

<sup>64</sup> Em 1975, o SESC promoveu o I Encontro Nacional sobre o Lazer, de 25 a 27 de agosto, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, juntamente com o Ministério do Trabalho e como SESI.

brasileiras, diminuindo ainda os investimentos públicos, traduzidos em cortes orçamentários e retração da iniciativa privada, dadas as altas taxas de juros e a reduzida perspectiva de consumo, que foi incentivada na década anterior.

Em meio a inflação galopante dos anos 80 foi criado, em 1985, o Ministério da Cultura<sup>65</sup>, desvinculando-se do Ministério da Educação e Cultura, para a implementação de uma política nacional de cultura, condizente com os novos tempos, de diversidade cultural e ampliação dos projetos de revitalização do patrimônio histórico ao mesmo ritmo de desenvolvimento já alcançado pelo país. Cinco anos depois, com a eleição de Fernando Collor<sup>66</sup> ao poder, o Ministério será extinto e lhe será atribuído o status de Secretaria da Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República. Em 1992 será revertida a situação, trazendo novamente à estrutura dos órgãos ministeriais o Ministério da Cultura. Em função da concepção minimalista do Estado e da funcionalidade da Lei de Incentivo à Cultura, pode-se dizer que grande parte da política cultural foi transferida para a iniciativa privada, tal qual evidenciamos na questão do lazer quando salientamos o papel das instituições de assistência aos trabalhadores do comércio e da indústria.

Observamos que neste período o lazer foi um tema periférico, não institucionalizado e, por sua vinculação constitucional com o Desporto, para a promoção social, acompanhou a trajetória do Esporte na agenda pública federal. A complexidade da análise se inicia pela confusa e instável organização institucional. É assim que, em 1992, será reestruturado o Ministério da Educação, absorvendo as atividades da Secretaria dos Desportos, e passando a denominação de **Ministério da Educação e do Desporto**. Em seguida, foi criado o **Ministério de Estado Extraordinário dos Esportes**, cuja existência compreendeu o período de 1995 a 1998, quando o tema do esporte retornou para o **Ministério da Educação e do Desporto** para, em 1999, ocupar a pasta do **Ministério do Esporte e do Turismo**, onde permaneceu até o final de 2002<sup>67</sup>.

O estudo de Azevêdo (2007) sobre as políticas públicas elaboradas para o lazer pelo Ministério da Educação faz um levantamento dos planos-plurianuais nos

---

<sup>65</sup> É interessante lembrar que já existiam na estrutura federal o IPHAN e a FUNARTE.

<sup>66</sup> Foi o primeiro Presidente eleito pelo voto popular depois de 25 anos de regime de exceção. Seu curto período de Governo foi marcado por escândalos de corrupção o que levou a Câmara dos Deputados a autorizar a abertura do processo de Impeachment em 02.10.1992 e Collor foi afastado do poder.

<sup>67</sup> Segundo Azevêdo (2006) as mudanças de ministérios e de ministros, somadas à de instalações físicas, provocaram inúmeros transtornos e perdas de documentos, em caráter irreversível.

intervalos iniciados em 1996-1999 e 2000-2003 e constata que não há informações de planos, programas ou projetos relacionados ao lazer.

No âmbito do Ministério da Cultura concordamos com a contribuição de Azevêdo (2007) que diz:

Verifica-se um princípio comum, qual seja, a não “focalização” do lazer, nas políticas públicas do MinC. A o conceber essas áreas como invisíveis, no plano do senso comum, talvez a intencionalidade do legislador tenha sido de incorporar o lazer no campo dos “congêneres”. (AZEVEDO, 2007, p. 60)

O segundo princípio organizador das políticas públicas se consolidou como o “Cesarismo reformista”, no qual Melo (1999) aponta as reformas dos governos Collor e Itamar Franco como imperativos de “governabilidade”, onde teremos a reestruturação pouco consistente das políticas, em virtude da ingovernabilidade do País, cuja crítica se justificava pela elite governista - entre outros argumentos - aos excessos de direitos sociais e de participação de minorias e à fragmentação do aparelho do Estado. Tal princípio se reverteu, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, na chamada “instituição da boa-governança”, centrada na ação pública como fixação de regras do jogo estáveis e universalistas.

Um exemplo claro dessa perspectiva é o Plano Plurianual do período 1996 a 1999, denominado “Brasil em Ação” que, segundo os relatórios apresentados no primeiro ano<sup>68</sup>, “resgatou o que é essencial para o desenvolvimento de qualquer país: o sentido estratégico das ações de governo”.

Se levarmos em conta o Programa “Comunidade Solidária” de FHC poderemos verificar que o papel do lazer limita-se ao objetivo que Azevêdo (2007) descreve como propiciar a “assistência” do discurso do “solidário” junto às comunidades carentes e aos portadores de deficiência física. Nisso o lazer também será lembrado como ação voluntária dos Programas “Esporte Solidário” e “Universidade Solidária”, este último com propostas de ações voluntárias em educação, saúde, cultura e lazer em pequenos municípios. Essa estratégia, por sinal, será a mais comum da proposta neoliberal de FHC, que desonera o Estado na questão das políticas sociais, incentivando a participação do terceiro setor na sua

---

<sup>68</sup> Conforme consulta ao documento em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes-1>, acesso em setembro/2014.

condução, enquanto se preocupa com o ajustamento da economia brasileira à economia globalizada.

Como declara Silva e Silva:

Chegamos nos anos 1990 com uma política de assistência social federal centralizada no então Ministério de Bem-Estar Social, assumida pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) e pelo Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), extintos em 1995 sob a alegação do vício da máquina administrativa marcada pela corrupção e o clientelismo. (SILVA e SILVA, 2010, p. 4)

Se no escopo da ação pública, poucas serão as políticas públicas sociais, menores ainda serão as direcionadas no âmbito do esporte, lazer e cultura. Assim, dos poucos avanços que poderemos extrair desse período é válido ressaltar a inovação na legislação federal com a criação dos estatutos, que apesar de resultarem da ação dos movimentos sociais, de certa forma serviram de apoio a todo o processo de enfraquecimento do Estado em seu papel central na condução de políticas públicas.

Com a ação pública cada vez mais distanciada e limitada na fixação de regras do jogo estáveis e universalistas, surge o primeiro estatuto que incorpora alguma relação com o lazer. Na Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente**, o lazer é expresso como "direito a ser assegurado pela família, sociedade em geral e poder público, devendo os municípios estimularem e facilitarem a promoção de programas culturais com foco no lazer voltadas à infância e à juventude".

Outro Estatuto que menciona a importância do lazer é o **Estatuto da Cidade** – Lei n. 12.257, de 10 de julho de 2001, que dispõe sobre o direito às cidades sustentáveis, entendendo que para isso é necessário o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental e dentre outros aspectos, ao lazer. Estabelece que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante diretrizes gerais que envolvem a garantia do direito a cidades sustentáveis a todos os cidadãos, entendendo tal direito como:



[...] o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 2001, s.n., sem grifo no original)

Sob a influência do modelo neoliberal e do processo da globalização vários setores se reorganizam de forma a promover maior racionalização da ação do Estado, com prioridade na descentralização. Em especial observamos essa tendência em setores considerados de âmbito não econômico, como a cultura, o turismo, o esporte e, sem dúvidas, o lazer.

A ausência do setor público federal ou a mínima atuação da esfera municipal garantiram padrões mínimos de bem-estar, materializando os preceitos de reestruturação do capital em uma perspectiva neoliberal.

É sob o panorama apresentado até então que, do Estado democrático ao Estado Neoliberal, vamos assistir ao Governo Federal sem domínio sobre o lazer, seja na apresentação de diretrizes ou execução de ações diretas em benefício da população brasileira.

Somados à Constituinte, os instrumentos citados corresponderão ao arcabouço legal básico que contempla o lazer como direito social no Brasil, embasando a definição de projetos e ações que atendam aos seus objetivos.

No contexto sul-americano observamos que vários países passam a adotar nas suas constituições o lazer como direito fundamental, reconhecendo legalmente a problemática e abrindo uma possibilidade concreta na definição das agendas das políticas públicas nacionais.

No estudo publicado por Ramos (2012) podemos constatar essa realidade, no confronto que a autora faz entre os documentos vigentes em vários países latino-americanos, onde o direito ao lazer/*ocio/recreación* faz parte das constituintes promulgadas entre o período de 1991 (na Colômbia, por exemplo) a 2010 (República Dominicana).

O ponto que autora destaca em sua análise é de que a abordagem sobre o direito ao lazer é realizada de quatro formas diferentes nas constituições pesquisadas: como compensação ou regalia do trabalho (i), como instrumento de

formação do cidadão (ii), como dimensão dependente do esporte não profissional e como necessidade humana, componente da qualidade de vida (iv).

Sem se diferenciar desse resultado, a Constituição Brasileira tem um viés na consideração do lazer como dimensão do esporte não profissional, atribuindo-lhe status de necessidade humana com influência direta na qualidade de vida dos indivíduos.

### **Estado Social Liberal (2003 a 2014)**

Com o início do primeiro mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, o princípio organizador que se estabelece nas políticas públicas é o de enfrentamento da pobreza, centralizado na estratégia da transferência de renda articulada com ações complementares de programas estruturantes nas áreas de educação, saúde e trabalho. Denominamos assim, como “Estado Social Liberal”, evidenciando com maior especificidade a ascensão das camadas mais pobres da população brasileira.

Por outro lado, para a autora do ensaio “Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira”, a situação das políticas sociais até 2010 constitui uma proposta de "integração da pobreza e da indigência de modo marginal e precário, criando um segmento de indigentes ou de pobres 'integrados', mantidos na situação de mera reprodução". (SILVA e SILVA, 2010, p. 7)

De qualquer forma, na estrutura executiva do novo Governo a problemática do lazer terá maior visibilidade, a partir da implantação do Ministério do Esporte que, de acordo com a Política Nacional do Esporte, tem o objetivo de "formular e implementar políticas públicas inclusivas e de afirmação do esporte e do lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento nacional e humano" (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2005).

O Ministério do Esporte foi criado em 2003, composto pelos seguintes órgãos específicos singulares: Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer (SNDEL), Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEED) e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR).

Em 2011, com o Decreto 7.529, de 21 de julho de 2011, a estrutura dos órgãos específicos sofreu mudanças, com a supressão da SNEED e inclusão da Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor.

.Situando o lazer no objetivo do Ministério do Esporte, a Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social – Snelis é responsável pela implantação de diretrizes relativas aos programas esportivos educacionais, de lazer e de inclusão social. À Snelis compete:

- Fazer proposições sobre assuntos da sua área para compor a política e o Plano Nacional de Esporte.
- Coordenar, formular e implementar políticas relativas ao esporte educacional, desenvolvendo gestão de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações.
- Implantar as diretrizes relativas ao Plano Nacional de Esporte e aos Programas Esportivos Educacionais, de Lazer e de Inclusão Social.
- planejar, supervisionar, coordenar e realizar estudos;
- Zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, relativa à sua área de atuação.
- Prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos nas ações ligadas aos programas e projetos sociais esportivos e de lazer.
- Manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e com governos estrangeiros, em prol do desenvolvimento dos programas sociais esportivos e de lazer.
- Articular-se com os demais segmentos da administração pública federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área dos programas sociais esportivos e de lazer.
- Planejar, coordenar e acompanhar estudos e pesquisas.
- Articular-se com os demais entes da federação para implementar política de esporte nas escolas.

Para cumprir suas competências conta com os departamentos de “Gestão de Programas de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social” e de “Desenvolvimento e

Acompanhamento de Políticas e Programas Intersectoriais de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social”.

Podemos dizer que se consagrou uma importante conquista no campo institucional do lazer, em âmbito federal, tendo em vista que se materializou, como desde os anos 40 não se via, uma entidade própria para a condução da problemática do lazer na estrutura executiva nacional.

O Ministério do Esporte viabilizou em 2004, 2006 e 2010, respectivamente, as 1ª, 2ª e 3ª Conferência Nacional do Esporte, em Brasília. Tais encontros se propuseram a garantir a participação democrática de atletas, clubes, federações, confederações, comitês olímpico e paralímpico, gestores, estudiosos do fenômeno esportivo e do lazer.

Os principais resultados dos encontros realizados foram as proposições da Política Nacional do Esporte “e Lazer”, em 2004 e do Sistema Nacional do Esporte “e Lazer”. Não por acaso indicamos o lazer entre aspas, já que nas propostas originais o termo aparece, mas na consolidação como lei o termo lazer constará apenas no interior dos textos publicados. Na Carta de Brasília, que foi resultado da Conferência de 2004, podemos ler o seguinte trecho:

Quanto ao Sistema Nacional de Esporte e do **Lazer**, cabe promover o estabelecimento de suas bases (princípios, diretrizes e objetivos propostos) em consonância com as demais políticas nacionais e em fase com as discussões do Estatuto do Esporte no Congresso Nacional.

O desafio a nós imposto é o estabelecimento de uma agenda positiva de implantação, acompanhamento e avaliação destas ações, para a que o esporte e o lazer se efetivem como políticas públicas essenciais, contribuindo para o desenvolvimento integral do cidadão brasileiro e conseqüente desenvolvimento social da nação. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTE, 2004, p. 1, grifo nosso)

Vejamos que as publicações futuras, como a própria Política Nacional do Esporte, fazem referência à criação do Sistema, ainda incorporando o lazer, com as seguintes palavras:

Essa política deverá estar diretamente ligada à estrutura do Sistema Nacional de Esporte e **Lazer**, que será constituído, tendo como centro a

mobilização e dotação de recursos para o esporte, em parcerias com gestores estaduais e municipais do esporte e lazer e, quando for o caso, gestores da educação, além das parcerias público-privadas. Contudo, deve estar construído sobre sólidos preceitos de controle público e transparência na gestão. (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2005, p. 129, grifo nosso)

Num movimento de recuo dos avanços conquistados conjuntamente com o Esporte, o problema do lazer será suprimido dos instrumentos legais e o Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013, vai instituir as normas gerais do esporte, inclusive o Sistema Brasileiro do Desporto, que em nenhum momento faz menção a entidades ligadas ao binômio esporte e lazer.

Da seguinte forma o Decreto apresenta o Sistema Brasileiro do Desporto:

Art. 5º O Sistema Brasileiro do Desporto compreende:

I - o Ministério do Esporte;

II - o Conselho Nacional do Esporte - CNE; e

III - o Sistema Nacional do Desporto e os sistemas de desporto dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, organizados de forma autônoma e em regime de colaboração, integrados por vínculos de natureza técnica específicos de cada modalidade desportiva.

§ 1º O Sistema Brasileiro do Desporto tem por objetivo garantir a prática desportiva regular e melhorar o seu padrão de qualidade.

§ 2º Poderão ser incluídas no Sistema Brasileiro de Desporto as pessoas jurídicas que desenvolvam práticas não formais, promovam a cultura e as ciências do desporto e formem e aprimorem especialistas, consultado o Conselho Nacional do Esporte. (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2013, s.n.).

Consideramos importante para a compreensão das “idas e vindas” das políticas públicas de lazer enfatizar que apesar do avanço no campo institucional, mesmo nos dias atuais, o espaço das políticas de lazer ainda não foi bem definido, pois as evidências parecem indicar que o “primo pobre do esporte” está compreendido numa estrutura executiva criada apenas para o gerenciamento da parceria firmada pela cooperação internacional, que colabora no financiamento da área técnica de programas de grande vulto como o “Segundo Tempo” (caracterizado como um programa de esporte educacional) e o “Esporte e Lazer na Cidade - PELC”, que inclui objetivos mais específicos no âmbito do lazer. O Programa Segundo Tempo, era gerenciado pela SNEED e desde 2011 não realiza abertura de novas chamadas para convênios, estando no momento sob a

responsabilidade da SNELIS para condução dos convênios vigentes.

Outro exemplo desse modelo institucional é que das 27 (vinte e sete) unidades federativas brasileiras, 15 (quinze) capitais possuem em seu quadro executivo alguma secretaria com competência na área do lazer, sendo que deste total todas apresentam o termo “esporte” na denominação. Curiosamente, boa parte dessas secretarias foram criadas após o anúncio do Brasil como sede da Copa do Mundo da FIFA de 2014, como foi o exemplo do município de Fortaleza.

Apesar do grande número de secretarias ligadas ao esporte e lazer, criadas recentemente, ou da vinculação das antigas à temática do esporte, sabemos que o Brasil teve experiências municipais consagradas, como as das prefeituras de Porto Alegre e São Paulo, que são pioneiras na institucionalização do lazer, pois ambas consolidaram iniciativas, desde o início do século XX, que superaram a simples criação de passeios, jardins e parques urbanos, ainda que tenham disseminado modelos de gestão a partir do ideário das elites dirigentes.

À semelhança das políticas de anteriores governos, o Ministério do Esporte, como ente da esfera federal, vem atuando prioritariamente por meio do repasse de recursos, em convênios firmados com instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, onde a parceria, majoritariamente com prefeituras municipais, garante a concretização das diretrizes dos programas estruturantes com a sua implementação descentralizada. Sem dúvidas é necessário frisar o que Schwartz (em fase de elaboração)<sup>69</sup> expressa sobre os programas, já que tais propostas também representaram "ganhos na luta da sociedade civil em buscar por apoio governamental para suprir as necessidades sociais [...] Estas conquistas são resultados de diversas lutas políticas estabelecidas, tanto no subcampo político, como no subcampo acadêmico".

Com exceção dos programas da área de específica do esporte, como Brasil Campeão e Grandes Eventos Esportivos, de 2010 até julho de 2014, as ações realizadas com o recurso público se concentraram nas seguintes atividades:

- Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional Recreativo e de Lazer.

---

<sup>69</sup> “Políticas públicas de esporte e lazer: uma análise dos 10 anos de existência da Rede CEDES/ME” de autoria de Schwartz, G.M., a ser publicado na Revista Revista Motrivivência.

- Implantação de Espaços Integrados de Esporte, Cultura, Lazer e Serviços Públicos - Praças dos Esportes e da Cultura.
- Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte.
- Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer.
- Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos voltados ao Desenvolvimento de Políticas Sociais do Esporte Recreativo e de Lazer.
- Promoção de Eventos Interdisciplinares do Esporte Recreativo e do Lazer
- Desenvolvimento do Sistema de Gestão Compartilhada do Esporte e do Lazer.
- Desenvolvimento de Atividades Esportivas Recreativas e de Lazer a Pessoas Adultas e Idosas - Vida Saudável.
- Fomento a Pesquisas para o Desenvolvimento de Políticas Sociais de Esporte Recreativo e do Lazer - Rede Cedex.
- Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer.
- Remuneração às Instituições Financeiras Públicas pela Operacionalização de Projetos de Desenvolvimento do Esporte.

Os Programas citados são originários da cooperação técnica internacional entre o antigo Ministério do Esporte e Turismo e o PNUD. O acordo, destinado à execução do Projeto BRA/01/028 – “Esporte como Estratégia de Desenvolvimento Social e Econômico”, com duração prevista inicial de três anos (2002 a 2004) foi ampliado até 2010 e a partir de maio de 2011 complementado pelo PNUD/BRA/11/006, denominado “Por uma Agenda Nacional de Esporte”, com previsão até dezembro de 2016. Inevitavelmente é possível perceber, na descrição do documento que apresenta o Projeto, sua estreita objetividade com foco nas ações relacionadas à Copa do Mundo no Brasil e aos Jogos Olímpicos de 2016.

Contribuir para a democratização e a universalização do acesso ao esporte e ao lazer de toda a população brasileira, promovendo a inclusão social e o exercício da cidadania por meio do desenvolvimento sustentável setorial e da implementação do Plano Decenal de Esporte e Lazer é o objetivo do acordo firmado entre PNUD e Ministério do Esporte, conforme a descrição do “documento de projeto” - PRODOC. Os eixos estratégicos que compõem o acordo são os seguintes:

1. Fortalecer a capacidade institucional do Ministério do Esporte para elaborar, coordenar, monitorar e implementar políticas públicas, consolidando o diálogo social para a promoção do esporte nacional e maior visibilidade internacional.
2. Promover a estruturação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer - SNEL, com a descentralização da gestão das políticas públicas de esporte e lazer e modelo de gestão setorial sustentável.
3. Consolidar o esporte e o lazer, como política de Estado, promovendo o Plano Decenal de Esporte e Lazer e a agenda setorial na Agenda Nacional Social.
4. Promover iniciativas nacionais e internacionais para a operacionalização da COPA 2014 e OLIMPIADAS 2016. (ME/PNUD/ABC, 2011, p. 50)

Como é possível observar, os eixos definidos no PRODOC correspondem à espinha dorsal que sustenta as ações do Ministério do Esporte desde 2002, orientando estratégias, diretrizes, objetivos, metas, produtos e monitoramento de resultados, com impacto nas esferas federal e estadual. A cooperação atende orientações internacionais, que historicamente interferem, desde a influência cepalina, nos assuntos econômicos nacionais, refletindo a situação de dependência que caracteriza as relações entre a América Latina e o Mundo.

Apesar disso, dos grandes trunfos que se pode extrair dessa parceria técnica é o apoio para realização de estudos; pesquisas; propostas técnicas, administrativas e jurídicas que preencheram uma carência nacional e permitiram a operacionalização do preceito constitucional do esporte e lazer como direito do cidadão, especialmente no período de 2003 a 2010, quando observamos uma grande frequência de publicação desse material. A Rede CEDES - Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, é uma ação programática que manifesta esse avanço e foi criada pelo Ministério do Esporte no ano de 2003, tendo como intuito incentivar o campo de pesquisas sobre esporte e lazer, por meio de apoios financeiros para Instituições de Ensino Superior públicas e privadas.

A Rede Cedex colaborou com o crescimento científico e a implantação de vários núcleos de estudos nas instituições de ensino superior, apoiando pesquisas e a socialização dos resultados, possibilitando assim um panorama avaliativo dos programas que compõem o PRODOC, nos interessando especificamente o Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC.



Conforme divulga o site do Ministério do Esporte, o PELC é um programa do tipo finalístico. Criado em 2003, tem a finalidade de desenvolver uma proposta de política pública e social que atenda às necessidades de esporte recreativo e de lazer da população. O PELC, na sua essência, além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer, que envolvam todas as faixas etárias e as pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direito de todos.

Os núcleos principais de atuação do PELC são Esporte na Escola; Recreio nas Férias; Competições e Eventos de Esporte e Lazer; Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania; Esporte e Lazer na Cidade e Vida Saudável.

De acordo com o orçamento da União e com as despesas executadas pelo Ministério do Esporte, desde 2013 até setembro de 2014, observamos que as ações programadas não contemplam mais a totalidades dos núcleos do Programa, concentrando-se apenas na execução dos convênios vigentes para implantação de espaços integrados de esporte, cultura, lazer e serviços públicos - praças dos esportes e da cultura e para implantação e modernização da infraestrutura para esporte educacional, recreativo e de lazer. A tabela a seguir revela a queda nos recursos investidos de forma direta e por meio da transferência de recursos da União entre os anos 2010 e setembro de 2014.

**TABELA 4. APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS INVESTIDOS EM PROGRAMAS DE LAZER DO MINISTÉRIO DO ESPORTE. BRASIL. 2010-2014**

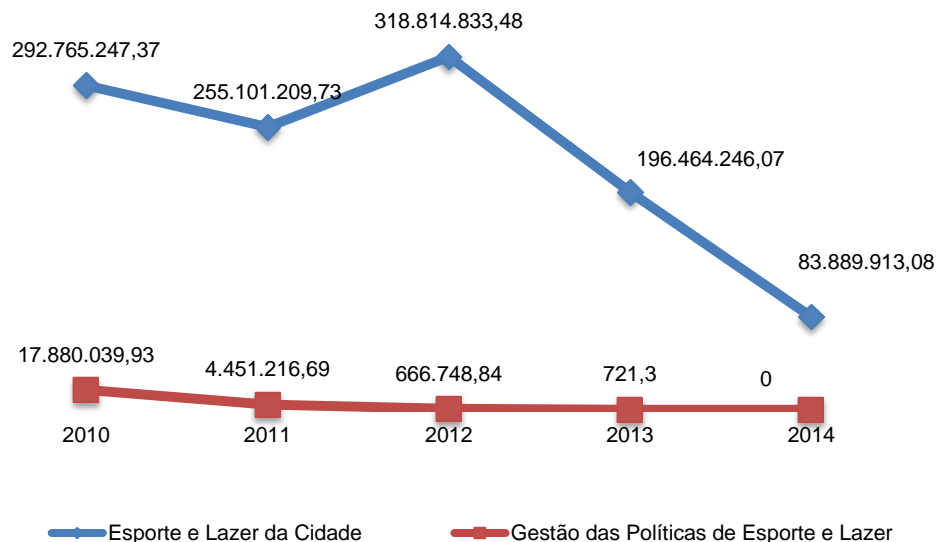
	Recursos Aplicados - Programa Esporte e Lazer na Cidade (em R\$)				
	2010	2011	2012	2013	2014
Gasto Direto	17.625.559,49	35.188.820,73	8.587.325,77	682.578,53	0,00
Transferência de Recursos	275.139.687,88	219.912.389,00	310.227.507,71	195.781.667,54	83.889.913,08
<b>Total</b>	<b>292.765.247,37</b>	<b>255.101.209,73</b>	<b>318.814.833,48</b>	<b>196.464.246,07</b>	<b>83.889.913,08</b>
Gasto Direto	16.907.033,77	3.537.716,69	666.748,84	721,30	0,00
Transferência de Recursos	973.006,16	913.500,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>17.880.039,93</b>	<b>4.451.216,69</b>	<b>666.748,84</b>	<b>721,30</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Elaboração própria, adaptado de dados do Portal da Transparencia. <http://www.portaldatransparencia.gov.br>.

Acesso em julho e setembro 2014.

Afetando a regularidade das ações durante o período considerado (2010-jul/2014), os investimentos sofreram altos e baixos, com uma queda anual nos dois últimos anos que chegou a – 38,51% em 2013 e - 57,30% em 2014.

**GRÁFICO 5. RECURSOS PÚBLICOS INVESTIDOS EM PROGRAMAS DE LAZER DO MINISTÉRIO DO ESPORTE. BRASIL. 2010-2014**



Fonte: Elaboração própria, adaptado de dados do Portal da Transparência.  
<http://www.portaldatransparencia.gov.br>. Acesso em julho e setembro, 2014.

Somando os últimos cinco anos, de acordo com as informações do portal da transparência pública do Governo Federal, os investimentos no PELC ultrapassaram a cifra de 1 bilhão de reais por meio de gastos diretos e transferência de recursos da União para estados, municípios, Distrito Federal, instituições privadas com e sem fins lucrativos, ao exterior ou diretamente repassados a cidadãos. Nos Programas "Brasil Campeão" e "Grandes Eventos Esportivos" foram gastos, apenas nos dois últimos anos, mais do que os cinco anos destinados ao PELC, totalizando quase 1 bilhão e meio de reais, demonstrando o caráter prioritário do esporte de alto rendimento, em especial pela realização da Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos de 2016.

O financiamento é uma das questões de base para as ações do Ministério, já que, isolando os programas com aporte de recursos internacional, tem como fonte principal parte da receita das loterias, que são distribuídas aos municípios

brasileiros. Esse é um tema preocupante, pois demonstra a fragilidade e inconstância da ação pública, condicionada aos prazos dos acordos bilaterais, como podemos constatar com o término do Programa "Segundo Tempo" e a extinção da Secretaria ao qual estava subordinado.

O setor privado também se beneficia dos recursos públicos na implantação da oferta do lazer, especialmente com empréstimos concedidos pelos bancos estatais, assunto sobre o qual Mascarenhas realiza crítica pertinente à nossa análise:

Em vez de patrocinar o desenvolvimento concêntrico do “mercolazer” – como, por exemplo, na concessão de empréstimos pelo BNDES para a construção de *shoppings*, parques temáticos ou mega-empreendimentos turísticos –, o fundo estatal deveria investir na ampliação do acesso ao microcrédito para cooperativas e política de subsídios para as pequenas empresas de lazer com atividades efetivamente orientadas para a promoção da cultura lúdica, do bem-estar humano, da dignidade das pessoas e do respeito à natureza. (MASCARENHAS, 2007, p. 194)

Sem uma política que determine as diretrizes para o lazer nacional, a estrutura institucional com suas instâncias e competências ou mesmo as linhas de financiamento e investimento, encontramos um setor defasado, que mesmo com a visibilidade de uma Secretaria vinculada ao Ministério do Esporte, pouco contribui beneficiando a população brasileira com suas reais necessidades e direito ao lazer.

Manifestamos na análise anterior que os estatutos tiveram importância no *corpus* legal do lazer, mas também serviram de apoio ao distanciamento do Estado frente aos problemas sociais consequentes do processo selvagem do capitalismo pós-industrial. Em toda a fase de desenvolvimento do que denominamos “Estado Social Liberal” foi perceptível essa mesma tendência neoliberal de ampliação das responsabilidades no atendimento aos direitos sociais, no qual a perspectiva pluralista ganhou força, numa suposta proposta de “estado ampliado” gramsciano.

Com foco neste cenário que Mendonça apresenta os riscos da perversa apropriação das ideias de Gramsci:

Encontramo-nos, assim, diante de sério risco teórico: o do culto a uma “sociedade civil” desvirilizada de seu caráter transformador ou contra hegemônico e que ganha cada vez mais novos adeptos, qual mancha de

óleo no oceano do liberalismo. E tamanho amesquinhamento conceitual conta com um poderoso argumento a servir-lhe de “chão” nesta onda revisionista: a questão das “identidades sociais” devidamente descoladas do conceito de classe, tido como restritivo e “essencialista”. Num mundo “pós-moderno”, as diversidades e diferenças atuam como detergentes das universalidades. E, na mesma escala em que proliferam movimentos baseados em identidades de raça, de gênero, de sexualidade e de etnicidade, amplia-se também o que hoje é apropriado e entendido como “sociedade civil”, noção que a tudo engloba e engole.

O mais curioso é que a rendição ao pluralismo tem como álibi a suposta aspiração democrática nele contida. (MENDONÇA, 2012, p.4)

Entendemos que os Estatutos fazem parte do arcabouço legal que trata de direitos sociais, têm disseminação popular e impacto no planejamento e gestão de programas porém também se revertem em mais um mecanismo de legitimação dos direitos expressos na Constituição que não garante a sua concretização, formatando nichos específicos, que determinam ou são determinados pelas linhas de atuação do próprio Estado.

Apesar de não existir um estatuto do lazer, vários desse instrumento consideram o tema como elemento importante, tal como indicamos sobre o ECA e o Estatuto da Cidade, e que iremos perceber nos demais estatutos criados a partir de 2003.

O **Estatuto do Idoso**, assinado no dia 1 de outubro de 2003, deixa explícito que os programas de lazer devem ser incentivados proporcionando melhoria da qualidade de vida do idoso e a sua participação comunitária. O **Estatuto da Igualdade Racial**, de 20 de julho de 2010, também destaca a importância de ações afirmativas de combate à desigualdade étnica com foco nas áreas de educação, cultura, esporte e lazer.

Mais recentemente o **Estatuto da Juventude** (Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013) legitima a necessidade de políticas públicas para o lazer, enfatizando o mesmo como fator essencial para a qualidade de vida da população entre 15 a 29 anos de idade.

O Art. 29 do Estatuto define que a política pública de desporto e lazer

destinada ao jovem deverá considerar:

- I - a realização de diagnóstico e estudos estatísticos oficiais acerca da educação física e dos desportos e dos equipamentos de lazer no Brasil;
- II - a adoção de lei de incentivo fiscal para o esporte, com critérios que priorizem a juventude e promovam a equidade;
- III - a valorização do desporto e do paradesporto educacional;
- IV - a oferta de equipamentos comunitários que permitam a prática desportiva, cultural e de lazer. (BRASIL, 2013, s.n.).

Fator determinante e/ou promotor, concluímos que o lazer está manifesto nos estatutos, políticas e programas dos setores da saúde, cultura, educação e esporte, sendo este último o âmbito que abriga a estrutura institucional que trata do tema de forma mais específica, ainda que tenhamos a crítica de que a vigência dessa estrutura esteja condicionada à manipulação do capital.

Apesar deste reconhecimento o debate sobre o lazer na agenda das políticas públicas é setorial e fragmentado. Encontramos, em nível do Governo Federal, iniciativas junto à problemática habitacional, como o programa “Minha Casa, Minha Vida” com propostas para a questão dos espaços de lazer, mas sem integração e interface com as diferentes dimensões do fenômeno, como a recreação, a cultura, a arte e o esporte. Assim mesmo, apesar da exigência legal<sup>70</sup> do compromisso do poder público local de instalação ou de ampliação dos equipamentos e serviços relacionados a educação, saúde, lazer e transporte público, observamos que os assentamentos urbanos não estão atendidos nem com o mínimo exigido. Outra proposta que deve ser acompanhada com atenção é a do “vale-cultura”, que comentamos na introdução, pois tem pouca interface com os programas instituídos no Ministério do Esporte, estabelecendo-se como um projeto isolado com limitada interface entre o Ministério da Cultura e o do Trabalho.

Por essa amostra da realidade verificamos que existem instrumentos legais apropriados, ainda que mínimos, mas que não são cumpridos em sua integridade. Os principais avanços, vamos identificar nas políticas públicas direcionadas à dimensão do esporte, que representa até então o maior montante de investimentos do Governo Federal.

---

<sup>70</sup> Lei Federal nº 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV

### **3.3. A PERSPECTIVA DO “INSTANTE” NA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER**

A análise de políticas públicas supõe a determinação e escolha de métodos, sistemáticas ou referências que variam em função do objetivo das políticas e dos avaliadores. Wildavsky (1979 apud DAGNINO, 2002) afirma que a análise de política representa um campo cujas fronteiras (internas e externas) de investigação não obedecem a limites rígidos, sendo estabelecidas de acordo com a natureza do problema a ser analisado. As políticas públicas de lazer representam um novo segmento de análise, com raras contribuições metodológicas próprias ou cuja limitação se configura pela análise pontual de ações vinculadas a projetos de pequeno e médio prazo.

Segundo os registros do Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq<sup>71</sup>, no último Censo, realizado em 2010, existia um total de 403 (quatrocentos e três) pesquisadores ligados aos 47 (quarenta e sete) grupos de pesquisa com estudos sobre o lazer.

As linhas de pesquisa desenvolvidas por estes grupos são bem variadas, com maior frequência na área de esporte e lazer, que representa o total de 30 grupos, lazer e interdisciplinaridade (6 grupos); política pública e lazer (4 grupos), turismo e lazer (2 grupos) e lazer e formação profissional (2 grupos).

No âmbito das políticas públicas, analisando a produção dos maiores grupos, no período do Censo CNPq, vamos observar que o maior percentual de trabalhos focaliza a escala municipal, associada à questão dos espaços e equipamentos urbanos de lazer e esporte. As iniciativas de estudo sobre a política pública nacional de lazer são recentes e têm como proposta o monitoramento e avaliação de ações de programas específicos, particularizando a análise mais como instrumento de gestão do que construção metodológica. Apesar disso, se apresentam como trabalhos de excelência, que contribuem para o desenho mais realístico de diretrizes para o lazer.

---

<sup>71</sup> O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), agência do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), tem como principais atribuições fomentar a pesquisa científica e tecnológica e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros.

A Rede CEDES - Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer incentivou o campo de pesquisas sobre esporte e lazer, por meio de apoios financeiros para Instituições de Ensino Superior públicas e privadas

Como detalha Schwartz (em fase de elaboração):

Com a criação da Rede CEDES, diversos grupos de pesquisadores tiveram maior subsídio para ampliar substancialmente o volume de estudos relacionados com essas temáticas, tendo em vista que o apoio federal proporciona a melhoria no aparato técnico-científico para as instituições de ensino superior, as quais priorizam as pesquisas relevantes para a área do conhecimento sobre esporte e lazer. Neste sentido, as ações realizadas pela Rede CEDES possibilitaram, mesmo que de forma indireta, que a sociedade civil, representada pelos pesquisadores, pudesse participar, avaliar e sugerir mudanças nas Políticas Públicas de esporte e lazer no Brasil. Estes pesquisadores puderam contribuir por meio da produção e disseminação de conhecimentos, com os ideias de uma sociologia pública, baseada na luta contra o neoliberalismo, mostrando a importância do apoio governamental na elaboração e execução de políticas sociais no Brasil.

A Rede Cedex colaborou com o crescimento científico e a implantação de vários núcleos de estudos nas instituições de ensino superior, apoiando pesquisas e a socialização dos resultados, possibilitando assim um panorama avaliativo dos programas implementados pelo Ministério do Esporte.

Não podemos deixar de enfatizar ainda o protagonismo de Nelson Carvalho Marcellino, como maior expoente dos estudos sobre as políticas públicas de lazer, tendo em vista que o conjunto de sua obra no Brasil abrange a problemática do lazer com propostas de intervenção baseadas na ação comunitária como alternativa operacional. Com uma perspectiva originada em Gramsci, o autor estabelece uma proposta de reconstrução do lazer que, superando a abordagem funcionalista, apoia o trabalho socioeducativo da comunidade, de modo a sensibiliza-la para o enfrentamento dos problemas.

Outra referência imprescindível em nossa revisão bibliográfica é a de Roberto San Salvador Del Valle, tendo em vista que apresenta uma proposta esquemática de análise de políticas de lazer, baseada no contexto espanhol, que se assemelha ao nosso objetivo, apesar das diferenças que vamos elucidar logo em seguida.

O “Modelo Relacional” de análise, avaliação e desenho da intervenção política no âmbito do lazer, elaborado por San Salvador (2000) tem como objetivo primordial desenvolver um modelo que seja sensível ao entorno social e contexto teórico atual bem como à antecedência da experiência política prática. Para tanto elabora um quadro referencial que parte do aprofundamento e desdobramento de questões que envolvem: a caracterização da política, em função das famílias ideológicas e expressões que lhe representam e à identificação das formas de intervenção política, no que alude à competência e a forma de organização, com foco na capacidade institucional e outros elementos processuais.

Apesar da complexidade, o autor indica em seu material didático que é possível elaborar um protocolo para análise e desenho de políticas públicas de lazer *mediante un diseño glocal, relacional, inclusivo, participativo, cocreativo, integral, sostenible, racional, creativo y empático* (informação verbal)<sup>72</sup>. Com base nesses elementos, o sistema proposto por San Salvador (2000) se converte numa estratégia de análise e transformação das políticas de lazer em fator de coesão e atração, que deve convergir numa proposta de inovação em políticas de lazer.

Diferente de nossa proposta, San Salvador avança com base num cenário que ainda está em construção na realidade brasileira, haja vista que se apresentam diferentes configurações, onde o valor do lazer se reflete na essência e aparência das relações sociais capitalistas de cada espaço geográfico, com antecedentes próprios e no qual a contribuição do autor terá validade ao se estruturar um espaço sólido, onde a política de lazer se distancie do caráter efêmero e instantâneo que lhe caracteriza atualmente.

É sob esse contexto real que propomos a perspectiva do instante na análise de políticas de lazer. Se tomarmos apenas o sentido do vocabulário, instante, que deriva do latim *instans*, apresenta os significados de momento muito breve; ocasião; hora; momento.

Bachelard (2007) nos proporciona uma leitura interessante sobre o “instante” a partir de uma rica análise das teorias desenvolvidas por Bergson e Roupnel no estudo do tempo.

---

<sup>72</sup> Palestra realizada durante a disciplina Políticas de Ocio y Derecho al Ocio do curso de *Master Universitario en Dirección de Proyectos de Ocio, Cultura, Turismo, Deporte Y Recreación*, IEO/Universidad de Deusto, no dia 12 de novembro de 2012.



Bergson defende a ideia do tempo contínuo, Roupnel fundamenta sua tese no contrário, depositando na sequência de instantes a descontinuidade do tempo. O autor conclui que para Roupnel “o tempo é uma realidade encerrada no instante e suspensa entre dois nada” (BACHELARD, 2007, p. 17). Diz ainda que o instante é já a solidão mas apesar disso não discorda nem de Bergson nem de Roupnel e propõe que a consciência do tempo está na utilização dos instantes de forma ativa, pois a duração do tempo não compreende uma uniformidade pura e simples, que caracterizaria o continuísmo bergsoniano ou a “descrição do nada”. A duração estaria numa uniformidade variada, e por isso rica e progressiva.

Assim como os clássicos filósofos, alguns autores dos dias atuais também demonstram encantamento no estudo sobre o tempo, e especificamente sobre o instante.

Para além da sua teoria sobre tribos, o sociólogo francês Michel Maffesoli também contribui referindo-se que o tempo é cíclico, seu movimento é um eterno finalizar e reiniciar, que dá valor à um presenteísmo favorecendo o sentimento de pertencimento à espaços específicos, nos quais cada indivíduo se identifica e é aceito pelo grupo ou tribo social. Para o autor a vida não é mais uma concatenação de instantes imóveis, de instantes eternos, dos quais se pode tirar o máximo de gozo, pois a velocidade é a marca do drama moderno e suas consequências se refletem em práticas sociais que parecem sem sentido mas no fundo nos permitem compreender as características do trágico nas sociedades pós-modernas. Como reação ao quadro apresentado Maffesoli aponta que vemos despontar um elogio da lentidão, incluindo a ociosidade. (MAFFESOLI, 2003)

Outro intelectual importante na análise sobre o tempo é Elias (1998), que explora o conceito de tempo desde a antiguidade, passando pelas concepções newtoniana e de Einstein (que põe em dúvida o caráter unidirecional do tempo) demonstrando também a mutabilidade da ideia de tempo na era moderna. Sua preocupação maior concentra-se nas formas históricas de medição do tempo.

O autor demonstra que “a experiência do tempo como um fluxo uniforme e contínuo só se tornou possível através do desenvolvimento social da medição do tempo” (ELIAS, 1998, p. 36). Com isso o autor explicita a diferença entre o tempo físico e social, sendo o primeiro determinado com referência à natureza e o segundo com referência à sociedade.

A palavra tempo, diríamos, designa simbolicamente a relação que um grupo humano ou de quaisquer seres vivos dotados de uma capacidade biológica de memória e de síntese, estabelece entre dois ou mais processos, um dos quais é padronizado para servir a outros como quadro de referência e padrão de medida. (ELIAS, 1998, p. 40)

Como quadro de referência para sincronização das atividades humanas, e como atividade de integração, a medição do tempo facilita uma rede de relações sociais, que estabelece o ritmo de transformações em diversas escalas espaciais.

É imprescindível associar as tendências do processo de urbanização considerando a “experiência do tempo”<sup>73</sup> e as características da sociedade “pós-modernista”, que faz parte deste fenômeno e o vivencia com dinâmica e estrutura própria. Na composição destas características não podemos deixar de enfatizar o aspecto negativo da rapidez e da instantaneidade dos acontecimentos.

Na sociedade “pós-modernista” a simultaneidade se intensifica e na mesma rapidez a dispersão aumenta, quer seja pela forma, função ou estrutura da cidade, elementos para os quais podemos indagar: “Diante de quem e para quem é que se estabelece a simultaneidade, a reunião dos conteúdos da vida urbana?” (LEFEBVRE, 2008, p. 95)

Lefebvre (2008), ao se referir sobre a cidade e o urbano, diz que estes termos se definem como forma de simultaneidade, campo de encontros e de trocas. Mais tarde ele acrescenta que sempre estarão presentes três fatores para a compreensão e análise da cidade, quais sejam: a sua relação com o território, com si mesma internamente e com o conjunto social. Esses fatores estarão presentes se analisarmos a forma, as funções e a estrutura, e é no conjunto social que o autor especifica as relações de imediatividade.

Sem parcimônia, verifica-se que as formas de atendimento às necessidades sociais, inerentes a sociedade urbana, seguem a lógica da pós-modernidade e encontramos aqui um ponto de partida para compreender o instante, como característica de uma política de simultaneidade, que atende ao imediatismo e à dispersão, signos próprios do urbanismo moderno.

---

<sup>73</sup> A experiência do tempo é vista por Elias como o poder de síntese da espécie humana para se orientar através de percepções marcadas pela aprendizagem e pela experiência prévia, tanto individual quanto a acumulada no decorrer das gerações.

Como atribui Harvey (2009), trata-se da dinâmica de uma sociedade do descarte, “capaz de atirar fora valores, estilos de vida, relacionamentos estáveis, apego às coisas, edifícios, lugares, pessoas e modos adquiridos de agir e ser.”

No discurso de Terry Eagleton (informação verbal)<sup>74</sup> podemos extrair alguns comentários críticos que contribuem para a compreensão da sociedade “pós-modernista”. Destacamos a fala onde o autor expressa que o Estado Capitalista é fundamentado num liberalismo que representa a descrença, a falta de fé, ou seja, algo cruel, material e egoísta. O mundo está dividido entre aqueles que acreditam demais e aqueles que acreditam pouco, figurando assim uma dialética circular e congelada, onde os que creem o fazem por poucas coisas. Cada vez mais sem raízes e cosmopolita, seculares e céticas as civilizações se tornam e assim nos perguntamos: como manter as pessoas felizes? O que vamos fazer com as pessoas enquanto não estão trabalhando?

Os questionamentos de Eagleton provocam a reflexão sobre a função do lazer, mas ao mesmo tempo, nos fazem alerta para os riscos de uma solução perversa, onde a necessidade e o desejo de consumo apresentam fronteiras comuns muito sutis. Onde, novamente a instantaneidade é reflexo rápido de uma busca de prazeres fluidos que pouco estimulam o autodesenvolvimento humano.

A ideia de uma “Política para o instante” é de confrontar as ações do Estado capitalista, que legitima o lazer como experiência instantânea e descontinuada, cujo principal benefício figura no consumo imediato de bens produzidos pelo mercado de entretenimento ou da indústria esportiva e cultural.

Considerando essa premissa justificamos a proposta de uma política de lazer na qual o “instante” deixa de ser conteúdo efêmero da ação do Estado – a “política de instante” – e assume um conjunto estruturado de objetivos que contemplem o instante como momento vivencial do lazer, fazendo parte de um fluxo duradouro de composição de um repertório variado de experiências.

A conversão do instante (quando deixa de ser o conteúdo da política – “de” e vira a finalidade “para”) se reverte em um conjunto de ações direcionadas para privilegiar um somatório de momentos que formam nossa trajetória individual e coletiva de lazer, desde a infância até a velhice.

---

<sup>74</sup> Entrevista ao Programa Milênio, exibido na Globo News, em janeiro de 2011.

O que denominamos de “Política de Instante” são aquelas políticas não assumidas pelo Estado como tal, representando seu descompromisso e a subordinação aos interesses setoriais do capital. Caracterizam-se por ações sem continuidade, sem determinação temporal significativa, realizadas esporadicamente e com resultado imediato, sem uma trajetória processual objetivada pela transformação do problema, além de dessincronizadas e anacrônicas.

Para melhor entendimento dessas características tomamos como exemplo políticas públicas de lazer, tendo em vista que existe uma intenção legalmente instituída, materializando-se em ações esporádicas que atendem mais à espetacularização, em tempos e espaços limitados, que estão aquém da problemática enfrentada nas cidades.

Com uso dessa categoria (instante) e com base em indicadores a seguir detalhados defendemos que emerge a necessidade da substituição dessa “Política de instante” por uma “Política para o Instante”, que tenha como atributo a sincronia com as necessidades reais dos indivíduos, desvinculando-se da manipulação do capital e assumindo uma postura autônoma que permita o desenvolvimento e a emancipação humana por meio da satisfação com o lazer.

Assim, consideramos que as políticas públicas de lazer **correspondem a um conjunto de intervenções que se materializam em bem ou em serviço de interesse público com objetivo de assegurar o direito ao lazer**, compreendendo aquilo que Lipsky (1980 apud ARRETCHE, 2001) aponta como políticas públicas, ou seja, as decisões dos burocratas que desempenham atividades-fim, suas rotinas e ações, elaboradas para contornar as incertezas e as pressões da sociedade.

Nossa sistemática de análise foi elaborada com base nas lógicas de continuidade e profundidade, que colocam frente a frente duas opções opostas: 1) a de políticas fluídas, descontínuas e instáveis e 2) a de políticas concretas, contínuas e estáveis. De acordo com indicadores de profundidade e continuidade observamos a tendência das públicas de lazer analisadas, em seguir a opção de políticas fluídas, caracterizadas como “Políticas de Instante” ou não.

**Designamos que Políticas de Instante compreendem àquelas políticas cujo aprofundamento das ações é fluído e inconsistente, combinado com uma temporalidade instantânea e descontínua, concebidas sob a pressão de**

**paradigmas que legitimam o discurso ideológico dominante e atendem de forma aparente a problemática do direito ao lazer.**

As condições para caracterizar as “políticas de instante”, se dividem em sociais, políticas e institucionais e levam em consideração a intensidade na combinação dos aspectos detalhados logo a seguir, que permitirão a utilização de uma sistemática própria de análise não se reduz a determinar se a política foi bem ou mal implementada, pois nosso foco de análise é se ela se caracteriza como uma “Política de Instante” ou, pelo contrário, como uma política concreta, que possa assegurar o direito ao lazer e com isso incorporar o que denominamos de “Política para o Instante”, ou seja:

**Aquela política cujas ações são concretas e consistentes, onde existe sincronia e continuidade, com diretrizes concebidas sob a pressão de paradigmas que legitimam o discurso popular e atendem a essência da problemática do lazer, privilegiando o instante, como categoria temporal integrante de um repertório variado e constante de opções de lazer.**

Explicamos agora cada um dos elementos condicionantes, para que o leitor compreenda nosso raciocínio na construção da sistemática utilizada.

**QUADRO 7. CONDICIONANTES NA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

<b>CONDICIONANTES</b>	<b>Indicadores</b>
<b>SOCIAIS</b>	Sincronização da política com as necessidades da sociedade
	Paradigmas dominantes
	Percepção do problema pela sociedade
<b>POLÍTICOS</b>	Autonomia do cenário político
	Fundamento das demandas
<b>INSTITUCIONAIS</b>	Recurso orçamentário
	Instrumentos legais
	Estrutura institucional

Fonte: elaboração própria

Em primeiro lugar nossa análise parte da seleção dos aspectos sociais, políticos e institucionais como pressupostos que afetam diretamente na caracterização das políticas públicas. Para cada pressuposto condicionante selecionado existem elementos-chave, cuja intensidade vai definir essas características, indicando a sua aproximação ou distanciamento ao conceito de “Política de Instante”.

Os elementos-chave também foram divididos em indicadores de profundidade e

de continuidade. Os indicadores de profundidade revelam a intensidade do compromisso da política, representando a força dessa política no que tange a dependência de trajetória, que Rocha nos ajuda com o seguinte esclarecimento:

A aplicação do conceito de dependência da trajetória permite explicar as origens da mudança institucional. Ao mesmo tempo, permite identificar e investigar os elos componentes da cadeia de decisões que interliga passado, presente e futuro. O emprego desse conceito na avaliação de políticas públicas e das instituições envolvidas permite perceber que certas trajetórias observadas ao longo dos processos de tomada de decisão governamental estão condicionadas por escolhas e decisões anteriores. Uma vez tomadas, tais decisões apresentam estabilidade no futuro, na medida em que o curso estabelecido tende a ser reforçado. Por tal motivo, podemos dizer que políticas públicas e suas instituições corporificam trajetórias históricas e momentos decisivos. (ROCHA, 2004, s.n.)

Quanto aos indicadores de continuidade, estes se referem ao poder temporal da política em análise, evidenciando os elementos com maior impacto na manutenção de ações de médio e longo prazo, tendo em vista que se algum desses elementos não tiver sustentabilidade, seja social, política, econômica ou institucional, não será possível assegurar o prosseguimento de determinadas propostas.

### ***Condicionantes Sociais***

O conjunto de indicadores dos condicionantes sociais é formado pela sincronização da política com as necessidades da sociedade; os paradigmas dominantes; e a percepção do problema pela sociedade.

Quanto ao aspecto da “**sincronização**” há de se salientar que poucas análises levam em consideração um tema tão importante como o tempo. Segundo Innerarity, o governo não maneja apenas espaços, recursos naturais ou trabalho mas também tem papel de gestionar o tempo. Infelizmente a política se caracteriza pela desincronização, já que as decisões são anacrônicas, acontecem depois dos acontecimentos rápidos da economia, ciência, técnica e do sistema social. (INNERARITY, 2008)

Configurar um ritmo democrático, que permita aproximar tempos que não se

coincidem e são descompassados é o grande desafio. Por isso, numa perspectiva inovadora, contemplamos esse condicionante para assegurar que quanto mais as políticas estão sincronizadas com a sociedade menos serão reduzidas à “reparação dos danos gerados pelo sistema econômico e tecnológico”. Com políticas mais sincronizadas também teremos um aumento da capacidade de autodisposição política da sociedade, item que proporciona maior **continuidade** das proposições.

No que se refere aos “**paradigmas dominantes**”, estes demonstram a relação entre a formulação e a implementação das políticas, pois os paradigmas que influenciaram o processo de tomada de decisão da formulação terão reflexo no momento da execução final das ações. Como afirmação da ideologia dominante do sistema social estabelecido os paradigmas tendem a justificar consensos, que desarticulam o debate e o enfrentamento. O fato é, que quanto mais a política se compromete em reproduzir tais paradigmas mais se fecha à possibilidade de recriar novos horizontes e desfechos ao problema em evidência. Paradigmas são considerados por nós indicadores de **profundidade**, pois sua dinâmica permitirá ou não a caracterização de políticas mais comprometidas com os interesses da sociedade.

Sobre o indicador “**percepção da essência do problema**” apontamos a necessidade de considerar este item na avaliação da profundidade das políticas, pelo fato de que a eficácia é medida pela satisfação dos beneficiários com os resultados alcançados e nada mais simples do que a avaliação deste impacto para determinação do alcance das políticas. É neste item que também devemos ponderar se a percepção da sociedade, sobre o tema, se situa na essência ou aparência do problema em análise.

### **Condicionantes Políticos**

São dois indicadores políticos que nos permitem analisar a profundidade e continuidade de uma política pública: dependência do cenário político e fundamento da demanda.

A “**dependência do cenário político**” está atrelada a autonomia dessa política pública perante o governo que a concebeu e ao que a conduzirá após formulação. Por isso trata-se de um indicador de continuidade, tendo em vista que sua permanência irá depender da maior ou menor autonomia em relação ao

clientelismo político-partidário.

No aspecto que atende ao "**fundamento da demanda**" estamos nos referindo exclusivamente às origens dos atores políticos que responderam à demandas sociais. Assim, quanto mais próxima da pressão popular for a exigência da política, maior será seu comprometimento e eficácia, por corresponder às necessidades demandadas por aqueles que lhe reivindicaram. Tratamos assim de uma concepção em que os cidadãos não estão limitados a simples objeto da política pública, como precisa Kiviniemi (1985 apud VIANA, 1988) mas são sujeitos com intencionalidade definida.

### ***Condicionantes Institucionais***

O ultimo conjunto de indicadores que nos auxiliam a determinar se uma política se caracteriza como "Política de Instante" ou não, são aqueles relacionados aos condicionantes institucionais, ou seja, aqueles que compreendem a estrutura governamental que permite o fluxo completo da ação pública. Três itens básicos conformam o seu conjunto de indicadores, quais sejam: estrutura institucional, recurso orçamentário e instrumentos legais.

Começamos pela "**estrutura institucional**". Sem ela já se encontra bastante comprometida a continuidade de qualquer política, pois sem vínculo institucional irá perder identidade, por força da fragmentação e indeterminação de responsabilidades. Quando a política se encontra alicerçada por uma estrutura institucional unificada e integrada mais fácil será de obter continuidade, enquanto que políticas que não estão situadas numa estrutura organizacional ou estão institucionalmente fragmentadas tendem a não resistir ao tempo.

Outro elemento que influencia na continuidade da política pública é o "**recurso orçamentário**" para execução das ações, pois sem ele não se concretizam objetivos, metas e diretrizes formuladas na fase anterior. Assim, quanto maior a garantia do orçamento dentro do escopo planejado na política, maior será a expectativa de sua perenidade.

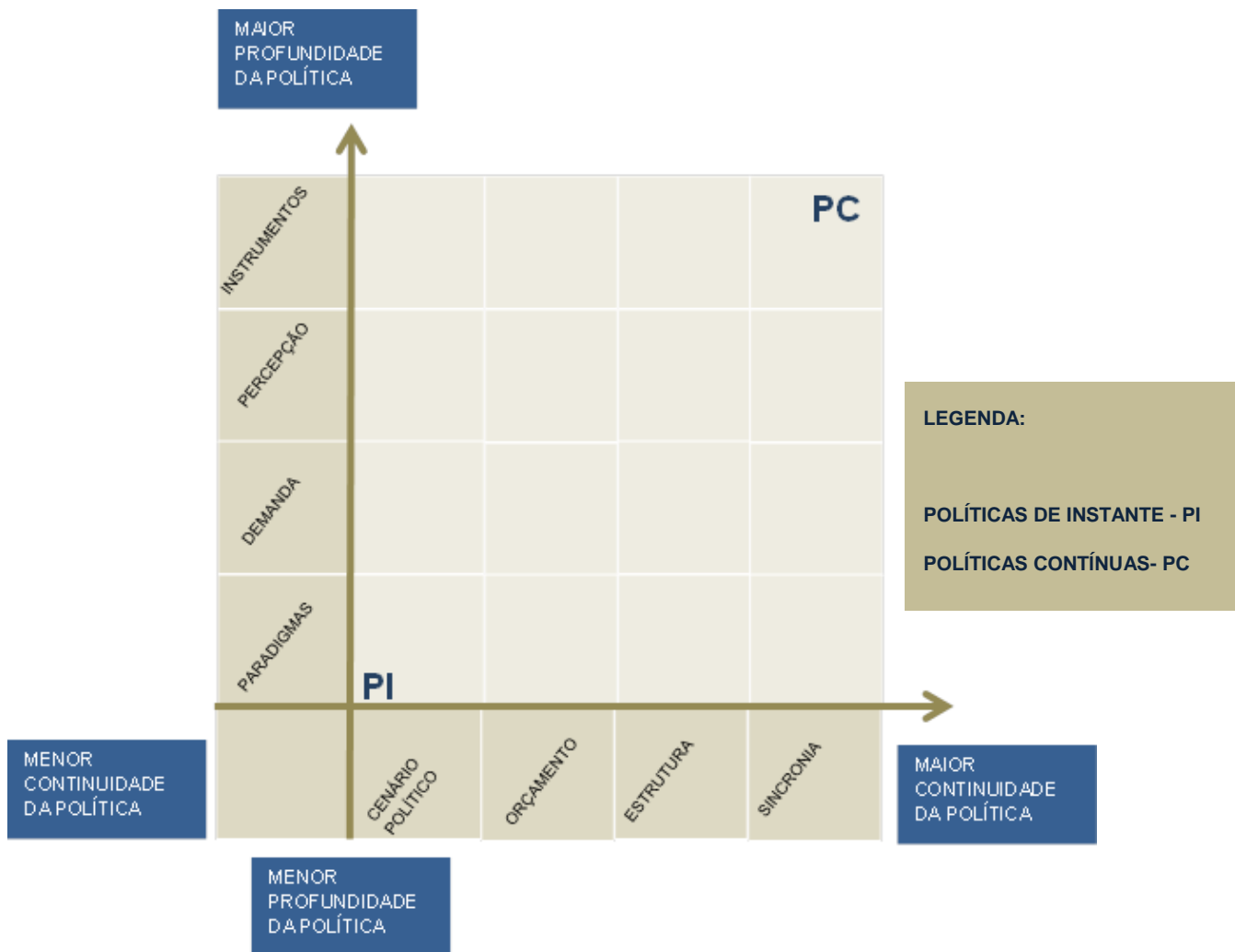
O último elemento, mas não menos importante, são os "**instrumentos legais**" que reafirmam o compromisso do governo em levar a cabo as decisões formuladas para execução da política pública. São elementos de profundidade, pois, uma vez



assumido o compromisso não poderão ser superficiais quando acionados os mecanismos legais que fundamentam a política formulada. Os instrumentos também se tornam oportunidades de visibilidade da ação pública, sob o alcance de qualquer cidadão de estados democráticos. Dessa forma quanto maior a quantidade e/ou qualidade de instrumentos, maior também será a profundidade da política em análise.

O desenho esquemático que apresentamos a seguir ilustra a proposta de análise que utilizaremos. Enquanto os indicadores de profundidade estão representados pelo eixo vertical, observemos os indicadores de continuidade no eixo horizontal.

**FIGURA 24: ESQUEMA DE ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**



Para evoluir em direção à extremidade superior do eixo vertical, que caracteriza maior profundidade, é necessário que a política analisada:

- Tenha maior abertura na aceitação de paradigmas não dominantes.
- Proporcione maior atendimento das demandas populares.
- Atente para a percepção da essência do problema em foco.
- Tenha maior integração dos instrumentos legais que lhe garantam sustentabilidade e aplicação.

Para evoluir em direção à extremidade direita do eixo horizontal, que caracteriza maior continuidade, é necessário que a política:

- Esteja situada num cenário de maior autonomia política.
- Tenha recursos e cronograma orçamentário apropriado.
- Possua estrutura institucional unificada e integrada.
- Atue em sincronia em relação às necessidades da sociedade.

É visível que quanto mais próximo das extremidades, maior será a característica contínua e sólida dessa política, enquanto a proximidade ao centro, que demonstra pouco avanço dos oito condicionantes considerados, equivale às características fluídas e descontínuas, do que denominamos de “Política de Instante”.

A matriz que apresentamos a seguir permite a aplicação dos indicadores numa escala mais prática, pois proporciona a interação dos desempenhos de cada um dos condicionantes fornecendo um quadro geral para a identificação do tipo de política analisada. Quanto menor a intensidade dos condicionantes (representado pela expressão FRACA) mais próxima a política analisada será do que denominamos de “Política de Instante”, enquanto que numa intensidade mais FORTE poderemos verificar políticas de efeito contrário ao instantâneo. Assim, para que a política não se caracterize como instantânea deverá contemplar todos os requisitos indicados na coluna forte ou na coluna média, pois o conjunto dos indicadores é essencial para um conceito de política contínua, que atenda os atributos de continuidade e profundidade.

**QUADRO 8. MATRIZ ANALÍTICA DE INTENSIDADE DOS INDICADORES**

CONDICIONANTES	GRAU DE INTENSIDADE DOS INDICADORES		
	FORTE	MÉDIA	FRACA
	<b>Cumpre todas as condições abaixo</b>	<b>Cumpre todas as condições abaixo</b>	<b>Cumpre parte das condições abaixo</b>
<b>SINCRONIZAÇÃO</b>	Atendimento das necessidades da população em tempo mais rápido que a eclosão do problema	Atendimento das necessidades da população em tempo de corrigir o problema	Atendimento das necessidades da população com atraso para correção do problema
<b>PARADIGMAS</b>	Nenhuma influência de paradigmas dominantes	Pouca influência de paradigmas dominantes	Grande influência de paradigmas dominantes
<b>PERCEPÇÃO</b>	Reconhecimento da essência do problema do lazer	Identificação da essência do problema do lazer	Desinteresse da essência do problema do lazer
<b>AUTONOMIA DO CENÁRIO POLÍTICO</b>	Permanência e incremento da política mesmo com mudanças de governo	Permanência da política mesmo com mudanças de governo	Extinção da política em função das mudanças de governo
<b>FUNDAMENTO DAS DEMANDAS</b>	Demanda exclusivamente popular	Demanda popular e corporativa	Demanda exclusivamente corporativa (iniciativa privada, setores específicos)
<b>RECURSO ORÇAMENTÁRIO</b>	Previsão orçamentária de longo prazo	Previsão orçamentária de médio prazo	Sem previsão orçamentária ou dependência externa
<b>INSTRUMENTOS LEGAIS</b>	Formalização da política pela lei e de seus instrumentos regulatórios ou normatizadores	Formalização fragmentada da política em diversas leis e instrumentos legais	Legitimação apenas institucional, sem instrumento legal aprovado
<b>ESTRUTURA INSTITUCIONAL</b>	Vinculação da política a um ente capacitado da estrutura governamental	Política fragmentada sem vínculo unificado na estrutura governamental	Política sem vínculo na estrutura governamental

Fonte: Elaboração própria

Diante da aplicação da matriz analítica apresentada alcançamos indícios que colaborem na busca de respostas aos questionamentos levantados anteriormente, ou seja: Quais as tendências das políticas públicas federais de lazer contemporâneas? Que condições induzem com mais facilidade a uma “Política de Instante”?

Na última pergunta, sobre a “Política de Instante”, uma questão deve ser levantada para que não tenhamos a ilusão de que a simples descontinuidade caracteriza este tipo de política, tendo em vista que este aspecto é imprescindível até mesmo na manutenção da continuidade. Tal fundamento se insere numa lógica na qual Mészáros (2012, p.35) introduz a “dialética da continuidade e

descontinuidade”. O processo de desenvolvimento humano implica em efeitos constantes e imediatos, em permanência e mudança, que dão movimento à vida e proporcionam a evolução do ser. Na política, adotando a mesma perspectiva, é desejável que o movimento não seja apenas instantâneo e reformador, mas se consolide numa continuidade, que não se basta pela “continuidade da mudança” mas pela “mudança significativa da continuidade”. Repetindo Coutinho (2011b, p.19), a cerca do pensamento do jovem e do maduro Gramsci, acreditamos que o “momento da continuidade, contudo, não deve ocultar o da relativa descontinuidade, que se manifesta não apenas no manifesto de novas temáticas [...] mas pela ruptura necessária para essa renovação”.

Assim, quando nos referimos a “Política para o Instante”, que têm caráter contínuo, devemos fazer essa observação cuidadosa, pois não se tratam de políticas de perpetuação da ordem estabelecida, mas sim de caráter concreto, onde a continuidade se permite a mudanças de volume significativo, bem diferente da “Política de Instante”, cujo caráter “líquido” não permite esse movimento dialético, de construção e reconstrução.

Estabelecendo um protocolo de análise, fundamentado nos fatores selecionados como indicadores, procedemos a seguir com a aplicação de uma sistemática, que engloba períodos políticos diferenciados da história do Brasil e a qualificação de intensidade dos indicadores observados.

A análise é amparada por um conjunto de valores já explicitados em nossos pressupostos teóricos, bem como pela memória e história das políticas públicas federais de lazer e todos os elementos transversais, como as instituições e os instrumentos internacionais, os sujeitos e seus valores.

A partir do contexto histórico observado, dos sujeitos identificados e do arcabouço político-institucional que compreende o lazer no âmbito nacional, utilizaremos a matriz proposta para analisar quais indicadores apresentam intensidade favorável ou não para caracterizar uma “política de instante”.

Antes de prosseguir a análise crítica apresentamos algumas observações prévias e cuidados que orientaram o desfecho de nossa tese:

— A preocupação em desenvolver um meio termo entre a interpretação generalizada ou particularizada do tema, dado a extensão do período em análise

e a fragmentação das ações direcionadas ao lazer.

- A observação de que o lazer é uma manifestação de liberdade, individual e expressa necessidades, desejos e valores particulares que aparentemente contradizem a possibilidade de resposta universal, mas que apresenta pontos de convergência da vivência coletiva, onde se configura nossa sondagem sobre políticas públicas.
- A reafirmação de que o lazer é um fenômeno moderno, que apesar de um longo antecedente histórico-conceitual, tem sua representação na luta de classes, nas conquistas trabalhistas por mais tempo livre e direitos trabalhistas. A problemática do lazer, portanto, deve ser entendida como demanda popular e como tal, sua resposta deve corresponder às expectativas desse coletivo, proporcionando o direito social a partir da igualdade de oportunidades, onde o indivíduo possa expressar sua livre preferência na seleção de espaços, atividades, tempos e grupos que melhor se adequam aos seus desejos e necessidades.
- O reconhecimento de que as iniciativas de âmbito municipal tiveram maior impacto na problemática do lazer, o que não inviabiliza o interesse em identificar qual o tipo de política adotada no âmbito federal.
- O respaldo de que apresentamos uma contribuição inédita e replicável, haja vista que a proposição da categoria “Política de Instante” também se aplica a outros tipos de política, além daquelas específicas do lazer.

No quadro a seguir, assinalamos em laranja a situação que melhor qualifica cada um dos indicadores das políticas públicas de lazer em nível federal, em quatro momentos históricos peculiares, onde se desenvolveram políticas de lazer específicas, já detalhadas nos capítulos anteriores.

**QUADRO 9. MATRIZ ANALÍTICA DE INTENSIDADE DOS INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER, BRASIL (1930-2014)**

INDICADORES	INTENSIDADE DOS CONDICIONANTES		
	CONTINUAS ←	POLÍTICAS	→ DE INSTANTE
	FORTE	MÉDIA	FRACA
	Cumpre todas as condições abaixo	Cumpre todas as condições abaixo	Cumpre parte das condições abaixo
<b>1. SINCRONIZAÇÃO</b>	Atendimento das necessidades da população em tempo mais rápido que a eclosão do problema	Atendimento das necessidades da população em tempo de corrigir o problema	Atendimento das necessidades da população com atraso para correção do problema
Estado Novo			
República Populista			
Estado Democrático ao Neoliberal			
Estado Social Liberal			
<b>2. PARADIGMAS</b>	Nenhuma influência de paradigmas dominantes	Pouca influência de paradigmas dominantes	Grande influência de paradigmas dominantes
Estado Novo			
República Populista			
Estado Democrático ao Neoliberal			
Estado Social Liberal			
<b>3. PERCEPÇÃO</b>	Reconhecimento da essência do problema do lazer	Identificação da essência do problema do lazer	Desinteresse da essência do problema do lazer
Estado Novo			
República Populista			
Estado Democrático ao Neoliberal			
Estado Social Liberal			
<b>4. AUTONOMIA DO CENÁRIO POLÍTICO</b>	Permanência e Incremento da política mesmo com mudanças de governo	Permanência da política mesmo com mudanças de governo	Extinção da política em função das mudanças de governo
Estado Novo			
República Populista			
Estado Democrático ao Neoliberal			
Estado Social Liberal			
<b>5. FUNDAMENTO DAS DEMANDAS</b>	Demanda exclusivamente popular	Demanda popular e corporativa	Demanda exclusivamente corporativa (iniciativa privada, setores específicos)
Estado Novo			
República Populista			
Estado Democrático ao Neoliberal			
Estado Social Liberal			

CONDICIONANTES	INTENSIDADE DOS CONDICIONANTES		
	CONTINUAS ←	POLÍTICAS	→ DE INSTANTE
	FORTE	MÉDIA	FRACA
	Cumpre todas as condições abaixo	Cumpre todas as condições abaixo	Cumpre parte das condições abaixo
<b>6. RECURSO ORÇAMENTÁRIO</b>	Previsão orçamentária de longo prazo	Previsão orçamentária de médio prazo	Sem previsão orçamentária ou com dependência externa (coop. Internacional)
Estado Novo			
República Populista			
Estado Democrático ao Neoliberal			
Estado Social Liberal			
<b>7. INSTRUMENTOS LEGAIS</b>	Formalização da política pela lei e de seus instrumentos regulatórios ou normatizadores	Formalização fragmentada da política em diversas leis e instrumentos legais	Legitimação apenas institucional, sem instrumento legal aprovado
Estado Novo			
República Populista			
Estado Democrático ao Neoliberal			
Estado Social Liberal			
<b>8. ESTRUTURA INSTITUCIONAL</b>	Vinculação da política a um ente capacitado da estrutura governamental	Política fragmentada sem vínculo unificado na estrutura governamental	Política sem vínculo na estrutura governamental
Estado Novo			
República Populista			
Estado Democrático ao Neoliberal			
Estado Social Liberal			

Fonte: Elaboração própria.

Como é possível concluir com o preenchimento de nosso instrumento de análise, as políticas públicas de lazer no Brasil, desde o período do Estado Novo ao atual, se situam mais próximas das características da “política de instante”, com indicadores de média e fraca intensidade. As condições assinaladas para nossa conclusão correspondem aos seguintes cenários de análise, que detalhamos em função de cada indicador considerado:

### ***Sincronização***

No primeiro período analisado, o atendimento das necessidades da população ocorreu em tempo mais rápido que a eclosão da problemática relacionada ao lazer, acompanhando, por exemplo, as determinações e diretrizes internacionais da época, tais como as regulamentações de organização do trabalho e do tempo livre do trabalhador, a recomendação 21 da OIT, sobre a adoção de medidas que estimulem a “higiene social” e também outras preocupações que justificaram a ação do poder público federal no sentido da oferta de atividades e equipamentos de lazer para a classe específica do trabalhador e da população urbana.

Apesar de atender em tempo as necessidades de lazer da população, o Governo Federal no período subsequente não manteve sincronia mais rápida do que o setor privado, que disparou na oferta de produtos, serviços e espaços de lazer prontos para consumo e distribuição. Este foi o caso de muitos shoppings e parques inaugurados na década de 70, que praticamente introduziram novos hábitos de entretenimento, especialmente da população mais jovem, com desejo pela modernidade e importação de estilos de vida propagados pelo americanismo. O abandono da ação pública e a substituição por outras entidades, como o SESC e SESI, bem como a ampliação de setores organizados como os clubes, associações, fundações e outras entidades também distanciaram a ação do poder público perante o pronto atendimento das necessidades de lazer.

Novamente, observamos a retomada da sincronização das políticas públicas com a abertura democrática do País, proporcionando o que denominamos de “atendimento em tempo de corrigir o problema do lazer”, posto que o tema passa a ser reivindicado pela própria população, que o insere no escopo dos direitos sociais



garantidos pela Constituição Brasileira. Ainda assim, a sincronização das políticas não supera a rapidez do mercado, que sob a égide da “pós-modernidade” dos anos 90, desvincula o lazer de seu caráter coletivo e social, personalizando e individualizando a experiência.

No período contemporâneo essa individualização irá representar um dos grandes obstáculos para a sincronização e desenho de políticas que suportem concomitantemente, a proposição de benefícios coletivos e a consideração da experiência subjetiva de liberdade.

### ***Paradigmas***

A relação entre ideologia e práxis se verifica com a influência dos paradigmas na implementação das políticas públicas de lazer. A partir deste indicador observamos que nos três primeiros períodos de análise a ação do poder público federal foi fortemente influenciada por paradigmas dominantes, que materializaram o discurso da sociedade civil hegemônica, representada no Estado Novo pelo modelo disciplinador e controlador do Estado; na República Populista pelo assistencialismo e clientelismo e no Estado Democrático e Neoliberal pelo reformismo e adoção do projeto neoliberal. A influência de cada um desses paradigmas redefiniu o papel do lazer na sociedade brasileira, formatando as políticas públicas com objetivos alheios a real necessidade da população, sem considerar o seu caráter multidimensional, que vai além da intervenção funcional.

A influência dos paradigmas dominantes só terá menor intensidade a partir do “Estado Social Liberal”, o que não significa que as políticas estão menos condicionadas ao discurso hegemônico, pois ainda percebemos a total dependência do lazer ao discurso de outros segmentos como o esporte e a cultura. O que se ampliou foi a incorporação de novos debates para o enfrentamento social, viabilizando uma dinâmica de baixo para cima, ainda inédita no planejamento do lazer em nível federal.

## ***Percepção***

No que se refere ao condicionante “Percepção da essência do problema”, ficou evidente um recorte de dois momentos diferenciados, já que no período que designamos como Estado Novo, os sujeitos do lazer, ainda sob o efeito repressivo do direito à preguiça, tiveram seus valores revertidos essencialmente no trabalho, sem liberdade de satisfação das necessidades que provinham da fantasia. Tanto que a recreação estava associada à melhoria da produtividade ao invés da satisfação daquilo que representa a essência do lazer. Essa mesma percepção equivocada da essência do lazer será mantida até o Estado Democrático, quando as políticas públicas de lazer passam por uma redefinição, de caráter global, que vai repercutir nos instrumentos legais que absorvem o lazer, como a Constituição Federal e diversos Estatutos criados nos anos 90. A essência do problema do lazer passa então a ser identificada, porém ainda faltará o passo seguinte, pois essa identificação não garante que as políticas deixem de focalizar apenas a aparência, com ações superficiais, de pouca abrangência e continuidade.

## ***Autonomia***

A autonomia do cenário político é um dos principais pontos fracos do conjunto de indicadores apurados, tendo em vista que comprovamos a alteração e extinção dos processos públicos relacionados ao tema do lazer, em função das mudanças governamentais da escala federal em todos os períodos de análise.

Com exceção dos longos períodos ditatoriais, as políticas de lazer no âmbito federal sofreram mudanças e até mesmo deixaram de existir de forma constante, caracterizando-se como altamente voláteis e sensíveis às mudanças do cenário político.

## ***Demandas***

Novamente se repete uma situação de semelhança entre os quatro períodos analisados, já que dos anos 30 ao fim da república populista as demandas atendidas correspondem exclusivamente ao eixo corporativo, da iniciativa privada e de setores específicos, com fins determinados pela satisfação de necessidades alienadas de

lazer utilitário e funcional.

Claramente observamos o conflito que nos anos 50 marcou a crítica ao imposto sindical, que de sua proposta original em suprir o trabalhador de vários benefícios, dentre eles o lazer, se transformou em verba de promoção e patrocínio de particulares.

Com o Estado Democrático, o atendimento das demandas se amplia, oriundo da combinação entre sociedade e setores específicos da iniciativa privada, compreendendo sujeitos cuja intencionalidade é definida por objetivos particulares, nem sempre consensuais.

Ainda que seja clara a reestruturação dos programas sociais no Brasil, incentivando formas alternativas de mobilização e novos meios de sociabilidade social, o lazer não entrou na pauta principal dos setores organizados, como demanda exclusiva da sociedade, sendo um tema periférico das propostas de reforma urbana, cultura popular e esporte.

Nos surpreende ainda o fato de que no último período estudado, que indicamos como "Estado de Ascensão das Classes", ainda não tenhamos políticas demandadas exclusivamente pela sociedade mobilizada e que ainda seja a demanda corporativa partícipe privilegiada dessa relação. Um exemplo claro é de que o lazer só entrou na agenda das políticas públicas federais como tema periférico do esporte, que corresponde um dos setores mais lucrativos da atualidade.

Outro exemplo surpreendente das demandas atuais é o programa denominado "Vale-cultura", que para a maioria dos jovens entrevistados em nosso estudo não substitui a necessidade de ações diretamente relacionadas ao lazer gratuito e em espaços livres nas cidades. Novamente as demandas da iniciativa privada e setores específicos são privilegiados tanto quanto a população, ou talvez mais que ela, como poderemos observar em outros segmentos das políticas públicas contemporâneas, para citar a política habitacional, que beneficia as grandes empreiteiras com seus projetos lucrativos e de baixa qualidade.

### ***Recurso Orçamentário***

Aqui nos baseamos na constatação de que os dois primeiros períodos de análise não compreendem os investimentos em lazer como despesas advindas dos cofres públicos, uma vez que a arrecadação do imposto sindical garantia a execução das ações dos órgãos responsáveis pelo lazer, incluindo o SESC e o SESI. Entretanto, devemos admitir que se tratava de um mecanismo de manutenção orçamentária de médio prazo, garantido por instrumentos legais.

Nos períodos posteriores percebemos a destinação de recursos para o lazer, por meio de repasses e investimento direto aos estados e municípios brasileiros. O que deve ficar destacado desde os anos 70 até os atuais é a crescente parcela de recursos externos aplicados nas ações de lazer, esporte, cultura e turismo, que em nossa análise, submetem o indicador ao campo da dependência externa. Entretanto, ainda que insuficiente, observamos a existência de recursos próprios da União na realização de ações que não afetam diretamente a problemática do lazer, mas mantêm a estrutura institucional responsável por tal.

### ***Instrumentos Legais***

Configurando uma situação semelhante aos demais condicionantes, o item instrumentos legais se apresenta com fraca intensidade nos dois primeiros períodos, do Estado Novo e da República Populista, tendo em vista que não há garantias legais, nem mesmo na Constituição, que promovam o lazer como direito social, bem como delimitem diretrizes, recomendações e estratégias nacionais para melhor tratamento da questão.

Nos anos subsequentes não há diferenças significativas, porém a Constituição Brasileira de 1988 incorpora o lazer como direito social e vários estatutos, recomendações e planos passam a incluir o tema como pressuposto para qualidade de vida, saúde, incentivo ao turismo, melhoria do espaço urbano e natural, controle de drogas, desenvolvimento do esporte, etc.

Ainda que se caracterize como um condicionante de médio impacto, o item instrumentos legais, que constitui um quesito de profundidade da política pública, se mantém fragmentado por falta de uma política integradora, tendo em vista que o

lazer encontra espaço disperso em ações amparadas pela política de educação, de cultura, de turismo, de habitação e de esporte.

Na atualidade a política de esporte é a que melhor contempla os objetivos do lazer, inclusive no aspecto institucional, como veremos a seguir.

### ***Estrutura Institucional***

Com uma dinâmica um tanto diferencial dos demais condicionantes, a estrutura institucional do lazer estava acomodada em um setor específico no Ministério do Trabalho, durante os anos 40, 50 e 60. Após esse período vamos nos deparar com uma dispersão do tema, que aparece na estrutura da educação, depois é descentralizado ao estilo neoliberal, sob a tutela dos municípios, para então ser retomado em nível federal. Hoje, depois de tanta dispersão, o lazer encontrou seu espaço no Ministério do Esporte, garantindo assim uma vinculação com um ente capacitado da estrutura governamental, conseqüentemente o vínculo também é amparado pela Política de Esporte, que apresenta o lazer com um de seus objetivos primordiais.

No âmbito geral concluímos que as políticas de lazer apresentaram indicadores negativos que lhe caracterizam como “Políticas de Instante”, pois a intensidade dos condicionantes de profundidade e continuidade não atinge a totalidade dos níveis médio ou forte, limitando-se ao atendimento de requisitos mínimos, distantes do requerido para uma política contínua e concreta.

Por outro lado é importante que se note a evolução dessas políticas, evidenciando-se as transformações dos paradigmas dominantes; da percepção da população, da autonomia política, do fundamento das demandas, do recurso orçamentário e dos instrumentos legais disponíveis. Apenas os itens da sincronização e da estrutura institucional não avançaram e representam um retrocesso da gestão federal na elaboração das políticas de lazer. Representando o “tempo do capital” as políticas não estão em sincronia com as necessidades dos sujeitos do lazer, assim como a estrutura institucional é frágil e não assume o lazer sequer na denominação de um sistema ou política que se diz para o “esporte e lazer”.

Concluímos ainda que as “políticas de instante” devem ser redirecionadas

para o que nos convém denominar de “políticas para o instante”, que nos fornecem uma temporalidade constante, focalizada naqueles momentos concebidos por um repertório sistemático com início, meio e fim de atividades de lazer. “Política para o instante” não corresponde a uma categoria intermediária, mas sim às políticas constantes abertas a mudanças significativas e que provocam mudanças significativas na sociedade.

O reconhecimento de novos paradigmas nessa perspectiva de política é imprescindível, pois também influenciará na sincronização entre a ação do poder público e as necessidades da população, permitindo que as políticas de lazer sejam cada vez mais próximas da realidade e da essência do valor do lazer, como evidenciado na pesquisa junto à população jovem parnaibana e seus familiares.

Visualizar esses novos paradigmas se insere num exercício de inovação em políticas de lazer. As sociedades ocidentais vivem momentos de rápidas e profundas transformações que implicam em uma nova ordem social, na qual a inovação está presente no avanço tecnológico, na expansão globalizada do capital, na invasão dos meios de comunicação na vida cotidiana, nos padrões de consumo, nas formas de emprego/trabalho e na estratificação social, entre tantas outras novidades.

O lazer, em meio a essa nova ordem social, encontra um papel também inovador, enfatizando uma reação que propõe um ideal para si mais “nobre, digno, solidário e livre” (CABEZA, 2011, p. 34, tradução nossa) que se expressa por meio da crítica ao lazer de massas, que demanda a reestruturação dos valores pessoais/sociais e da defesa de um ócio para todos.

Que sociedade queremos construir? Atendendo ao novo papel do lazer e compreendendo suas múltiplas implicações no contexto econômico e da organização de nossas sociedades em geral, a esfera pública, reconhecendo o lazer como direito básico, deve formular e responder esse questionamento, no desenho das políticas de lazer.

Se perseguir um caminho contrário, certamente vamos correr o risco de formatar propostas que atendam aos grandes fundamentos ideológicos que sustentam o novo sistema cultural, quais sejam, o desencanto e a debilidade da razão, que se repercutem na incredulidade perante os grandes acontecimentos da humanidade e na fragmentação moral.

Segundo San Salvador (2000) três enfoques podem ser utilizados na estratégia de inovação em políticas de lazer, quais sejam: o enfoque incrementalista (produtividade + quantidade); o enfoque adaptativo (melhoria contínua da qualidade) e o enfoque radical (qualidade + transformação). O primeiro enfoque representa aquele mais comum na iniciativa governamental, que prioriza o lazer funcional por meio da ampliação da oferta de espaços e equipamentos de lazer com grande preocupação na equação custo x benefício, baseada no repertório da escola teórica norte-americana. O segundo enfoque, adaptativo, insere um novo elemento na equação anterior, com maior aproximação social mas sem deixar de lado o caráter funcional do lazer. No terceiro enfoque vamos perceber a inovação propriamente dita, com o entendimento do lazer como experiência valiosa, que combina estímulos, oportunidades e recursos, os quais são elementos-chave em direção ao subjetivo *state of flow* (CSIKSZENTMIHALYI, 1999).

.No enfoque radical, dentre as mudanças no processo de formulação, execução e avaliação de políticas de lazer está o saber “porque” e “para quem” estamos planejando, para então sublinhar ações efetivas que equilibrem o objetivo da coletividade e o subjetivo do indivíduo para então entender a sociedade e suas motivações.

Se em qualquer modelo de decisão e análise de políticas públicas as questões indicadas já são fundamentais, em políticas de lazer elas se tornam indispensáveis e este talvez seja um dos percalços da ação governamental, muitas vezes desfocada, dessincronizada (INNERARITY, 2008) e incrédula dos significados psicológicos, sociais e econômicos do lazer.

Uma das principais ferramentas de planejamento que colabora no entendimento dos porquês e para quem planejamos o lazer são os estudos sistemáticos sobre os aspectos subjetivos do lazer. Novamente citando o exemplo de Bilbao, podemos indicar os estudos sistemáticos, que desde os anos 70 contribuem para caracterização do lazer na sociedade Basca e Espanhola, dedicando espaços específicos para análise sobre *consumo, ocio y trabajo, ocio de los españoles, familia y uso del tiempo, el empleo del tiempo libre, tiempo libre de los españoles en el fin de semana, encuesta sobre el uso del tiempo, hábitos culturales: cultura y ocio, franelograma sobre ocio y tiempo libre, euskadi: hábitos culturales,*

*encuesta nacional de juventud, jovenes vascos* e outras pesquisas periódicas, publicadas por instituições creditadas nacionalmente.

Compreender as características do público alvo para o qual se dirigem as políticas públicas de lazer, portanto, representa uma das principais inovações no desenho das políticas públicas de lazer. Parece lugar comum afirmar isso, porém a inovação se configura por uma busca integral da pessoa trabalhando mecanismos de aprendizado, criatividade e gerando empatias. (SAN SALVADOR, 2000).

A análise das experiências pessoais no âmbito do lazer se configura a partir de um conjunto de elementos objetivos e subjetivos, sendo que os objetivos respondem pelos aspectos do perfil do indivíduo/grupo, hábitos de lazer, tempo, espaço e recursos enquanto os subjetivos tendem à descortinar “[...] motivações, valores, interesses, opiniões, benefícios e satisfação” (SAN SALVADOR, 2009, p. 38, tradução nossa).

Inovando em políticas de lazer será possível trabalhar estes mecanismos com a abordagem de três dimensões no indivíduo: a experiência do sentir, como conjunto de sensações e percepções individuais, a capacidade de aprender e a possibilidade de agir. (SAN SALVADOR, 2000, tradução nossa).



# CONCLUSÃO

A conclusão de uma tese que se propôs a analisar o lazer, suas políticas públicas e a relação com a categoria instante, deve prezar pelo cuidado em admitir que exista uma reconstrução constante de paradigmas e valores da sociedade, inabilitando qualquer reflexão sem limite temporal. Assim, se o objetivo de concluir é esclarecer nosso pensamento no presente, apresentaremos agora uma “conclusão de instante”, qualificação tão depreciada para caracterizar uma política pública, mas que se aplica em nosso jogo metafórico para enfatizar que essas considerações não são permanentes e que a mudança se faz necessária, evidenciando o *desideratum*, que finaliza toda a exposição deste capítulo.

Em que pese a rara contribuição acadêmica no estudo do lazer é importante registrar as inúmeras fontes de consulta utilizadas em nossa investigação, pois permitiram a construção de um mosaico de informações, obtidas das áreas mais diversas de conhecimento. Talvez esta situação seja reflexa da própria dinâmica e dimensões do lazer, que se inter-relaciona com os setores da saúde, cultura, esporte, turismo, educação, entretenimento etc., dificultando um campo específico de análise. Por isso é importante frisar que foram consultados documentos, jornais, revistas, teses de doutorado e material bibliográfico disponível no Brasil e na Espanha.

Quando falamos em especificidade das políticas públicas de lazer também

podemos expressar que houve dificuldade, pois existem vários instrumentos legais que legitimam os direitos sociais e abordam de forma indireta a temática do lazer, como por exemplo os estatutos da Criança e do Adolescente, da Cidade, do Idoso, da Juventude, da Igualdade. Na edificação deste contexto a ação pública de âmbito federal pulverizou o lazer nas ações dos ministérios do Esporte, da Cultura, do Turismo, do Meio Ambiente, da Educação e, no passado, do Trabalho, colocando-o numa composição fragmentada.

Ao observar a influência das recomendações internacionais sobre o tema do lazer conseguimos compreender a origem dessa fragmentação, bem como acompanhar o processo transformador dos vínculos conceituais e políticos na definição da ação do Estado.

Tal qual o recomendado na primeira Conferência Internacional do Trabalho, o tempo livre foi emancipado do tempo de trabalho, provocando diversos efeitos que não revogaram a dominação de um lado e a subordinação do outro, incluindo no que se refere ao tempo. O tempo do lazer ficou subordinado ao tempo do trabalho, e assim começa a possível história do lazer, como produto do sistema capitalista de produção.

Da centralidade do trabalho ao direito de lazer, o debate internacional ficou retido no contraste entre o tempo livre e o de “produtividade”, demarcando de forma pobre o conteúdo do lazer como atividade funcional, para reposição das energias e consequente melhora do rendimento e da produtividade laboral.

Diferente da “classe ociosa” denominada por Veblen (2002), o operariado teve que lutar pela garantia de seu bem estar e direito ao lazer, principalmente pelo fato de que a melhoria da produtividade se associa, na verdade, à evolução tecnológica que proporcionou agilidade, rapidez e controle do desperdício na produção industrial, provendo a sociedade de todas as suas necessidades. Inviabilizada pela duplicação da produção inútil e limitação da produção necessária, a luta do operariado se tornou ao mesmo tempo direito e produto de consumo, cuja explicação está na própria estratégia capitalista de reverter o trabalhador em consumidor do excesso da produção desnecessária.

Cidadãos e trabalhadores consumidores de lazer representarão o que hoje caracteriza os sujeitos do lazer, impactando a construção de uma agenda de políticas públicas que denominamos de “políticas de instante”.

Ainda, relacionando a força dos protocolos internacionais sobre o lazer na determinação das políticas públicas, é importante salientar que a partir da segunda metade dos anos 40, com a criação dos organismos que estruturam a Organização das Nações Unidas, o lazer esteve e está em pauta nas recomendações e declarações que tratam de temas como esporte, infância, envelhecimento, trabalho decente, sustentabilidade urbana, motivações de viagens, prevenção ao uso abusivo de drogas.

O *World Leisure Organization*, organização norte-americana que desempenhava suas atividades originais ligadas ao incremento e qualificação dos parques urbanos, passa a ampliar seus objetivos e em 1956 coloca em evidência a importância do lazer acima do ideal funcionalista, promovendo o lazer como parte integrante do desenvolvimento social, cultural e econômico, embora não represente a voz popular, pois circunstancia um modelo representativo de sociedade civil no qual um grupo social se impõe sobre outros com fins econômicos, diferenciando a problemática do lazer pela inexistência de grupos de mobilização popular e social.

Nos anos 60, já em substituição ao termo recreação, que foi corrente até então, o lazer passa a integrar o debate contemporâneo no meio acadêmico evidenciando diferentes escolas que se caracterizam pela aproximação do tema à sociologia, à psicologia, à educação física, ao turismo e à economia.

Mediante esses novos olhares sobre o lazer se inicia um processo de desvinculação da dicotomia tempo livre versus tempo de trabalho, apesar de que o deslocamento da centralidade do trabalho a uma suposta centralidade no lazer também se encontra a serviço do capital.

Evidenciando tendências que foram construídas em épocas distintas e a partir de contextos diferenciados, fornecendo respostas a inquietudes e problemas emergentes de cada período histórico, o papel da agenda internacional será cada vez mais forte, influenciando nas intervenções sobre o lazer. As respostas que dizem respeito à influência internacional foram elaboradas a partir das iniciativas do pós-guerra, do desenho das bases do desenvolvimento sustentável, da redemocratização de vários países e do fim do estado de bem-estar social, substituído pelas políticas públicas.

Seguindo as tendências referendadas nas recomendações e protocolos internacionais, o Brasil “da preguiça de Macunaíma” também lançou vistas sobre a

questão do lazer, que ainda na Primeira República era exclusivo da aristocracia, que se deleitava nos jardins, passeios, teatros e excursões de recreio.

Em defesa da produtividade, do saneamento urbano e social e do controle da luta coletiva, o Estado Brasileiro passa a adotar nos anos 30 um novo sentido para a recreação, fundado nos mesmos ideais da Organização Internacional do Trabalho. Mais tarde, como observamos, a trajetória de nossas políticas para resolução da problemática do lazer ainda servirão à manutenção da submissão ao capital, fortalecendo, após o processo de democratização do País, eixos específicos da proposta neoliberal.

Mas, como falamos de sujeitos do lazer, é importante verificar que as necessidades aparentes nem sempre representam a essência e o valor que estes realmente atribuem ao lazer. Por isso nosso estudo fez uma busca das contradições do lazer a partir da compreensão dos sujeitos do lazer e dos diferentes contextos que permearam a constituição da sociedade e a conseqüente mudança nos hábitos de lazer e de uso do tempo livre. Tal reflexão envolve uma interpretação das diferentes configurações do lazer, em sua essência e aparência.

Tais contradições se expressam:

- Na repulsa ao trabalho que caracteriza a “classe ociosa” vebleniana e ao mesmo tempo a moral civilizatória de que o trabalho dignifica o homem, justificando a necessidade de higiene social, diretamente focada nas classes marginalizadas e “preguiçosas”.
- No padrão estético e privado dos espaços de lazer das cidades em detrimento da democratização dos lugares públicos, num incentivo à segregação dos espaços com discursos da qualificação urbana e intencionalidade na difusão da disciplina para jovens e crianças.
- Na modelagem dos sujeitos do lazer, constituintes da classe trabalhadora, como forma de promoção do bem-estar social, mas com objetivo produtivista e funcionalista onde o que menos importa é a liberdade de expressão e desenvolvimento autônomo – elementos fundamentais para uma experiência valiosa de lazer.
- Na submissão da essência do lazer ao seu sentido aparente, que em nossas discussões anteriores, sobre o capítulo 1, assinalamos como a passagem do

valor de uso do lazer ao valor de troca, utilitário e baseado num modelo de sociedade onde o consumo é reificado. Assim, mesmo tempo que constitui um direito consagrado na Constituição e em outros protocolos, é um produto explorado pelo mercado com grande carga de alienação.

O valor do lazer, na conjuntura da sociedade capitalista, se expressa de forma dessincronizada com as políticas públicas, que assumem a verdade aparente do consumo como absoluta e necessária, negando que a satisfação das necessidades que não são do estômago, mas da fantasia, compreendem aquela passagem que nos leva à liberdade, pois vai além da coisificação, do desejo material, da propriedade e do trabalho forçado.

Sem parcimônia, verifica-se que as formas de atendimento às necessidades sociais, inerentes à sociedade urbana, seguem a lógica da pós-modernidade e encontramos aqui um ponto de partida para compreender o instante, como característica de uma política de simultaneidade, que atende ao imediatismo e à dispersão, signos próprios do urbanismo moderno.

A falta de sincronia entre a essência do lazer e as políticas públicas de lazer é um dos elementos que caracteriza a “política de instante”, sendo essa categoria correspondente àquelas políticas cujo aprofundamento das ações é fluído e inconsistente, combinado com uma temporalidade instantânea e descontínua, concebidas sob a pressão de paradigmas que legitimam o discurso ideológico dominante e atendem de forma aparente a problemática do direito ao lazer. Os elementos que caracterizam as políticas de instante se agrupam em função de condicionantes, quais sejam: sociais, políticos e institucionais, distribuídos da seguinte forma e com os seguintes indicadores:

- Condicionantes Sociais: Sincronização da política com as necessidades da sociedade, Paradigmas dominantes e Percepção do problema pela sociedade.
- Condicionantes Políticos: Autonomia do cenário político e Fundamento das demandas.
- Condicionantes Institucionais: Recurso orçamentário, Instrumentos legais e Estrutura institucional.

O instante, como categoria que nos remete a caracterizar políticas públicas é uma noção qualitativa, representativo dos paradigmas vigentes desde o Estado

Novo e que se apresenta confortavelmente adequado às políticas atuais, da aclamada “pós-modernidade”, de uma sociedade líquida, que preza pela descontinuidade, instabilidade, abstração e instantaneidade das ações.

Com o objetivo de propor uma nova caracterização, onde o instante deixa de ser adjetivo para tomar lugar como o momento do lazer, apresentamos a denominação da “política para o instante” que se estabelece a partir daquela política cujas ações são concretas e consistentes, onde existe sincronia e continuidade, com diretrizes concebidas sob a pressão de paradigmas que legitimam o discurso popular e atendem a essência da problemática do lazer, privilegiando o instante, como categoria temporal integrante de um repertório variado e constante de opções de lazer.

Definidas as duas características das políticas públicas, nos propomos a analisar a trajetória do governo federal no que concerne ao conjunto de intervenções que se materializam em bem ou em serviço de interesse público com objetivo de assegurar o direito ao lazer. O contexto em análise compreendeu uma perspectiva de totalidade, envolvendo quatro períodos distintos da história política do Brasil: Estado Novo, República Populista, Estado Democrático ao Neoliberal e Estado Social Liberal.

Aplicados os condicionantes e seus indicadores em cada uma dessas fases históricas foi possível apresentar uma sistemática de análise que se encerra com a determinação de indicadores de força ou de fraqueza, que correspondem a proximidade da ação do Estado a “política de instante” quando o indicador é fraco ou, pelo contrário, a um tipo de política com continuidade, quando o indicador é forte.

Os resultados não foram os mais favoráveis, pois todos os períodos históricos se caracterizaram por “políticas de instante”. Dentre os indicadores responsáveis por esse atributo salientamos a influência dos paradigmas dominantes, a percepção do problema pela sociedade, a falta de autonomia do cenário político, o fundamento das demandas (oriunda da iniciativa privada e de setores específicos) e a formalização fragmentada dos instrumentos legais.

Os indicadores com menor intensidade na caracterização da “política de instante” foram o recurso orçamentário e a estrutura institucional, embora seja

importante salientar que apenas em determinados períodos históricos tais condicionantes foram indicados de forma positiva.

Analisando pelo aspecto da evolução das políticas, nos chama a atenção que os períodos com melhor desempenho foram os correspondentes ao Estado Novo e ao Estado Social Liberal, pois alcançaram indicadores fortes no aspecto da sincronização e da estrutura institucional. A sincronização indica que o atendimento das necessidades da população ocorreu em tempo mais rápido que a eclosão da problemática relacionada ao lazer, enquanto a estrutura institucional demonstra a localização do lazer no sistema executivo federal, que dos anos 30 a 60 foi bem determinada pelo funcionamento do SRO e que nos anos 2000 foi novamente reestabelecida no Ministério do Esporte.

No caso da estrutura institucional, entretanto, salientamos que houve um retrocesso da gestão federal em função da fragilidade em assumir o lazer num sistema ou política que se dizia para o “esporte e lazer”, como vimos na comparação entre a discussão e a publicação original destes protocolos nacionais em 2005 e 2013. .

No âmbito geral concluímos que as políticas de lazer apresentaram indicadores negativos que lhe caracterizam como “Políticas de Instante”, pois a intensidade dos condicionantes não atingiu a totalidade dos níveis médio ou forte, limitando-se ao atendimento de requisitos mínimos, distantes do requerido para uma política contínua e sustentável.

Concluída a nossa investigação, podemos afirmar que os sujeitos das políticas públicas de lazer no Brasil do século XX até os dias atuais (1900-2013) se caracterizam por diferentes perfis, “selecionados” em função de ideais e paradigmas sustentados pela elite dominante e burocrática estatal.

Tais sujeitos podem ser descritos como “Jecas e Macunaímas”, durante a Primeira República, por representarem os preguiçosos, os vadios, vagabundos, desempregados, negros e mulatos sem oportunidades e direitos civis, que se tornaram alvo da polícia ou da política moralista e higienista.

No Governo Provisório, aplicada a política higienista, o espaço do lazer é exclusivo da elite burocrática e proprietária, são os “Donos do Poder” que foram contemplados com a política que evidenciava a estética do lazer e o embelezamento

das cidades, promovendo o status e a visibilidade de valores, padrões e glamour da sociedade.

No Estado Novo, com sua política pública centrada no controle social e na recreação pautada no modelo disciplinar, os sujeitos do lazer são os “Operários” consagrando uma nova onda de intervenção estatal, onde o Estado se estabelece como mediador de interesses corporativos.

Na penúltima fase de nossa análise, a República Populista traz o “Povo Brasileiro” como sujeito do lazer, fomentando no lazer o que se torna evidente na sociedade, a concentração da massa popular urbana e a política de “pão e circo”.

Invisíveis nessa massa popular urbana os novos sujeitos se confundem como “cidadãos, consumidores, todos ou ninguém”, pois as políticas públicas de lazer estão cada vez mais funcionalistas, descentralizadas e fragmentadas, bem distantes da perspectiva do direito social e mais próximas da perspectiva do bem produzido e ofertado pelo mercado, que bem caracteriza o atual Estado Social Liberal.

Concluimos assim que a questão central da Tese em apresentar uma reflexão sobre a superação das contradições do lazer e de rompimento da lógica do capital nas intervenções do Estado percorreu uma longa estrada, na qual buscamos determinantes sócio-históricos e políticos que elucidaram indicadores que até então vem impedindo a concretização de uma realidade oposta.

Romper a lógica do capital no lazer exige mudanças estruturais que correspondam a práticas coletivas que se sobreponham às contradições do fenômeno, valorizando sua essência em detrimento da aparência, modelada e controlada pelo mercado. Hoje não existe mobilização popular que reivindique o lazer como direito e necessidade, assim como a própria sociedade foi induzida a perceber o tempo livre como tempo de recomposição de forças produtivas e de atividades utilitárias, como vimos na caracterização dos sujeitos do lazer.

Enfim, para romper essa lógica nas intervenções do Estado não há dúvidas de que o primeiro passo será a quebra de paradigmas, mediante o fortalecimento do sentido do lazer, enquanto direito e necessidade, a partir da compreensão de sua essência, independente de protocolos internacionais reguladores e funcionalistas, mas a partir da observação da vivência coletiva e popular, que o Estado deve estar atento para inserir como objeto de intervenção.



Com isso será possível viabilizar uma “Política para o Instante”, que sim, provocará o enfraquecimento das contradições do lazer e o distanciamento da lógica do capital.

Assim caracterizados os sujeitos e as políticas públicas implementadas no Brasil, bem como os indicadores que caracterizam uma “política de instante”, devemos proceder a alguns encaminhamentos que julgamos necessários para a reconstrução das políticas públicas de lazer, ao que designamos de “Políticas para o Instante”.

## ***Desideratum***

Em que pese o caráter do materialismo histórico presente em nossa análise, desde a construção do projeto de pesquisa a preocupação com a reconstrução das políticas públicas de lazer foi o marco principal, dada a insatisfação com o processo retrógrado de submissão da experiência livre e prazerosa do uso do tempo livre à lógica do capital monopolista. Nosso intuito era de demonstrar os elementos que formam esta “política de instante”, cujo conteúdo efêmero representa seu descompromisso e a subordinação aos interesses setoriais do capital, contemplando ações sem continuidade, sem determinação temporal significativa, realizadas esporadicamente e com resultado imediato, sem uma trajetória processual objetivada pela transformação do problema, além de dessincronizadas e anacrônicas.

Mudar radicalmente as características apresentadas é um desafio que tem como entrave a perspectiva pluralista de ação do Estado como simples coadjuvante e prestador de serviços. Entretanto, conseguimos identificar possibilidades de mudança, que correspondem às tendências que vêm se concretizando no cenário internacional de planejamento e gestão do lazer. Sendo assim, pontuamos que a transição de um tipo de política para outro deve assumir um conjunto estruturado de objetivos que contemplem o instante como momento vivencial do lazer, fazendo parte de um fluxo duradouro de composição de um repertório variado de experiências.

Essa nova política, a “Política para o Instante” deve se apoiar nas tendências de intervenção que:

- Acompanhem o movimento de desaceleração do tempo, tal qual a proposta do movimento *slow*.
- Inspirem a deslocalização do lazer, convertendo os espaços em lugares atrativos para habitantes e visitantes das cidades.
- Promovam a experiência do lazer em função do ideal humanista, como vivência plena, completa e com sentido, ou seja, quando existe um processo com início, meio e fim.
- Revertam as políticas atuais em um conjunto de ações direcionadas para privilegiar um somatório de momentos que contribuam para a formação de nossa

trajetória individual e coletiva de lazer, desde a infância até a velhice.

Apoiando-se nessas tendências, as políticas públicas de lazer poderão equiparar aqueles condicionantes sociais, políticos e institucionais necessários para a consolidação de uma “Política para o Instante”, colaborando assim para a transformação da sociedade e seu sistema de necessidades alienadas. Mediante a inovação, no processo de formulação, execução e avaliação de políticas de lazer, será possível saber “porque” e “para quem” estamos planejando, objetivando assim minimizar as contradições do lazer e promover a ruptura com a lógica do capital.

A reconstrução dessa realidade começa com o deslocamento da “Política de Instante” à “Política para o Instante”, ou seja, a partir do momento que a intervenção estatal tenha maior na aceitação de paradigmas não dominantes; proporcione maior atendimento das demandas populares; atente para a percepção da essência do problema em foco; e tenha maior integração dos instrumentos legais que lhe garantam sustentabilidade e aplicação. Conseqüentemente, isso irá provocar maior autonomia política e orçamentária; estrutura institucional unificada e integrada e sincronia em relação às necessidades da sociedade - que na constituição dos novos sujeitos poderão conquistar maior protagonismo na construção da agenda pública do lazer.

Nosso *desideratum*, sendo aquilo que desejamos para o futuro, se consagra com a abertura de possibilidades para a mudança da ordem estabelecida, a partir da reflexão do conteúdo que apresentamos na Tese, servindo para novos direcionamentos das políticas públicas de lazer, para o incentivo da mobilização popular e valorização da luta pelo direito ao lazer em detrimento ao seu consumo e, por fim, para a visibilidade e crítica de paradigmas dominantes que, até o momento, vêm fortalecendo as contradições e subjugando a essência do lazer.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. , HORKHEIMER, M. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: \_\_\_\_\_. A Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 1981, p. 113–156.

AMIGO, Jaime Cuenca. **Tiempo ejemplar: El ocio y los mundos vivenciales**. In: CABEZA, Manuel Cuenca; GUTIÉRREZ, Eduardo Aguilar. El tiempo del ocio: Transformaciones y riesgos en la sociedad apressurada. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, 2009, p. 57-73.

\_\_\_\_\_. **El valor de la experiencia de ocio en la modernidad tardía**. Génesis y condiciones de posibilidad. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado. Programa de Doctorado en Ocio y Potencial Humano. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas/SP: Cortez Editora, 2002.

\_\_\_\_\_. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo/SP: Boitempo, 2009.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Coleção Os Pensadores. São Paulo/SP: Abril Cultural, 1984, p. 219-244.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. **Uma Contribuição Para Fazermos Avaliações Menos Ingênuas**. In: BARREIRA, M.C.R. N. e CARVALHO, M.C.B. de (Org.). Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. São Paulo/SP: IEE/PUC-SP, 2001.

AZEVEDO, Paulo Henrique. **As políticas públicas para o lazer elaboradas e desenvolvidas pelo Ministério da Educação**. In SUASSUNA, Dulce Maria F. de A.; AZEVEDO, Aldo Antonio de (Orgs.). Política e lazer: interfaces e perspectivas. Brasília/DF: Thesaurus, 2007. p. 123-154.

BACHELARD, Gaston. **A Intuição do Instante**. São Paulo/SP: Verus Editora, 2007.

BARDACH, Eugene. **Los ojos passos para el Análisis de políticas Publicas**: Um manual para la practica. México/DF: Cide, 1998.

BARROS, Daisy; BARROS, Darcymires Do Rêgo. Ruas de Recreio. Revista Eletrônica. Rio de Janeiro/RJ. Ano V Edição 09, Jan/Jun, 2004. Disponível em <http://www.geocities.ws/grdclube/Revista/Recreio.html>. Acesso em 14 de julho de 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Editores, 2001.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro/RJ, v. 22, nº 44, jul/dez, 2009, p. 289-321.

BOVO, Marcos Clair. O Parque Urbano no Contexto da Organização do Espaço da Cidade de Campo Mourão (PR), BRASIL. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente/SP, n.34, v.1, jan/jul.2012, p.50-71.

BRAGANÇA JÚNIOR, Álvaro Alfredo. **A fraseologia medieval latina**. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2012.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil: Decretada em 10 de novembro de 1937.** Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em < <http://bd.camara.gov.br/bd/>>

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil: Decretada em 18 de setembro de 1946.** Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em < <http://bd.camara.gov.br/bd/>>

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943.**

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil : Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988.** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2013.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.**

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001.**

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.**

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.**

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012.**

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.**

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.876, de 10 de outubro de 2013.**

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ESPORTE. **Resoluções da 1ª Conferência Nacional de Esporte. Carta de Brasília.** Disponível em:  
<[http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Esporte/deliberacoes\\_1\\_conferencia\\_esporte.pdf](http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Esporte/deliberacoes_1_conferencia_esporte.pdf)>. Acesso em 05 jun. 2014.

BRÊTAS, Angela. O Serviço de Recreação Operária (1943-1945): Uma Experiência do Governo Vargas no Campo do Não Trabalho. **Cadernos AEL**, Campinas/SP, v.16, n.28, 2010.

BRUCKNER, Paschal. **La euforia perpetua: sobre el deber de ser feliz.** Barcelona/Espanha: Tusquets Editores S.A, 2002.

BUENO, Luciano. **Políticas Públicas do Esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento.** Originalmente apresentada como Tese de Doutorado, Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo/SP, 2008.

CABEZA, Manuel Cuenca. **Ocio humanista: dimensiones y manifestaciones actuales del ocio.** Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, 2000.

\_\_\_\_\_. **¿Qué es el ocio? 20 respuestas clásicas y um testimonio.** Documentos de Estudios de Ocio Especial 20º Aniversario. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, 2008.

\_\_\_\_\_. **La apropiación espacial del ocio, una mirada desde el siglo XXI.** In: QUINTANA, Idurre Lazcano; NEBREDA, Joseba Doistua( Org.). Espacio y experiencia de ocio: consolidación, transformación y virtualidade. Documentos de Estudios de Ocio. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, n. 38, 2010. p. 15-52.

\_\_\_\_\_. **Valores que dimanar del ocio humanista.** In: ORTUZAR, Aurora Madariaga y AMIGO, Jaime Cuenca (Org.). Los valores del ocio: cambio, choque e innovación. Documentos de Estudios de Ocio. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, n. 43, 2011. p. 17-48.

CARDOSO, Franci Gomes. **Organização das Classes Subalternas: Um desafio para o Serviço Social.** São Paulo/SP: Cortez Editora, 1995.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Civilização e Cultura.** São Paulo/SP: Global Editora, 2004.

CHAUI, Marilena. **Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo/SP: Fundação. Perseu Abramo, 2000.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. **A descoberta do fluxo**. A psicologia do envolvimento com a vida cotidiana. Rio de Janeiro/RJ: Rocco, 1999.

\_\_\_\_\_. **Leisure and Socialization**. In: ROJEK, C. (Org.). Leisure studies. Los Angeles/EUA: Sage, 2010. 315-323.

CSIKSZENTMIHALYI, Mihaly. et al. **Ocio y Desarrollo**: Potencialidades del ocio para el desarrollo humano. Documentos de Estudios de Ocio. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, 2001. n. 18.

COUTINHO, Carlos Nelson. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo/SP: Boitempo, 2011a. p. 79-149.

\_\_\_\_\_. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2011b.

DAGNINO, Renato et al. **Gestão Estratégica da Inovação**: metodologias para análise e implementação. Taubaté/SP: Editora Cabral Universitária, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Lazer, Cidadania e Responsabilidade Social**. Brasília/DF: SESI/DN, 2006.

DAMATA, 2001. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro/RJ: Guanabara Koogan, 1991.

DE GRAZIA, Sebastian. **Tiempo, trabajo y ocio**. Madrid/Espanha: Editorial Tecnos AS, 1966.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**: Comentários sobre a sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro/RJ: Contraponto, 1994.

De MASI, Domenico. **A Economia do Ocio**. Rio de Janeiro/RJ: Sexante, 2001.

DIAMOND, Jared. **Colapso**: Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. São Paulo/SP: Editora Record, 2005.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Avaliação de implementação**: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M.C.R. N. e CARVALHO, M.C.B. de. (Orgs). Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais. São Paulo/SP: IEE/PUC-SP, 2001.

DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e Conteúdos Culturais do Lazer**. São Paulo/SP: Perspectiva: SESC, 1980.

\_\_\_\_\_. **Sociologia Empírica do Lazer**. 2. ed. São Paulo/SP: Perspectiva: SESC, 1999.

DYE, Thomas. **Policy Analysis: what governments do, why they do it, and what difference it makes**. Tuscaloosa/EUA: University of Alabama Press, 1984.

\_\_\_\_\_. **Mapeamento dos Modelos de Análise de Políticas Públicas**. In HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco.(Org.). Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília/DF: Editora da Universidade de Brasília, 2009.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro/RJ: Jorge Zahar Ed., 1998.

EDGINTON, Christopher R. Lazer como "Estado de Espírito". **Folha de São Paulo**, São Paulo/SP, 7 ago. 2008. Caderno Equilíbrio. Entrevista a Amarilis Lage

\_\_\_\_\_.History of the World Leisure Organization: a 50-year perspective and analysis. **World Leisure Journal**. Vol. 55, No. 3, 2013. p. 264-297.

EPICURO. **Antologia de Textos**. Coleção Os Pensadores. São Paulo/SP, Abril Cultural: 1985.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME. **Normas Internacionais Sobre a Prevenção do uso de Drogas**. Disponível em <<http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/sobre-unodc/index.html>>. Acesso em fevereiro de 2014.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **O futuro do welfare state na nova ordem mundial**. RBCS – Lua Nova, São Paulo/SP, n. 35, 1995. p. 73-111.

FERREIRA, Acácio. **Lazer Operário**: Um estudo da organização social das cidades. Rio de Janeiro/RJ, 1959.

FRAGA, Paulo Denisar. **A teoria das necessidades em Marx**: da dialética do reconhecimento à analítica do ser social. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado. Mestrado em Filosofia, Ifch/Unicamp, Campinas/SP, 2006.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura**. Porto Alegre/RS: L&PM Pocket, 2010.

FROMM, Erich. **Medo à liberdade**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editores, 1974.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **A Convenção sobre os Direitos da Criança de 1990**. [Brasília]: UNICEF, 2004.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre/RS: L&PM, 2010.

GOMES, Christianne Luce. **Significados de Recreação e Lazer no Brasil**: Reflexões a partir da Análise de Experiências Institucionais (1926-1964). Originalmente apresentada como Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2003.

GOMES, Christianne Luce et al. **Lazer na américa latina**: Tiempo libre, ocio y recreación en latinoamérica. Belo Horizonte/MG: UFMG, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: Edición crítica del Instituto Gramsci. Tradução Valetino Gerratana. México: Ediciones Era, 1984. v. 3 e 6.

HANS, Staden. **Viagem ao Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: Oficina Industrial Graphica, 1930. Publicações da Academia Brasileira. Revista e Anotada por Theodoro Sampaio.

HEGEL, G.W.F. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo/SP: Martins Fontes, 1997.

HARVEY, David. **Wall Street e o direito à cidade**. Revista Diplomatique Brasil, março de 2009. Entrevista à Isabel Ginters Pinheiro.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raizes do Brasil**. Rio de Janeiro/RJ: José Olímpio, 1984.

HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. Madrid/Espanha: Alianza Editorial, 1972.

INNERARITY, Daniel. **Un mundo desincronizado**. Bilbao/Espanha: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2008.

INNERARITY, Daniel. **La democracia del conocimiento**: por una sociedad inteligente. Barcelona/Espanha: Paidós, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Metadados. Pesquisa de Orçamentos Familiares, 2008-2009**. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 2009.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Piloto de Uso do Tempo 2009. Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro: [S.N. ca. 2012]. Disponível em

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/decimo\\_segundo\\_forum/uso\\_tempo\\_2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/decimo_segundo_forum/uso_tempo_2009.pdf)>. Acesso em jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Metadados. Pesquisa Anual de Serviços, 2008-2011**. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 2012.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Síntese de Indicadores 2011**. Rio de Janeiro/RJ: IBGE, 2012.

INSTITUTO DE ESTUDOS DE OCIO. Manifesto por um Ocio Humanista. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto [2000?]. <Disponível em <http://www.ocio.deusto.es>>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social/SIPS. Cultura**. 1 ed. [S.l.]: IPEA, 2010.

\_\_\_\_\_. **Sistema de Indicadores de Percepção Social/SIPS. Trabalho e Tempo Livre**. 2 ed. [S.l.]: IPEA, 2012.

ISO-AHOLA, Seppo E. **Social psychological perspectives on leisure and recreation**. Dubuque/EUA: W. C. Brown, 1980.

KIOSHIDA, Fernando. **A União Sulamericana de Nações como estratégia integracionista**. Disponível em <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=8793](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8793)>. Acesso em junho 2014.

KROPOTKIN, Piotr Alexeyevich. **La conquista del pan**. Bilbao/Espanha: Zero, 1973.

LAFARGUE, Paul. **O Direito à Preguiça**. São Paulo/SP: Kairós Livraria e Editora, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à Cidade**. 5.ed. São Paulo/SP: Centauro, 2008.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro/RJ: Editora UFRJ, 2007.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo/SP: Martins Fontes, 1981.

LULL, Ramon. O Livro dos Mil Provérbios. Tradução Ricardo da Costa e Grupo de Pesquisas Medievais II. [S.l.:s.n], [ca. 2004].

MAFFESOLI, Michel. **O Instante Eterno: O retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. São Paulo/SP: Zouk, 2003.

MAGNANI, J. Guilherme. **Transformações na Cultura Urbana das Grandes Metrôpolis**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

MARCELINO, 1996. **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: O papel das prefeituras**. Campinas/SP: Editora Autores Associados, 1996.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização**. Rio de Janeiro/RJ: LTC, 2013.

MARÍAS, Julían. **La felicidad Humana**. Madrid/Espanha: Alianza Editorial, 1989.

MARX, Karl. **Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro**. Santos/SP: Editorial Presença, 1972.

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Coleção Os Economistas, São Paulo/SP: Abril Cultural, 1996. (Tomo 1)

\_\_\_\_\_. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2003. (volume 3)



\_\_\_\_\_. **Manuscrtos econômico-filosóficos**. São Paulo/SP: Boitempo Editorial, 2008.

MARZANO, Andrea. MELO, Victor Andrade de. **Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

MASCARENHAS, Fernando. **Lazer como Prática da Liberdade**: uma proposta educativa para a juventude. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado, UFG. Goiânia/GO, 2003.

\_\_\_\_\_. **Lazer e Utopia: Limites e possibilidades de ação política**. In SUASSUNA, Dulce Maria F. de A.; AZEVEDO, Aldo Antonio de (Orgs.). Política e lazer: interfaces e perspectivas. Brasília/DF: Thesaurus, 2007. p. 181-210

McCORMACK, Thelma. **Politics and Leisure**. In ROJEK, Chris. Leisure studies. Los Angeles: Sage, 2010. p 219-232.

McLEAN, Daniel. **Kraus' Recreation and leisure in modern society**. EUA: Jones & Bartlett learning, 2012.

MELO, Marcus André. **A sete vidas da agenda pública brasileira**. In: RICO, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de Políticas Sociais: Uma questão em Debate. São Paulo: Cortez, 1999. p.11-28.

MELO, Victor Andrade; ALVES JR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao Lazer**. Barueri/SP: Editora Manole, 2012.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **Sociedade Civil em Gramsci**: Venturas e Desventuras de um Conceito. In: SIMPÓSIO NACIONAL ESTADO E PODER: SOCIEDADE CIVIL, VII, 2012, Uberlândia. Conferência de Abertura. Uberlândia: UFU, 2012.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo/SP: Boitempo Editorial, 2002.

\_\_\_\_\_. **Desafio e o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MILL, J.S. **Utilitarismo**. Porto, Portugal: Porto Editora, 2005.

MINISTÉRIO DO ESPORTE. **Resolução N. 5, de 14 de Junho de 2005**. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília/DF, 16 de agosto de 2005. Seção 1, p. 128-132. Disponível em <<http://portal.in.gov.br/>>

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.984, de 8 de abril de 2013**. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília/DF, 9 de abril de 2013. Seção 1. Disponível em <<http://portal.in.gov.br/>>

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Portaria Ministerial nº 176, de 26 de dezembro de 1952**. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, Seção I. Disponível em <<http://portal.in.gov.br/>>

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Portaria Ministerial nº 41, de 25 de maio de 1951**. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, Seção I. Disponível em <<http://portal.in.gov.br/>>

ME/PNUD/ABC. **Projeto BRA/11/006 Por uma Agenda Nacional de Esporte**: Plano Decenal de Esporte e Lazer. Brasília/DF: [s.n.], 2011. Disponível em <http://www.esporte.gov.br>. Acesso em julho 2014.

MIRANDA, Nicanor. A Educação Physica nos Estados Unidos. **O Estado de São Paulo, São Paulo**, ed. 2 de abril de 1941, p. 8.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis/RJ:

Vozes, 2010.

MONTEAGUDO, Maria J. **Los beneficios del ocio, ¿qué son y para qué sirven?**. ADOZ. Revista de Estudios de Ocio. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, n. 28, 2004. pp. 63-72.

NEULINGER, J. **The Psychology of Leisure**. Chicago/EUA: Charles Thomas, 1974.

OLIVEIRA, Francisco de. **Estado, Sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI**. Rio de Janeiro/RJ: FASE/PIC, 1993.

\_\_\_\_\_. **Privatização do Público, destituição da fala e anulação da política**. In OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Org.). Os sentidos da Democracia. Políticas do Dissenso e hegemonia global. Petrópolis/RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999

OLIVEIRA, Rafael Corrêa de. Uma Política para o Brasil. **O Estado de São Paulo**, São Paulo/SP, p. 4, 23 nov. 1947.

ONUHABITAT. **The Habitat Agenda Goals and Principles, Commitments and the Global Plan of Action**. Disponível em <[http://www.unhabitat.org/declarations/habitat\\_agenda.htm](http://www.unhabitat.org/declarations/habitat_agenda.htm)>. Acesso em novembro 2013.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Vancouver**. Disponível em <<http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/>>. Acesso em novembro 2013.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Data-beta. Average minutes spent in different activities (both weekdays and weekends)**. Disponível em <<http://www.oecd.org/statistics/>>. Acesso em maio 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Unicrio, 2000.

\_\_\_\_\_. **Carta Das Nações Unidas E Estatuto Da Corte Internacional De Justiça**. Rio de Janeiro: Unicrio, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. Brasília: Unesco Brasilia Office, 2002.

\_\_\_\_\_. **Carta Internacional da Educação Física e do Esporte de 1978**. Brasília: Unesco Brasilia Office, 2013.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem**. Disponível em <[http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao\\_Americana.htm](http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm)>. Acesso em fevereiro 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Sistema de informações sobre as normas internacionais del trabajo. **Recomendação 21, 1924**. <Disponível em <http://www.ilo.org/dyn/normlex/es>>. Acesso em fevereiro 2014.

\_\_\_\_\_. **Declaração da Filadélfia**. Disponível em <[http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent\\_work/doc/constituicao\\_oit\\_538.pdf](http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf)>. Acesso em fevereiro de 2014.

\_\_\_\_\_. Sistema de informações sobre as normas internacionais del trabajo. **Recomendação 45, 1924**. Disponível em <<http://www.ilo.org/dyn/normlex/es>>. Acesso em fevereiro 2014.

\_\_\_\_\_. Sistema de informações sobre as normas internacionais del trabajo. **Perfil do Trabalho Decente no Brasil: Um olhar sobre as unidades de federação**. Brasília: OIT, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Estrategia Mundial sobre Régimen Alimentario, Actividad Física y Salud: marco para el seguimiento y evaluación de la aplicación.** [S.l.]: OMS, 2009.

\_\_\_\_\_. **Recomendaciones mundiales sobre actividad física para la salud.** [S.l.]: OMS, 2010.

PADILHA, Valquiria. **Consumo e Lazer reificado no universo onírico do shopping center.** In: PADILHA, Valquiria. (Org.). *Dialética do Lazer.* São Paulo/SP: Cortez, 2006. p. 126-155.

PEIXOTO, Elza Margarida de Mendonça. **Estudos do lazer no Brasil. Apropriações da obra de Marx e Engels.** Originalmente apresentada como Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2007.

PELLEGRIN, Ana de. **Lazer, Corpo e Sociedade: Articulações críticas e resistências política.** In: PADILHA, Valquiria. (Org.). *Dialética do Lazer.* São Paulo/SP: Cortez, 2006. p. 104-125.

\_\_\_\_\_. **O Espaço do lazer na Cidade e na Administração Municipal.** In MARCELLINO, Nelson Carvalho (Org.). *Políticas Públicas Setoriais e Lazer. O papel das prefeituras.* Campinas/SP: Autores Associados, 1996.

PELLISSIER, Jérôme. Com que idade nos tornamos velhos? Dossiê Envelhecimento. **Revista Diplomatique Brasil.** Junho 2013.

PEREIRA, Leonadro Affonso de Miranda. **O Prazer das Morenas.** In MARZANO, Andrea. MELO, Victor Andrade de. *Vida Divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930).* Rio de Janeiro/RJ: Apicuri, 2010.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens de nossa época.** Rio de Janeiro/RJ, Campus: 1980.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Etnografia do "Rolezinho". **Revista Carta Capital.** Janeiro 2014. Disponível em <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/etnografia-do-201crolezinho201d-8104.html>>. Acesso em setembro 2014.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo/SP: Brasiliense, 1985.

REQUIXÁ, Renato. **O Lazer no Brasil.** São Paulo/SP: Brasiliense, 1977.

ROCHA, Roberto. A avaliação da implementação de políticas públicas a partir da perspectiva neo-institucional: avanços e validade. Rio de Janeiro/RJ: FGV, **Cadernos Ebape**, vol.2 n.1, Mar. 2004.

RAMOS, Alícia Maricel Oliveira. **Os Significados de Ocio/Recreación nas Constituições de Países Latinoamericanos de Língua Espanhola.** Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2012.

RODRIGUES, Juliana Pedreschi. **Uma nova versão sobre a história do serviço de Recreação Operária: Memórias reveladas sobre os anos de 1958 a 1964.** Originalmente apresentada como Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2010.

ROLNIK, Raquel. Conflitos por moradia estão aumentando no Brasil. **Revista Diplomatique Brasil,** São Paulo/SP, 6 fev. 2012. Entrevista a Luis Basillino.

ROJEK, Chris. **Leisure studies.** Los Angeles/EUA: Sage, 2010.

RUSSEL, Bertrand. **Elogio ao Ócio.** Rio de Janeiro/RJ: Sextante, 2002.

SAN SALVADOR DEL VALLE, Roberto. **Políticas de ocio.** Bilbao/Espanha: Universidade de Deusto, 2000.

\_\_\_\_\_. **Introducción a la Historia de los Estudios del ocio en el Siglo XX.** Bilbao/Espanha:

Universidade de Deusto, 2006.

\_\_\_\_\_. **La aceleración del tiempo y el fenómeno del ocio.** In CABEZA, Manuel Cuenca y GUTIÉRREZ, Eduardo Aguilar (Org.). El tiempo del Ocio: transformaciones y riesgos en la sociedad apesurada. Documentos de Estudios de Ocio. Bilbao/Espanha: Universidad de Deusto, n. 36, 2009. p. 23-43.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo/SP: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Lazer Popular e Geração de Empregos.** In SESC/WLRA. Lazer numa Sociedade Globalizada. São Paulo: SESC/WLRA, 2000.

SERAFIM, Milena Pavan; BRITO, Rafael de Brito. Análise De Política: Uma Revisão Da Literatura. [Salvador]: **Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS & Rede de Pesquisadores em Gestão Social – RGS**, vol.3, nº 1, p. 121-134, jan./jun.2012

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. **Os Fatos no Tempo.** Rio de Janeiro/RJ: SESC, 1977.

\_\_\_\_\_. **Os valores sociais do comerciário e a sua família no âmbito do SESC.** Rio de Janeiro/RJ: SESC Departamento Nacional, 2007.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais:** uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In: SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. (Coord.) et al. Pesquisa Avaliativa. Aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora; São Luis: GAEP, 2008.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Florianópolis/SC: **Revista Katál**, v. 13, n. 2, p. 155-163, jul./dez. 2010.

SILVEIRA, Maria Helena Vargas da. **É Fogo.** Porto Alegre/RS, 1987.

SILVEIRA, Shaiane Vargas. **A relação dos espaços livres públicos de lazer com a violência urbana:** o caso do Distrito Federal. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília/DF, 2000.

SOUZA, CELINA. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Porto Alegre/RS: **Revista Sociologias**, ano 8, n. 16, jul/dez 2006. p. 20-45.

VEBLEN, Thorstein. **Teoria de La Clase Ociosa.** Madrid /Espanha: FCE, 2002.

VIANA, Ana Luiza. **Abordagens Metodológicas em Políticas Públicas.** Campinas/SP: UNICAMP, 1988 (Caderno de Pesquisa Nº 5).

WERNECK, C. L. G., & MELO, V. A. **Lazer No Brasil: Trajetória De Estudos, Possibilidades De Pesquisa.** Revista Movimento, nº 9, janeiro/abril 2003. p. 23-44

WORLD LEISURE ORGANIZATION. **International Charter for Leisure Education.** Cedar Fall/EUA: WLO, 1993.

\_\_\_\_\_. **Charter for Leisure.** Cedar Fall/EUA: WLO, 2000.

\_\_\_\_\_. **The World Leisure Organization: Leisure, Enhancing the Human Condition Priorities & Strategies 2009 – 2014.** Cedar Fall/EUA: WLO, 2008.

## **APÊNDICE A**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Título do projeto:** “DA POLÍTICA DE INSTANTE À POLÍTICA PARA O INSTANTE - NOVOS PARADIGMAS NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER”.

**Pesquisador responsável:** Shaiane Vargas da Silveira

**Instituição/Departamento:** UFPI/UFMA/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**Telefone para contato:** 86 98450971

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Leia cuidadosamente o que se segue e pergunte ao responsável pelo estudo qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento. A pesquisa visa conhecer os seus hábitos de lazer e os da sua família. Utilizará uma metodologia qualitativa, cujo instrumento principal de coleta de dados é o questionário. Portanto, você está sendo convidado a ser sujeito da pesquisa sendo entrevistado sobre a temática e o que disser será registrado para posterior análise. A pesquisa não oferece riscos, além da manipulação das idéias por você manifestadas para efeitos de análise. Os benefícios decorrentes da participação na pesquisa se dirigem ao esclarecimento de questões que podem contribuir para o melhor conhecimento da realidade sobre o lazer. Não há benefícios diretos para o participante, a não ser o sentimento de que contribuiu para o esclarecimento do tema. Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso ao profissional responsável pela pesquisa para esclarecimentos de eventuais dúvidas, assim como poderá solicitar a exclusão de sua entrevista, sem qualquer justificativa. Se você concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilos.

### Consentimento da participação da pessoa como sujeito

Eu, \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar do estudo: “DA POLÍTICA DE INSTANTE À POLÍTICA PARA O INSTANTE - NOVOS PARADIGMAS NA ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE LAZER”, como sujeito. Fui suficientemente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo citado. Concordo voluntariamente em participar do estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízos ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

**Local e data** \_\_\_\_\_

**Nome e Assinatura do sujeito ou responsável:** \_\_\_\_\_

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para a participação neste estudo.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador responsável

### Observações complementares

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:

Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI - Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro Ininga

Centro de Convivência L09 e 10 - CEP: 64.049-550 - Teresina - PI

tel.: (86) 3215-5734 - email: [cep.ufpi@ufpi.br](mailto:cep.ufpi@ufpi.br) web: [www.ufpi.br/cep](http://www.ufpi.br/cep)



**FORMULÁRIO A. ENTREVISTA COM ESTUDANTE**

A1. IDENTIFICAÇÃO  
 ESCOLA: \_\_\_\_\_ IDADE: \_\_\_\_\_ SEXO: \_\_\_\_\_  
 CIDADE/ESTADO ONDE RESIDE: \_\_\_\_\_

**A2. DE ACORDO COM SEU PONTO DE VISTA, ASSINALE CONCORDO OU NÃO CONCORDO NAS FRASES A SEGUIR:**

- A. O lazer é uma experiência que deve trazer bem-estar, alegria e beleza em nossas vidas.  
 CONCORDO  NÃO CONCORDO
- B. O setor público oferece muitas atividades de lazer gratuito na minha cidade e aos finais de semana não fco sem opções.  
 CONCORDO  NÃO CONCORDO
- C. Acho que o setor público não compreende minhas necessidades de lazer pois não oferece nada que traga bem-estar, alegria e beleza em minha vida.  
 CONCORDO  NÃO CONCORDO
- D. Prefiro assistir um show gratuito com uma banda famosa uma vez ao ano do que assistir uma apresentação teatral ou musical, também gratuita, semanalmente.  
 CONCORDO  NÃO CONCORDO
- E. Prefiro passar a tarde com os amigos numa praça arborizada, com jardins, bancos e quadras de esportes do que gastar R\$ 50,00 em atividades pagas dentro de um charmoso shopping center.  
 CONCORDO  NÃO CONCORDO
- F. Não preciso que o setor público ofereça espaços e atividades de lazer gratuito.  
 CONCORDO  NÃO CONCORDO
- G. Passo mais tempo em frente à televisão ou nas redes sociais da internet do que realizando a leitura de livros, revistas e jornais impressos.  
 CONCORDO  NÃO CONCORDO
- H. A última atividade cultural, esportiva ou recreativa que o governo patrocinou e eu participei tem mais de 4 (quatro) meses.  
 CONCORDO  NÃO CONCORDO

CONCORDO  NÃO CONCORDO

I. Não tenho tempo livre para atividades de lazer pois o trabalho, o estudo e/ou atividades domésticas me deixam exausto (a).  
 CONCORDO  NÃO CONCORDO

J. É mais útil um vale-cultura de R\$ 50,00 do Governo Federal do que a construção de parques, praças, museus e centros culturais gratuitos.  
 CONCORDO  NÃO CONCORDO

**A3. QUANTO AOS SEUS HÁBITOS DE LAZER É MAIS COMUM:**

- |                          |                             |                          |                              |
|--------------------------|-----------------------------|--------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> | ATIVIDADES EM GRUPO         | <input type="checkbox"/> | ATIVIDADES SOZINHO           |
| <input type="checkbox"/> | ATIVIDADES EM ESPAÇO ABERTO | <input type="checkbox"/> | ATIVIDADES EM ESPAÇO FECHADO |
| <input type="checkbox"/> | FINAL DE SEMANA             | <input type="checkbox"/> | DIARIAMENTE                  |
| <input type="checkbox"/> | ATIVIDADES GRATUITAS        | <input type="checkbox"/> | ATIVIDADES PAGAS             |
| <input type="checkbox"/> | LAZER ATIVO                 | <input type="checkbox"/> | LAZER PASSIVO                |
| <input type="checkbox"/> | LAZER INSTITUCIONAL         | <input type="checkbox"/> | LAZER INDEPENDENTE           |

**A4. QUAIS ATIVIDADES VOCE JULGA INTERESSANTE MAS NÃO FAZEM PARTE DOS SEUS HABITOS DE LAZER?**

---



---



---



## **APÊNDICE B**





**FORMULÁRIO B. ENTREVISTA COM AVIÃO**

B1. IDENTIFICAÇÃO SEXO:  
 IDADE: CIDADE/ESTADO ONDE MOROU NA JUVENTUDE:

B2. QUAIS ERAM SEUS HÁBITOS DE LAZER NA JUVENTUDE?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

B3. QUAL A OFERTA DE LAZER GRATUITO NA SUA CIDADE DURANTE A SUA JUVENTUDE?

- PRAÇAS, PARQUES URBANOS, ZOOLOGICOS  
 QUADRAS DE ESPORTE, GINÁSIOS  
 PRAIA (MAR, RIO, LAGOA)  
 ÁREA RURAL, BOSQUES, FLORESTAS  
 MUSEUS, TEATROS, CENTROS CULTURAIS  
 SALAS DE CINEMA PÚBLICAS  
 BIBLIOTECAS  
 OUTROS. POR FAVOR INDICAR:

B4. QUANTO AOS SEUS HÁBITOS DE LAZER NA JUVENTUDE FOI MAIS COMUM:

- |                          |                             |                          |                              |
|--------------------------|-----------------------------|--------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> | ATIVIDADES EM GRUPO         | <input type="checkbox"/> | ATIVIDADES SOZINHO           |
| <input type="checkbox"/> | ATIVIDADES EM ESPAÇO ABERTO | <input type="checkbox"/> | ATIVIDADES EM ESPAÇO FECHADO |
| <input type="checkbox"/> | FINAL DE SEMANA             | <input type="checkbox"/> | DIARIAMENTE                  |
| <input type="checkbox"/> | ATIVIDADES GRATUITAS        | <input type="checkbox"/> | ATIVIDADES PAGAS             |
| <input type="checkbox"/> | LAZER ATIVO                 | <input type="checkbox"/> | LAZER PASSIVO                |
| <input type="checkbox"/> | LAZER INSTITUCIONAL         | <input type="checkbox"/> | LAZER INDEPENDENTE           |

B5. QUAIS ATIVIDADES VOCÊ JULGA INTERESSANTES MAS NÃO FIZERAM PARTE DOS SEUS HÁBITOS DE LAZER?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

**FORMULÁRIO C. ENTREVISTA COM PAIIMAE**

C1. IDENTIFICAÇÃO SEXO:  
 IDADE: CIDADE/ESTADO ONDE MOROU NA JUVENTUDE:

C2. QUAIS ERAM SEUS HÁBITOS DE LAZER NA JUVENTUDE?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_



Origina da participação